

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC - SP**

Luiz Claudio de Almeida Braga

**A CENSURA AO JORNAL O SÃO PAULO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-  
1985): DESAFIO À EVANGELIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

MESTRADO EM TEOLOGIA

**SÃO PAULO**

**2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PUC - SP**

Luiz Claudio de Almeida Braga

**À CENSURA AO JORNAL O SÃO PAULO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-  
1985): DESAFIO À EVANGELIZAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

MESTRADO EM TEOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Teologia Prática, área de concentração: Teologia Pastoral, sob a orientação do Prof., Doutor, Pe. Ney de Souza.

**SÃO PAULO  
2010**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

1º Examinador

---

2º Examinador

---

3º Examinador

**Resumo:**

A Igreja Católica Apostólica Romana não tem apenas uma mensagem de salvação: ela é a própria mensagem. É sinal da presença do Cristo na terra. Atualmente a Igreja é chamada a ser este sinal através dos meios de comunicação social: rádio, TV, internet e jornal.

Em 1956 a Arquidiocese de São Paulo criou o jornal *O São Paulo*, com o objetivo de atender a este apelo de anúncio através dos meios sociais. Ao longo de sua trajetória este semanário, inclusive, lutou pelo fim da ditadura militar e teve suas páginas mutiladas pela censura prévia do governo federal. Passados 54 anos de sua criação, o jornal ainda cumpre seu papel na sociedade, mas, com bem menos expressão e visibilidade. A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma radiografia do informativo e saber se, 54 anos após sua criação, e 14 anos após sua censura, ele ainda continua prestando bem o seu papel de ser voz daqueles que não tem voz na sociedade, e de dialogar com o mundo à sua volta.

**Palavras-chave:** Censura, Ditadura, Igreja, Comunicação, O São Paulo.

**Abstract:**

The Roman Catholic Church is not only a message of salvation: it is the message itself. It is a sign of Christ's presence on earth. Currently the Church is called to be the signal through the media: radio, TV, internet and newspaper.

Since 1956, the Archdiocese of St. Paul owns the newspaper *the São Paulo*, which aims to answer the call of this advertisement through social media. Throughout its history this weekly even fought for an end to military dictatorship and its pages had been mutilated by the censorship of the federal government. After 54 years of its creation, after a month of struggles for social justice law and the newspaper still plays its role in society, but with far less visibility and expression. This research aims at performing a radiograph of the newsletter of the Archdiocese of St. Paul, and whether, 54 years after its creation, and 14 years after his censure, this weekly is still providing good role to be those who have no voice voice in society, and to dialogue with the postmodern world around them.

Keywords: Censorship, Dictatorship, Church, Communication, The São Paulo.

## **SIGLAS E ABREVIACOES**

ACO	Ao Católica Operária
AMCSP	Arquivo da Cria Metropolitana de São Paulo
CELAM	Conselho Episcopal Latino americano
CIEC	Centro de Informação Ecclesia
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
Id.	Idem
Ib.	Ibidem
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCS	Meios de Comunicação Social
n.	Número
Op. Cit.	Obra Citada
org.	Organizador
OSP	O São Paulo
p.	Página
PASCOM	Pastoral da Comunicação
PO	Pastoral Operária
SNI	Sistema Nacional de Informação
UNICOR	
VICOM	Vicariato da Comunicação

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I: ODORES DE UM PASSADO TRISTE</b> .....	15
1.1 Aprendendo com o passado .....	15
1.2 No contexto da sociedade brasileira de 64 .....	21
1.3 Entendendo o Golpe Militar e a Censura no Brasil .....	22
1.3.1 A Censura no Brasil .....	28
1.3.2 A participação da Igreja Católica .....	33
1.3.2.1 A Conferência de Medellín .....	37
1.3.2.2 Uma Igreja comprometida com o Evangelho .....	40
1.4 Em 1985 uma nova história .....	49
<b>CAPÍTULO II: A CENSURA DO JORNAL <i>O SÃO PAULO</i></b> .....	56
2.1 Histórico do jornal <i>O São Paulo</i> .....	56
2.1.1 Sua vocação profética de formação de consciência e de opinião.....	61
2.2 Por que censuraram o Jornal <i>O São Paulo</i> ? .....	65
2.2.1 Motivações, intenções e Objetivos .....	72
2.3 Fatos e artigos que marcam a censura do <i>O São Paulo</i> .....	98
2.3.1 Os textos censurados .....	105
2.3.1.1 Um bispo: muitas histórias .....	119

<b>CAPÍTULO III: A HISTÓRIA CONTINUA: A MISSÃO EVANGÉLICA E OS DESAFIOS DO JORNAL <i>O SÃO PAULO</i> HOJE</b> .....	135
3.1 Uma radiografia do Jornal O São Paulo .....	135
3.2 O Jornal <i>O São Paulo</i> , hoje, seria censurado? .....	156
3.2.1 Pouco interesse, baixa tiragem e muitas críticas .....	161
3.2.2 Atualizar para melhor informar .....	169
3.3.3 Detectados as falhas: apresentação de soluções .....	173
3.3 A comunicação profética da Igreja na imprensa .....	180
<b>CONCLUSÃO</b> .....	185
<b>ANEXOS</b> .....	193
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	308

## INTRODUÇÃO

No século XXI, o fenômeno da comunicação obriga a Igreja Católica a repensar sua presença no mundo tecnológico. Como usar os meios de comunicação para ir junto do povo? A Igreja tem um papel fundamental de reconciliar a boa nova de Jesus com o mundo. E, atualmente, é chamada a fazê-lo através de ondas sonoras, da rede mundial de computadores, impressos ou vídeos. São muitas as alternativas que vão questionar a forma de missão da Igreja Católica no novo modelo de mundo tecnológico.

No Brasil, a CNBB, em 1997, propõe rever os modelos e práticas de comunicação da Igreja no país através da sua 35ª Assembléia Geral cujo tema estudado foi: Igreja e Comunicação rumo ao Novo Milênio.

Seguindo aos apelos da CNBB a Igreja no Brasil vem, ao longo de sua história, investindo na comunicação em vista do anúncio da Palavra de Deus e da vida eclesial de seus componentes. À frente de seu tempo, a Arquidiocese de São Paulo, desde 1956, pelas mãos do Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, criou o jornal *O São Paulo* como um agente nesta tarefa de anúncio da Palavra e construção do Reino de Deus.

Por muitos anos o informativo foi a voz de muitos que tiveram suas vozes abafadas por denunciarem injustiças e anunciarem um tempo de paz a partir da solidariedade e da partilha. Ao longo de 54 anos, completados neste ano de 2010, em 25 de janeiro, o semanário tem o orgulho de trazer em sua história a trajetória de seis papas, cinco arcebispos, e uma interdição durante o regime militar.

Mesmo censurado, perseguido e, até mesmo ultrajado, principalmente durante o regime militar (de 1964 a 1985, onde por 12 anos o jornal foi censurado e a *rádio 9 de julho* teve sua concessão caçada, só voltando a atuar em 1996 pelas mãos do Cardeal Arns), ainda não seria este para o Jornal *O São Paulo* seu maior obstáculo; um de seus mais difíceis momentos ainda estaria por vir. O século XXI traz um grande desafio para

a Igreja no Brasil, em especial para a Igreja de São Paulo: assumir um projeto de evangelização num período tão conturbado como a pós-modernidade, e mais, se utilizando dos meios de comunicação para isso. E, realmente, diferentemente de todos os períodos que a antecederam, a pós-modernidade (ou contemporaneidade) trás em si aspectos bem peculiares. Dois deles poderíamos citar: o individualismo e a busca imediata por solução (ou imediatismo).

Diante destas constatações, a presente pesquisa realizou uma radiografia do informativo da Arquidiocese de São Paulo, para saber se, após sua criação, e após sua censura, este semanário ainda continua prestando bem o seu papel de ser voz daqueles que não tem voz na sociedade, e de dar respostas às dúvidas de uma sociedade que cresce e exige da Igreja um diálogo cada vez maior com suas teodicéias.

Para alcançar respostas objetivas, foi necessária uma pesquisa minuciosa no passado do informativo. Para tanto, o Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo e a Biblioteca Teológica Dom José Gaspar foram as fontes de pesquisa mais eficazes que se pôde encontrar. Assim sendo, o objeto de pesquisa principal desta dissertação não poderia ser outro, senão, o semanário *O São Paulo*, nos seus vários períodos de tempo, justificando assim possíveis hipóteses surgidas ao longo da pesquisa (não sendo usada uma edição especial para isso). Outra fonte de pesquisa importante foram as edições do Boletim CIEC, do Centro de Informação Ecclesia, criado no período da ditadura para apresentar aos veículos de comunicação notícias sobre a censura do semanário da arquidiocese. Somente a partir destes boletins, pôde-se ter acesso a alguns textos censurados do jornal *O São Paulo*. Dentro do plano de pesquisa constaram ainda visitas à redação do semanário para digitalização de imagens, consulta de material arquivado e ao estúdio da *Rádio 9 de Julho* (apesar desta mídia não constar no projeto). A visita a estes ambientes fez-se necessária para que se pudesse sentir o

cotidiano da equipe, suas reais dificuldades e as tecnologias utilizadas para a confecção de seus periódicos e preparação dos programas radiofônicos.

A fundamentação teórica também se fez com base no próprio jornal *O São Paulo*. No entanto, Para uma fundamentação histórica, foi necessário buscar um norte. E três livros serviram de base para que a pesquisa fosse fiel aos fatos. O primeiro deles foi “*Catolicismo em São Paulo*”, do Prof. Dr. Pe. Ney de Souza. A obra faz um apanhado dos 450 anos da presença da Igreja Católica em São Paulo, e traz informações precisas da atuação da instituição antes, durante e depois do regime militar. A segunda obra foi a trilogia de Élio Gaspari, “*A ditadura Envergonhada, A ditadura Escancarada e A ditadura Derrotada.*” Esta, composta por três volumes, retrata minuciosamente a vida da Igreja no Brasil no período da ditadura. E, por último, o livro de Kenneth P. Serbin, *Diálogo na Sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Que dá a visibilidade internacional do período histórico da ditadura no Brasil.

Apesar destas obras terem sido de grande valia para a pesquisa, são as entrevistas que serviram como fonte maior de dados. Nomes como D. Angélico Sândalo Bernardino, Cônego Antônio Aparecido Pereira, Fr. Ismael Martignago e Waldemar Rossi, que viveram bem este período da história do nosso país, e que tiveram participação direta na vida do informativo, é que puderam testemunhar e contribuir para que esta pesquisa tivesse êxito. D. Paulo Evaristo Arns não poderia deixar de se fazer presente nesta dissertação. Por conta de sua saúde debilitada, ele não concede mais entrevistas. Como forma de não esquecê-lo, três biografias foram utilizadas para introduzi-lo na pesquisa: Evanize Sydow e Marilda Ferri, “*Dom Paulo Evaristo Arns – Um homem amado e perseguido*” e do próprio Cardeal Arns “*Da Esperança à Utopia*” e “*Brasil nunca mais*”. Tudo o que D. Paulo Evaristo Arns testemunhou está contido nestas obras e exemplificam bem o trabalho deste bispo à frente da Arquidiocese de São

Paulo. Outros nomes ainda poderiam ilustrar as páginas desta pesquisa, mas por motivos alheios ao pesquisador, continuaram no anonimato preferindo revelar suas opiniões em particular. São eles: Irmã Maria Estela Coelho; Madre Maurina Borges; Cônego Sérgio Conrado; Sérgio Calixto Valverde (falecido); Ruth Maria; Frei Gilberto Gorgulho e o jornalista José Maria Mayrink do *O Estado de São Paulo*.

A dissertação “A censura do jornal *O São Paulo* durante a Ditadura Militar (1964-1985): desafio à evangelização na cidade de São Paulo” poderia ser vista como um trabalho científico, e não teológico, como um histórico inserido dentro de tantos que fizeram parte dessa triste página da história do Brasil. A princípio até poderia ser um tema desassociado da teologia, se não estivéssemos considerando a dinâmica da Revelação de Deus: de anúncio de seu Reino e de denúncia de injustiças. As razões pelas quais o jornal da Arquidiocese de São Paulo foi censurado neste período embasam seu tratamento como um tema teológico. Seus editores, redatores, jornalistas e colaboradores não se deixaram abater quando o regime totalitário dos militares se revelou verdadeiramente. O resultado: perseguição, silêncio, ameaças indiretas e diretas.

Para entender melhor como se deu a censura do jornal *O São Paulo* e como este fato representou um desafio à evangelização, é necessário apresentar ao leitor um pouco do histórico da ditadura militar no Brasil. É importante perceber que uma ditadura não se constrói da noite para o dia, e que as intervenções militares sempre fizeram parte da história do país; bastava “a situação” sentir-se ameaçada por uma revolução ou levante popular. O primeiro capítulo dessa dissertação localiza o leitor no tema, fazendo um apanhado factual do Brasil nos anos que antecederam o golpe militar e nos anos posteriores a ele; verificando, inclusive, o contexto social no ano de 1964, quando o golpe foi aplicado. Com o apoio de boa parte do clero, o regime logo ganhou força na

sociedade. Nesse capítulo também se compreende porque a Igreja apoiou, a princípio, o golpe de 1964 e de que maneira ela reagiu quando ele se mostrou verdadeiramente autoritário, arbitrário e contrário às verdades evangélicas professadas por ela. Tratamos do Concílio Vaticano II, da Conferência Latino-Americana de Medellín, e de personagens que mostraram uma instituição comprometida com o Evangelho de Cristo.

O segundo capítulo trata da censura ao jornal mais especificamente. Abrindo as páginas do informativo, resgata-se do passado o compromisso de formação e informação do jornal, desde sua criação, em 1956, até as primeiras ameaças de censura nos anos de 1971/1972. Quando foi criado pelo Cardeal Carlos de Vasconcellos Motta, o jornal *O São Paulo* vinha sanar a preocupação, oriunda do próprio Papa Pio XII em seu pontificado, de dialogar com o mundo, pois o mesmo estava se secularizando e a Igreja não poderia deixar de ser o sinal da salvação entre os homens. Portanto, falar da censura ao jornal *O São Paulo* é discorrer sobre a atitude profética de seus editores e colaboradores, aliás, o motivo da censura ao informativo.

Para melhor especificar a perseguição ao jornal *O São Paulo*, este trabalho apresenta, no corpo do mesmo ou em anexos, textos censurados do informativo (não apresentados em sua totalidade). Por mais que escrevesse, um pesquisador nunca seria capaz de exprimir o que se sente ao ler tais artigos. A partir da leitura, é possível notar o quanto os textos eram dotados de palavras fortes e reflexões proféticas (muitas vezes subliminares). Outro fato importante é que tal característica já vinha sendo construída ao longo da história do informativo. Para identificar isso, fez-se necessário a análise de textos anteriores aos da censura prévia ao jornal.

O trabalho, já no terceiro capítulo, sai do passado e adentra o presente. Como usar os meios de comunicação modernos para estar junto do povo? Logo, outra pergunta

vem à mente: o jornal acompanhou o avanço dos tempos? O capítulo começa, então, fazendo uma radiografia do informativo para comprovar que o semanário da Arquidiocese de São Paulo sempre esteve acompanhando as mudanças da sociedade. A Igreja, com o papel fundamental de reconciliar a boa nova de Jesus com o mundo, deve utilizar-se, inclusive, de meios modernos para esta missão. E *O São Paulo* não foge a essa regra. É preciso, no entanto, encarar a verdade: a baixa tiragem, se comparada ao passado, e o pouco interesse do clero levam a crer que, apesar de a ditadura ter sido uma página triste no jornal *O São Paulo*, este, hoje, passa por sua maior crise. *O São Paulo*, hoje, seria censurado? Por alguns motivos históricos básicos apresentados ao longo do capítulo, encontrar-se-á a resposta. Afirmar que atualmente o jornal passa por sua pior tortura não seria ousadia ou exagero, e neste capítulo entende-se o porquê. Por fim, são apresentadas soluções simples, porém eficazes, que, se aplicadas, contribuirão muito para que o informativo da Arquidiocese continue a desempenhar bem o papel de “Voz dos sem voz”, como era conhecido no passado.

Obedecendo aos apelos da Santa Sé, a Igreja de São Paulo veio, ao longo de sua história, investindo na comunicação em parceria com o Anúncio da Palavra de Deus e da vida eclesial de seus componentes. Algo profético, visto que o apóstolo dos gentios e patrono da cidade, São Paulo, foi quem, em primeiro lugar, compreendeu profundamente a idéia de levar o evangelho de Jesus a todas as criaturas. Missão que vem sendo assumida em 54 anos de evangelização pelo informativo arquidiocesano. Logo, é possível associar a vida do semanário da Arquidiocese de São Paulo à missão profética da Igreja de Cristo e encarar o jornal como um estudo teológico, que vem contribuir para que a Igreja de São Paulo cresça e se fortaleça. Essa é a sua missão, esse é o seu maior desafio.

## **CAPÍTULO I:**

### **ODORES DE UM PASSADO TRISTE**

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.<sup>1</sup>

Não se pode estudar história sem analisar diversos fatos. Não é possível fazer julgamentos justos destacando-se apenas um acontecimento. A ditadura militar marcou a história do Brasil e ficou conhecida mundialmente. No entanto, para entender o golpe militar, a censura aos meios de comunicação e suas conseqüências, faz-se necessário voltar no tempo, ainda no Brasil colonial, e entender que a intervenção militar fez parte de nossa formação e esteve sempre presente em nossa história.

#### **1.1 – Aprendendo com o passado**

Economia estabilizada, baixo índice de desemprego, Estado laico, abertura ao mercado mundial, programas de aceleração de desenvolvimento, dívida externa controlada. Não, não é um país desenvolvido que se descreve aqui, e sim o Brasil, um país em larga escala de ascensão, escolhido para sediar dois eventos mundiais: uma

---

<sup>1</sup> OLIVEIRA, Juarez de (Org.). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

Copa do Mundo (2014) e uma Olimpíada (a primeira em continente latino em 2016). Bem quisto pelos países já desenvolvidos, o país é um nicho de investimento e fontes sustentáveis. Com tantos acontecimentos positivos, não é de se estranhar que as novas gerações provavelmente nem saibam que o crescimento do país foi resultado de diversos fatos históricos: muitas lutas, lágrimas e vidas.

De fato, é mais saboroso celebrar a glória do que relembrar o dissabor da luta. No entanto a história é cíclica, e os acontecimentos sempre retornam disfarçados, com um perfume suave de fatos passados que se atualizam no tempo.<sup>2</sup>

Se atualmente há uma Constituição que garante direitos ao cidadão como o de ir e vir, a liberdade de expressão, o resguardo de nunca ser coagido e torturado, o direito de resposta, é importante saber que ela foi resultado de um trauma, de uma ferida que deixou cicatrizes profundas na história pessoal de muitas famílias.

Na história do Brasil, dentre tantos levantes e revoltas, o período conhecido como Ditadura Militar (1964-1985) merece um especial capítulo. Esta etapa da história nacional corresponde a uma profunda transformação social, econômica e política do país e aparece como um divisor de águas não só da vida do cidadão comum, mas do *ethos* de uma das mais fortes instituições existentes no mundo: a Igreja Católica.

A ditadura militar faz parte de uma longa tradição intervencionista que remonta a séculos anteriores da história do Brasil. O autoritarismo e o controle por parte de quem está no poder sempre fizeram parte da sociedade em todo mundo: “A história dessa microfísica do poder punitivo seria então uma genealogia ou uma peça para a genealogia da alma

---

<sup>2</sup> GUILLEBAUD, Jean-Calude. *Princípio de Humanidade*. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Idéias e Letras, 2008. p. 231 Et seq.

moderna.”<sup>3</sup> Não se pode falar em golpe militar, ditadura, repressão, lutas sociais na década de 1960, sem antes fazer um apanhado histórico e entender como o Brasil (representado na sua maioria pela classe média e alta) presenciou o golpe de 1964, festejou os militares no poder, sem saber da grande ferida que seria aberta na história da nação brasileira e do quanto este movimento chegou perto de se tornar uma guerra civil.

Voltando ao passado, ainda antes da Proclamação da República, durante a época escravista, registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares: a Confederação do Equador, movimento iniciado em Pernambuco, em 1824, e liderado pelo Frei Caneca, que terminou executado; a Cabanagem, no Pará, ocorrida entre 1835 e 1840, onde a repressão acarretou a morte de metade da população da província; a Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; a Sabinada, na Bahia, entre 1837 e 1838; a Balaiada, no Maranhão, entre 1838 e 1841, e tantas outras.

Na intenção de coibir todos estes movimentos populares, o país entra num processo de repressão e controle que, utilizando uma metáfora antiga, pode ser comparado a um veículo descendo uma avenida sem freios. Para fortalecer o “controle social”, é criada a Guarda Nacional em 1831, uma força auxiliar do Exército Brasileiro. Enquanto ao primeiro cabia a repressão a opositores internos, o segundo zelava contra agressões externas ao país. Cem anos antes do golpe militar, em 1864, o Exército ganhou força com a Guerra ao Paraguai (1864-1870), obtendo reconhecimento da sociedade, tornando-se uma potência independente e coibindo a Guarda Nacional, que acompanhava a delibitação dos velhos proprietários rurais frente ao crescimento da

---

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987. Um dos mais originais filósofos franceses do século XX, Michel Foucault pautou sua obra no exame das relações entre os modos de exercício de poder, a constituição de saberes e o estabelecimento da verdade.

burguesia nascente. A partir daí, o Exército passou a intervir abertamente também em questões políticas.<sup>4</sup>

Mas, apesar de progressista (não se pode esquecer a derrubada do imperador D. Pedro II para a implantação do sistema republicano no país), o exército não perderia seu caráter repressor. “O Exército era um instrumento rebelde, progressista frente às oligarquias monarquistas, e, ao mesmo tempo, repressivo, impiedoso frente às camadas mais pobres, que se levantavam em descontentamento na luta contra o poder central.”<sup>5</sup> Como exemplo desta ação enérgica do Exército junto às camadas populares, podemos citar os conflitos de Canudos (1897) e, já no início do século passado, do Contestado (1912), revoltas surgidas a partir de uma reflexão messiânica sobre a dor e do descontentamento com a pobreza.

No entanto, como pela lei natural da vida, tudo tem seu tempo áureo e também sua crise (quem passa por ela se fortifica), o exército começa a mergulhar em revoltas internas – levantes tenentistas (1922 e 1924), Coluna Prestes (1924-1927). Surge, então, a Aliança Liberal que lança Getúlio Vargas para a presidência da República. Na década de 1930, surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento que agrupava alguns comunistas e muitos políticos nacionalistas em torno de um programa que lutava por reforma agrária, independência e melhor distribuição de renda. Esse movimento ganha forças não só nas ruas, mas também nos quartéis militares.

O ano de 1935 é um marco para as Forças Armadas, que ganha força de instituição anticomunista a partir de um levante desencadeado pelo Partido Comunista (limitado aos

---

<sup>4</sup> Cf. ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1995. p. 54

<sup>5</sup> ARNS, Card. Paulo Evaristo. Op. Cit. p. 54.

quartéis) combatido e abafado pelos militares<sup>6</sup>. Esse episódio serviu de propósito para os militares implantarem sua ideologia anos depois, com o golpe de 1964. No ano de 1937, investidos de um espírito repressivo e aliados ao presidente Getúlio Vargas, os militares instauram o que ficou conhecido como Estado Novo<sup>7</sup>: uma forma de ditadura clara e explícita com nome atraente. Quando a Segunda Guerra Mundial é deflagrada, o Brasil vê a situação internacional refletida em seu meio político; começam as divisões internas e a repressão militar já não é tão forte.

A situação nesta fase é crítica. Algumas das realizações do Estado Novo, mesmo pequenas, ferem os interesses norte-americanos. Setores ligados aos Estados Unidos passam a conspirar contra o presidente Getúlio Vargas (incluindo alguns dos militares que comandariam a repressão no período da ditadura). Vargas é finalmente deposto em outubro de 1945, num golpe de Estado comandado pelo General Góis Monteiro. O período posterior, de 1946 a 1964, representaria uma fase de desenvolvimento econômico e profundas transformações na sociedade, inclusive estruturais.

Em 1947 o Marechal Eurico Gaspar Dutra ganha o poder de comandar a nação. Tal fato põe o movimento de direita política em destaque, inspirando os rumos da política nacional, conjuga os ideais militares americanos e o dos brasileiros (Pró- Estados Unidos) e configura o governo mais autoritário e rigidamente antipopular que já existira no país até então. Mesmo a vitória de Getúlio Vargas na eleição seguinte, trazendo em cena o que restara de democracia no país, não evitou que os ideais americanos perdessem força no território nacional. Ao contrário, só fez aumentar o

---

<sup>6</sup> Este levante ficou conhecido como a Intentona Comunista. Sobre os movimentos tenentistas e a Intentona Comunista: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira (período republicano)*. 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1986. p. 72-75.

<sup>7</sup> *Ib.* p. 79 Et seq – O Estado novo tinha como meta: as questões relacionadas ao fortalecimento do poder do Estado, o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e supervisão das diferentes esferas da vida social, bem como os mecanismos de integração e consolidação do poder nacional.

descontentamento daqueles que eram contra o movimento nacionalista, os militares. Em meio a altos e baixos, Getúlio Vargas leva seu governo de 1950 a 1954. No dia 24 de agosto de 1954, porém, não suportando a pressão contra o seu governo constitucionalista (que não apoiava os interesses do monopólio estrangeiro nem apoiava abertamente as insurreições populares) e sofrendo com os planos de uma deposição, surpreende a todos e põe fim à própria vida.<sup>8</sup> As manifestações populares contra sinais norte-americanos no país e a indignação de toda a nação diante do ocorrido fizeram com que, mais uma vez, o plano de um golpe de Estado fosse adiado.

Em 1956 Juscelino Kubitschek começa a escrever sua história e promete fazer o país crescer “50 anos em 5”. Mais uma vez, o Brasil vive momentos de profunda conturbação por conta de setores da ala direita governista. Não fosse a resistência de grupos nacionalistas dentro das Forças Armadas, os opositores teriam implantado o golpe que arquitetavam; porém, mais uma vez, tiveram que recuar e fazer novos planos. Isso lhes deu tempo de se estruturar e de criar a Escola de Guerra; a qual, fundada em 1949, reforçava uma ideologia conhecida como Doutrina de Segurança Nacional.

Terminado o mandato de Kubitschek, é eleito Jânio Quadros, figura popular que rapidamente cresce na opinião pública, mas que não fica muito tempo no poder. Em 25 de agosto de 1961, ele renuncia ao mandato presidencial. A crise institucional que se implanta representou o último ato dos preparativos para a ruptura de 1964<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Sobre este incidente: ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes 1995. p. 56-57.

<sup>9</sup> O vice de Jânio Quadros, João Goulart, era tido como radical pela hierarquia das Forças Armadas. Seu nome fora impugnado pelos ministros militares. A reação popular toma conta do país. Dentre tantas, a do Rio Grande do Sul é a mais energética, com o então governador Leonel Brizola. O Brasil, no seu levante popular, lutava por direitos trabalhistas, através das lutas sindicais, e pela reforma agrária. A elevada inflação da época, que atingiu índices de 74% em 1963, e a instabilidade do quadro político, não favorecia a pregação da direita junto à classe média em favor de mudanças que pudessem favorecer o governo. Era nítido o desejo por reformas. Cf. ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. São Paulo: Vozes 1995. p. 56 Et seq.

O contexto internacional da década de 1960 era marcado pela Guerra Fria, e Cuba, no continente americano, tinha sido o primeiro caso de sucesso dos comunistas. O eixo da luta entre capitalistas e comunistas tinha se deslocado para a América Central e os ditadores da União Soviética estavam investindo pesado no continente, enviando para lá bilhões de dólares e agentes da KGB. Em 1962, com a crise dos mísseis nucleares, que os russos haviam instalado clandestinamente no território cubano, quase é deflagrada uma guerra nuclear diante a tentativa de avanço imperialista dos soviéticos comunistas.

## **1.2 – No contexto da sociedade brasileira de 1964**

Entre agosto de 1961 e março de 1964, duas concepções antagônicas sobre o destino do Brasil quase resvalaram a uma guerra civil. A que estava no poder na ocasião, representada pelo presidente João Goulart, dizia defender a nação dos tentáculos econômicos do capitalismo internacional, particularmente dos monopólios sediados em Washington, aliado às forças da rapinagem nacional, predadora do patrimônio do povo. A que se encontrava na oposição, ao contrário, dizia que o perigo era outro; urgia salvar o país das garras do comunismo materialista e ateu, evitando que fosse satelitizado por Moscou. Havia de impedir-se por todos os meios que o Brasil virasse uma "outra Cuba"<sup>10</sup>. Nas etapas finais, como que encenando um Auto da Guerra Fria, os dois Brasis colocaram sua gente na rua. Marchas, comícios e passeatas se sucediam, enquanto greves e motins eclodiam por todos os lados.

---

<sup>10</sup> De acordo com a Doutrina da Segurança Nacional (*National Security*) desenvolvida pelo Pentágono, todos os movimentos políticos que ocorriam no mundo afetavam de algum modo os interesses estratégicos dos Estados Unidos. A Revolução Cubana de 1959 e as medidas sociais e políticas tomadas pelo regime de Fidel Castro, por exemplo, foram interpretadas pelos americanos como uma extensão dos projetos soviéticos de dominação da América Latina, região historicamente vinculada e subordinada a eles. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 174-209.

Entendi, logo de início, que o golpe viera para impedir que as Reformas de Base propostas pelo Jango fossem à frente e, mais que isso, para neutralizar o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro independente, com tecnologia e capital próprios. Visava, assim, promover a entrada das multinacionais, colocando o Brasil sob a dependência do capital industrial internacional.<sup>11</sup>

A tensão aumentava dia a dia e um clima de confronto armado pairava pesadamente no ar, até que as Forças Armadas, agindo a partir de 31 de março de 1964, inclinaram-se definitivamente por um dos lados. E não foi a ala do Exército Popular e Nacionalista idealizado pelos esquerdistas quem se impôs.

### **1.3 – Entendendo o golpe militar e a censura no Brasil**

Ideologicamente, o movimento de 1964 alicerçou-se nas teorias autoritárias aprendidas e difundidas no meio militar, reforçadas pelas doutrinas anticomunistas decorrentes da Guerra Fria.

Diziam tais doutrinas que, nas devidas circunstâncias, as Forças Armadas deveriam assumir o controle da nação brasileira, ainda que por meios excepcionais, para combater com mais eficácia a guerra revolucionária e psicológica desencadeada no mundo inteiro pelos comunistas, apoiados por Moscou, contra os valores cristãos e ocidentais. Ainda que para isso a intervenção armada tivesse que suspender ou cancelar as liberdades democráticas.

---

<sup>11</sup> Waldemar Rossi – Foi sindicalista no período ditadura na *Sofunge* (empresa de fundição, nas proximidades da Lapa). Foi militante contra o regime, sofreu as agruras desta opção e, junto a D. Paulo Evaristo Arns, fundou a Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, onde, atualmente, é o coordenador. Entrevistado em 15/07/2010.

Houve, assim, um enorme apoio ao golpe militar de 1964 pelas organizações de empresários, comerciantes e banqueiros, os quais, aliados às classes médias, temerosos dos comunistas, fizeram uma ampla frente comum contra o governo de João Goulart. “Era preciso depor o Jango e impedir, de imediato, a reação do movimento sindical mais combativo, aliado ao capital nacional, em oposição ao “imperialismo norte-americano” – jogo da “Guerra Fria”<sup>12</sup>. E, não só colaboraram para o sucesso do golpe, como, ao longo dos vinte anos seguintes, sustentaram abertamente o partido do governo, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, fundada em 1965).

Alguns ainda podem afirmar que a disposição de ajuda dos norte-americanos representou o último sinal para que os generais interessados em derrubar o presidente passassem à ação. “A ditadura veio, com o apoio do governo dos EUA, e das forças de intervenção daquele país para impor uma nova etapa no desenvolvimento industrial do país.”<sup>13</sup> No entanto, seria um simplismo afirmar que o movimento de 1964 resultou de um teleguiamento norte-americano, como o produto de uma grande conspiração do Departamento de Estado e da CIA norte-americana mancomunados contra o regime populista. O peso de uma ação golpista coordenada do exterior somente tem eficácia se estiver fortemente entrelaçada aos interesses internos da oposição e de parte considerável das classes sociais do país visado (basta verificar o fracasso rotundo da CIA em Cuba, por ocasião do desembarque promovido por ela na Baía dos Porcos, em abril de 1961).<sup>14</sup>

Desse modo, nada do que os serviços secretos americanos pudessem fazer teria

---

<sup>12</sup> Waldemar Rossi – Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

<sup>13</sup> *Ib.*

<sup>14</sup> Sobre esta idéia: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1971. p.11. Outras obras sobre o assunto: PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

resultado significativo, se não contassem com o apoio de parte considerável da opinião pública brasileira, hostil ao governo de João Goulart – político visto pela maioria da classe média brasileira como incompetente e incapaz de superar os problemas do desenvolvimento e da inflação, de fazer cessar a agitação social e de romper com a estagnação econômica em que o país mergulhara.

Depois de ter recuperado seus plenos poderes com o plebiscito de janeiro de 1963, a luta política entre esquerda e direita se intensificou e se disseminou por todo o Brasil. Os governadores dos Estados da Guanabara (Carlos Lacerda), Minas Gerais (Magalhães Pinto), São Paulo (Ademar de Barros), Paraná (Nei Braga) e Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti) eram anti-janguistas e praticamente desligaram-se do poder federal, recebendo aportes financeiros da Aliança para o Progresso diretamente dos Estados Unidos, sem que Brasília fosse consultada ou comunicada.

No interior das Forças Armadas pode-se dizer que, desde os acontecimentos de 1961, ocorrera uma nítida separação entre a oficialidade anti-janguista e o resto da tropa (suboficiais, sargentos, cabos e peças), quase sempre inclinada para Goulart. Cisão essa que gerava uma enorme intranqüilidade na corporação fardada.

O general Argemiro de Assis Brasil, chefe da Casa Militar e articulador do governo, montara um plano para colocar oficiais gerais que fossem ideologicamente afinados com o presidente nos principais postos-chave, garantindo assim o chamado “dispositivo militar”<sup>15</sup>, formado por cerca de “uns 20 generais” (que, na prática, acabou fracassando).

---

<sup>15</sup> Este “dispositivo militar” viria apoiado também pelas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e mudanças nas regras do jogo da sucessão presidencial. GASPARI, Elio. *A ditadura Envergonha*. Op. Cit. p. 51. Cf. CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Volume I. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1965. p. 513.

Em 12 de setembro de 1963, os sargentos da Marinha e da Aeronáutica, servindo em Brasília e liderados pelo sargento Antônio Prestes de Paula, insurgiram-se em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal em negar-lhes o direito de disputar eleições. Durante doze horas, eles controlaram o setor dos ministérios da capital. Rendidos, mais de 500 deles foram anistiados pelo presidente (posteriormente, com o sucesso do golpe de 1964, todos foram expulsos das suas respectivas corporações).

O fracassado levante foi visto pelos altos comandos como prova evidente “da infiltração comunista” e prenúncio do que poderia vir acontecer no futuro próximo: o ataque aberto dos escalões inferiores das Forças Armadas, incitados pelos janguistas, contra as instituições republicanas. Inúmeros oficiais, até então legalistas, denunciaram o rompimento do elo da cadeia de comando. Nos quartéis, na esquadra e nas bases aéreas aumentava a tensão entre os comandantes e os que ocupavam posições intermediárias entre eles e as tropas.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart decidiu fazer um comício de natureza radical na Central do Brasil, no Rio de Janeiro: “Tal comício era uma demonstração de força realizada como tentativa de paralisar a sedição, já em público andamento.”<sup>16</sup> Foi um momento forte na história do Brasil, mas que não deixa um saldo positivo para um enfrentamento concreto. Tal fato leva os generais a marcarem data, hora e local para sua ação “libertadora”.<sup>17</sup>

Os marinheiros da Armada, liderados pelo cabo Anselmo e organizados ao redor da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no dia 25 de março daquele

---

<sup>16</sup> ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. Op. Cit. p. 59.

<sup>17</sup> Sobre as lutas sociais no Brasil: BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

ano, alvoroçaram-se no Rio de Janeiro. Durante o chamado Motim da Semana Santa<sup>18</sup>, os 1200 marujos rebeldes concentrados no Palácio do Aço, sede do sindicato dos metalúrgicos, receberam ainda a adesão de um destacamento de 26 fuzileiros navais que havia se dirigido ao local para prendê-los.

João Goulart não demorou em anistiá-los. Dali em diante, por ter se posicionado novamente a favor dos estamentos subalternos, ferindo assim os princípios da hierarquia militar, o presidente não recebeu sustentação de praticamente mais ninguém na alta chefia militar.

O Baile da Ilha Fiscal do governo populista, por assim dizer, deu-se no dia 30 de março de 1964, véspera do golpe, ocasião em que o presidente compareceu a uma grande confraternização no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, onde recebeu as homenagens dos subtenentes e dos sargentos pela defesa que fizera dos interesses deles. Nessa oportunidade, discursou o cabo Anselmo, líder dos revoltosos do dia 25 de março. Foi a última aparição pública de Goulart como presidente.<sup>19</sup>

Assistindo a tudo pela televisão em sua casa, em Juiz de Fora, o general Olímpio Mourão Filho, que desde o dia 28 de março acertara comandar as tropas insurgentes, dali mesmo ordenou que os seus regimentos pegassem em armas e entrassem nos caminhões.

Na madrugada do dia 31 de março, as forças do general Olímpio Mourão Filho deixaram Juiz de Fora, sede da IV Região Militar, indo em direção ao Rio de Janeiro sem encontrar resistência. Aconselhado pelo general Amaury Krueel, comandante do II Exército, o presidente, pego de surpresa, quase paralisado, desistiu de manter qualquer resistência na ex-capital federal. Depois de decolar do Rio de Janeiro para

---

<sup>18</sup> Cf. blog: <<http://www.alertatotal.net/2007/04/grande-motim-vista.html>>. FERREIRA, Oliveira S. *O grande motim à vista*. Acessado em 19/10/2009.

<sup>19</sup> Sobre estes acontecimentos: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Op. Cit. p. 63 Et seq.

Brasília, vendo lá tudo perdido, Goulart decidiu voar para o Rio Grande do Sul, sua terra natal, para poder fazer uma avaliação da situação. No dia 2 de abril, após o presidente do Senado Auro de Moura Andrade ter declarado a vacância da presidência pela deserção de Goulart, ele partiu de Porto Alegre para asilar-se em terras uruguaias: “Nas barrancas do rio Uruguai, João Goulart viveu os últimos momentos de seu aniquilamento político num estado de deprimente solidão”<sup>20</sup>, de onde só voltou morto, vitimado por um ataque cardíaco em 6 de dezembro de 1976, como pré-figurou o embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon, em 1963, em meio ao levante promovido por Goulart: “Se Deus é realmente brasileiro, Goulart terá uma recaída do problema cardíaco que sofreu em 1962.”<sup>21</sup>

Nenhum tiro foi disparado em favor do governo de Goulart, nem uma só greve de protesto, das tantas que foram prometidas pelos sindicalistas, caso um levante militar ocorresse, durou mais de 24 horas. Em todo o país de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados e mais de 70 milhões de habitantes, nas primeiras 72 horas do alçamento só ocorreram 7 mortes. Ao embarcar para o exterior, Goulart deixou no total abandono milhares dos seus seguidores, estudantes, intelectuais, sindicalistas, militares das patentes menores, operários e gente do campo que, nos anos seguintes, sentiriam na carne as dores da orfandade a que foram relegados e a humilhação de ter apoiado um presidente que nem sequer ousou reagir ou defender-se.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. Op. Cit. p. 113.

<sup>21</sup> Ib. p. 98. *Telegrama 373*, de 21 de agosto de 1963, ao Departamento de Estado Americano. Tal fala remonta-se à isquemia sofrida por Jango durante uma visita oficial ao México, e denota o pensamento anticomunista americano sobre os levantes populistas de reforma fomentada por João Goulart.

<sup>22</sup> BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1977.

Enquanto isto, em Brasília, o general Artur da Costa e Silva, oficialmente Ministro da Guerra da presidência Ranieri Mazzilli (que mais uma vez substituiu João Goulart), autodesignado Comandante-em-Chefe da Revolução, recebia em reunião os líderes civis que haviam apoiado o golpe. O governador carioca Carlos Lacerda, falando em nome de todos, indicou o general Humberto Castello Branco como presidente temporário, até que ocorressem as novas eleições marcadas para 1965. Naquele momento havia ainda a crença de que a intervenção militar era apenas cirúrgica, transitória. Esperavam que as Forças Armadas se limitassem a fazer uma “limpeza geral” na vida pública, expurgando dela os populistas e os comunistas, restaurando o mais breve possível o poder aos civis a serem eleitos futuramente numa ordem “sanada”. Supunham, talvez, estar revivendo outro 29 de outubro de 1945, quando Getúlio Vargas fora deposto pelo Exército sem derramamento de sangue. Nenhum dos presentes naquela sala sequer conjecturou que aquilo era apenas o primeiro ato de um regime que se estenderia por um período de vinte anos.

### **1.3.1. – A censura no Brasil**

O golpe de 1964 teve fortes reflexos na vida política, econômica e social no Brasil. Na política porque o governo implantou os Atos Institucionais, que moldavam a estrutura da situação e abafavam qualquer proposta nacionalista visando uma reforma de base; social devido o silêncio imposto aos cidadãos, que, sob censura, não podiam almejar tecer qualquer comentário negativo ao governo; e econômica por conta da monopolização da economia, da abertura para investimento do capital estrangeiro (a tão famigerada dívida externa) e da imposição de um

modelo concentrador de renda e achatador de salários.<sup>23</sup>

Diante dessa realidade – principalmente do arrocho de salários que afetou diretamente a vida do povo e foi o principal responsável pela deterioração das camadas mais pobres da sociedade –, não é difícil imaginar que a mobilização política contrária ao sistema implantado pelas Forças Armadas e o poder Legislativo começaria a se articular novamente.

Como sindicalista atuante nas fábricas e nos encontros sindicais, percebi que o golpe atingiu, de cara, o movimento sindical, porque os principais sindicatos do país foram os primeiros a sofrer intervenção, tendo seus dirigentes cassados e, para seus lugares, nomeados interventores que se puseram a serviço da ditadura.<sup>24</sup>

Em defesa de seus interesses, o governo implanta o que ficou conhecido como Ato Institucional (AI): uma forma de controle social que visava coibir toda e qualquer manifestação contrária ao sistema vigente. “Foi necessário alterar a estrutura jurídica do país, reforçar o aparato de repressão e controle, modificar radicalmente o sistema de relação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.”<sup>25</sup> Em outras palavras, o Estado se armara para manter-se no poder, apesar do discurso de normalidade democrática.

Com o Ato Institucional, as Forças Armadas tinha a segurança de dominar a situação sustentada pela Lei. Por essa razão, impuseram diversas condições que, se quebradas, eram passíveis de represália, chegando até a tortura, como a história bem nos relata.

---

<sup>23</sup> Neste período, no Brasil, as greves começam a ganhar força com a estruturação dos movimentos sindicais. Apesar de crescentes, tais movimentos eram pouco representativos entre a classe média, que temia que, após alguma subversão, os militares fossem enérgicos na coibição. O jeito então para que as lideranças sindicais conseguissem maior adesão era relacionar as reivindicações nacional-reformistas à luta pelo reajuste salarial. ERICKSON, Kenneth. *The Brazilian Corporative State and Working-class Politics*. Califórnia: University of Califórnia Press, 1997, p. 116. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano*. Volume III. São Paulo: DIFEL 1986. p. 551.

<sup>24</sup> Waldemar Rossi – foi sindicalista na época da ditadura e hoje é o Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

<sup>25</sup> ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. Op. Cit. p. 60.

Fui preso e submetido à torturas, ficando assim por mais de quatro meses. Nesse tempo pude viver experiências riquíssimas, através dos contatos com tantos outros que passaram pela mesma cela do DOPS, no tempo do famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury - criador dos esquadrões da morte que proliferam por nosso imenso Brasil. Foi doloroso, mas rico conviver com tantos outros, com crenças diferentes da nossa, mas que partilhavam dos mesmos ideais e que tinham muito a nos ensinar, gente que foi fiel aos seus companheiros e que não tiveram medo da morte sob tortura.<sup>26</sup>

Quem mais sofreu com perseguições por parte do governo militar foram as mídias de comunicação de massa. Jornalistas, editores, escritores, filósofos, qualquer um que tentasse formar consciência ferindo “a ordem nacional” seria chamado a retratar-se. Essa retratação era executada da pior forma possível, reduzindo a dignidade da pessoa a nada. Sobre essa idéia, podemos ler a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, que descreve o modo como os delitos penais foram (e são) assimilados historicamente, Foucault tenciona mostrar e contrastar duas formas de exercício de poder<sup>27</sup>. Cada uma delas se mostrará no modo de tratamento concedido ao criminoso. Ao longo do tempo, a prática da repressão sempre foi usada por parte de quem está no poder.

A loucura da situação de tortura é esta: deseja-se que, através da dor e da degradação, um ser humano vire ‘coisa’ e ao mesmo tempo permaneça gente para que reconheça no torturador um outro ser humano, pois se tal reconhecimento não existir, não pode haver

---

<sup>26</sup> Waldemar Rossi – foi sindicalista na época da ditadura e hoje é o Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

<sup>27</sup> 1º – Regime absolutista, onde é delineado um poder que se exercita e se reafirma por meio do severo exercício da punição (suplício); 2º – Mundo emergente pós-revolução francesa, onde a caracterização daquilo que Foucault chama de *sociedade disciplinar* é uma modalidade de poder que perduraria até nossos dias e que tem como viés a preocupação com o vigiar e disciplinar (prisão). FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução: Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

confissão, não pode haver compilação e sobretudo não pode haver admissão do poder do torturador.<sup>28</sup>

É mais fácil coibir do que convencer (quando se deseja legitimar autoridade). Essa é a melhor justificativa para entender o sistema de censura no Brasil e no mundo.

O primeiro Ato Institucional implantado pelos militares ocorreu em 9 de abril de 1964 e determinava: “A Revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma.” No fim de seu prazo para cassações, em 11 de junho do mesmo ano, pode-se contabilizar mais de 378<sup>29</sup> atingidos.

Nas eleições de 1965, o governo perde dois importantes estados: Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que motiva, em outubro do mesmo ano, o 2º Ato Institucional, que acabava com todos os partidos políticos e permitia ao Exército fechar o Congresso Nacional quando bem entendesse; tornava indireta as eleições para presidente da República e estendia aos civis a abrangência da justiça militar. O AI 3 chega para pressionar ainda mais e torna indireta, também, as eleições para governador nos estados. O General Costa e Silva, ministro da guerra, assume a presidência em março de 1967 e o país entra na era conhecida como “linha dura”. O país ganha uma nova Constituição, uma nova Lei de Segurança Nacional e uma Lei de Imprensa, que chega a estabelecer a infalibilidade do presidente e de alguns mandatários do regime.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> CHAUI, Marilena. *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais*. ELOYSA, Branca (Org.). Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>29</sup> Entre o cassados: três ex-presidentes (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de estado, dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos, e abriram-se aproximadamente cinco mil investigações, atingindo mais de 4 mil pessoas. Cf. ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. p. 61.

<sup>30</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.75.

Porém, o estopim para aquilo que ficou conhecido como “uma das mais humilhantes páginas da história brasileira”<sup>31</sup>, o AI 5, aconteceu em março de 1968.

Foi um tempo de chumbo, de obscurantismo, de golpe e ditadura militar. Com a deslavada desculpa de defender o país do perigo comunista, as forças retrógradas da direita, com apoio dos Estados Unidos, deram golpe militar: marcado por incompetência, corrupções, arbítrios, perseguições, torturas e mortes.<sup>32</sup>

Mobilizada, a oposição ao regime se fortalece de novo através de manifestações populares nas ruas, nas fábricas e nas escolas. Numa delas, organizadas por estudantes no Rio de Janeiro, a polícia intervém ferrenhamente. Além de prender e ferir diversos estudantes, a polícia mata o jovem secundarista Edson Luís, de 18 anos. Tal acontecimento espalha pelo país uma leva de manifestações e protestos. No dia 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixa o Ato Institucional nº 5, cujo prazo, ao contrário de seus predecessores, não tinha vigência. Costa e Silva adoecer, de forma não muito clara, e o Congresso Nacional é reaberto, apenas para referendar o nome de Emílio Garrastazu Médici, indicado para a presidência, após o nome de Pedro Aleixo (vice-presidente de Costa e Silva) ser vetado pelos militares. “Vivia-se um ciclo de crescimento inédito na história nacional. Desde 1968 a economia mostrara-se não só revigorada, mas também reorientada. O ano de 1969 fechara sem deixar margem a dúvidas: 9,5% de crescimento do Produto Interno Bruto, 11% da expansão do setor industrial e inflação estabilizada pouco abaixo dos 20% anuais. Depois de quinze anos de virtual estagnação, as exportações chegaram a 1,8 bilhão de dólares, com um crescimento, com um crescimento de 23% em relação ao ano anterior. A taxa de

---

<sup>31</sup> SOUZA, Ney (Org.). *Catolicismo em São Paulo. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 527.

<sup>32</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo emérito de Blumenau – SC. Foi Editor e Diretor de Redação do jornal O São Paulo durante a ditadura militar. Entrevistado em 13/07/2010.

poupança bruta ficara em 21,3%, índice jamais atingido e jamais igualado.”<sup>33</sup>

Se por um lado prosperava a economia, favorecendo principalmente a classe média, por outro, prosperaram também as repressões, torturas e mortes impostas pelo regime (principalmente na classe média militante, que lutava por um país mais livre e igualitário).<sup>34</sup> E isto não era motivo de orgulho para o país.

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, o Estado nacional conheceu toda a dor causada pela tortura, pelos gritos silenciados, pelas mordanças impostas, pela pressão psicológica, pela censura feita aos veículos de comunicação e pelo exílio político. Nesta fase da história do país, presenciou-se toda a falta de dignidade em vista da defesa de uma ideologia de poucos.<sup>35</sup>

### **1.3.2. – A participação da Igreja Católica**

Se, para a sociedade brasileira, a década de 1960 representa uma passagem histórica por conta das lutas sociais, transformações políticas e econômicas, para a Igreja Católica, esse período é marcado pelo despertar de idéias renovadas, a partir de um novo olhar para o mundo e para o homem que dele faz parte.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) gerou uma renovação da vida eclesial em todo o mundo. “A Igreja que foi definida no Concílio Vaticano II, não mais como Sociedade Perfeita, mas como Povo de Deus, aqui na América Latina se apresentava não como uma sociedade laica avançada, mas como um povo, na sua maioria

---

<sup>33</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Op. Cit. p. 208.

<sup>34</sup> Algumas obras que podem ser consultadas: COMBLAIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978; MORAES, Dênis - *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1989.

<sup>35</sup> ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. Op. Cit. p. 63.

esmagadora, crente em Deus, oprimido e explorado, com sede de libertação.”<sup>36</sup> E se tal fato causou grande turbulência e divisões na mais antiga instituição da história da humanidade em nível mundial, imagine-o em terras latinas, profundamente marcadas pela exploração e luta social pela igualdade de direitos. Mais ainda, imagine isso no Brasil de 1968, onde toda e qualquer manifestação contra o poder instituído era considerada subversão, terrorismo ou comunismo e, logo, motivo de repressão e tortura.

O Concílio da era moderna se constituiu no maior evento da Igreja Católica no século XX. Desde sua surpreendente convocação pelo Papa João XXIII em 1959, o Concílio provocou um movimento grandioso de abertura da Igreja à realidade histórica.

Em geral, tínhamos eclesiologia muito fechada, voltada exclusivamente à própria Igreja, pouco dialogante com o mundo, Igrejas cristãs e não cristãs. O Concílio Vaticano II, sobretudo na *Lúmen Gentium*, *Gaudium et Spes*, *Unitatis redintegratio* e *Ad gentes*, nos oferece eclesiologia aberta, comprometida com as alegrias e tristezas, esperanças e angústias dos homens de nosso tempo e em franco diálogo ecumênico, inter-religioso.<sup>37</sup>

A palavra que mais caracteriza o Concílio é, sem dúvida, *aggiornamento* (ou atualização). Esse *aggiornamento* fez com que a Igreja enfrentasse a velha eclesiologia de cunho triunfalista, clerical e jurisdicista.

A guinada que começaria a reverter essa situação viria na década de 1960, sobretudo a partir de 1962, quando se realizou a primeira sessão do Concílio Vaticano II. Postos em contato com as

---

<sup>36</sup> Frei Ismael Martignago, Frade Menor Capuchinho. Foi quem assumiu o jornal *O São Paulo* após a censura militar.

<sup>37</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau, SC. Entrevistado em 13/07/2010.

novas correntes do pensamento católico europeu e latino-americano, os bispos brasileiros dariam início a uma profunda mudança no seu discurso perante a realidade social, em seus posicionamentos políticos e em sua própria estrutura organizacional.<sup>38</sup>

Trata-se de um caminho já começado pelo Papa Pio XII por meio de sua encíclica *Mystici Corporis*, com a qual se dá um primeiro ensaio na superação dos esquemas meramente jurídicos e societários da eclesiologia da contra-reforma.

Constitui-se, verdadeiramente, uma grande revolução eclesiológica<sup>39</sup>.

Embora houvesse aquela formulação de Igreja tridentina, as rupturas que iam se pronunciando para com uma Igreja extremamente clerical estavam abrindo as portas para a valorização dos leigos e para a visão de uma Igreja da colegialidade dos bispos.<sup>40</sup>

De uma Igreja triunfante a uma Igreja servidora do mundo<sup>41</sup>, profundamente atenta aos sinais dos tempos<sup>42</sup>. Agora, em vez de destaque ao clero e à hierarquia, a Igreja se autodefinia como “Povo de Deus”, rico em carismas dados pelo Espírito. Essa nova forma de encarar o exercício de sua fé desencadearia uma verdadeira crise na instituição:

---

<sup>38</sup> NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 78.

<sup>39</sup> No interior da Igreja, surgia, no início da década de 1960 e principalmente após a Conferência de Puebla, o ideal de luta e conquista de justiça igualitária. Começava a organizar-se o movimento de CEB's: Comunidades Eclesiais de Base. Sobre esta transformação: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (Orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM. 1986. p. 208. Cf. CIPIANI, Card. Juan Luis (et.al.). *Concílio Vaticano II – perspectivas para el tercer milenio*. Lima: VE, 2006. p. 200.

<sup>40</sup> Frei Ismael Martignago é Franciscano da Imaculada Conceição. Foi o primeiro a assumir a redação do jornal *O São Paulo* no fim da ditadura militar. Acompanhou o processo de liberdade de expressão do jornal. Entrevistado em 23/07/2010.

<sup>41</sup> *Gaudium et Spes* n°. 40-43.

<sup>42</sup> *Ib.* n°. 4, 11 e 44.

Dezenas de milhares de religiosos, em várias partes do mundo, deixaram o ministério. Somente no Brasil, quase dois mil padres deixaram a batina entre 1967 e 1976, fazendo com que o total de padres em 1977 caísse para abaixo dos costumeiros 13 mil. [...] Para os bispos, essa era uma situação dolorosa, que golpeava a capacidade de comandar seu clero, guiar seu rebanho e mostrar uma face segura aos militares.<sup>43</sup>

Esse novo jeito de ser Igreja também chega ao Brasil e, com o tempo, abala a relação entre Igreja e Estado, que sempre fora muito delicada.

Essa relação de proximidade acarreta uma dificuldade de análise da relação entre o catolicismo e o regime político-militar iniciado em 1964. A Igreja e o Estado eram duas instituições que se projetavam como detentoras de poder e que possuíam, cada uma a seu modo, instrumentos e dispositivos para levar à frente os seus objetivos próprios.<sup>44</sup>

Logo, pode-se afirmar que, apesar de ter rompido com o Estado em 1891, a Igreja dependia deste para sua expansão, e o Estado, por sua vez, dependia do clero para manter a sacralidade legitimadora de seu poder, e ambos viviam numa relação de proveito e conveniência:

A Igreja é separada do Estado. [...] Se a Igreja é separada do Estado, o desenvolvimento material é deste, o espiritual é da Igreja. Mas muito a Igreja pode ajudar o Estado, no esclarecimento, nas obras de assistência e mesmo na formação de uma consciência quanto ao desenvolvimento. O Estado tem

---

<sup>43</sup> SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; p. 104

<sup>44</sup> SOUZA, Ney (Org.). *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p. 513.

órgãos para planejar e executar o desenvolvimento. Não delegará nenhuma função a nenhum órgão do próprio Estado, nem fora.<sup>45</sup>

E, apesar de ser neutra nas decisões do governo, a Igreja se vê diante de um dilema: como se portar frente o aumento da repressão por parte da ditadura militar em 1968?

De fato, até o início dos anos 1970, a maioria dos bispos mantinha uma cautelosa, porém, esperançosa atitude em relação ao regime, e permaneceu praticamente em silêncio enquanto os católicos radicais eram presos e torturados. Em 1964, dom Alberto Gaudêncio Ramos, o Arcebispo de Belém, na verdade, colaborou com a polícia na detenção de padres subversivos.<sup>46</sup>

### 1.3.2.1 – A Conferência de Medellín

A Igreja latino-americana e caribenha configurada no período anterior ao Concílio Vaticano II se caracterizava como mera reprodução eclesial e eclesiológica do modelo de Igreja forjado pelo sistema de cristandade medieval, que se estendeu do século IV ao século XX. São, portanto, dezesseis séculos de um modelo monolítico, eurocultural e eurocêntrico reproduzido em todo o mundo ocidental católico.

Pois bem, se as reações às conclusões conciliares já começaram dentro mesmo do próprio Concílio e se arrefeceram no imediato pós-Concílio, pensemos em América Latina e no Brasil de 1968, quando o desabrochar do evento mundial ganha dimensões locais através da realização de uma Conferência Episcopal Latino Americana em

---

<sup>45</sup> CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO, *As relações Igreja-Estado no Brasil*. In: SOUZA, Ney (Org.). *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p. 513.

<sup>46</sup> SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.104.

Medellín<sup>47</sup>, capital da Colômbia. As Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano marcam uma tomada de consciência mais profunda dos problemas da América Latina, especialmente os vinculados a injustiças, desigualdades e pobreza.

O documento de Medellín, que pelo meu modo de pensar, foi o pai dos documentos subseqüentes do CELAM, influenciou muito na colegialidade, na valorização dos leigos, na multiplicação das comunidades eclesiais de base e na opção preferencial pelos pobres e no deslocamento dos cuidados mais urgentes da Igreja, para a periferia. Hoje estas coisas estão incorporadas na rotina de muitas dioceses, mas no tempo eram ações de vanguarda.<sup>48</sup>

Três aspectos marcam a eclesiologia pregada em Medellín, todos ligados à pobreza (Uma igreja pobre solidária com o pobre). Neste contexto, uma Igreja pobre:

**1. Denuncia a carência injusta dos bens deste mundo e o pecado que a engendra.** Ou seja, o postulado eclesial se condensa na expressão altamente relevante “Igreja pobre”, cujo princípio regente é de cunho bíblico e cristológico colocado ao longo do texto como justificativa. Uma Igreja pobre é derivada e, simultaneamente, extensão do Cristo pobre. O primeiro compromisso da Igreja frente à pobreza aviltante da vida dos pobres é profético, isto é, tal pobreza não é interpretada e compreendida como se fosse casualmente algo fatalista. Tal pobreza é definida como sendo “carência injusta dos bens deste mundo” e, por isso, deve ser denunciada. A melhor denúncia é a

---

<sup>47</sup> Há uma preocupação em destacar Medellín enquanto Conferência Episcopal. Não querendo acarretar um erro histórico, esquecendo do Rio de Janeiro em 1955, Medellín foi a primeira vez que os bispos se reuniram na América Latina com as bênçãos de Roma no recém criado Conselho Episcopal Latino-Americano. É quando realmente, em meio a conflitos, a Igreja se posicionou em seu caráter eclesial, teológico e pastoral.

<sup>48</sup> Ismael Martignago. Franciscano da Imaculada Conceição. Foi chefe da redação do *O São Paulo* no final da ditadura e pós-regime militar. Entrevistado em 23/07/2010.

solidariedade da Igreja sendo ela mesma pobre com os pobres. A injustiça é um pecado gravíssimo por ser ela que engendra a pobreza dos pobres;

**2. Prega e vive a pobreza espiritual como atitude de infância espiritual e abertura para o Senhor.** Trata-se de uma Igreja que carrega no anúncio da Palavra a profunda espiritualidade do Magnificat, das bem-aventuranças e do Reino de Deus como critérios que relativiza a riqueza deste mundo transformada em materialismo idolátrico, para afirmar sua confiança na providência e gratuidade do Deus-Pai;

**3. Compromete-se ela mesma com a pobreza material. A pobreza da Igreja é, com efeito, uma constante na história da salvação.** Isto é, a pobreza que destrói a vida dos pobres é a privação dos bens materiais da criação do Deus-Pai que suprem as necessidades básicas e fundamentais para o sustento da vida humana. Ter as necessidades materiais básicas atendidas a partir do critério doutrinário do destino universal dos bens da criação é um direito inalienável do ser humano. A pobreza material significa o crescente despojar, espoliar e expropriar os pobres de tais direitos. A este processo de esbulho dos direitos dos pobres terem o mínimo para sobreviver dignamente, a Igreja deve responder com o seu costume histórico de ser pobre com os pobres no horizonte cristológico.

Fomentada pelo espírito de desapego e comprometimento social resultante dessa Conferência Latino-Americana, a Igreja se divide: “À direita, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança. À esquerda, estavam os militantes da ACB, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiavam as reformas sociais.”<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na Sombra*. Op. Cit. p. 104

Tal fato seria coincidência histórica, providência divina? Os mais prudentes apoiariam a primeira idéia e os mais fervorosos a segunda, e com certeza não chegariam num acordo. O que se constatou com o tempo é que a união destes dois acontecimentos – chegada ao Brasil das idéias Conciliares e ditadura militar – mudaria, e muito, a forma de agir da Igreja Católica. E mais, frente à repressão que se instaurava no país, como se comportar sendo fiel ao evangelho e, ao mesmo tempo, não ferir a integralidade frágil da relação com o Estado?

### **1.3.2.2 – Uma Igreja comprometida com o Evangelho**

É claro que não é possível servir a dois senhores<sup>50</sup>. E a Igreja, fiel ao mandamento que recebeu, vê-se obrigada a tomar uma posição. A sociedade se dividira e, logo, a Igreja também. Com medo de ser vítima do comunismo (legitimado pelo regime militar), o cidadão comum acredita na idéia de um sistema que possa estabelecer a ordem e garantir o futuro tranqüilo de sua família e apóia o regime militar, junto com boa parte do clero daquela época.

A Igreja no início, com raras exceções, apoiou o levante militar. Isto aconteceu ou por falta de uma apreciação correta da realidade ou porque de fato algo não ia bem no governo legitimamente constituído. Havia bispos de primeira linha, e nada ingênuos, que apoiaram o golpe no primeiro momento. Mas ninguém pensava que se tratava de uma ditadura e que o destino da nação iria ser entregue nas mãos dos militares. Todos pensavam que, passadas as circunstâncias que motivaram tal fato, uma democracia mais limpa iria nascer, que o

---

<sup>50</sup> Mt 6,24.

poder seria entregue novamente aos civis e, afastados certos entulhos, o povo teria possibilidade de escolher, com mais consciência, seus dirigentes. O que não aconteceu.<sup>51</sup>

Tendo à frente o governador de São Paulo Ademar de Barros, 500 mil senhoras católicas, atendendo ao chamado da União Cívica Feminina, desfilaram na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Essa passeata ocorreu em 19 de março de 1964, um dia antes do golpe militar. “A compreensão de Igreja como ‘unidade na diversidade’ tornou-se ambígua no seio da própria Igreja neste tempo.”<sup>52</sup>

“Em tempo de profunda conturbação social e política, foi criada a Tradição, Família e Prosperidade (TFP), grupo ligado aos setores mais conservadores do catolicismo no Brasil.”<sup>53</sup> E se de um lado temos a TFP de Plínio Correia de Oliveira<sup>54</sup> e as idéias pró-regime militar de D. Geraldo Sigaud<sup>55</sup>, de outro possuímos a força, a garra e o testemunho profético de dois ícones religiosos da década: D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns.

Tais figuras-símbolo seriam emblemáticas no novo compromisso da Igreja católica com as causas do povo, traduzidas agora nos novos ditames da Teologia da

<sup>51</sup> Frei Ismael Martignago. Entrevistado em 23/07/2010.

<sup>52</sup> SOUZA, Ney (Org.). *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p. 531.

<sup>53</sup> NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 78.

<sup>54</sup> Plínio Corrêa de Oliveira (São Paulo, 13 de dezembro de 1908 — 3 de outubro de 1995) foi um homem de ação, escritor, pensador, e historiador brasileiro, fundador da organização Tradição, Família e Propriedade (TFP), de inspiração católico-tradicionista. Iniciou sua vida pública em 1933 e, atuando como líder católico, especialmente nas Congregações Marianas, foi um dos expoentes do pensamento católico tradicionalista e conservador do século XX no Brasil. Cf.: <<http://www.wikipedia.org>>. Acessado em 28/10/2009.

<sup>55</sup> Dom Geraldo de Proença Sigaud SVD (Belo Horizonte, 26 de setembro de 1909 — 5 de setembro de 1999) foi religioso verbita, Bispo da Diocese de Jacarezinho (1947-1961) e Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Diamantina (1961-1980). Professor Catedrático de Direito Escolar, Filosofia da Educação, História da Educação na Faculdade *Sedis Sapientiae* da Universidade Católica de São Paulo; professor Catedrático de História da Filosofia na Faculdade de Filosofia em Jacarezinho. Dom Sigaud foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Dom Sigaud fez críticas severas ao chamado clero progressista, entrando em confronto muitas vezes com Dom Hélder Câmara: uma de suas frases foi “Confissões não se conseguem com bombons.” Cf.: <<http://www.wikipedia.org>>. Acessado em 28/10/2009.

Libertação, em que a fé e a política tornavam-se termos indissociáveis e praticamente intercambiáveis. Junto com eles uma leva de sacerdotes passou a lutar pela justiça e libertação de presos políticos; isto quando eles mesmos não eram as vítimas do regime.

Após a implantação do regime militar, a dignidade da pessoa humana deixou de existir no país. A Igreja Católica no Brasil se vê atingida pela violência implantada e pelo AI-5. “Pela primeira vez na história da Igreja brasileira um padre fora assassinado por motivos políticos”<sup>56</sup>. Padre Antônio Henrique Pereira Neto, 28 anos, assistente para assuntos relacionados à juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, foi encontrado morto nas cercanias das residências da cidade universitária do Recife. A data era 27 de maio de 1969; o padre tinha uma corda em volta do pescoço, feridas por todo o corpo, marcas de um tiro na cabeça e cortes de facão na cabeça e na barriga. Um crime brutal que fora cometido para abalar emocionalmente D. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e militante contra os crimes cometidos pelo regime militar: padre Henrique era como um filho para D. Helder. O crime foi tido como passional e o acontecimento serviu como inibidor de protestos e pretexto para quem buscava desculpas para se calar. D. Helder, porém, não ficou parado. Mesmo ameaçado outras vezes, ele não descansaria enquanto as torturas não parassem de acontecer.

Outro fato curioso aconteceu na Grande São Paulo no início de outubro de 1969. A *Operação Bandeirante*<sup>57</sup> (OBAN) invadiu o *Lar Santana*, em Ribeirão Preto, “instituição que (segundo os militares) protegia simultaneamente menores abandonados

---

<sup>56</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 261.

<sup>57</sup> A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de informações, investigações e tortura montado e coordenado pelo Exército do Brasil em 1969, integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda que tinham por objetivo confrontar o regime ditatorial que vigorava desde 1964 no Brasil.

e militantes das Forças Armadas da Libertação Nacional<sup>58</sup> (FALN).”<sup>59</sup> Lá foram encontrados produtos químicos usados na fabricação de bombas. A responsável pelo espaço era a madre Maurina Borges da Silveira<sup>60</sup>, que foi torturada, difamada e “teve que assinar de maneira forçada uma confissão, admitindo que era amante de um jovem militante da FALN”.<sup>61</sup> Foi o primeiro caso conhecido de uma religiosa presa e torturada, e também o estopim para que D. Paulo Evaristo Arns buscasse justiça contra as arbitrariedades dos militares.

Em todo o Brasil, Dioceses e Arquidioceses se viram inseridas em conflitos com os militares de forma direta ou indireta. Tencionada em todo este turbilhão de acontecimentos, a Arquidiocese de São Paulo também participou de cada momento da história da censura no Brasil. Seu maior expoente, o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, foi um grande colaborador da implantação da justiça contra as arbitrariedades do AI-5 e as prisões e torturas dos opositoristas ao regime militar, e em favor da liberdade de expressão e da justiça social. D. Paulo assumiu de forma muito clara sua posição no momento pré-golpe, sendo favorável à instalação dos militares em 1964. No entanto, seu posicionamento, frente aos atos da ditadura, foi radicalmente alterado, principalmente após o governo do General Castello Branco (1964-1967). Em novembro de 1970, ele assume a Arquidiocese de São Paulo, que, pela primeira vez tem sua sede cardinalícia entregue a um religioso.

---

<sup>58</sup> As Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN) foram uma organização de atuação muito breve, sua vida orgânica foi de 1967 a 1969. Em Ribeirão Preto e região foi articulado um movimento denominado, primeiramente, Frente de Libertação Nacional e, mais tarde, definido o posicionamento pela Forças Armadas de Libertação. A FALN foi uma dissidência do Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de Ribeirão, processo esse que se iniciou em 1966. A organização se espalhou por 40 municípios da região, contando em seus quadros com estudantes, intelectuais, operários e camponeses, além de religiosos.

<sup>59</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Op. Cit. p. 265.

<sup>60</sup> Madre Maurina Borges da Silveira é religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição. Reside atualmente em um convento para religiosas idosas em Araraquara, interior de São Paulo. Busquei conversar com madre Maurina, mas ela não fala (ou não lhe é permitido falar) sobre o assunto, muito menos a provincial da ordem terceira das franciscanas, que foi quem me atendeu.

<sup>61</sup> Loco Citado.

A gente logo percebeu que os governos militares não estavam preparados para dirigir o Brasil, o que mais parecia preparado era o primeiro, e todos os outros nos pareciam, como também parecem até hoje, despreparados para governar o Brasil, tanto do ponto de vista econômico, social, quanto do ponto de vista sobretudo político e de participação do povo.<sup>62</sup>

Seu primeiro gesto frente à tão grande Arquidiocese e em meio ao turbilhão do regime militar ocorreu em 29 de dezembro daquele mesmo ano. Ele encontrou-se com o comandante do II Exército e presenteou-o com um de seus livros: *A guerra acabará se você quiser*<sup>63</sup>. A sua luta contra o regime militar começaria 29 dias após esse encontro. O cardeal Arns sempre resistiu às investidas do regime militar, por mais que isso lhe custasse difamação moral, ou até mesmo a desconfiança do alto clero romano. Algumas provocações, oriundas de órgãos repressores, ficaram registradas e fazem parte do Arquivo Público de São Paulo, nos anais do Departamento de Ordem Política e Social como o que se segue:

No dia em que o Partido Comunista conseguir sair vitorioso no Brasil, o primeiro a merecer uma estátua em praça pública não será Carlos Prestes, mas o ilustre cardeal de S. Paulo D. Evaristo Arns, que se especializou em provocar o regime e apoiar tudo aquilo que sirva de instrumento contra ele.<sup>64</sup>

Junto com a repressão física, a Igreja paulistana via seus meios de comunicação sendo calados por conta da ditadura e seu clero perseguido e torturado. De 1968 a 1978,

---

<sup>62</sup> LANZA, Fábio. *Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: A memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar*. Texto apresentado no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura. UFGD: de Dourados, MS. Abril, 2006 e no VII SEPECH – Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – UEL, Londrina PR: setembro, 2008. p. 8.

<sup>63</sup> *Folha de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1970. p. 3. In: GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Op. Cit. p. 318.

<sup>64</sup> AESP. DEOPS n 50-D-26-5708-5710. Relatório Mensal nº 3/78 CISA. In: GOMES, Edgar da Silva. Censurado: o jornal *São Paulo* e a ditadura militar 1964-1985. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v.13, n.50, 2005. p.149.

o jornal *O São Paulo* ficou proibido de circular, sendo permitida sua veiculação somente após prévia revisão, tudo por conta da desconfiança de uma política comunista implantado na redação do semanário. “As matérias censuradas no jornal *O São Paulo* foram basicamente aquelas que tinham como objetivo conscientizar a população.”<sup>65</sup> As notícias censuradas foram substituídas por anúncios, havia até grandes lacunas sem notícia alguma. “O regime, com o pretexto de manter um ‘Estado Democrático’ e impedir o comunismo, alienou a sociedade impondo um ‘Estado de Terror’.”<sup>66</sup> A reação da Igreja local não demoraria a acontecer.

Muitas lutas foram travadas neste período. O início da reação, em nível internacional, como um grito ao mundo de “basta às torturas e mortes injustas no Brasil”, se deu em dezembro de 1969 com o professor Ralph della Cava, conhecido no meio eclesiástico militante por defender os direitos civis dos negros americanos e das manifestações contra a guerra no Vietnã. Ele vivera quase um ano no Brasil, pesquisando a vida de Cícero Romão Batista, o padre Cícero. Neste período, residia em Nova Iorque. Ao seu apartamento foram enviados, por intermédio do padre episcopal Willian Wipfler, encarregado pela seção latino-americana do Conselho de Igrejas Cristãs dos Estados Unidos, três “visitantes”, que sabiam muito bem tudo o que acontecia no Brasil: Domício Pereira, Jether Ramalho e Rubem César Fernandes.

Os exilados mostraram-lhe o que haviam mostrado a Wipfler. Eram onze documentos, com o relato das torturas praticadas em Belo Horizonte, a descrição do assassinato do padre Henrique, bem como

---

<sup>65</sup> *Ib.* p. 154.

<sup>66</sup> *Ib.* p.141.

denúncias esparsas vindas dos porões da ilha das Flores e do quartel da PE da Vila Militar.<sup>67</sup>

O material caíra na hora certa, nas mãos da pessoa certa. Contando com o apoio da rede religiosa local e a influência do professor Cândido Mendes<sup>68</sup> monta-se um dossiê com os relatos de tortura e morte em terras brasileiras. Tal dossiê, após “passear” por diversas mãos, é publicado em dezembro de 1969 na revista francesa *Croissance des Jeunes Nations*. No Vaticano, as notícias chegam como uma bomba. “As denúncias de tortura nunca deixaram de chegar nem à mesa dos bispos [da CNBB] nem à do núncio.”<sup>69</sup> E a forma de governo que surgiu do desejo de uma sociedade organizada a partir do ponto de vista de alguns, e abençoada por uma parte do clero em 1964, agora comprava uma briga feia com o Papa. Paulo VI foi audaz no caso das torturas no Brasil, pois ele mesmo aprendeu desde cedo, com a guerra, que a lógica dos poderosos abriga um cemitério de inocentes. No dia 26 de janeiro de 1970, Paulo VI recebe em seu gabinete D. Helder Câmara e lhe faz portador de uma mensagem: “A Igreja não deverá tolerar mais as atrocidades e torturas cometidas num país que se diz católico.”<sup>70</sup> O que o sumo pontífice desejava era que tudo fosse desmentido, ou que não passasse de um caso ou outro isolado. Mediante o silêncio de respostas oriundas do Brasil, um só pronunciamento se fez ouvir e ele veio de D. Agnelo Rossi, mal dizendo o que chamou de “maledicência organizada internacionalmente”: “Detesto a demagogia e é indigno e impatriótico denunciar alguma coisa de seu país no exterior. Havendo roupa suja, lava-se em casa.”<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Op. Cit. p. 271.

<sup>68</sup> Cândido Mendes, irmão do então bispo D. Luciano Mendes, era dono de uma das maiores universidades privadas do país e transitava com desembaraço entre a esquerda e a direita. Abrigara perseguidos políticos durante o governo Castello Branco e tinha uma singular militância na Igreja. Ib. p. 270.

<sup>69</sup> Ib. p. 276.

<sup>70</sup> Ib. p. 278.

<sup>71</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. Op. Cit. p. 279.

A Igreja sofria junto com o povo por conta do direito de formar uma consciência crítica. Para os mais abastados, que montavam sua riqueza à custa da exploração da população, ter consciência formada é uma ameaça. Para quê um povo educado, de consciência bem formada? Uma população ignorante é muito mais fácil de manipular. Em 1973, a rádio Nove de Julho é censurada e proibida de emitir sua frequência; sua concessão era cassada.

A década de 1970 marcaria a grande virada na situação da Igreja Católica frente ao regime militar. D. Paulo Evaristo Arns, seria um dos grandes articuladores dessa mudança. Acompanhado do núncio apostólico da época, D. Umberto Mozzoni, ele desembarca em Belo Horizonte para a XII Assembléia Geral da Conferência Nacional do Bispos. Ambos assistem ao triunfalismo conservador da instituição ruir, pela última vez na história do país se confrontaria a Igreja pré-conciliar e pós-conciliar. D. Agnelo Rossi parte para Roma e o conservadorismo começa a bater em retirada vendo o Papa alinhar-se à denúncia contra o regime. Terminada a reunião, D. Aluísio Lorscheider foi eleito para a presidência da CNBB, derrotando o cardeal Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre. Estava terminado o domínio dos conservadores.

Cada vez mais a situação se inflamava. E, diante da opção pelos pobres e perseguidos, alguns religiosos assumiriam de forma radical a frente contra a opressão, a tortura e a morte: eram os da Ordem Dominicana. Eles “acreditavam que viver o evangelho era integrar-se às comunidades através de práticas sociais, influenciados pelo Concílio Vaticano II.”<sup>72</sup> Eles movimentaram-se, principalmente, dentro dos movimentos sociais que surgiam na época: Ação Católica (AC), Ação Popular (AP), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Não demoraria

---

<sup>72</sup> SILVA, José Barroso da. *A Igreja Católica no período da ditadura militar*. 2008. 36 p. Tese de Especialização (Pós-graduação em Formação Teológica – Latu Sensu). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo.

muito e os dominicanos frei Oswaldo Resende, frei Tito, frei Beto, frei Yvo, frei Maurício, frei Carlos Josafá, entre outros, estavam envolvidos na Aliança Libertadora Nacional<sup>73</sup>. A participação dos dominicanos na ANL e sua relação com Carlos Marighella, arrancada sob tortura, complicou ainda mais a vida da Igreja e a sua relação com o Estado. O regime acusava a Igreja de subversiva e o clero se defendia. A prisão dos dominicanos e seu envolvimento no caso da Alameda Casa Branca<sup>74</sup> causou um desconforto dentro da Igreja Católica: “Sacerdotes armados e guerrilheiros?!”. Enquanto em Roma o Papa Paulo VI repugnava a ação desumana do regime militar, no Brasil, o Cardeal Rossi proclamava: “O problema dos dominicanos é da Ordem dos dominicanos”<sup>75</sup>, legitimando com isso a ação dos torturados.

Mas, de fato, a atitude dos freis dominicanos representava a atitude de toda a Igreja? A tortura desumana poderia ser legitimada por conta de uma ordem estabelecida? Um “erro ideológico” poderia ser sanado com um erro moral? Enfim, tudo o que se desejava era que a justiça fosse implantada. No que se refere aos dominicanos, bem como a todos os casos de membros do clero envolvidos na luta pela derrubada do regime militar, o pensamento era o mesmo: porquanto estivesse “ligada” ao Estado, a Igreja não poderia virar as costas e ignorar sua missão. “Enviada por Deus a todas as gentes para ser ‘sacramento universal de salvação’, por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador (cf. Mc 10,16), procura

---

<sup>73</sup> Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo. [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_radpol\\_anl.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_anl.htm)

<sup>74</sup> Este caso ficou conhecido por conta do assassinato do militante político Carlos Marighella neste endereço. Em 4 de novembro de 1969, apreensivo com as informações sobre as prisões de militantes do Grupo Tático Armado (GTA), que deveria ser a futura coluna guerrilheira rural da ALN, Marighella vai ao encontro dos dominicanos frei Yves Lesbaupin e frei Fernando de Brito, que participavam da base de apoio católico ao movimento. Os dois religiosos - presos e torturados - são forçados a marcar o encontro, sob o pretexto de passar notícias das perdas. Era uma emboscada. Disponível em MACIEL, Ayrton <[http://www.emilianojose.com.br/marighella/marighella\\_jc.htm](http://www.emilianojose.com.br/marighella/marighella_jc.htm)> Acessado em 20 de agosto 2009.

<sup>75</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura Escancarada*. Op. Cit. p. 268.

incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens.”<sup>76</sup> A servidora de Cristo, como sinal do Reino na terra, não poderia compactuar com um sistema tacanha que privilegiasse apenas alguns. Pode-se afirmar que muitos que viveram este período conturbado (dentre os quais D. Helder Câmara e D. Paulo Evaristo Arns), sacerdotes e religiosas (Frei Beto, Frei Carlos Josafá, Pe. Henrique, Ir. Maria Stella Coelho e Madre Maurina Borges da Silveira), deram e continuam dando testemunho sobre os acontecimentos que vieram com o golpe militar. A Igreja Católica deste período histórico sofreu, na sua ideologia e em sua estrutura, a opção feita pelo próprio Cristo de lutar pela justiça, pelos direitos humanos e pela liberdade, sofreu por não compactuar com um sistema repressor e infame como o que fora implantado. Ela, de fato, pode ser considerada uma heroína, pois sobreviveu (ilesa?!) ao período histórico mais difícil de sua trajetória no Brasil: as novidades do Concílio Vaticano II e a ditadura militar.

#### **1.4 – Em 1985 uma nova história**

Pode-se considerar que o movimento de 1964 não produziu nenhuma liderança notória que dominasse inteiramente o cenário da ditadura. O regime militar foi, do principio ao fim, de 1964 a 1985, o regime da corporação armada. Apenas dois nomes podem ser enaltecidos, e mesmo assim no final do período, por serem considerados responsáveis pelo fim da ditadura militar: os generais Ernesto Geisel<sup>77</sup> e Golbery do Couto e Silva<sup>78</sup>. “Os dois generais aproximaram-se durante o primeiro governo da

---

<sup>76</sup> CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituições – Decretos – Declarações – Documentos e Discursos Pontifícios. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 1967. p. 421, n.1.

<sup>77</sup> Ernesto Geisel (Bento Gonçalves, 3 de agosto de 1907 — Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1996) foi um general e político brasileiro, o quarto presidente do regime militar instaurado pelo golpe militar de 1964, e o 29º da história do país.

<sup>78</sup> Militar e político gaúcho (21/8/1911-18/9/1987), foi dos principais articuladores do golpe militar de 1964 e, posteriormente, da política de distensão do presidente Ernesto Geisel a partir de março de 1974. Nascido no Rio Grande, durante a II Guerra Mundial integra a Força Expedicionária Brasileira e luta na

ditadura, quando Geisel, com 56 anos, chefiou o Gabinete Militar do presidente Castello Branco e Golbery, com 52, fundou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações. Voltaram ao poder no dia 15 de março de 1974. Tinham o propósito de desmontar a ditadura radicalizada desde 1968, com a edição do Ato Institucional nº 5. Queriam restabelecer a racionalidade e a ordem.”<sup>79</sup>

Em 1974, quanto mais a força militar reprimia e tentava implantar um “regime democrático” contra o “comunismo” que nascia da esquerda política, mais os movimentos populares, os grupos políticos anti-regime, a imprensa e parte da Igreja Católica denunciavam e se fortaleciam na tentativa de salvar o pouco da dignidade humana que sobrava dos que eram detidos pelo DOI-CODI<sup>80</sup>. Geisel sentia essa pressão. Ele recebera nas mãos uma ditadura triunfalista, ferrenha com seus inimigos e benevolente com seus aliados. Sentia que esse regime não poderia durar muito. E achava isto, não porque acreditasse numa democracia ou porque o regime militar, com suas ações desumanas e pouco tolerantes, não eram bem vistas aos olhos de Deus. Ele não possuía um pensamento moral cristão. “Queria mudar porque tinha a convicção de que faltavam ao regime brasileiro estrutura e força para se perpetuar.”<sup>81</sup> Na guerra de propósitos entre Igreja e Estado, o cenário demonstrava-se ainda pouco favorável; “ninguém costura remendo de pano novo em roupa velha”<sup>82</sup>. Na queda de braço que durara dez anos desde que o AI-5 fora implantado, a Igreja Católica mostrava-se disposta a recomeçar, enquanto que o presidente ainda se demonstrava agnóstico (um tanto discreto) e anticlerical assumido, apesar de incluir os assuntos em relação à Igreja

---

Itália. Chefia a Casa Civil nos governos militares de Geisel e João Baptista Figueiredo. Em 1981 abandona a vida pública. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/golbery-do-couto-e-silva.html>>. Acessado em 09/09/2009.

<sup>79</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 15.

<sup>80</sup> Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna. Criado pelos militares em 1970 como uma espécie de órgão legislador da ordem. Numa comparação, o Dops, em São Paulo, foi o órgão repressor que mais se equiparou à crueldade do DOI-CODI.

<sup>81</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. Op. Cit. p. 15

<sup>82</sup> Mc 2,21.

no hall de seu universo de preferências.

Havia os cardeais bons e os ruins, os canais de entendimento possíveis e os espúrios, os temas discutíveis e os intocáveis. No campo das preferências, D. Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, era um bom cardeal. [...] Também eram bons os cardeais Vicente Scherer, de Porto Alegre, e Avelar Brandão de Salvador. Ruim: Paulo Evaristo Arns, de São Paulo. O presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza, estava classificado entre os maus bispos.”<sup>83</sup> No entanto, o gosto pessoal do general Geisel não impediu que, no dia 15 de março de 1974, no dia de sua posse, os 5 cardeais do Brasil (Eugênio Sales (Rio de Janeiro), Paulo Evaristo Arns (São Paulo), Avelar Brandão (Salvador), Vicente Scherer (Porto Alegre) e Vasconcelos Mota (Aparecida) ) fossem até Brasília cumprimentar o novo dirigente do país. Uma atitude audaciosa, articulada pelo general Golbery, e que demonstrava a oportunidade que faltava de o governo por fim ao seu regime ditatorial, pois estavam dispostos a “desmantelar o porão. Como? Não tinham idéia. [...] Geisel e Golbery sabiam o que já se sucedera no porão do regime. Não sabiam, contudo, o que sucederia a partir do dia seguinte.”<sup>84</sup>

A década de 1980 traz em si o odor de novos ideais, de um projeto de sociedade que pudesse superar todo o sofrimento instaurado durante o poder das Forças Armadas.

Os verdadeiros donos do poder – a grande empresa multinacional, os megaproprietários do meio de comunicação, a banca, o grande empreiteiro, agora transformado em cabeça de grupos econômicos, o capitão de indústria, o grande empresário –

---

<sup>83</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. Op. Cit. p. 375.

<sup>84</sup> *Ib.* p. 385.

não só conservaram como ampliaram o poder econômico e político de que dispunham. Nos meados da década de 1980 o movimento das Diretas Já trouxe à luz estas verdades.<sup>85</sup>

A maioria da população que foi às ruas movida pelo grito de eleições diretas desejava muito mais que mudanças eleitorais, almejava outro modelo econômico e social, que gerasse um Estado verdadeiramente democrático. Foi a década da primeira visita do Papa João Paulo II ao Brasil (1980). O sumo pontífice conheceu a realidade brasileira e, de forma especial, em São Paulo, testemunhou o florescimento dos projetos do Plano Pastoral Arquidiocesano, que desde 1976 vinha regendo a vida eclesial da metrópole; acompanhou os trabalhos da Comissão de Justiça e Paz, fruto do regime militar, mas oficialmente fundada em 1972, com o objetivo de sanar os horrores do regime trabalhando em prol da cidadania e dos direitos humanos. É no início da década de 1980 que a Pastoral Operária (PO) ganha força, conseguindo ser instrumento fundamental na formação e preparação teórico-prática de milhares de operários, isso desde 1970, através de um método que iria nortear por muito tempo o modo de se fazer igreja no Brasil: Ver, Julgar e Agir. O preço desse crescimento surgiu com o sangue silenciado de alguns militantes da PO: o caso mais conhecido ficou sendo o de Santos Dias da Silva, assassinado em pleno exercício de seu direito de manifestar-se publicamente<sup>86</sup>. No ano seguinte à morte, em 1980, um Centro de Direitos Humanos é criado, com o nome de Santos Dias, “com o objetivo de assessorar os diversos centros de defesa dos direitos humanos existentes nas regiões episcopais de São Paulo e motivar a criação de novos centros.”<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 651.

<sup>86</sup> Santo Dias da Silva foi assassinado em 1979 por um policial militar durante uma greve na frente da fábrica Sylvania de materiais elétricos em Santo Amaro, zona sul de São Paulo (há exatamente 30 anos). Santo Dias coordenava a Pastoral Operária Arquidiocesana. Sua morte fortaleceu ainda mais a luta pelos direitos dos trabalhadores.

<sup>87</sup> SOUZA, Ney. *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p.556.

Em 1980 é criado também o Centro Oscar Romero, como resolução e gesto concreto da Campanha da Fraternidade daquele ano: “Para Onde Vais?”, também com o objetivo de lutar por direitos humanos. Em 1984, a Pastoral da Moradia denuncia, através de sua assembléia em nível de Arquidiocese, a proliferação na cidade de favelas e cortiços, loteamentos clandestinos, bem como a falta de infraestrutura sanitária, as invasões, os aluguéis elevados e a falta de planejamento urbano. São Paulo, e porque não o Brasil, estava ressurgindo após um período de sufocamento. Junto ao fim do regime militar, em 1985, quase como um sinal profético de novos ares e de um povo que insiste em se manter vivo e solidário, chega às regiões episcopais da cidade, por intermédio da sanitarista e pediatra Dra. Zilda Arns Neumann, irmã de D. Paulo Evaristo, a Pastoral da Criança. Atualmente, em todo Brasil, a Pastoral da Criança assiste mais de dois milhões de crianças, mães e também suas famílias.<sup>88</sup> Com o fim do regime militar, ocorrem eleições indiretas para presidente. Os 21 anos deste poder instituído geraram 10 mil exilados políticos, 4.682 cassados, milhares de cidadãos que passaram pelos cárceres políticos, 245 estudantes expulsos das universidades por força do decreto 477<sup>89</sup> e uma lista de mortos e desaparecidos que chegava ao número de 300.<sup>90</sup> Até hoje 380 pessoas continuam desaparecidas.<sup>91</sup>

Tem-se início a era Tancredo Neves, primeiro presidente eleito pelo voto indireto após o regime militar. Apesar de falecer pouco tempo antes de tomar posse, Tancredo (ou Dr. Tancredo, como era conhecido), teve seu nome incluso no hall dos presidenciáveis do país por conta do duro trabalho em implantar a democracia representativa e a construção de uma constituição que gerasse uma forma diferente de fazer política, baseada na

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.pastoraldacrianca.com.br/index>>. Acessado em 11/09/2009.

<sup>89</sup> Decreto que levou o AI-5 para dentro das universidades, punindo alunos, professores, funcionários e empregados do ensino público ou privado do país.

<sup>90</sup> ARNS, Card. Paulo Evaristo (prefácio). *Brasil: nunca mais*. Op.Cit. p. 68.

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php>> Acessado em 11/09/2009.

combinação de mecanismos da democracia participativa e da democracia direta.

A censura cai por terra, mas não termina de vez. Ainda, por algum tempo, vivem-se períodos de intervenção por parte do governo a órgãos de imprensa que denunciavam abusos do poder público. Porém, a pior das heranças deixada pelo regime militar existe até hoje: a população brasileira não tem noção política e continua sendo manipulada. Passados mais de 20 anos desde o movimento “*Diretas já*”, pouco se fez para avançar na conformação de uma nova cultura democrática, chegando talvez ao seu nível mais baixo de credibilidade nos dias de hoje. O povo brasileiro, de forma geral, é pouco instruído academicamente e não possui memória.

Nada se compara na história brasileira ao período entre 1964 e 1985. Talvez, o evento que mais se aproxime desse período histórico, ainda assim de forma distante, seja o movimento estudantil dos “*caras pintadas*”, que mobilizou o país em relação ao impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello. Constata-se, porém, que os mesmos “*caras pintadas*” não se mobilizaram mais sobre qualquer outro escândalo político, nem mesmo sobre o retorno do referido ex-presidente ao Senado brasileiro.

Com liberdade de imprensa – ainda que correndo o risco de tal liberdade ser limitada, pois, “a Constituição brasileira não esclarece objetivamente no que se refere a conflitos entre direitos individuais e direito à informação”<sup>92</sup> –, os meios de comunicação comprometidos em conscientizar a população têm feito a sua parte. Rádio, televisão, impressos, internet, enfim, todas as mídias vêm levando ao conhecimento da população as arbitrariedades de um sistema político corrupto que gera a pobreza de muitos e a riqueza sob vantagem de uma minoria.

---

<sup>92</sup> JOBIM, Nelson, *Jornal ANJ*, outubro 2004. p. 11

Se a sociedade civil tem esse compromisso, o que dirá a Igreja. Principalmente as Igrejas locais, que podem fazer muito ao anunciar e denunciar, numa atitude profética, desigualdades geradas por poderes paralelos. A imprensa católica, na pessoa de seus padres, religiosos e leigos comprometidos, é chamada a testemunhar Jesus Cristo Ressuscitado em meio à sociedade, a ser sinal do Reino, pois “compete à Igreja o direito nativo de empregar e possuir toda sorte destes instrumentos (de comunicação), enquanto necessários e úteis à educação cristã, e a toda sua obra de salvação [...] para que os fiéis, com o auxílio destes meios, logrem seu próprio bem-estar e perfeição, assim como de toda família humana.”<sup>93</sup>

A Igreja da cidade de São Paulo, como nenhuma outra, pode se orgulhar de seu passado e de seu espírito missionário. Como está essa Igreja hoje, passados mais de 40 anos do regime militar? O que as censuras passadas pela rádio Nove de Julho e o jornal *O São Paulo* podem influenciar na vida da Igreja? É o que veremos a seguir.

---

<sup>93</sup> Decreto *Inter Mirifica*, §4. p.568.

## CAPÍTULO II:

### A CENSURA AO JORNAL *O SÃO PAULO*

Não se compreende, sem a imprensa, o apostolado; pois importa haver uma imprensa veiculadora da crença e da ordem moral, e que se contraponha eficientemente à imprensa propagadora da descrença e do escândalo e da calúnia, e da mentira e do ódio.<sup>94</sup>

Por que perseguiram o jornal *O São Paulo*? O que um semanário da Igreja Católica Apostólica Romana em São Paulo poderia oferecer de perigo ao militares e sua ditadura? Por que censuraram o jornal da Arquidiocese de São Paulo? A partir da história do próprio periódico e da análise de seus textos, encontraremos as respostas a todas essas perguntas.

#### 2.1 – Histórico do jornal *O São Paulo*

Escreveu uma vez o médico pediatra Jérôme Lejeune<sup>95</sup>: “A vida tem uma história muito comprida, mas cada indivíduo tem um começo muito preciso: o momento de sua concepção.”<sup>96</sup> Cada um de nós carrega consigo uma bagagem histórica que não pode ser descartada, principalmente ao deparar-se com um fato culminante dessa história. Isso

---

<sup>94</sup> Palavras de D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta em vista do aniversário de dez anos do jornal *O São Paulo* e das comemorações do padroeiro da cidade, o apóstolo Paulo. *O São Paulo*, 24/01/1965, p. 3 – ano X – nº 469.

<sup>95</sup> Jérôme Jean Louis Marie Lejeune (Montrouge, 13 de junho de 1926 – Paris, 03 de abril de 1994) foi um médico francês, pediatra e professor de genética. A ele se deve a descoberta da anomalia cromossômica que dá origem a Trissomia 21 (mais conhecida como Síndrome de Down). Por conta de seus estudos e descobertas foi convidado pelo Papa João Paulo II para fazer parte da Pontifícia Academia das Ciências e, mais tarde, do Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde. 20 anos depois, em 1994, torna-se o primeiro presidente da Pontifícia Academia para a vida, criada também por João Paulo II, neste mesmo ano. Está em processo de beatificação.

<sup>96</sup> Sobre a vida Jérôme Jean Louis Marie Lejeune e esta célebre frase, Cf. LEJEUNE, Jerome. *¿Qué es el embrión humano?* Espana: Ediciones RIALP, 1993.

vale para tudo na vida; como nos ensina um dito popular “não se julga um livro pela capa”. Logo, tratar da censura e da repressão militar, bem como da censura ao periódico *O São Paulo*, fatos marcantes na história do Brasil e da vida da Igreja de São Paulo devem ser analisados pelas razões que os embasaram.

Na primeira parte deste trabalho analisamos: as motivações, as implicações e conseqüências da ditadura, da censura e da repressão por parte dos militares; a participação da Igreja perante essa situação calamitosa; e como, a partir de 1985, uma nova história começava a ser escrita. Agora, uma vez constatada a censura ao informativo da Arquidiocese de São Paulo, faz-se necessário conhecer um pouco desse contexto e de que forma isso ocorreu.

Não é de hoje que a cidade de São Paulo é objeto de desejo de centenas de pessoas que diariamente acorrem à grande capital, oriundas de diversas partes do país, objetivando galgar uma vida melhor e mais digna para si e para todos os seus. A Arquidiocese de São Paulo tem sua sede na maior cidade brasileira, maior em relação à população e grande também no que se refere aos problemas sociais resultantes do crescimento desordenado, o qual, por sua vez, é fruto da industrialização que atraiu milhões de pessoas de todo o país e até do exterior. De fato, para São Paulo há constante fluxo de migração interna, que traz consigo sempre novos e maiores problemas.

Em meados do século XX, quando a industrialização era o que movia a vida na cidade de São Paulo, e garantia o sustento de seus habitantes, eram necessárias, por parte da Igreja local, iniciativas pastorais eficazes para atender às necessidades dessa realidade. Apesar de estar separada do Estado desde 1889 com a proclamação da República, aos poucos a Arquidiocese se via na iminência de tomar rumos mais sociais, além dos espirituais já existentes. “A Igreja mobiliza por sua vez o povo, no intuito de

atingir propósitos nem sempre do povo em si, mas do aparelho eclesiástico.”<sup>97</sup> Até então, o povo simplesmente servia aos propósitos dos grupos em busca de hegemonia ou de participação no poder. Essa política perdurou até o ano de 1964.

Porém, a mentalidade começa a mudar e “o catolicismo paulista passa a ter características que se assemelhavam ao projeto do Estado: preocupação com o bem-estar social e manutenção da ordem familiar de moral cristã católica.”<sup>98</sup> Entre as inúmeras iniciativas pastorais, a de buscar maior presença junto à população através de meios mais adequados se impôs de modo premente, principalmente a partir dos anos 1950. Foi então que a sensibilidade de alguns religiosos e o apoio do cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota tornaram possível a instituição de uma fundação que proporcionasse à missão pastoral da Igreja paulista o inestimável concurso dos meios de comunicação social. Foi criada, por conseguinte, a Fundação Metropolitana Paulista que se propunha a:

Propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através de divulgação escrita, falada e televisiva, dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira, mantendo para tanto, excluído qualquer intuito lucrativo, jornais, rádio emissoras, serviço de televisão, agência noticiosa e similares.<sup>99</sup>

Tendo como presidente nato o Arcebispo Metropolitano da Igreja Católica, a fundação imediatamente pôs mãos à obra na concretização dos seus objetivos e, em 1954, já mantinha a rádio Nove de Julho. Dois anos depois, em 25 de janeiro de 1956,

---

<sup>97</sup> BEOZZO, J.O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (org.). *História geral da civilização brasileira*, t. 3, v. 4, p. 293.

<sup>98</sup> SOUZA, Ney. *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p.459.

<sup>99</sup> Estatuto da Fundação Metropolitana Paulista, art. 2º

D. Carlos Carmelo Vasconcelos Mota apresentava o primeiro número de um semanário católico, destinado a ser órgão oficioso da Arquidiocese. Ele trazia como título “*O São Paulo*”, uma forma direta de expor a intensão real do informativo, que, segundo o próprio Cardeal Mota, “é um título que é mais do céu que da terra. É um título de bênçãos e de graças; pois que, derivado do grande apóstolo, cujo nome simboliza todas as glórias de vinte séculos de cristandade; e as vitórias todas dos quase cinco séculos da gente e da terra de Piratininga.”<sup>100</sup> Mas as iniciativas pastorais não parariam por aí. Em setembro de 1969, mais um serviço seria oferecido pela Fundação Metropolitana Paulista à Igreja de São Paulo e do Brasil: a fundação do Centro Ecclesia, o qual passaria a desenvolver um trabalho efetivo com relação à comunicação na Arquidiocese. Entre suas atividades destacam-se:

- 1) Atendimento aos comunicadores sociais da cidade, do Brasil e do exterior sobre os mais diversos problemas relacionados à vida da Igreja e à interpretação cristã dos acontecimentos nacionais e internacionais.
- 2) Relacionamento com as direções e redações de jornais, rádios, televisões e outros veículos de comunicação social.
- 3) Assessoramento ao Sr. Cardeal Arcebispo e outras autoridades eclesiais da Arquidiocese em questões relativas aos meios de comunicação social e pastoral das comunicações.
- 4) Edição, duas vezes por semana, de um boletim informativo com editorial e noticiário sobre a vida da Igreja na Arquidiocese, no Brasil e no Mundo.<sup>101</sup>

---

<sup>100</sup> Palavras do Cardeal Carlos Carmelo Vasconcelos Mota na apresentação do periódico *O São Paulo*. Editorial de *O São Paulo* 25/01/1956 – Ano I – Nº 1 – ACMSP.

<sup>101</sup> Estamos nos referindo ao informativo CIEC. Quando, nos dias mais duros de censura ao jornal *O São Paulo*, os leitores eram impedidos de saber o ponto de vista da Igreja sobre os acontecimentos que agitavam o país, e até mesmo de ler a mensagem semanal do Arcebispo, o boletim CIEC, editado pelo Centro Ecclesia, constituía o único meio de comunicação vigente na Igreja paulistana. O CIEC levava aos leitores as notícias e comentários proibidos pela censura, além das palavras de D. Paulo Evaristo Arns. É através do boletim CIEC que poderemos evocar os anos em que o semanário da Arquidiocese esteve censurado.

- 5) Colaboração na elaboração das Semanas de Comunicação Social, que se realizam por ocasião do Dia Mundial das Comunicações.
- 6) Colaboração à Capelania dos Comunicadores e artistas em várias atividades.
- 7) Redação do semanário arquidiocesano *O São Paulo*.
- 8) Publicação e distribuição semanal da *Voz do Pastor*, informativo que constava de mensagem do Cardeal.
- 9) Colóquio com a imprensa em sala da fundação Metropolitana Paulista.<sup>102</sup>

É, portanto, dentro desta dinâmica que devemos entender a criação, pela Fundação Metropolitana Paulista, do jornal *O São Paulo*: “um instrumento e comunicação dedicado a refletir os acontecimentos à luz da doutrina da Igreja e das linhas de pastoral da CNBB e, particularmente, da Igreja que está em São Paulo.”<sup>103</sup>

Desde os seus primórdios é possível notar que o semanário da Arquidiocese de São Paulo, não obstante uma série de limitações técnicas e financeiras, não seria apenas mais um representante da tradicional Igreja paulistana – motivado muito mais por preocupações apologéticas e devocionais do que com a informação em si. O que se percebe analisando periódicos mais antigos é que, ao longo de seus 54 anos, *O São Paulo* tem procurado levar seus leitores a uma reflexão crítica sobre os acontecimentos mais importantes da Igreja do Brasil e do mundo. E, se a Igreja, num crescente contínuo, veio ao longo de sua história assumindo uma postura profética diante dos desafios do mundo, com periódico da Igreja de São Paulo não poderia ser diferente. Por isso, com a instauração do regime militar no Brasil em 1964 e sendo testemunha dos desaparecimentos, torturas e mortes emplacados em 20 anos de ditadura, o jornal *O São*

---

<sup>102</sup> Editorial: “Quatro anos de informação” – Boletim CIEC nº 281 de 11/12/1973.

<sup>103</sup> PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil 1968-1978*. p. 36. Tese de diploma de jornalismo. Centro Internazionale per gli Studi Sull’Opinione Pubblica. Roma, 1982. p. 250.

*Paulo* nunca fora tão incisivo, cumprindo o papel de consciência crítica, de voz dos sem voz e de defensor dos direitos humanos.

### **2.1.1 – Sua vocação profética de formação de consciência e de opinião**

Desde sua fundação, eram objetivos primordiais do jornal *O São Paulo* a formação de opinião e, também, a formação do povo de Deus frente o desenvolvimento da comunicação social no meio eclesial. E, se para o povo era necessária a formação de consciência, no que diz respeito à formação do clero, a Santa Sé via urgência em formar bem uma mentalidade aberta para aquilo que era inevitável: o desenvolvimento na relação com os meios de comunicação. Nos anos que marcaram o fim do Concílio Vaticano II era mister na opinião da Igreja “encaminhar os levitas a uma avaliação mais adequada dos meios de comunicação social e a utilização pastoral dos mesmos.”<sup>104</sup>. Tanto o clero diocesano, como aqueles que estariam se preparando para o sacerdócio, deveriam saber a importância de se ter como aliado os meios de comunicação.

Os diretores deste semanário estão cientes e conscientes da dignidade e da responsabilidade da missão social da imprensa, no livro e no jornal. Bem sabem que tão incontestável é a força da imprensa na vida moderna, que já é cognominada de ‘Quarto Poder’ do Estado, completando os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Por isso mesmo, tão poderosa assim, é mister que não

---

<sup>104</sup> Diretrizes da Igreja para a formação do futuro clero referentes aos meios de comunicação social. Documento promulgado pela S. Congregação dos Seminários e das universidades e os meios de comunicação social. O documento é uma atuação do decreto Inter Mirifica, que, no período, ainda não tinha chegado ao Brasil. *Jornal O São Paulo* – Ano X – Nº 467 de 10/01/1965, p. 5 – ACMSP.

degenere, não abuse nunca do seu poder, não se transnude em a mais nefasta das ditaduras ...<sup>105</sup>

Obedecendo a este apelo da Santa Sé, *O São Paulo* sempre teve o compromisso de estampar em suas páginas os apelos ao bom senso, os gritos de protesto contra as arbitrariedades, os anseios de justiça dos oprimidos, a defesa dos pobres e dos fracos. Mas, suas páginas traziam também a voz da Igreja, aquilo que é próprio da Doutrina Social, sua Tradição e Magistério. Ainda que no decorrer do tempo, tenham ocorrido mudanças gráficas no semanário, feitas por aqueles que à frente do jornal estiveram, a fidelidade ao mandato de Cristo e do Evangelho se mantinha, permanecendo até o presente: “Sereis minhas testemunhas...”<sup>106</sup> e “Brilhe do mesmo modo a vossa luz diante dos homens, para que, vendo as vossas obras, eles glorifiquem o vosso Pai que está nos céus.”<sup>107</sup>

Dentro da dinâmica de aceitação dos meios de comunicação na vida da Igreja, não houve quem criticasse, dentro e fora da instituição, a exposição direta de temas que mexiam em “feridas” ou questionassem a posição política e social do informativo. Não foi fácil no início de sua história ser voz dos que não tinham voz.

Por uma razão ou por outra, por este ou por aquele pretexto são poucos os que se interessam por nosso modesto jornal, não faltando mesmo, em todos os escalões os que nos voltam a indiferença e até hostilidade. Conforme a praxe atual, já fomos classificados de ‘progressistas’ e ‘avançados’, como de ‘reacionários’ e ‘retrógrados’ – o que

---

<sup>105</sup> Cardeal Carlos Carmelo Vasconcelos Mota. Op. Cit. Capa.

<sup>106</sup> At 1,8

<sup>107</sup> Mt 5,16

costuma ter o mesmo resultado, a recusa em distribuir o órgão diocesano.<sup>108</sup>

Nem por isso, porém, os seus responsáveis recuaram. Baseados no direito à crítica construtiva e à defesa, conscientes de que o semanário precisava refletir o pensamento e a orientação da Igreja, semana por semana, caso contrário trairia sua própria e específica missão, permaneceram fiéis a exemplo do servo sofredor:

Era desprezado e abandonado pelos homens, um homem sujeito a dor, familiarizado com a enfermidade, como uma pessoa de quem todos escondem o rosto; [...] E no entanto, eram nossas enfermidades que ele levava sobre si, as nossas dores que ele carregava.<sup>109</sup>

Mentalidade que permanece até hoje. Essa missão para *O São Paulo* é um direito que se reveste de dois aspectos:

- a) Transmitir o pensamento do Papa para toda a Igreja, as normas gerais da Pastoral emanadas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para todo país e a formar prática de sua execução em São Paulo, segundo orientação de seu Arcebispo Metropolitano. [...] nada do que está destinado à formação da consciência cristã do Povo de Deus lhe pode ser alheio. 'O São Paulo' tem o dever de ser porta-voz da Igreja em todas as suas dimensões, universal, particular, local, afim de cumprir sua missão própria e inalienável.
- b) Analisar as ocorrências comuns à luz dos princípios da fé e da moral cristãs, mesmo aqueles que decorrem de certas posições assumidas por Autoridades legitimamente constituídas. Se o sentido crítico é direito do povo, muito mais da Igreja que é, sem discussão, a

---

<sup>108</sup> Editorial do *O São Paulo* - Ano X – Nº 469-24/01/1965, pág. 03 – ACMSP.

<sup>109</sup> Is 53, 3-4.

mais importante e representativa instituição dentro do Brasil<sup>110</sup>

Em 1966, quando completa dez anos de fundação, o informativo renova seu compromisso evangélico (ver editorial do ano de 1966) e não se permite levar por advertências feitas pelo regime militar vigente na época.

A fórmula inicial do jornal não muda. Várias matérias discutem e avaliam os decretos do Concílio Vaticano II. Há destaque especial também para artigos de cultura e arte, que começaram a aparecer principalmente na coluna de Jorge Paulo e denotam a preocupação do semanário com o acesso à cultura, arte e comunicação nas comunidades. Os anúncios passam a cobrir boa parte do espaço do jornal, chegando a ocupar uma coluna inteira.

Neste ano tem continuidade o estudo da Comunicação na Igreja, só que agora, os que foram tratados no Concílio, por Ângelo Zioni. – então Bispo de Bauru (em especial os que se referem à comunicação – *Lumen Gentium*). É neste ano também que a Arquidiocese de São Paulo, pelas mãos de seu cardeal, D. Agnelo Rossi, vê seu território de 8 mil quilômetros quadrados ser desmembrado em quatro regiões episcopais: Região Episcopal do Interior – com sede, na época, na cidade de Jundiaí; formada pelos municípios de Itu, Salto, Itupeva, Várzea, Campo Limpo, Cajamar, Cabreúva, Pirapora e Parnaíba; e com vigário episcopal D. Antônio Maria Alves de Siqueira –, Região de Santana – ocupando o norte da capital –, Região Leste – com sede em S. José do Belém –; e Região Centro Sul.<sup>111</sup>

O compromisso de evangelização do jornal *O São Paulo* sempre esteve na linha do desejo da Igreja e ganha força após o Concílio Vaticano II, de forma mais direta no decreto *Inter Mirifica*, promulgado pelo referido concílio ecumênico:

---

<sup>110</sup> Editorial: “Direito à crítica construtiva e à defesa.” Boletim CIEC n.º 259 – 25/09/1973 – ACMSP.

<sup>111</sup> O São Paulo, 06/03/1966 – Ano XI – Nº 527 – pág. 03 – ACMSP.

Sabe, com efeito, a Mãe Igreja que estes instrumentos (referindo-se aos meios de comunicação social), retamente empregados, representam subsídios valiosos ao gênero humano, porquanto, muito contribuem para recrear e aprimorar os espíritos e propagar e firmar o reino de Deus”<sup>112</sup> e continua “Portanto, compete à Igreja o direito nativo de empregar e possuir toda sorte destes instrumentos, enquanto necessários e úteis à educação cristã e a toda a sua obra de salvação das almas.”<sup>113</sup>

Logo, as atitudes corajosas assumidas por *O São Paulo* não passariam a ser entendidas apenas como evangelizadoras e inocentes, mas subversivas e ameaçadoras; e sua censura não demoraria a acontecer. Por que censuraram o jornal da Arquidiocese de São Paulo? Que motivações levaram os militares a entender que um jornal católico seria uma ameaça ao governo vigente? E quais os objetivos por detrás dessa censura? É o que se estudará a seguir.

## **2.2 – Por que censuraram o jornal *O São Paulo*?**

O ano de 1967 seria para o Brasil, e simultaneamente para a Igreja, marcado pelos Atos Institucionais. Como nuvens escuras e trovões, os a AI's anunciavam a grande tempestade que haveria de chegar no ano seguinte, com o terrível AI-5.

Toda a ‘lei’ naquele período resumia-se ao Estado, representado na pessoa do presidente da República e apoiado pelas Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. As Constituições federal e

---

<sup>112</sup> Decreto *Inter Mirifica* n°. 3

<sup>113</sup> *Idem* n°. 2

estaduais de 24 de janeiro de 1967 foram mantidas (AI-5, art.1º).<sup>114</sup>

De 1964 a 1967 não percebemos abertamente algum tipo de repúdio às agruras deste período nefasto da história do Brasil nas páginas do informativo da Arquidiocese de São Paulo, mas, de forma velada, em alguns artigos, a Igreja paulistana manifestou-se frente ao regime imposto. Tais atitudes acabaram por gerar algumas formas de censura ao *O São Paulo*, mas somente no ano de 1973. Por isso, vale a pena observar alguns edições, principalmente do ano de 1967, para entender que a censura ao jornal *O São Paulo* não aconteceu instantaneamente, mas como um processo que culminou em tal represália por parte dos militares.

No primeiro exemplar de 1967 o jornal lança uma campanha em seu editorial intitulada “*Confiamos no Brasil*”. Título sugestivo quando se fala em regime militar, dando margem a várias interpretações – não fosse o texto em si e os diretores do jornal na época: o então bispo auxiliar D. Paulo Evaristo Arns e o Pe. Luiz Feracine. Segue o texto publicado na íntegra:

Estamos decididos a calar os derrotistas e a dar chance aos que nutrem esperanças e realizam de fato. Até hoje a sua voz foi abafada pelos que pressagiavam o mal e inoculavam o veneno da crítica em outros e quiçá em si próprios. Não é a ARENA ou o MDB que lançam a campanha; não é a oposição nem o governo; não são os entreguistas nem os nacionalistas. É o povo todo, é o Brasil que quer vencer.

A hora é favorável – Quando perguntavam ao filósofo grego Thales, qual o bem mais precioso da terra, respondia ele: O tempo! Com o emprego do tempo podemos ganhar ou perder tudo. Em cinco minutos afundamos um navio e incendiamos uma cidade. Até agora

---

<sup>114</sup> SOUZA, Ney. *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p.528.

houve muitos que aproveitaram mal estes cinco minutos para abrirem os furos no casco da nau brasileira, para incendiarem juventude e operários. Chega de furar para aniquilar, chega de incendiar para destruir. Passemos a furar para tirar as riquezas de nosso subsolo e da inteligência privilegiada dos brasileiros; passemos a incendiar o entusiasmo e a alegria para o trabalho e as conquistas de nosso jovem povo.

Não importa se estamos a favor do novo governo. É o governo que aí vem. Se ainda não teve ocasião de convencer-nos que há de acertar, é certo que pode fazê-lo se for com o Brasil.” E mais: “Chegará breve a hora de provarmos como no campo religioso temos igual direito de confiarmos no Brasil. [...] Raiou o primeiro dia do ano de 1967. Seus primeiros raios são de esperanças e confianças. Confiamos trabalhando e trabalhamos confiando, porque é esta a vontade do Senhor.”<sup>115</sup>

Quinze dias após o referido editorial ter sido publicado, outro artigo, de D. Floro, que tratava da “*Liberdade de Imprensa*”, levanta a questão da real liberdade de expressão (percebe-se certa abertura para a censura prévia no país).

É o assunto do dia da semana e ficará na ordem do dia por muito tempo: a liberdade de imprensa ameaçada, como dizem, por uma nova lei apresentada pelo governo.

Esse assunto é explosivo. É o nervo mais sensível do chamado liberalismo, essa concepção de vida difícil de definir e tão fácil de diagnosticar. Esse mesmo liberalismo que propiciou a maçonaria clima e campo para agir contra a Igreja e o estilo cristão de vida.

---

<sup>115</sup> *O São Paulo* – Editorial – 1º de Janeiro de 1967 – n.º 570 – ACMSP.

Mexer na liberdade de imprensa é mexer num vespeiro. Porque a grande imprensa, em todo o mundo está nas mãos dos liberais maçons ou não.

Não queremos, no momento, entrar no mérito da questão que hora se debate por ai. Não vamos discutir a lei. Só gostaríamos de analisar os fatos.

Antes de mais nada é certo que a liberdade de imprensa, decorrente da própria liberdade do homem, é um valor indiscutível, uma conquista do progresso e da cultura humana. O Concílio mesmo o reconhece e prega.

No documento sobre os meios de comunicação social você pode ler o seguinte, no número doze: 'É da competência (das autoridades civis) defender e tutelar a verdadeira e justa liberdade de informação, de todo necessário ao progresso da sociedade moderna, particularmente a liberdade de imprensa'.

Nessas poucas linhas está dito muita coisa.

Primeiro que a liberdade de imprensa deve ser defendida e não destruída ou travancada pelo governo. Segundo que essa liberdade é necessária, indispensável ao progresso da sociedade: sem ela, se regride.

Mas acontece que o Concílio bota aí dois objetivos que devem ser pensados: verdadeira e justa liberdade de imprensa.

Quer dizer que pode existir uma liberdade de imprensa não verdadeira, mas falsa: que parece liberdade e não é. E pode existir uma liberdade, neste campo, injusta: isto é, liberdade que ultrapassa os limites que necessariamente devem existir para um ser limitado como homem.

Diante disso é que a gente pergunta: essa liberdade de imprensa que existe por aí, denegrindo reputações, espezinhando

peessoas, avacalhando autoridades, deturpando fatos, falseando informações, torcendo as notícias, dando preconcebidas interpretações às atitudes, distorcendo a realidade: essa liberdade de imprensa é justa e verdadeira?...

E se essa tem sido liberdade de imprensa até hoje, quem é que pode impedir que a reação contra ela ultrapasse os limites também e seja talvez severa demais?<sup>116</sup>

A partir da leitura destes artigos, percebe-se que o ano de 1967 fora de profunda instabilidade editorial no semanário da Arquidiocese de São Paulo. Outro exemplo forte de instabilidade editorial é o jornal, em meio aos movimentos estudantis – promovidos pela juventude universitária (JEC, JIC, JOC<sup>117</sup> e JUC) –, não podendo inflamar ainda mais os jovens na resistência ao regime militar, pois os mesmo acabavam por perder a oportunidade de construir sua história no estopim de uma bala, publica matérias alertando sobre a influência que os meios exercem sobre os mesmos:

- “Dom Vicente Scherer destaca os méritos da Ação Católica no Brasil: considerando dissidentes a JUC, a JIC (e provavelmente a JEC) por não estarem dispostos a reconhecer uma dependência estrita com o apostolado hierárquico da Igreja.” (nº 573, capa – 22/01/67)
- “Educadores e psicólogos preocupam-se com o fenômeno generalizado da juventude rebelde. Jovens, muitos de nível universitário que catam evasões, com freqüência, moduladas nos acordes do conflito. [...] Cabe à nossa experiência oferecer um testemunho de vida particular, familiar e social cujo nível de nobreza, de dedicação e amor transcenda as baixezas dos egoísmos, que por aí

<sup>116</sup> Jornal O São Paulo – capa – 15/01/67 – nº 572 – ACMSP.

<sup>117</sup> A perseguição aos movimentos estudantis no regime militar data de 1964. Sobre a perseguição à Juventude Operária Católica – JOC, por exemplo, Cf. ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia – Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 360 Et. Seq.

imperam, criando asco e enervando o idealismo da juventude enojada de tanto mau exemplo.” (nº 573, Editorial pág. 03 – 22/01/67)

- “Os efeitos da TV sobre os jovens de hoje, no plano psicológico, durante a fase evolutiva (infância – adolescência – Juventude), e que se refletem em seu comportamento e na formação dos sentimentos, modo de ver e encarar as coisas e os acontecimentos, são graves e delicados.” (nº 591, capa – 28/05/67)

As atitudes corajosas assumidas pelo semanário atraíram sobre ele a fúria da censura governamental. Os anos de 1965, 1966, 1967 e parte de 1968 foram de crescimento para o jornal *O São Paulo*. Rapidamente o semanário teve que encarar a repressão por parte da censura ditatorial e a pressão interna oriunda da instituição que não gostaria de se indispor com o Estado. Fora preciso muito “jogo de cintura” para manter o informativo nestes anos. Enquanto se liam artigos inflamáveis em relação ao direito e à justiça, ao mesmo tempo, o jornal não perdia sua veia profundamente doutrinal e formativo-catequético. Um claro exemplo pode ser conferido no artigo “*Greve e o Papa*” de 18 de junho de 1967. Percebe-se no artigo uma grande preocupação em trabalhar a família como base e berço de toda sociedade: “A paz não pode nunca reinar na grande família humana se não estiver profundamente enraizada na pequena família, fonte e núcleo de toda a verdadeira convivência social.”<sup>118</sup>

... Foi pedido que o jornal tivesse um caráter pastoral. Não sei se vocês concordam com a palavra, mas pastoral é uma palavra ligada a pastor, quer dizer, o jornal tem que ter um pouquinho da cara a

---

<sup>118</sup> *O São Paulo*, 18/06/1967 – nº. 594 – ACMSP.

gente, não é? Da gente e dos demais que colaboram com a gente. E a gente tentou, está tentando, embora sem muita disciplina.<sup>119</sup>

Estas palavras do Cardeal Arns, em 1973, exprimem o sentimento presente no coração daqueles que tinham a responsabilidade de levar até ao povo uma palavra de esperança viva, não simplesmente palavras de conforto que se perdem no tempo. E conseguiram. Naquele mesmo ano já havia uma maior aceitação por parte dos leitores e um lugar de destaque no quadro geral da imprensa brasileira laica e religiosa. Crédito à grande abertura dada pelo então Cardeal Arns aos responsáveis pelo informativo:

E eu também acho que não deve ter disciplina demais. Deixa escrever. Escrevem uma coisa que não aprecio e a gente fica incomodado. Toda vez que eu abro 'O São Paulo' encontro coisas que não aprecio. Há sempre contradições... A vida é assim, as atitudes são assim, contando que haja o espírito crítico, não é? <sup>120</sup>

E foi com este espírito crítico que, em 1976, doze anos após a implantação do Ato Institucional número 5, o jornal *O São Paulo* sofre suas primeiras interdições. Como pudemos perceber na análise de alguns poucos textos, dentre os diversos que poderiam ter incomodado os militares ao longo dos anos de chumbo, a censura ao jornal *O São Paulo* chega de forma natural. Ela aconteceria de qualquer jeito, porque não era natural da Igreja não se manifestar perante as arbitrariedades do regime militar.

Foi um tempo árduo, marcado por incompreensões, perseguições dentro e fora da Igreja. Chegaram até a publicar edição falsificada de nosso jornal *O São Paulo*, distribuindo-o pela cidade, deixando-o em

---

<sup>119</sup> Periódico Extra – Setembro de 1973, In: PEREIRA, Antônio Aparecido - *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil 1968-1978*. Tese de diploma de jornalismo, Centro Internazionale per gli Studi Sull'Opinione Pubblica. Roma, 1982 – 250 p.

<sup>120</sup> PEREIRA, Antônio Aparecido – Op. Cit. p. 148.

templos. Matérias foram censuradas. *O São Paulo*, com a orientação firme, profética, do ilustre pastor Dom Paulo Evaristo Arns, nosso amado Cardeal Arcebispo, cumpriu a missão de se colocar em evangélica opção pelos pobres, pelos perseguidos e injustiçados. Abraçamos a recomendação de Jesus ‘não tenham medo, confiem’ e cumprimos a missão de dar voz aos calados pela ditadura militar, colocada a serviço do capital espoliador, das oligarquias rançosas e exploradoras da classe trabalhadora neste país. Sempre demos graças a Deus pela bem-aventurança da perseguição na construção do Reino, feito de justiça, amor, liberdade, verdade e paz.<sup>121</sup>

Mesmo de forma discreta fora necessário falar, denunciar, pois, desde sua criação, *O São Paulo* tem como linha editorial levar aos católicos, cristão, homens que buscam a Deus e que seguem a consciência na procura da Verdade e do Bem, a mensagem da Igreja e ler os acontecimentos à luz dessa mensagem. Logo, sendo um jornal de opinião, procurou sempre ser um terreno privilegiado de encontro e reflexão crítica à luz do magistério da Igreja sobre fatos que propõem problemas particulares que tocam vivamente os sentimentos cristãos.<sup>122</sup>

### **2.2.1 – Motivações, intenções e objetivos:**

As motivações que levaram à intervenção do informativo da Arquidiocese no ano de 1973 não chegam de forma inusitada ao leitor. O jornal *O São Paulo* sempre teve um compromisso fidedigno de divulgar a vida da Igreja: seja a Igreja local e/ou os

---

<sup>121</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino – Bispo emérito de Blumenau – SC. Foi Editor e Diretor de Redação do Jornal *O São Paulo* durante a ditadura militar. Entrevistado em 13/07/2010.

<sup>122</sup> Cf. *Communio et Progressio*, n.º. 138-141.

ensinamentos do magistério, contribuindo assim para a continuidade e fortalecimento deste corpo cuja cabeça é o Cristo. Então, assumindo uma posição evangélica na sua missão de anunciar a Palavra de Salvação, não poderia deixar de estampar em suas páginas a formação de consciência para se atingir o bom senso; os brados de protesto contra as arbitrariedades vigentes na sociedade e os apelos de justiça dos menos favorecidos e dos fracos (aqueles que não têm voz e nem vez de opinar).

Logo, poderia ser feito um questionamento: se o informativo católico semanal tinha uma função meramente informar os acontecimentos (a vida) de uma igreja local, como tantas outras no Brasil, por que sofreu uma sanção penal? Que crime teria cometido? Que motivos fizeram tal informativo se tornar uma ameaça?

O jornal *O São Paulo*, ao longo de sua história, teve vários rostos (nele enxergavam-se todos os seus leitores) e, nos anos próximos ao golpe militar, principalmente posterior a este acontecimento, algumas linhas editoriais eram bem fortes, oriundas daqueles que à sua frente estiveram. Um de seus editores, e pode-se dizer aquele que assumiu o jornal em seu período mais crítico, foi o Cardeal Arcebispo emérito D. Paulo Evaristo Arns. Na época (1966), o então bispo regional da zona norte de São Paulo, começaria uma mudança na linha editorial no informativo da Arquidiocese que, com o passar do tempo, passaria a incomodar o governo militar vigente, e colocaria a Igreja local numa situação de escolha; nada muito anormal, sabido a missão voltada ao cumprimento do anúncio do Evangelho de Jesus Cristo e do compromisso com a justiça que tinha o informativo:

Somos co-responsáveis pela cidade do Brasil que infelizmente abriga o maior número de presos. Apoiado por eminentes representantes do Poder Judiciário e por pessoas que ocupam os mais

altos postos de responsabilidade, ousamos pedir, faz poucas semanas, melhores condições para esses mesmos presos. Será imperdoável que uma cidade de tantos recursos e de tanta generosidade como a nossa continuasse mantendo um sistema presidiário dos mais precários que se conheçam em países livres.<sup>123</sup>

Desta forma percebemos que, desde que fora implantado oficialmente em 1964, o golpe militar no Brasil vinha sendo combatido dentro do informativo da Arquidiocese de São Paulo, ainda que de forma velada. E, se hoje, a partir da análise dos textos, percebemos isso, não seria de se admirar que, para quem estava no poder na época, tais textos representariam uma forma de resistência, ou de pensar comunista. E a menor sombra deste assunto no país causava temor aos militares e à sociedade da época.

Vinte e oito dias após o lançamento da campanha em favor do país, de uma mensagem de esperança ao povo oriunda das páginas do *O São Paulo*, em janeiro de 1967, percebe-se em outro editorial palavras com certo direcionamento, como que uma resposta a prováveis críticas feitas:

A Campanha CONFIAMOS NO BRASIL talvez tenha suscitado nos espíritos mais ponderados certa dose de desconfiança. A propaganda lançou mão dos recursos mais modernos, e procurou mobilizar massas. [...] Uma vez que nos empenhamos e sabemos que o leitor também se empenhou nesta campanha, vamos passar juntos uns momentos para descobrirmos onde estão os inimigos reais deste movimento novo e tão esperançoso. [...] Quem de nós não assistiu a reuniões em que nos fazem passar por testes? Lançam as palavras-chave para perscrutarem nossa reação. [...] Você pode ser todo

---

<sup>123</sup> *O São Paulo*. 02/01/71. n.º. 778. Capa. ACMSP.

inocente e querer apenas elementos suficientes para a resposta. Mas aos olhos deles já está classificado.<sup>124</sup>

Ainda estamos no ano de 1967. Fazendo uma análise minuciosa das publicações desse ano até o AI-5, perceberemos um determinado equilíbrio editorial. Não se quer ir contra o governo militar, pois, “no Brasil e no restante do mundo católico, as relações entre Igreja e o Estado eram sempre trilaterais, envolvendo a hierarquia local, o governo e a Santa Sé”<sup>125</sup>, no entanto, não se poderia ficar apático aos acontecimentos de prisões e ameaças. É possível afirmar que, ao mesmo tempo em que se liam fortes críticas (ainda que veladas) ao regime imposto pelos militares, também havia apoio à previa censura: “Evidentemente, será incomparavelmente melhor contarmos com a ‘censura profissional’, com o critério sadio e a honradez da direção dos variados órgãos de imprensa.”<sup>126</sup>

Toda sanção, intervenção, tortura, punição ou prisão executada de forma arbitrária é resultado de uma ação contrária daquele órgão, instituição e/ou pessoa, que se sinta ameaçada no exercício do seu poder. É a dinâmica do dominador e do dominado já desenvolvida no passado, como analisou, por exemplo, o filósofo Hegel (logo não é algo particular de nosso tempo). Segundo a dialética hegeliana, naturalmente a sucessão e o predomínio dos vários estados na história da humanidade são necessários, racionais e progressivos; necessária, racional e progressiva é a luta, a guerra, graças à qual, ao predomínio de um estado se segue o predomínio de um outro, a um *povo eleito* sucede um outro. Este, no fundo, tem razão sobre o vencido unicamente porque é vencedor, e aquele tem culpa unicamente porque é vencido. Na dinâmica do golpe de 1964 instalou-

---

<sup>124</sup> *O São Paulo*. 29/01/67. n.º. 574. p. 03. ACMSP.

<sup>125</sup> SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva – São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 167.

<sup>126</sup> *O São Paulo*. 02/07/1967. n.º. 596.

se um sentimento de terror<sup>127</sup> e a lógica de intimidar pela ameaça e dor, caracterizando, logicamente, uma injustiça, pois o objetivo da pena (sanção) é de defender a sociedade e manter a paz.<sup>128</sup>

No caso do informativo da Arquidiocese de São Paulo, a punição surge a partir de uma motivação particular, do medo de uma revolta promovida por aqueles formadores de opinião, que não ficaram apáticos aos sofrimentos que a ditadura impusera e fizeram da denúncia uma ferramenta de resistência.

A irritação dos militares não se demonstrou somente contra o jornal, mas muito mais contra a rádio Nove de Julho, que tiraram do ar. A rádio tinha maior alcance que o jornal. No fundo, o que desejavam era o cerceamento da voz do Cardeal Dom Paulo Evaristo, que se opôs de modo firme e absoluto contra a tortura, condenando vigorosamente o desaparecimento de presos políticos, que já se sabia, estavam mortos e a nefanda negação às famílias do direito de sepultar dignamente seus mortos, aniquilados em completa ilegalidade. O combate do Cardeal à violência, tanto militar como policial.<sup>129</sup>

No entanto, aqueles que impunham sua lei também foram revolucionários, tomaram o poder pela força, se revoltaram contra uma situação vigente.

---

<sup>127</sup> Hegel em *Fenomenologia do Espírito*: Os três grandes momentos hegelianos no devir dialético da realidade são a idéia, a natureza, o espírito. A idéia constitui o princípio inteligível da realidade; a natureza é a exteriorização da idéia no espaço e no tempo; o espírito é o retorno da idéia para si mesma. O espírito subjetivo desenvolvido pelo filósofo compreende três graus dialéticos: *consciência*, *autoconsciência* e *razão*; com esta última é atingida a consciência da unidade do eu e do não-eu. Hegel distingue ainda três outros graus dialéticos: o *direito* (que reconhece a personalidade em cada homem, mas pode regular apenas a conduta externa dos homens); a *moralidade* (que subordina interiormente o espírito humano à lei do dever); a *eticidade* ou moralidade social (que atribui uma finalidade concreta à ação moral, e se determina hierarquicamente na *família*, na *sociedade civil*, no estado).

<sup>128</sup> Sobre a idéia de pena, seu desenvolvimento na história e sua função na sociedade, Cf. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Estudos da CNBB – Pastoral Carcerária*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1977. p. 41-49.

<sup>129</sup> Frei Ismael Martignago é Franciscano da Ordem Terceira da Imaculada. Foi o primeiro a assumir a redação do *O São Paulo* no fim da ditadura. Acompanhou o processo de liberdade de expressão do jornal. Entrevistado em 23/07/2010.

A suspensão de direitos e garantias civis e políticas, a quebra da institucionalidade deram ao golpe de abril a possibilidade de denominar-se a si mesmo “revolução”, sem que o fosse. Usou os elementos que caracterizavam uma revolução real para nomear-se a si mesmo, sem que tivesse o direito de fazê-lo. Mas, essencialmente, usou os procedimentos do terror porque se ancorou na retórica revolucionária. E, uma vez que pôde usar os procedimentos do terror, operou como no século XVIII: a facção vitoriosa chamou-se governo, as demais forças políticas tornaram-se suspeitas e, portanto, culpadas a priori, e em nome da vontade geral (batizada com o nome de Segurança Nacional), impossibilitou-se o exercício da política, fazendo da tortura sua prática preferencial. Do terror e do nazi-fascismo usou dois recursos: a destituição pública de lideranças e grupos políticos conhecidos da população, e a delação secreta para intimidação da sociedade em seu todo. Instaurou a polícia como substituto da política.<sup>130</sup>

Já dizia o poeta, escritor e político Ruy Barbosa: “É preciso saber valer a justiça humana com dignidade. Desenvolver a magistratura fazendo valer a justiça militante e a justiça imperante”<sup>131</sup>, pois não devemos voltar ao colonialismo – “Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas e das raças expansionistas.”<sup>132</sup> Com estas palavras recordamos então o desenrolar do golpe militar no Brasil. A intenção por trás do golpe era clara. Não poderia acontecer que mais um país na América Latina tivesse sua revolução.

---

<sup>130</sup> CHAUI, Marilena. In BRANCA, Eloisa (Org.). *I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais – Depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 31-32.

<sup>131</sup> BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1980. p. 48 - § 1º, 4º e 5º.

<sup>132</sup> Idem, p. 52 - §2º.

A partir da Revolução Russa de 1917, e especialmente depois de 1945, o mundo dividiu-se entre comunismo e capitalismo, entre Leste e Oeste. Nas décadas de 1960 e 1970, a Guerra Fria havia causado intensa polarização na América Latina, levando à formação de uma nova (e talvez não a última) onda de Estados autoritários.<sup>133</sup>

Dessa forma, compreendemos que a mentalidade de golpe no Brasil teve caráter internacional, foi reflexo de um mundo em mutação! Não fora uma idéia nascida pronta ou arquitetada por este ou aquele. O golpe nasce da frustração de um governo, do crescimento de um país que rogava pelas reformas agrária e trabalhista e de uma sociedade, em sua maioria de classe média e alta, que ditava a ordem no país:

Angustiava-me o desfecho e autêntico fracasso do governo de Jânio Quadros, em que todos nós votáramos como presidente. Circulavam fatos e boatos de bebedeira, isolamento e orgulho de Jânio. Queria ser ditador. Após a renúncia – ato destinado a provocar reação popular em favor de seu retorno com amplos poderes e sem Congresso – não me convencera a respeito da capacidade do vice João Goulart como autêntico líder. Contavam-se mil casos a respeito de sua frouxidão e falta de comando. Por outro lado, eu apreciava teses como a reforma agrária e dignificação do trabalhador. Além do mais, Jango era tido como herdeiro do ditador Getúlio Vargas. O fato de estar em viagem a país comunista, na hora da renúncia de Jânio, assustava.<sup>134</sup>

Este fragmento retirado das memórias de D. Paulo Evaristo, em biografia lançada no ano de 2001, retrata bem a atmosfera vivida pelo país no período que

---

<sup>133</sup> SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva – São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 9-10.

<sup>134</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Da Esperança à Utopia – Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 345.

antecedera a era de chumbo do governo militar. O desejo por um país mais “organizado” era a intenção tanto daqueles que tomavam o poder, como dos que foram destituídos. Fica, assim, a pergunta: às custas de quê?

De acordo com aqueles considerados de esquerda e que apoiavam um regime socialista, a reforma era necessária. Ser impedido de construir um país economicamente estabilizado, com igualdade de oportunidades para todos e uma política de moradia justa foi encarado por parte dos militantes uma afronta, e lutar foi a única forma de mostrar resistência e fazer ecoar para o mundo que se implantava no Brasil um regime totalitário.

O jornal *O São Paulo* também teve sua participação no processo de democratização do país. O que veremos a seguir são fragmentos retirados de edições publicadas durante o regime da ditadura militar. Através deles veremos que a intenção dos militares ao impor uma sanção ao informativo não era diferente da que sofreram jornais e informativos laicos da época (como *O Estado de S.Paulo*, entre outros):

Durante este período, intensificou-se a perseguição a qualquer órgão da imprensa falada ou escrita que pudesse conscientizar a população. O progresso tão alardeado no país produziu um ônus que está sendo pago até hoje. A riqueza de uma minoria foi construída sobre a miséria e a ignorância da maioria da população. Educação e consciência para quê? [...] Jornalistas que queriam informar foram perseguidos, e jornais, revistas, rádios e televisões foram censurados.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> SOUZA, Ney. *Opcit*, pág. 528.

**Ano de publicação: 1967**

→ **Título do Artigo:** AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA MANIFESTA-SE CONTRA POLÍTICA DO GOVERNO.

**Argumento:** “A Ação Católica Operária do Estado de São Paulo divulgou manifesto contra a atual situação político-econômica do país conclamando os trabalhadores a lutarem pela mudança deste estado de coisas.”

**Data e Edição:** 12/11 – nº 615.

→ **Título do Artigo:** BISPOS EXAMINAM SITUAÇÃO CRIADA ENTRE IGREJA E EXÉRCITO (principalmente após a invasão do palácio episcopal de volta redonda no RJ)

**Argumento:** Comissão de Bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil esteve reunida no Convento do Cenáculo do Rio. Os prelados examinaram a situação criada entre a Igreja e o Exército tendo passado em revistas as prisões de sacerdotes e líderes de entidades religiosas, as invasões de templos e organizações culturais e desportivas da Igreja, enfim, todos os atritos havidos entre o poder civil militar e o clero brasileiro.

**Data e Edição:** 03/12 – nº 618.

→ **Título do Artigo:** MISSÃO DA HIERARQUIA

“Não podem os bispos aceitar que fora da legislação da Igreja outros pretendam definir e delimitar suas funções”.

**Argumento:** “Repudiamos a tese marxista de que a religião realiza uma espoliação do homem, consolando-o com uma felicidade futura compensadora da inevitável frustração terrena. Afirmar que a missão religiosa dos bispos não deve ultrapassar os limites da chamada ‘vida espiritual’ é praticamente aceitar a concepção marxista da religião. Proclamar a defesa da ‘civilização cristã’ e ao mesmo tempo coartar a missão docente da Igreja na defesa dos valores humanos, significa defender um paganismo disfarçado.”

**Data e Edição:** 10/12 – nº 619.

→ **Título do Artigo:** ATÉ O EVANGELHO PODE SER ENCARADO COMO SUBVERSIVO.

**Argumento:** “Uma onda de boatos contra o Núncio Apostólico e procurando dar a impressão de uma luta entre o governo e o clero deve ter se originado em áreas bem retrógradas cujo interesse principal era desejar que a Igreja não vivesse na hora presente, as necessidades do mundo onde ela, por missão, deve atuar.”

**Data e Edição:** 17/12 – nº 620.

**Ano de Publicação: 1968.**

→ **Título do Artigo:** “PASSEATA, EM ORDEM, LEVOU PARA AS RUAS DO RIO MAIS DE 100 MIL PESSOAS”. (capa)

**Argumento:** “Estudantes, mães de família, padres, freiras, artistas e intelectuais, numa significativa manifestação de gente civilizada, que nada queria com a baderna, mas que assumiu atitude forte, porém pacífica, na hora de reivindicações justas, realizou uma passeata pelas ruas do Rio de Janeiro, então estado da Guanabara. Esta manifestação também, fora contra a repressão militar.”

**Data e Edição:** 30/06 – nº 648.

→ **Título do Artigo:** “NOVO DIÁLOGO DA IMPRENSA CATÓLICA”.

**Argumento:** Nesta data o jornal divulga o 8º Congresso Mundial de Imprensa Católica , que desde o dia 02 do mesmo mês acontecia em Berlim. Paulo VI escreve aos participantes do evento (no seu discurso, a importância dos meios de comunicação).

“Vós tendes, hoje, um considerável poder: por vós, cada vez mais amplamente, o mundo inteiro é informado do que se passa nos pontos mais distantes de nosso planeta. Vós sois quem escolheis os fatos para apresentá-lo e cometa-lo para vossos leitores. Através destas escolhas se expressa toda uma filosofia da vida.”

**Data e Edição:** 14/07 – nº 650.

→ **Título do Artigo:** “DOM HELDER FALOU À JUVENTUDE OPERÁRIA DE MEDELLIN”.

**Argumento:** “O Arcebispo de Olinda e Recife reiterou sua tese de que a violência na América Latina não é exercida somente por ‘aqueles que pegam em armas, mas também pelos setores econômicos privilegiados’ que, ‘instalaram uma violência sobre os explorados a qual se traduz numa intolerável tensão. Acrescentou que está convencido de que qualquer guerra revolucionária de libertação na América Latina ‘seria sufocada por uma guerra imperialista’, pois ‘os Estados Unidos jamais permitiriam uma segunda Cuba no Continente.’”

**Data e Edição:** 08/09 – nº 658.

→ **Título do Artigo:** “TERRÍVEL ADVERTÊNCIA – O DOCUMENTO DO CELAM”.

**Argumento:** D. Avelar Brandão – arcebispo de Terezina e presidente do CELAM: “O documento final da reunião do Conselho do Episcopado Latino-Americano é uma terrível advertência, porque mostrar que todos são responsáveis pelos destinos do continente em crucial fase de mutação.”

**Data e Edição:** 22/09 – nº 660.

→ **Título do Artigo:** “CARTA DO CONSELHO DE PRESBÍTEROS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO”.

**Argumento:** D. José Lafayette Ferreira Álvares (Presidente do Conselho de Presbíteros e Diretor do Jornal OSP junto com D. Paulo Evaristo Arns) escreve carta datada de 12/09/68 sobre a expulsão do padre-operário Pierre Joseph Wauthier do país. Poderíamos dizer que este já um primeiro reflexo da situação enfrentada pelo clero neste período (de perseguição), principalmente junto à pastoral operária.

“O Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de São Paulo, ciente dos acontecimentos que envolveram a missão evangelizadora do operário-padre Pierre Joseph Wauthier membro da missão operária São Pedro e São Paulo, por ocasião da greve dos operários da fábrica de Braseixos de Osasco, onde o mesmo trabalhava, e analisando o desfecho que culminou com a sua expulsão do país, sente-se na obrigação de se dirigir aos presbíteros e, por estes, aos fiéis da Arquidiocese para alguns esclarecimentos.

Tendo analisado detidamente os antecedentes e conseqüentes da decisão final sobre o caso pareceu a este Conselho que a punição infligida a Pierre Joseph Wauthier não tenha sido unicamente porque é grevista, pois outros com verdadeira e confessada liderança, nada sofreram; não porque é estrangeiro, que outros na mesma condição não tiveram a mesma sanção, mas porque é operário-padre.

Realmente o fato se reveste de gravidade por significar uma advertência à Igreja precisamente quando esta, após as orientações do Concílio Vaticano II, cresce na consciência de sua missão como testemunha de Jesus Cristo e libertadora dos homens.

Quanto ao operário-padre Pierre Joseph Wauthier, sabe este conselho que jamais fez qualquer pregação política onde trabalhava e nem mesmo se sobressaiu na ocasião da greve, mas fiel à missão de evangelizador do meio operário, mediante o testemunho de uma vida de total integração e seguindo os princípios morais cristãos, solidarizou-se com os seus companheiros de trabalho certo de que, embora ilegal, a greve era realmente justa.

Desejamos vivamente afirmar que não se trata de ser contra ninguém e sim a favor do homem. Com efeito a humanidade poderá compreender o dinamismo libertador da mensagem cristã na medida em que puder sentir a religião do Cristo como uma libertação na justiça, na verdade e no amor e não como ópio do povo.

Dirigindo-nos aos presbíteros esperamos que, com clareza e serenidade desfaçam-se equívocos para que a ação perturbadora dos menos avisados, quando tentam interpretar os passos da Igreja, não nos aflija em nossas opções e filial adesão.”

**Data e Edição:** 22/09 – nº 660.

**Ano de Publicação: 1969.**

→ **Título do Artigo:** “COMO SÃO OS PADRES HOJE?”

**Argumento:** Esta pergunta estampava a capa da edição de março do jornal O São Paulo. A intenção não era fazer um estudo do perfil do sacerdote na capital, mas desassociar a imagem de subversivo do clero paulistano, muitas vezes envolvido na luta em defesa dos presos e dos familiares dos desaparecidos.

“Nosso repórter freqüentou algumas reuniões de padres, aqui em São Paulo. Participou das conversas, dos estudos e dos debates. Verificou tudo, observou muito mais, e agora traz aos leitores um depoimento valioso. Que faz o clero de São Paulo? Como atua? Seus ideais se identificam com os anseios da religião, do povo e de nossa pátria?”

**Data e Edição:** 02/03 – nº 682.

→ **Título do Artigo:** “BISPOS ENVIAM MENSAGEM A COSTA E SILVA”

**Argumento:** Carta deixa clara a posição a Igreja Católica relação ao AI-5

"A situação institucionalizada no mês de dezembro último possibilita arbitrariedades, entre as quais, a violação dos direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão de pensamento, de informação, ameaça a dignidade da pessoa de maneira física e moral; institui poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados e poderá levar e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade. (...) Nosso ardente desejo, traduzido em apelo em apelo a todos homens de boa vontade, principalmente aos atuais responsáveis pelo destino da Nação, é que se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do regime: e cumprimos o dever pastoral de lembrar que aqueles que detêm nas mãos todo o poder de decisão assumem, perante Deus e perante a História, imensa responsabilidade."

**Data e Edição:** 02/03 – nº 682

**→ Título do Artigo: “COMO SÃO OS PADRES”**

**Argumento:** Esta matéria, de maneira crítica, deseja traçar o perfil do sacerdote na Igreja de São Paulo. O artigo assinado por Pio Milpacher, apresenta quatro perfis de padres (que, claro, em nada se parece com aqueles comprometidos com os movimentos sociais – principalmente operários).

“Apóstolos - "inteiramente consagrados a Cristo e aos homens."; Os funcionários do culto - "São padres, talvez de boa espiritualidade, mas que não encarnam o Evangelho nas necessidades dos homens que deveria salvar."; Os Naturalistas - "Uma categoria heterogênea de padres, aos quais falta uma verdadeira visão sobrenatural da própria missão."; e os Marginais - "Chamamos assim aqueles que reduzem ao mínimo o próprio ministério pastoral, por que se dão a tarefa seculares (ensino, comércio, indústria, trabalhos diversos). Mas não com o fim de entrar em novos ambientes, compreendê-los e evangelizá-los, mas para ocupar o tempo, cumprir um trabalho de maior ganho e satisfação.””

**Data e Edição:** 02/03 – nº 682

**→ Título do Artigo: “A MISÉRIA VIAJA NESTE TREM”**

**Argumento:** Matéria de Alberto Zambiasi (Equipe Scalabrini de Migrações Internas) Sobre as dificuldades de se usar os trens da capital paulistana.

"Muitos passageiros não têm lugar para sentar. Reclamam, empurram ... há um só vagão para tantos..."

**Data e Edição:** 20/04 – nº 689

→ **Título do Artigo:** “CENTRO DE INFORMAÇÃO ECCLESIA”

**Argumento:** O Jornal O São Paulo entra numa nova fase. O CIEC seria, então, um coordenador de redação do Jornal, uma espécie de editor do informativo semanal da Arquidiocese, tendo a frente o Côn Amaury Castanho como diretor (ele era jornalista de profissão, do clero de Capinas, Diretor da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica, professor de sociologia em várias faculdades, Reitor do Templo Votivo ao Ssmo. Sacramento, administrador e redator chefe d'A Tribuna, semanário arquidiocesano, já com 61 anos de existência), e ao seu lado como secretária estaria a jornalista Maria Lúcia Sampaio (A Gazeta e O São Paulo). A frente coordenando tudo estava D. José Lafayette Ferreira Alvares (vigário episcopal da época) e o então bispo auxiliar D. Paulo Evaristo Arns (encarregado do setor dos meios de comunicação social da Arquidiocese).

“Além de coordenar os trabalhos do mencionado centro, Côn Amaury Castanho exercerá as funções de coordenador da Comissão Arquidiocesana para a pastoral dos Meios de Comunicação Social, que será constituída por quatro sacerdotes e quatro leigos, especializados em assuntos para rádio, imprensa, cinema e televisão.”

**Data e Edição:** 12/10 – nº 714

Neste ponto, com especial atenção, queremos destacar a criação deste Centro de Informação (CIEC) pela Arquidiocese, o *Ecclesia*. Como já visto anteriormente, foi

através da Fundação Metropolitana Paulista que o CIEC ganhou vida, e se tornou responsável por todas as investidas pastorais em relação aos meios de comunicação social na Arquidiocese de São Paulo.

É importante lembrar que este centro de informação tem sua gênese em meio à conturbada situação que se encontrava a Igreja de São Paulo durante a ditadura militar, e fora por este cento também que surgiria o “Boletim CIEC”, órgão informativo da igreja local paulistana que seria responsável pela edição do semanário arquidiocesano; e de onde podemos tirar informações preciosas do período de censura do jornal *O São Paulo*. Eram seis as metas do Centro de Informação Ecclesia:

- 1) Coletar, interpretar e difundir informações religiosas e de outra ordem, através de comunicados e boletins;
- 2) organizar um completo Arquivo e Emeroteca;
- 3) fazer presente o pensamento da Igreja, junto do grande público, através dos meios de comunicação social, em particular dos diários, emissoras e canais de TV, leigos;
- 4) assumir a redação *d'O São Paulo*, periódico da Arquidiocese, e assessorar sua administração, visando não apenas a elevação do seu padrão técnico e de conteúdo mas, também, à sua mais ampla difusão;
- 5) fazer funcionar uma sala de leitura, aberta ao público, em que serão encontrados os mais importantes jornais e revistas católicas do Brasil e do estrangeiro;
- 6) coordenar a presença cristã dos leigos que militam na imprensa paulista.<sup>136</sup>

Diferentemente do semanário *O São Paulo* o Boletim CIEC não sofreu censura prévia enquanto durou sua história na Arquidiocese. Isso porque ele era um boletim de informação oferecido à imprensa em geral, e não ao público, logo, não ‘oferecendo perigo’. No entanto, fora por suas páginas que ficaram registradas todas as investidas da censura contra o semanário da Arquidiocese. Diversas vezes isso acontecia de forma simultânea com o semanário *O São Paulo*, o que acarretava, inclusive, na edição de

---

<sup>136</sup> O São Paulo - 18/10/1969 - nº 715 – Capa. ACMSP.

textos censurados que não puderam entrar nas páginas do jornal. Portanto, podemos chegar a conclusão que a criação do CIEC e do seu boletim constituíram, juntos, um único veículo de informação, denúncia e protesto contra a censura militar prévia imposta aos meios de comunicação social.

Continuando a nossa análise de textos que levaram a censura prévia do jornal *O São Paulo*, o ano de 1969 chega ao fim com o Gal. Emílio Garrastazu Medici como novo presidente da república e um grupo de dominicanos presos por subversão. O semanário católico não ficou a parte perante todos estes acontecimentos e publicou algumas matérias que se não provocaram, fatalmente incomodaram e/ou colocaram para pensar muitos que os liam e acompanhavam o desenrolar dos fatos.

→ **Título:** DISCURSO DE POSSE DO NOVO PRESIDENTE

**Argumento:** o jornal publica o discurso de posse do Gal. Emílio Garrastazu Medici, como presidente da república. Na época o jornal avaliou o discurso como: “um discurso destinado a entrar pra história” pois, “A elevação de sentimentos nele externados, fundamenta novas esperanças para 90 milhões de brasileiros.” O tempo e os acontecimentos vindouros provariam o contrário.

“Eu sou a oferta e a aceitação. Não sou promessa. Homem do campo, creio no homem do campo. E creio que o dever desta hora é a integração do homem do interior no processo do desenvolvimento nacional. [...]

Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda a nação, abrindo à humanidade a opção de uma sociedade aberta. [...]

Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes. Creio na participação. Creio na grandeza do Brasil. Creio em que a grandeza do Brasil depende muito mais da família do que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma do educador que existe em cada lar. [...]

Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. E creio em que passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora. E, com a ajuda de Deus e dos homens, terei de por na mão do povo tudo aquilo em que mais creio. Convoco a Universidade, chamo a Igreja, e aceno à imprensa, brado ao povo para que ajudem a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.”

**Data e Edição:** 08/11/69, nº 718

→ **Título:** DOM AGNELO ROSSI VISITA OS DOMINICANOS PRESOS

**Argumento:** Sobre casos de subversão na Igreja (especialmente referente à prisão dos dominicanos), o Cardeal Rossi, retornando do Sínodo Extraordinário dos Bispos em Roma, se pronunciou da seguinte forma:

“Como Arcebispo Metropolitano, tenho o máximo empenho em conhecer, para além do noticiário da imprensa, a exatidão dos fatos.” [...] Declaro que não podemos aceitar, por ser antievangélico e até contrários ao bem estar de nosso país, métodos de violência e de terrorismo. Menos ainda podemos concordar com a participação, na prática destes métodos, de sacerdotes, religiosos, e de seminaristas ou candidatos À vida religiosa. [...] Devo repelir, porém, com igual energia, que, com qualquer intuito, a culpa pessoal de alguns, mesmo comprovada, seja generalizada para

toda uma família religiosa, todo o clero – e até toda a Igreja.”

**Data e Edição:** 15/11/69 – nº 719 (capa).

→ **Título:** DOM AGNELO SE PRONUNCIA SOBRE CASO DOS DOMINICANOS

**Argumento:** Em edição posterior, datada de 29/11/69 nº 721 (capa) o semanário trazia impressões da visita D. Agnelo Rossi aos dominicanos presos após o desmantelamento do grupo de terroristas de Carlos Marighela, acusados de comunistas e subversivos:

“O senhor Cardeal Rossi entrou em contato com os 6 dominicanos detidos em São Paulo. Conversou longamente com os mesmos. Nenhum deles apresentava sinais de violência e nem mesmo aludiram a elas. Encontravam-se todos de saudável aspecto físico e psíquico. [...] O Diretor do DOP’s Dr Benedito Nunes, na entrevista longa e amistosa que teve com o nosso redator chefe, declarou estar convicto de que nenhum dos dominicanos detidos passou à ação terrorista enquanto tal. [...] Sendo o problema dos dominicanos presos, da Ordem de S. Domingos e não da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a Província da Ordem acaba de contratar advogado para sua defesa.”

**Data e Edição:** 29/11/69 nº 721 (capa)

O semanário, dias depois, veicula a entrevista do enviado do geral dos Dominicanos ao Brasil, que falou sobre a prisão dos 6 dominicanos acusados de comunistas. “Na mesma tarde, acompanhado de um dominicano brasileiro como intérprete, pude estar com os seis religiosos presos em São Paulo, mas na presença da

polícia. Presos há mais de quinze dias e submetidos a longos e penosos interrogatórios eles apresentavam sinais de cansaço e de abatimento.” 13/12/69 – CAPA – Nº 723.

E se o ano de 1969 termina para o jornal *O São Paulo* um tanto polêmico, o ano seguinte, que marca seus 15 anos de existência, seria noticiado com palavras de esperança e uma imensa vontade de mudança (inclusive na administração da Arquidiocese com seu novo cardeal arcebispo D. Paulo Evaristo Arns). Tais sentimentos se refletem no semanário, que tem uma mudança editorial importante e novos colaboradores, especialistas em áreas como educação, direito, religião, etc., que trazem peso aos artigos assinados.

**Ano de Publicação: 1970.**

→ **Título:** NOVO CORPO EDITORIAL PARA O SÃO PAULO

**Argumento:** A década de 1970 começa para *O São Paulo* com o aumento de seus colaboradores e a divisão de assuntos no jornal por editorias. Ficou assim dividido:

Redator Chefe: Côn. Amaury Castanho

Secretária: Maria Lúcia Sampaio Pinto

Administração: Moacyr de Paula Assis

Colaboradores: Política Nacional: Dr. André Franco Montoro (deputado federal);  
Política Internacional: Dr. J. Dalmo Belffort de Mattos (professor universitário);

Problemas Sociais: Côn. Amaury Castanho; Crítica Teatral: Alípio Rocha Marcelino (jornalista); Cinema: Confederação das Famílias Cristãs; São Paulo Rural: Dr. Paulo Speers Rocha Pombo (advogado e jornalista); Língua Portuguesa: Prof. Antônio Cruz Neto (professor universitário); Livros: Prof. Luiz Elmerick (professor); Coluna Esportiva: Valter Casagrande (universitário); Palavra do Papa: Pe. Pio Milpacher; Igreja No Mundo e Arquidiocese: Maria Lúcia Samapaio Pinto (jornalista); Problemas da Igreja: Côn. Amaury Castanho; Ecumenismo e Coluna Bíblica: Mons. Heládio Correa Laurini; Liturgia Dominical: Pe. André Bortolomeotti; Outros Colaboradores : D. José Lafayette Alvares, D. Paulo Evaristo Arns, Dr. Manoel Vitor (advogado), Pe. Caetano Vasconcelos, Antônio Casagrande (universitário) e Dr. Mário Carvalho de Jesus (fundador da Frente Nacional do Trabalho).

**Data e Edição:** Ano XV – 24/01 – nº 729, pág. 02.

→ **Título do Artigo:** “PARA ONDE VAI O SÃO PAULO?” (capa)

**Argumento:** *O São Paulo*, num editorial, questionava: “Para onde vai ‘*O São Paulo*’?” Seguem as linhas de resposta:

“Completado o nosso corpo redatorial para o ano de 1970, soubemos que alguns perguntam, com certa preocupação, para onde vai *O São Paulo*, semanário da Arquidiocese? É periódico a serviço de grupos? Inclina-se para a direita ou para a esquerda? Seus objetivos, afinal, quais são? [...] Para resumir as linhas fundamentais do novo *O São Paulo*, que desejamos um semanário digno da ‘cidade que mais cresce no mundo’ e ‘maior comunidade católica urbana da Igreja’, de grande circulação na capital e no Estado, diríamos que estamos, só e exclusivamente, a serviço do

evangelho, da Igreja e dos verdadeiros interesses da pátria e do bem comum. [...] A escolha dos nossos redatores reflete, exatamente, esses ideais e esses objetivos do novo O São Paulo. Os leigos e sacerdotes que chamados a colaboração conosco e que, sem dúvida, representam a absoluta maioria do clero e laicato da Arquidiocese, provam o nosso desejo de fidelidade a essas linhas.”

**Data e Edição:** 07/01 – nº 731, Capa.

→ **Título do Artigo:** “VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA”.

**Argumento:** O fato de ter especialistas no seu corpo editorial, fez com o semanário O São Paulo também fosse referência em outros informativos. Ele passa a ganhar fama por conta de seus artigos. Este, por exemplo, foi escrito para dar continuidade a um anterior – Violência e Violência - que fora transcrito na íntegra pelo Jornal da Tarde daquele ano.

“Nosso editorial VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA, mereceu ser transcrito ‘in totum’, no JORNAL DA TARDE, em artigo assinado pelo Sr. Lenildo Tabosa Pessoa. O referido jornalista viu naquele editorial o que nós desejávamos que fosse uma definição clara e inequívoca de que somos contra a violência de toda e qualquer espécie porque, repetimo-lo, continuamos acreditando no homem e apenas em soluções evangélicas. [...]

‘Violência institucionalizada’ é para nós a soma de privilégios e regalias de que continuam gozando, sob o amparo da lei, certas minorias, enquanto grandes massas se encontram marginalizadas cultural, econômica e socialmente falando. ‘Violência

institucionalizada, para citar outro exemplo, é a injusta segregação racial dos negros, também estribada em leis, na Rodésia e África. [...]

Nosso amor à verdade, única razão de ser do nosso serviço exige, se entenda assim, a defesa que fizemos e novamente reiteramos, de soluções não violentas para todo e qualquer problema, por mais agudo que seja. E se é verdade como a história o ensina, que a ‘violência ativa’ ou revolucionária em geral tem suas raízes na ‘violência institucionalizada’, a ninguém escapará a premência em que nos encontramos todos nós, de superar quanto antes, tudo aquilo que em nossas leis e vida nacional, destoe do espírito e da letra do Evangelho, essencialmente boa-nova do amor e da paz.”

**Data e Edição:** 14/03 – Nº 736, pág. 03.

→ **Título do Artigo:** “DEMASIA”.

**Argumento:** um artigo assinado por Dom José Lafayette sugere a real atenção ao uso dos meios de comunicação, principalmente a TV. E do quanto é necessário estar preparado para se pronunciar em nome da Igreja.

“Falta de precisão nas palavras reflete pouca atenção, irreflexão. Quem fala ou escreve assume grande responsabilidade. É mister pesar e medir, calcular, quanto possível, as repercussões, as interpretações. [...]

Nota-se tremendo abuso, atualmente, dos meios de comunicação. E não é por escassez de assunto ou por desamor para com eles que volto freqüentemente ao tema. Mas por força de meus encargos, verifico pessoalmente as danosas repercussões de determinadas palestras e falas, principalmente no tocante ao rádio e televisão. [...] Não há

muito um sacerdote, certamente por inabilidade, por precipitação, envolveu-se em desagradabilíssimo incidente numa das emissoras da capital. [...] O padre não procurara a Autoridade. Saiu-se mal. Levantam-se depois as reclamações: ‘onde está a cúria?’, ‘Que anda fazendo o cardeal que não vê isso?... Esquecem-se de que nem o governo, com a poderosa organização da Censura, e com os efeitos policiais de que dispõe impede todos os desmandos da publicidade, ou os atentados contra a pessoa e a propriedade.

**Data e Edição:** 21/03/1970 - nº 737, pág. 07.

→ **Título do Artigo:** “DOM PAULO EVARISTO ARNS 5º ARCEBISPO METROPOLITANO DE SÃO PAULO”

**Argumento:** Como num grito de esperança, o jornal da Arquidiocese de São Paulo ilustra a figura de D. Paulo, que, se como bispo auxiliar já lutava contra o regime militar, como Arcebispo metropolitano, utilizou-se de seu posto e sua influência para findar com o regime militar no país. Uma de suas primeiras medidas, o informativo expressa, também na capa: “Novo bispo visita autoridades.”

Coincidência ou não, no mesmo jornal, o editorial trata justamente, dos “Editorias que Repercutem” na sociedade.

**Data e Edição:** 07/11/1970 – nº 770.

A partir da análise dos textos expostos, têm-se um pouco de referencial para entender o objetivo da censura prévia de *O São Paulo*. Suas palavras fomentavam o pensamento, seus editores eram pessoas politizadas e sabiam muito bem onde podiam chegar e a quem poderiam atingir. Logo, o objetivo da censura ao informativo da

Arquidiocese era realmente deter mais um jornal que tentava formar a opinião do povo. Como já fora mencionado, porque ter uma população pensante num país? O Brasil é um país que historicamente foi doutrinado a possuir uma população que não deveria pensar. Formamos uma nação despreparada, não por nossa culpa, mas por conta de nossa histórica política. No entanto, esta realidade poderia mudar, e vem mudando.

### **2.3 – Fatos e artigos que marcaram a censura do *O São Paulo***

Apesar de a censura ao jornal da Arquidiocese de São Paulo ocorrer de forma efetiva em 1972, as advertências e ameaças, começaram em 1971<sup>137</sup>. O Boletim CIEC, por exemplo, aborda o assunto ‘censura ao jornal *O São Paulo*’ de forma clara somente em 1973, mas, no mês de maio do ano anterior, de forma velada, publica uma matéria proibida n’*O São Paulo*, introduzida da seguinte explicação.

A seguinte matéria deveria estar circulando na edição d’*O São Paulo* desta semana, em sua primeira página. Por motivo de força maior, alheios à redação do semanário arquidiocesano, teve de ser cancelado.<sup>138</sup>

O ‘motivo de força maior’ eram as pressões externas oriundas de instituições próximas aos militares ou dos mesmos.

Em março de 1971 iniciaram os telefonemas proibitórios. E maio o Superintendente da Polícia Federal em São Paulo faz uma

---

<sup>137</sup> Foi possível obter informações precisas a respeito da censura aos textos do jornal *O São Paulo* a partir do Boletim CIEC – informativo dirigido à imprensa local de São Paulo – editado pelo Centro de Informação Ecclesia, fundado pela Fundação Metropolitana Paulista. Por meio dele, pôde-se chegar exatamente aos textos censurados nos arquivos do próprio jornal *O São Paulo*.

<sup>138</sup> Boletim CIEC nº 116 – 05/05/1972

visita de cortesia ao diretor responsável pelo jornal. Este, durante 1 hora, esclarece as várias posições do jornal e da própria Igreja. De junho a dezembro do mesmo ano, multiplicam-se os telefonemas, em execução de ordens vindas de Brasília.<sup>139</sup>

Inicialmente as censuras chegavam de forma verbal, por telefonemas. Ainda não se viam explicitamente no jornal páginas em branco, espaços vazios onde deveriam estar artigos assinados. Geralmente colocavam-se anúncios no lugar das matérias censuradas.

No ano de 1972 teve início a censura na tipografia onde é impresso '*O São Paulo*'. No mês de maio o jornal teve de circular com espaços em branco por ter sido cortada uma matéria sobre acontecimentos envolvendo Dom Pedro Casaldáliga e Pe. Jentel, da Diocese de Conceição do Araguaia. De junho a novembro continuaram os telefonemas dizendo o que podia e o que não podia ser publicado.<sup>140</sup>

Logo, podemos verificar que, antes de impor qualquer sanção, foi preciso criar uma atmosfera de desconfiança e medo em torno do jornal *O São Paulo*. Não foram uma ou duas vezes que o jornal recebeu críticas por conta dos artigos publicados. O medo do comunismo era tamanho que não era difícil surgirem boatos sobre as intenções do jornal.

Essa tática tinha a intenção de fazer com que o jornal deixasse de ser lido e conseqüentemente esquecido, deixando de circular e sendo obrigado a decretar falência efetiva. Esse golpe da situação, porém, não deu funcionou e o contrário aconteceu:

---

<sup>139</sup> PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à Imprensa no Brasil 1968-1978*. p. 162. Tese de diploma de jornalismo, Centro Internazionale per gli Studi Sull'Opinione Pubblica. Roma, 1982 – 250p.

<sup>140</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assuntos de Comunicação da Arquidiocese de São Paulo e atual Diretor e Editor do jornal *O São Paulo*. Entrevistado em 24/08/2010.

Fora um tempo de intensa vida, participação. Dom Paulo Evaristo Arns foi o coordenador inteligente, sábio, com uma equipe coesa de Bispos Auxiliares. Formamos um grupo de irmãos, entregues com entusiasmo à evangelização, irmanados aos presbíteros, seminaristas, religiosas(os), leigas e leigos. Uma beleza! Tenho consciência de que, com o auxílio de Deus, cumprimos nossa missão. Éramos Bispos distribuídos pelas Regiões Episcopais, verdadeiramente, descentralizadas, responsáveis por áreas ambientais em toda Arquidiocese, animando Equipes, Pastorais integradas por Leigos (as), Presbíteros, Religiosos (as), ardorosos discípulos missionários de Jesus.<sup>141</sup>

Essa unidade pastoral foi, de fato, o que sustentou a vida e o trabalho pastoral da Igreja de São Paulo durante o período da ditadura militar, bem como do semanário da Arquidiocese. Pois bem, no ano de 1973, o que era apenas ameaça verbal tornou-se algo concreto: o jornal *O São Paulo* sofre oficialmente prévia censura. Por meio do Boletim CIEC é possível conferir a primeira notícia publicada sobre esse acontecimento:

A título de informação e sem qualquer outra intensão, sentimos no dever de levar ao conhecimento de nossos leitores que ‘*O São Paulo*’, semanário da Arquidiocese de São Paulo, está sob censura da Polícia Federal. Essa censura se exerce de várias maneiras: telefonemas da Superintendência da Polícia Federal, proibindo a Redação de noticiar ou comentar acontecimentos da vida do país e da Igreja, tentativa de instituir a censura prévia na própria redação do semanário, censura efetiva na tipografia em que é impresso o jornal,

---

<sup>141</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino – Bispo emérito de Blumenau, SC. Entrevistado em 13/07/2010.

corte de notícias já compostas e paginadas, em primeira, última página e páginas internas.<sup>142</sup>

A práxis de censura por telefone ao jornal *O São Paulo* durou até a primeira metade de 1973. No mês de dezembro, uma pessoa credenciada apresentou-se à Redação-Administrativa do semanário para iniciar a censura permanente e prévia no local, ampliando sempre mais o elenco dos assuntos proibidos. Numa crônica que “celebrava” os dois anos de censura ao semanário da Arquidiocese, o boletim CIEC relata uma das várias intervenções federais ao informativo e como se portava a direção do jornal frente às mesmas:

Em 6 de junho deste ano um telegrama proibia noticiar um processo contra oficiais do exército e qualquer declaração dos bispos ou da CNBB sobre direitos humanos. O diretor do jornal respondeu, então, que atenderia o primeiro pedido. Para o segundo exigia uma comunicação por escrito. Foi, então, convocado a comparecer à Superintendência da Polícia Federal. Recebido pelo próprio titular da mesma, este lhe mostra o telex com a proibição de matérias sobre direitos humanos. O diretor de ‘*O São Paulo*’ com firmeza protestou contra o absurdo da proibição e as ameaças de medidas contra o jornal, alertou para as negativas repercussões no exterior se elas se concretizassem. Ainda durante a conversa, o diretor de *O São Paulo* mostrou ao superintendente um comunicado da CNBB a ser publicado no semanário daquela semana, e recebeu a informação que a Superintendência telefonaria a Brasília para saber que medidas tomar. Naquela noite, o censor foi à tipografia, vetou outras matérias, mas o comunicado episcopal foi publicado na íntegra. Mais para o fim do

---

<sup>142</sup> PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à Imprensa no Brasil 1968-1978*. Op. Cit. p.162.

mês, as cúrias metropolitanas de Recife e Goiânia foram invadidas pela polícia. No dia 30 do mesmo mês, o censor foi à tipografia, vetou a informação sobre o acontecimento, e no espaço a ela reservado pelo jornal saiu publicidade.<sup>143</sup>

Neste mesmo ano, no mês de setembro, outro boletim do Centro de Informação da Arquidiocese publica mais uma matéria denúncia, evidente já a partir do título: “Novos cortes de matéria do semanário metropolitano.” Seguem as primeiras linhas do texto:

*O São Paulo*, órgão da Fundação Metropolitana Paulista, cujo presidente é o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, continua sob censura prévia e permanente, feita todas as noites de quart-feira, na tipografia em que o jornal é impresso e sobre a matéria paginada ou sobre os ‘flãs’<sup>144</sup>. *O São Paulo* de 01/09, entre outras matérias, teve o editorial ‘Liberdade de imprensa: teoria e prática’ mutilado no título e no texto.<sup>145</sup>

O Boletim CIEC, como já foi dito anteriormente, permanecia com a missão de informar as arbitrariedades que ocorriam na redação de *O São Paulo*, tornando-se, assim, única fonte de consulta sobre o assunto. Outro artigo cumpre o seu papel nas páginas do informativo do Centro de Informação Ecclesia. Desta vez o título advertia: “*O São Paulo* circula a cada dia mais mutilado.” Segue texto:

Alguns de nossos leitores se admiraram de que a edição d’*O São Paulo* de 08/09/1973, comemorativo do Dia da Pátria, em 16 páginas, pudesse circular com o editorial ‘Atos institucionais, uma

<sup>143</sup> Este comentário é parte de uma crônica pelos dois anos de censura que vinha sofrendo o jornal *O São Paulo* e que ninguém ficava sabendo. Publicado no boletim CIEC nº 239, de 13/07/1973.

<sup>144</sup> Cartão especial para matrizes de estereotipia, feito de papel de seda e papel mais grosso, grudados sem cola, no qual se obtém relevo ao ser impressado com a fôrma; cartão de estereotipia, matriz seca.

<sup>145</sup> Boletim CIEC nº. 254 – 04/09/1973.

super constituição’, com o artigo ‘A pátria sobrepassa aos governos’ e com a notícia ‘Ecoa na Câmara Federal palavra de D. Lucas sobre a censura à imprensa’. A razão é muito simples. Os censores da Polícia Federal chegaram à tipografia na noite do dia 06/07, quinta-feira, quando em circunstâncias normais o semanário arquidiocesano está preparado para a impressão. Acontece que ‘*O São Paulo*’ havia sido impresso no dia 05 e já circulava, amplamente, no dia 06. [...] Chegou-se a pensar na apreensão dos exemplares colocados em bancas de jornal e átrios das Igrejas. [...] A edição do Dia da Pátria foi uma exceção, pois cada dia a censura corta mais matérias, além das que redação já evita compor para evitar maiores dissabores.<sup>146</sup>

Após o texto, seguia uma lista de matérias censuradas do jornal até então. Já cansado de ser tolido de sua liberdade de expressão ao longo de 1973, o diretor-responsável do informativo da Arquidiocese, D. Paulo Evaristo Arns, resolve expressar a insatisfação com essa situação – na qual o governo se dizia ao lado da Igreja, mas essa não podia cumprir com seu papel devido a intervenções prévias desse mesmo governo – e, numa forma de protesto lembrada e comentada até hoje, resolve não mais cobrir as lacunas vazias com anúncios e outros artigos. Os espaços seriam publicados vazios ou, nos lugares dos textos censurados, seriam colocadas poesias e receitas de bolo. Não que essa atitude fosse inédita para o jornal *O São Paulo*, mas, sendo uma publicação cuja instituição mantenedora não apóia guerras e muito menos o embate direto e provocativo, mas o diálogo e a paz, tal ato repercutiria de maneira forte e decisiva para que se intensificasse ainda mais o cerco ao informativo. Nesse período não somente o semanário da Arquidiocese foi perseguido. Aliás, sofrer as mesmas intervenções dos jornais veiculados nacionalmente era um orgulho para o semanário católico

---

<sup>146</sup> Boletim CIEC n.º. 256 – 14/09/1973.

arquidiocesano, que sabia não estar indo contra a sua missão, mas tentando cumprir seu papel de maneira eficaz, procurando implantar a justiça e a paz através de suas páginas.

O exercício da censura no período pós-1964 se caracterizou como um dos mais fortes elementos de controle do Estado sobre os veículos de comunicação de massa. [...] Durante a vigência do AI-5 muitos jornais, grandes e pequenos, foram invadidos, empastelados ou lacrados pela força policial. Muitos diretores de jornais foram presos. *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Jornal do Brasil* tiveram várias edições apreendidas, enquanto a *Tribuna da Imprensa* foi submetida a oito anos de censura prévia e seu diretor Hélio Fernandes, preso inúmeras vezes. Vários outros jornais e revistas estiveram também sob censura, em períodos contínuos ou não, em todo o território nacional, como *A Notícia*, em Manaus, *O São Paulo*, jornal da Arquidiocese de São Paulo, *O Pasquim*, *Opinião*, *Politika*, *Movimento*, além das revistas *Veja*, *Inéditos* (uma revista literária de Minas Gerais), *Playboy*, *Ele e Ela* e *Nova*.<sup>147</sup>

O abrandamento da censura anunciado no final de 1973 bem depressa se revelaria ilusório. A primeira edição de *O São Paulo* em 1974 teve já o seu editorial mutilado. O hábito instituído pelo diretor-responsável de deixar em branco os espaços das matérias vetadas foi abandonado: “Tratando-se de publicação periódica, cujo o espaço é importante, ficou decidido não publicar poesias e receitas culinárias, mas noticiário da Igreja no Brasil e no mundo, composto na previsão da censura.”<sup>148</sup> A prática da censura permaneceu ao longo do ano de 1974, talvez não tão intensa quanto no ano anterior, mas tenaz igualmente. Ainda no mês de janeiro, o Boletim CIEC revela

<sup>147</sup> MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada. A história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 117.

<sup>148</sup> Boletim CIEC nº. 287 – 08/01/1974.

que um artigo da revista italiana *Il Regno – Attualità* 74, nº 279 de 15/01, intitulado “Abolito anche L’incontro com il Pastore”, foi proibido de ser transcrito em *O São Paulo*. A situação em que se encontrava o semanário passa a ser conhecida publicamente fora do território nacional. A revista italiana comentava o reagramento das relações entre Igreja e Estado, exemplificando com fatos concretos a intolerância do governo brasileiro. Citava, por exemplo, o fechamento da rádio Nove de Julho, cujo programa mais importante, “Encontro com o Pastor”, isto é, a mensagem que há 3 anos o Cardeal Paulo Evaristo Arns dirigia todos os sábados aos católicos e homens de boa vontade, fora silenciado.<sup>149</sup>

### 2.3.1 – Os textos censurados

Tudo o que se narrou até aqui só foi possível graças à análise dos Boletins publicados pelo Centro de Informação *Ecclesia*. No entanto, no arquivo do próprio jornal *O São Paulo*, na Cúria Metropolitana da Arquidiocese de São Paulo, ainda hoje, existem arquivados os diversos textos censurados (por inteiro ou parcialmente), que podem ser consultados, mediante prévia solicitação e análise do diretor do jornal Cônego Antônio Aparecido Pereira. Isso porque são documentos raros e que fazem parte da história, não podendo ser manuseados ou danificados.

Para entender um pouco da atmosfera que envolveu a censura ao jornal *O São Paulo*, é necessário ter contato com os textos censurados. Como já foi mencionado anteriormente, são muitos os textos que, parcialmente ou totalmente, não foram aprovados para publicação. Ao confrontar-se com tais textos, o leitor provavelmente

---

<sup>149</sup> Boletim CIEC nº. 297 – 12/02/1974.

não perceberá muitas diferenças entre eles e os anteriormente analisados e que fizeram parte do modo próprio de escrever o jornal por mais de uma década. A diferença, agora, era que alguém em especial incomodava. Todo o esforço da censura prévia era para silenciar não a Igreja, mas determinados membros que tiveram coragem de enfrentar a situação de medo gerado pelo AI-5, que levou muitos a sofrerem com torturas e acusações injustas. E esses membros podiam falar pelas páginas do informativo. É válido ressaltar, mais uma vez, que é necessário analisar os fatos apresentados nos textos. Nenhum deles foi uma criação arbitrária de seus autores. Tais artigos, ou matérias, simplesmente eram reflexões e/ou narrativas de fatos ocorridos e de conhecimento público, pois,

compete à Igreja o direito nativo de empregar e possuir toda sorte destes instrumentos (meios de comunicação social), enquanto necessários e úteis à educação cristã e a toda sua obra de salvação das almas; aos sagrados pastores cabe a tarefa de instruir e dirigir os fiéis, de forma que, também eles, com o auxílio destes meios, logrem seu próprio bem-estar e perfeição assim como de toda a família humana.<sup>150</sup>

O modo próprio de favorecer o conhecimento e a informação do povo de Deus do jornal, repito, já vinha sendo construído desde o final da década de 1960. Desde que o golpe militar e os AI's passaram a fazer parte da vida da população brasileira e os atingiu diretamente (principalmente as parcelas mais pobres da população), o jornal *O São Paulo* e, claro, leia-se a Igreja (pelo menos a comprometida com o Evangelho), solidificou sua posição e seu espírito evangelizador

---

<sup>150</sup> COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições – Decretos – Declarações*. 29ª ed. São Paulo: Vozes, 2000. Decreto *Inter Mirífica*, p. 568, §3.

assumindo o comunicador cristão o seu ser em relação com Deus, voltado para seus irmãos, em permanente espírito de acolhida e que coloca suas habilidades e seus conhecimentos técnicos no campo do manejo dos instrumentos da informação a serviço da pastoral de conjunto e das diversas áreas pastorais da Igreja.<sup>151</sup>

Segue-se, então, a apresentação dos artigos (as partes em negrito marcam a censura sofrida pelo texto).

### **Artigos censurados do jornal O São Paulo**

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Paulo Tortello	<i>Panorama Internacional</i>	“Uruguai: despótico, mas esclarecido”	Edição 1072

“Se fosse válido, para avaliar a conjuntura política e cultural de um país, o simples cotejo entre as nações por critérios cronológicos – como esse tão comum em nossos dias, que consegue identificar países ‘em atraso’ e países ‘avançados’ –, poderíamos dizer que o Uruguai progrediu. O universo cultural de seus atuais governantes já atinge, atualmente, a Europa do século XVIII, na qual imperava, por exemplo, o despotismo esclarecido dos Luzes de França. É o que se pode inferir, sem grandes malabarismos, das declarações prestadas pelo septuagenário Aparício Mendez, seu atual Presidente da República, em sua própria opinião ‘um homem realista’. Para ele, se dependesse do povo uruguaio, seu governo não existiria. As palavras são dele mesmo, pronunciadas logo após sua nomeação. ‘Se dependesse do voto, eu jamais seria presidente do Uruguai.’ Isto, contudo, não parece ser para ele um óbice digno de ser levado em conta.

<sup>151</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio*. (Documentos da CNBB n.59). São Paulo: Paulinas, 1997. p. 8, §3.

Tanto assim que as perspectivas traçadas pelo novo regime para o povo uruguaio não são restritas tão somente aos cinco anos de mandato do atual presidente. Em 1981 haverá eleições diretas, sim, mas com um candidato único, aprovado pelos militares. A maré estando mansa, em 1986 os uruguaiois terão o privilégio de poder fazer escolha entre dois candidatos, ao invés de apenas um. Mas a farsa obscurantista não termina nisto. Inserido o Uruguai na tenebrosa era dos Atos Institucionais, o novo regime, ainda sob Alberto Demicheli, cancelou as eleições marcadas para novembro deste ano (AI-1), criou um ‘Conselho Supremo da Nação’ para fazer as vezes do Poder Legislativo (AI-2), Já sob Aparicio Méndez transformou o poder Judiciário em Ministério da Justiça, vinculando assim diretamente ao Executivo (AI-3), e suspendeu por 15 anos os direitos políticos de todos os uruguaiois que se candidataram às eleições gerais de 1966 e 1971, eleitos ou não, e de todas as pessoas processadas por delitos políticos ou contra a administração pública, mesmo que não condenadas (AI-4). Com a devassa, a massa de uruguaiois proscritos da participação na conduta dos destinos políticos de seu próprio país sobe dezenas de milhares. Isto de maneira direta. **Uma dura experiência já nos ensinou, a nós brasileiros, que as coisas não correm exatamente como parece a canção: ao vivo, diria Belchior, é muito pior.** O despotismo uruguaio – que, demonstra-o a fala presidencial, tem o ‘mérito’ de saber-se avesso à alma de seu povo – simplesmente aniquilou qualquer vestígio de vida política no país. É, pelo menos, convenhamos, coerente: como, de outra forma poderia pretender manter-se no poder um governo que não encontra um mínimo de respaldo nas bases populares de seu próprio povo?

**Aqui se compreende o sentido da inauguração de cassações no Uruguai, via AI-4. Que aguardará os uruguaiois a previsível edição de um novo AI, desta vez de número 5, que entre nós conforma uma sigla de tão triste memória (se é correto assim referir de alguma coisa que ainda existe)? Impossível predizer. Ou, por**

outra, perfeitamente prognosticável. A própria terminologia adotada pelo regime do governo uruguaio – que agora não mais disfarça, como quando sob Bordaberry –, fornece curiosas pistas para a identificação de seu ‘modelo’ com o do Grande Irmão Vizinho. Assim confirma-se uma hipótese como esta, o mínimo a se deduzir é que a tão falada política de ‘exportação de revoluções’ não é mais privilégio, em nossos dias, do regime de governo adotado na ilha de Fidel Castro.”

Autor	Editoria	Título	Edição ou Ano
Luis Abreu	<i>Carta ao Leitor</i>		Edição 1073 p.03

“Sr. Fala-se tanto no Brasil potência emergente, exalta-se o êxito econômico etc. e, no entanto, a situação do trabalho permanece a mesma. Os salários tornam-se cada vez menores, diante de um custo de vida que não só não aumenta nas estatísticas oficiais. Como foi dito na reportagem publicada por vocês, no último número, Maria Salário Mínimo é quem sabe onde fica o último furo do cinto. Mas o que eu queria considerar é o seguinte: se todo esse êxito econômico que propalam é verdadeiro, porque a situação do trabalhador brasileiro é tão ruim? Não será que existe alguma coisa errada nesse desenvolvimento?”

Autor	Editoria	Título	Edição ou Ano
Artigo não assinado		“Falta de Liberdade de Expressão e Associação”	Retirado do <i>Estado de S. Paulo</i> de 29/03/1977 e com publicação para <i>O São Paulo</i> em 14/05/1977

“A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – divulgou mensagem assinada por sete bispos da França que condena a ‘doutrina de segurança nacional, na qual se inspiram os governos de vários países e que faz do Estado a regra suprema e único juiz de seu interesse’. O documento, ao se referir à situação de

vários países da América Latina, diz: ‘As liberdades de expressão e de associação estão reduzidas ou suprimidas. Os líderes de organizações políticas e sindicais são ameaçados, presos ou definitivamente eliminados. A tortura é praticada sistematicamente. Os ‘suspeitos’ são detidos e ‘desaparecem’. Não se pode mais ignorar que o número de vítimas é considerável’. ‘Se tal acontece com numerosos cristãos e também com padres e bispos é porque, no clima de medo que se instalou em certos países, eles tomaram decididamente o partido do Evangelho. Sofrendo o próprio sofrimento dos povos, participam da luta em favor do respeito aos direitos fundamentais de todo homem’, ressalta a mensagem. Quanto ao fato de os bispos serem acusados de subversivos e de estarem ligados ao comunismo internacional, o documento informa que a Comissão Representativa dos Bispos do Brasil responde, denunciando que estas acusações surgem quando bispos e padres e leigos ‘tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de tortura’. Assinaram o documento entre outros, o Cardeal Presidente da Pax Christi, o bispo presidente da Comissão Episcopal França-América Latina, o bispo presidente da Comissão para Unidade dos Cristãos e o bispo presidente da Comissão de Justiça e Paz.”

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Teresinha Brandão		“Comunicado à Imprensa da Comissão Justiça e Paz de São Paulo”	23/11/1977
Machado			

“A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo tomou conhecimento da grave situação dos presos políticos da Ilha de Itamaracá em Pernambuco, sabendo que as afrontas à dignidade humana atingiram tal ponto que alguns presos decidiram iniciar uma greve de fome preferindo morrer a continuar suportando uma

situação que já perdura há vários anos e que, praticamente, vem destruindo sua personalidade.

A circunstância de se tratar de pessoas que tiveram sua culpa reconhecida por um tribunal não justifica a desumanidade, pois a própria Constituição, coerente com normas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proíbe o castigo cruel e, além disso, exige o respeito à lei. E as leis brasileiras impedem que o preso sofra violência física e tortura moral, não permitindo que os encarregados de um presídio aumentem a pena do sentenciado descarregando sobre eles seus instintos agressivos.

É oportuno, ainda, salientar, que existem no Brasil vários presídios onde só se acham presos políticos, havendo outros com dependências especiais para tais presos, verificando-se, portanto, o reconhecimento oficial da categoria de preso político. E segundo preceitos do Direito Internacional esses presos devem merecer tratamento especial, em seu benefício, não em seu prejuízo.

Por todos esses motivos, a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, associando-se aos esforços da Comissão Justiça e Paz Nacional e da Comissão Justiça e Paz de Pernambuco, faz uma exortação pública a favor dos presos de Itamaracá e de todos os demais presos políticos, esperando que eles possam cumprir suas penas em condição compatível com a dignidade humana.

**Pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo**

**Terezinha Brandão Machado.”**

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Artigo não assinado		“Censura: Testemunha da insegurança interna”	Vetado pela censura para o número de 27/05 a 03/06 de 77

**“Nova Iguaçu (CIC) – No dia dos Meios de Comunicação Social, D. Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, fez uma análise do problema da censura no Brasil. Para ele a censura é um direito/dever difícil de se praticar. Falando da censura na área do Estado, o bispo supôs ‘que uma censura razoável deveria seguir certas normas preestabelecidas, delimitar bem o campo de sua interferência, ser aplicada com objetividade a todos os meios de comunicação social sem qualquer discriminação, fugir a toda arbitrariedade, durar apenas o necessário para defender valores de interesse comunitário, não de grupos nem de castas.’ Conclui dizendo que ‘todos os sistemas ditatoriais estabelecem a censura. A censura torna-se desta maneira, como sucedeu inclusive na Igreja, o testemunho claro da insegurança interna.’”**

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Pe. Fernando José Penteadó – Vigário Episcopal da diocese De Santo Amaro	<i>Cartas</i>	“Cópia de Carta de Apoio enviada a CNBB”	13/11/1977

**“Os agentes de pastoral, leigos, religiosas e sacerdotes da Região de Santo Amaro da Arquidiocese de São Paulo, reunidos em assembléia sob a presidência do bispo Dom Mauro Morelli, para refletir sobre as prioridades – Direitos Humanos, Marginalizados e Periferia – uniram as suas vozes a dos bispos do Regional Sul 1 da CNBB, na firme condenação da censura que fere os direitos de livre expressão reconhecidos pela constituição, e os direitos da Igreja de anunciar o Evangelho e sua mensagem de Libertação, através da cassação da rádio Nove de Julho e a censura prévia imposta ao jornal *O São Paulo*.**

**Há anos constatamos as maiores arbitrariedades cometidas pela censura contra a Igreja de São Paulo, arbitrariedades que culminaram com o corte imposto ao relatório da Assembléia Arquidiocesana nas conclusões relativas à Pastoral do Mundo do Trabalho.**

**Sufocar a voz do povo é violação dos Direitos Humanos, sufocar a voz da Igreja é fazer violência à Palavra de Deus que não pode ser acorrentada (II Timóteo 2,9)”.**

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Artigo não assinado		Sem título	Original sem data de publicação

**“As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos que são a maioria do povo. Só os grandes poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo aos poderosos. No momento em que ele se recusar a servir ou começar a ser uma pedra no sapato do grande, ele deve desaparecer, sua terra deve ser invadida, sua choupana desapropriada e destruída.**

O plano de Deus é diferente. Ele mandou seu Filho Jesus para ser a esperança e a defesa do fraco, do marginalizado, do oprimido. Por isso Jesus repreendeu os discípulos ao serem grosseiros com as crianças, deu valor ao gesto humilde da prostituta, salvou de apedrejamento a mulher que traiu o marido, assentou-se à mesa com pessoas de má fama, como os publicanos, e até escolheu Mateus, um deles, para ser Apóstolo. Com perdão e misericórdia, deixou as noventa e nove já salvas, saindo em busca da ovelha perdida.

A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não pode excluir ninguém e deve oferecer a todos, grandes e pequenos, os meios de salvação que recebeu de Cristo. Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos. Cristo foi o grande defensor dos direitos humanos. Ele nos ensina que somos todos filhos amados do mesmo Pai do Céu, portanto irmãos, com o dever e o direito de partilhar os bens criados.”

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
Marcus Pereira, <i>pelo repórter</i> <i>JClaudio</i>	<i>Cultura popular</i> <i>Brasileira</i>	Sem título	Abril de 1978

“Marcus Pereira – Eu registro e divulgo a Cultura Popular Brasileira. Não tenho meios, **não está em minhas mãos salvar esse povo que morre de fome pelo Brasil inteiro**. Dentro de minhas possibilidades, tento salvar valorizar pelo menos a cultura do povo. Melhorar as condições do povo, como diz o Hermilo Borba Filho, compete ao governo.

Meu campo de atuação é valorizar a cultura do povo, pois a cultura é o que dá personalidade, dá um desenho espiritual do povo. Uma cultura autêntica dá um melhor auto-conceito de cada um e da sociedade como um todo. Esta cultura está muito ameaçada – basta ver disseminação de cultura estrangeira em todos os níveis. Estão querendo transformar a música e dança em rock, a comida em hambúrguer, a roupa em jeans. A literatura só dá coisas como “hotel” e “aeroporto”, no cinema e na TV, a violência.

Isso tudo tem conseqüências a curto, médio e longo prazo. A juventude consome muito mais música estrangeira, quando é universalmente conhecida que nossa música

que é uma das melhores do mundo. Assim temos um enfraquecimento de nosso povo, ele perde espinha dorsal. Um povo sem espinha é presa fácil da dominação.”

<b>Autor</b>	<b>Editoria</b>	<b>Título</b>	<b>Edição ou Ano</b>
D. Cândido Padin		“As ambigüidades do cristianismo tradicionalista”	1973

“Numa época de transição, tal como vivemos na sociedade e na Igreja hoje, tornam-se mais visíveis as ambigüidades e os contrastes que estavam escondidos antes. Nos tempos em que a acomodação predominante se contentava com um cristianismo ‘cinzento’, no qual todos se batizavam porque pertenciam a famílias de ‘tradições’ cristãs mas sem convicções, pouco se exige para a demonstração da coerência da sua fé. Já hoje, graças a Deus, a renovação que se opera na Igreja exige uma clara definição de posições, não permitindo mais as costumeiras ambigüidades.

A mais grave dessas confusões está na absurda separação entre vida espiritual, considerada unicamente como interior, e compromissos temporais, de ordem profissional, econômica ou política. Para esse tipo de cristianismo, a vida religiosa reduz a um conforto interior, pessoal e subjetivo, podendo ter apenas algumas exterioridades inocentes, como as cerimônias, as procissões e as produções da arte religiosa. Os interesses profissionais, econômicos ou políticos, porém, nada têm a ver com a religião. São um mundo inteiramente à parte, com seus princípios e sua moral independentes da fé religiosa.

De acordo com essa visualização do campo religioso, toda a manifestação da Igreja sobre problemas econômicos ou políticos, é considerada como indébita

**‘intromissão’ que deve ser repelida pelo Estado. E no contexto da América Latina, o chavão já usado e abusado classifica essa ação da Igreja como ‘subversiva’.**

Aí está o esquema mental bastante simples, para não dizer simplório, dos que vivem um cristianismo que se agarra às aparências já transitórias de um passado já superado. É o cristianismo visto do ângulo do falso liberalismo. Defendem-se todas as liberdades públicas: a da imprensa, a dos partidos políticos, a das empresas privadas, a das universidades e entidades culturais. Só não se admite que essas liberdades vigorem para as iniciativas e a opinião crítica da Igreja quando ela intenta inserir os valores evangélicos na ordem econômica e política. É o cristianismo ambíguo e inconsequente.

Apesar de anacrônicas, tais posições ainda subsistem hoje, mantendo-se pelo apoio de certos setores do poder econômico e político, especialmente na América Latina. Temos um exemplo típico dessa deformada visão do cristianismo no editorial de um conhecido matutino de São Paulo, **publicado logo após os acontecimentos que envolveram bispos, sacerdotes e leigos no encontro de Riobamba, no Equador.** O artigo pretende assumir a atitude de quem fala do alto de uma ‘cátedra’ de teologia, querendo ensinar à Igreja o que ela deve ser. Sua profunda definição de função pastoral é esta: ‘debater os problemas religiosos da Igreja atual, como a falta de instrução religiosa e de catecismo, a decrescente prática da religião, a disseminação das superstições, da umbanda, o desaparecimento da confissão, a ‘protestanização’ da missa, a decadência moral e muitos outros’. Nega, porém, que seja pastoral ‘a ação chamada de promoção da justiça e integração dos pobres’. Bem se vê que esses mirrados ‘teólogos’ ainda não terminaram a leitura integral dos Evangelhos. Não chegaram até o capítulo 25 de Mateus. Não conhecem como Jesus disse que nos julgará no dia do juízo final: ‘...tive fome, e não me deste de comer; tive sede, e não me destes

de beber; era estrangeiro, e não me acolhestes; estava nu e não me vestistes; doente e no cárcere, e não me vieste cuidar ... Em verdade vos digo: sempre que não fizeste a um desses pequenos, não o fizeste a mim'. (Mt 25, 42-45).

Dentro dos acontecimentos da vida de hoje, aquelas palavras poderiam ser assim traduzidas: 'tive fome, pois a remuneração que recebo, não é suficiente, e não me pagaste o salário justo; era um migrante à procura de trabalho, e não me deste habilitação profissional; estando doente permaneci 12 horas na fila em busca da guia para o hospital, e não me atendeste; fui preso e maltratado por falsas suspeitas e não me defendestes'. Para aqueles pseudo-teólogos, atender a esses reclamos do Evangelho não é função pastoral da Igreja. Talvez admitam, no máximo, que se dê uma esmola para que o pobre não morra de inanição. **Mas, se a Igreja quiser ir às causas da miséria, denunciando as estruturas sociais injustas, será classificada de 'subversiva' e infiel à sua missão! Os poderosos querem ficar com mãos livres para impor os seus critérios ao resto da sociedade.**

**Foi essa falsa visão do cristianismo que levou os detentores do poder a interromper o encontro pastoral de Riobamba. Não podiam suportar que pusessemos o dedo nas chagas das injustiças sociais que campeiam pela América Latina.** Quanto a nós, continuaremos a seguir a recomendação do apóstolo Pedro, quando respondeu aos juízes que queriam impor-lhe o silêncio: 'É preciso obedecer antes a Deus do que aos homens' (At 5,29)."

Como é possível comprovar pela leitura desses textos expostos, dentre os muitos que se encontram arquivados, os censores, obedecendo a ordens vindas de Brasília,

cortavam parte ou parágrafos das notícias, vetando artigos em parte e chegando até a proibir sua total publicação. No entanto, apesar da rigidez na observância dos artigos que tiveram apenas parte de seu conteúdo suprimido, ao lê-los, percebe-se que o essencial deles não fora retirado: o discurso evangelicamente inflamado e comprometido que deles advinha. Prova disso é o último texto apresentado, de D. Cândido Padim<sup>152</sup>. Sua teologia se demonstra encarnada na vida e na história e revela um Deus atuante no mundo através da criação de consciência crítica junto àqueles que eram os receptores de sua mensagem.<sup>153</sup> Cada um dos textos apresentados não tinha a intenção de atacar o governo, de formar partido ou, muito menos, causar qualquer “reboição” nas massas. Se assim fosse, a Igreja não se incomodaria em ser acusada de subversiva, arruaceira, de interpretar mal as palavras do Evangelho. A defesa de tais acusações era justamente por não ser esse o objetivo de denunciar as arbitrariedades do regime militar. Mas que a justiça fosse feita. Logo, para tanto, fazia-se necessário chegar ao conhecimento da população a falsa verdade de que o regime militar estava sendo um bem para toda a sociedade, ademais,

é intrínseco à sociedade o direito à informação naqueles assuntos que interessam ao homens, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme a condição de cada qual. O correto exercício deste direito, contudo, exige que a comunicação, quanto ao seu objeto, seja sempre verdadeira e, salva a justiça e a caridade, seja íntegra; ademais, quanto ao modo, seja honesta e equilibrada, isto é, observe rigorosamente as leis morais, a dignidade e

---

<sup>152</sup> D. Cândido Padim foi o segundo bispo diocesano de Baurú na grande São Paulo entre 02/08/1970 e 04/09/1990.

<sup>153</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio*. (Documentos da CNBB n.59). São Paulo: Paulinas, 1997. p. 8, §2.

os legítimos direitos do homem, tanto na busca das notícias, quanto na sua divulgação.<sup>154</sup>

Olhando a história do informativo da Arquidiocese e o seu papel no direito à informação, concluímos que ele não fez mais do que a sua missão e existência propõem. Sendo assim, apesar de lamentável, a censura sofrida deve servir de orgulho para a história da Arquidiocese de São Paulo e de seus agentes de pastoral, lembrando que a Igreja é um organismo vivo, capaz de, a exemplo de Jesus de Nazaré, transformar as pessoas e a sociedade à sua volta através de ações e palavras, na iminente construção do Reino de Deus aqui na terra.

### **2.3.1.1 – Um bispo: muitas histórias**

Poucos dias depois de minha posse em Santana, veio ver-me o capelão salesiano da penitenciária, enérgico e totalmente dedicado tanto aos presos julgados quanto aos da casa de detenção, que aguardavam julgamento. Convidou-me o padre Ismael Simões, em nome do juiz, a assistir a um julgamento. Impressionou-me demais o fato de o preso estar aguardando há vinte e três anos o seu julgamento, desperdiçando quase toda sua vida na inútil espera de justiça em São Paulo.<sup>155</sup>

O fragmento acima, retirado das memórias de D. Paulo Evaristo em biografia lançada no ano de 2001, retrata bem a personalidade e o caráter desse catarinense do interior, Forquilha, e que se tornaria o terceiro cardeal da grande metrópole São Paulo. Ele era a principal referência quando o assunto era a luta pelos direitos humanos e justiça.

---

<sup>154</sup> COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Op. Cit. p. 569, nº. 5.

<sup>155</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia – Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001. p. 146.

Não há como falar em resistência frente ao regime militar, esperança nos momentos de tribulação, obediência ao Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo e poder constituído sobre o fundamento dos apóstolos sem citar Dom Paulo Evaristo Arns. A história do jornal *O São Paulo* (quicá até da Arquidiocese que comandou) se confunde com sua vida e personalidade.

Dom Paulo Evaristo para mim é um homem de Deus atestado com os problemas humanos. Que pastor maravilhoso foi ele. Nos seus tempos de bispo auxiliar do cardeal Agnello Rossi, ele foi vigário das comunicações. No jornal estão registrados seus artigos cheios de unção e sabedoria.<sup>156</sup>

D. Paulo Evaristo Arns soube entender o golpe militar na sua execução e leu nas ações dos seus artífices o engano que se cometia. “As mais belas páginas da história da Igreja de São Paulo e do próprio jornal *O São Paulo* foram escritas por ele”<sup>157</sup>

Ele, como todos que acompanharam o desenrolar do golpe militar, tinham a esperança de um país melhor, visto que o governo da situação estava enfraquecido e pouco articulado. Quando tomou posse como bispo da Igreja de São Paulo em 1º de novembro de 1970, D. Paulo já era uma “figura” conhecida dos militares. Desde que o golpe fora instalado e pessoas começaram a ser reclusas (muitas chegaram desaparecer) por um regime totalitário, D. Paulo lutou por seus direitos e liberdade.

D. Paulo foi um verdadeiro baluarte das mensagens evangélicas, não apenas em São Paulo. Foi toda a Igreja do Brasil e da América Latina quem se beneficiou com sua atuação lúcida, corajosa

---

<sup>156</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assuntos de Comunicação da Arquidiocese de São Paulo e atual Diretor e Editor do jornal *O São Paulo* – Entrevistado em 23/08/2010.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

e realmente voltada, em primeiro lugar, para os empobrecidos, mas também para os perseguidos por causa da justiça, independentemente de suas crenças. Ao lado de muitos bispos, também corajosos, esclarecidos e impregnados de verdadeiro amor ao próximo, levou a Igreja do Brasil a ser referência para o mundo inteiro.<sup>158</sup>

Com D. Paulo, a maneira diplomática de a Igreja de São Paulo se dar com o Estado, em especial com o governo federal, muda. Por meio de sua biografia, ouvindo os testemunhos daqueles que conviveram com esse pastor, pode-se chegar à conclusão de que o único compromisso que o cardeal Arns tinha era com a vida, o maior bem da criação de Deus. Logo, tolher os direitos humanos de qualquer pessoa era uma agressão para o bispo. Não que seus predecessores não tivessem essa vital preocupação, mas, devido à relação próxima com o governo do Estado, por conta de favores, presentes, doações etc. os mesmo tinham que ser flexíveis em suas posições (muitas vezes, não podendo se expressar claramente). Um exemplo disso está estampado no próprio jornal *O São Paulo*, quando uma matéria sobre a morte do estudante Edson Luis no Rio de Janeiro em 1968 (marco na luta pelo direito de liberdade) fez com que D. Agnelo Rossi, arcebispo metropolitano na época, se manifestasse a respeito. Acompanhemos o texto:

Conscientes, com todos os bispos, sacerdotes e brasileiros sensatos, da gravidade dos acontecimentos ultimamente desenrolados em diversas capitais do país e que envolveram principalmente a classe estudantil, vemo-nos obrigados a dizer uma palavra sobre os mesmos.

‘Lamentamos profundamente a extensão atingida, que chegou a ponto de causar não somente danos materiais e morais, mas até derramamento de sangue e mesmo a morte de algumas pessoas, não

---

<sup>158</sup> Waldemar Rossi foi sindicalista no período da ditadura. Hoje, é o Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

podemos deixar também de desaprovar todos os excessos, sejam desmandos de agentes governamentais, sejam desordens outras, como agressões e depredações sempre injustificáveis.

E nossa responsabilidade pastoral cabe-nos advertir aos jovens, em cujo patriotismo acreditamos, que se guardem de infiltrações ideológicas, nem se deixem conduzir a manifestações inutilmente perigosas, as quais só podem deteriorar a situação do país.

Como nos toca lembrar aos responsáveis pela República que o povo brasileiro tem o direito de esperar que sejam tomadas decisões sérias e urgentes, dentro do espírito democrático para que se resolva, com respeito à liberdade, mas também com plena responsabilidade de todos a crise aguda que tende agravar-se com o imensos prejuízos para a nação, mais do que nunca é necessário que o poder público se imponha pela força, mas pela autoridade moral, feita de retidão e de justiça. Só assim poderá lograr o respeito e acatamento a quem tem insofismável direito os que legitimamente presidem, legislam e governam.

Iremos piedosamente sufragar as vítimas destas tristes ocorrências e esperamos que as cerimônias religiosas, particularmente as missas de sétimo dia, não sejam pretextos para manifestações descabidas.

Que os mortos não se transformem em símbolos de violência e de ódio, mas sim em símbolo de conquista e de trabalho, em benefício de toda a coletividade brasileira.

Não aceitaremos tão pouco, se tentasse envolver a Igreja ou ministros seus em conflito tão deplorável. A religião deve pairar acima das competições e paixões políticas.

Esta é a palavra da Igreja, que a nós compete dizer, como chefe espiritual do povo católico em São Paulo.

E nossa oração ao Senhor é que se restabeleça rapidamente a paz e a tranqüilidade da família brasileira.<sup>159</sup>

Interessante perceber, e por isso a exposição deste texto, que no passado houve um apelo para que os mortos não se transformassem em símbolo de violência e ódio, mas de conquista e trabalho; D. Paulo, em sua época, leu este apelo com a vida, e foi justamente a partir da morte de um homem que se viu totalmente voltado para a luta pelo direito de expressão dos meios de comunicação (ele que nem era formado na área):

A minha simpatia pelos jornalistas cresceu no momento em que eles sofreram o mais terrível golpe com a morte do diretor da TV Cultura: o jornalista de origem judaica Vladimir Erzog<sup>160</sup>. Naquele momento não percebi o alcance de uma frase de D. Helder<sup>161</sup>, que assistiu à cerimônia de sétimo dia, concelebrada na catedral pelo rabino Henry Sobel, o pastor Jaime Wrigth e por mim. D. Helder Câmara, que estava de passagem no Rio, veio a São Paulo explicitamente para o ato e foi durante sua celebração que proferiu, com a modéstia costumeira, a seguinte profecia: ‘Meu caro ‘sobrinho’, neste momento se abala de maneira definitiva o regime totalitário.<sup>162</sup>

O ano era 1975, o jornal *O São Paulo* ainda permanecia sob censura e a rádio Nove de Julho silenciada. Em fevereiro, a censura direta ao jornal *O Estado de S. Paulo* foi retirada. Para o semanário da Arquidiocese, no entanto, ela permanecia nos mesmos

---

<sup>159</sup> *O São Paulo* – 07/04/1968, nº. 636 – capa.

<sup>160</sup> O assassinato de Vladimir Herzog no ano de 1975 foi um dos fatos que fizeram com que a população começasse a perceber de maneira mais clara que algo de podre andava acontecendo nos porões da ditadura militar.

<sup>161</sup> Por ser um trabalho totalmente voltado à análise do jornal *O São Paulo* e sua história no período da censura, atendo-me à figura de D. Paulo Evaristo Arns. O que não isola nomes como D. Helder Câmara, D. Celso Queiroz, Frei Carlos Josafá, Frei Beto, o então na época Cônego Amaury Castanho, D. Lucas Moreira Neves, Madre Maurina Borges e tantos outros religiosos, religiosas e leigos que lutaram bravamente, à luz do evangelho de Cristo, pelo fim da censura e do regime militar.

<sup>162</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia*. Op. Cit. p. 284.

molde, como se deduz a partir de um trecho do discurso de Dom Ivo Lorscheiter: “Na esteira dessa boa notícia que foi retirada a censura ao *O Estado de S. Paulo*, o governo poderia aproveitar para acabar também com a censura a nosso jornal *O São Paulo*, da Cúria da cidade.”<sup>163</sup>

D. Paulo foi incansável. Um fato curioso que merece ser relatado foi seu encontro com o presidente Emílio Médici. Na época o cardeal Arns era presidente da regional sul 1 (dioceses do estado de São Paulo) dos bispos da CNBB. Ele apresentara, em sessão privativa, prova de tortura e testemunhos recolhidos junto às vítimas. Acolhidas as provas, alguns bispos forçaram a resolução de D. Paulo, como presidente do regional, a apresentá-las ao presidente. O pretexto usado para o encontro, que acontecia a contragosto do cardeal, foi a entrega de um documento pontifício, a encíclica de Leão XII, *Rerum Novarum*, confeccionada especialmente para a ocasião. Segue narrativa:

Esprei hora e meia ou mais. Quando entrei na sala e apresentei a Médici o presente, este foi recusado com gesto brusco e um seco ‘não aceito’.

Tentei explicar que estava ali em nome de todos os bispos do Estado de São Paulo. Argumentei que eles não acreditavam que o presidente do Brasil estivesse informado sobre os desmandos do esquadrão de terror que operava na cidade e no estado. Foi como o detonador de uma bomba. A autoridade suprema da nação, até aí carrancuda mas silenciosa, começou a tremer em todo o corpo, socando a imensa mesa com seus punhos cerrados e elevando a voz em nível de ameaça: ‘Não arredaremos um só milímetro contra os terroristas! O senhor vem defender os bandidos que matam inocentes, seqüestram embaixadores e ameaçam ministros. Seu

---

<sup>163</sup> Boletim CIEC, n.º. 371 – 07/02/1975.

lugar é na sacristia!’ E lá vieram outras expressões que revelam a distância que nos separa. Nada adiantou argumentar com os serviços que queríamos prestar à nação. O presidente levantou-se e acrescentou: ‘Com o seu predecessor, eu me dava bem. Espero que o senhor mude de opinião’.

A mesa ainda tremia quando me levantei também, com a costumeira afirmação: ‘Lamento senhor presidente’.

Ao sair da sala, só uma idéia me fazia conter a emoção. Eu tentara cumprir um dever. Ficou claro pra mim o quanto é perigoso concentrar nas mãos de um só o poder de dispor da vida e da sorte de tantos cidadãos. Não havia mais luz nem saída nesse túnel cavado pela Lei de Segurança Nacional.<sup>164</sup>

Toda sua sinceridade em expor a posição da Igreja paulistana frente aos acontecimentos oriundos do regime imposto lhe causou perseguições, calúnias e tentativa de assassinato.

Naqueles anos, Dom Aloísio Lorscheider e Dom Ivo Lorscheider, respectivamente presidente e secretário-geral da CNBB, levavam adiante a tentativa de diálogo entre militares e a cúpula da CNBB na chamada Comissão Bipartite. Fui convocado para esse diálogo. Como cheguei cedo ao aeroporto, acabei embarcando antes do previsto. No Rio, não me esperava ninguém, porque me antecipara ao horário de chegada. Quando entrei na sala, percebi certo sobressalto entre os militares. Mais tarde, contou-me o major-médico Dr. Luís que estavam planejando um ‘acidente’ para mim entre o

---

<sup>164</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *Da esperança à utopia*. Op. Cit. p.356.

aeroporto e a sede da CNBB, o que seria fácil de realizar se eu tivesse chegado na hora do rush carioca.<sup>165</sup>

Esses relatos vêm confirmar o espírito profético que moveu este homem durante toda sua vida (Is 42, 6-7). E que não permitiu que perdesse a esperança, ou que duvidasse de sua posição.

É necessário reconhecer que parte do clero mais antigo não aceitava a linha que Dom Paulo Evaristo queria imprimir na Arquidiocese. Havia padres que apoiavam até mesmo a ditadura, e que na sua consciência tinham convicção de que os militares estavam lutando contra o comunismo ateu, que estaria até ameaçando entrar nos seminários. [...] Foi um período muito fecundo para a Igreja de São Paulo. A alma de tudo isso foi o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo seu modo participativo de estruturar a Arquidiocese. Deu uma grande autonomia aos bispos regionais. Mensalmente reunia os bispos para uma verdadeira tentativa de ação colegiada. Nessas reuniões os organismos pastorais eram chamados. As Assembléias Diocesanas tiveram um grande papel e começaram por um longo caminho, primeiro com as contribuições dos setores, depois das regiões, culminando com a Assembléia Geral.<sup>166</sup>

Durante toda a década de 1970 e até o fim do AI-5, o jornal da Arquidiocese, junto com o seu bispo, serviu de ferramenta importantíssima de resistência ao regime militar, e de intercessor da população brasileira.

---

<sup>165</sup> Ibidem. p. 353.

<sup>166</sup> Frei Ismael Martignago – Franciscano da Imaculada Conceição. Entrevistado em 23/07/2010

O jornal *O São Paulo* com a orientação firme, profética, do ilustre pastor Dom Paulo Evaristo Arns, nosso amado Cardeal Arcebispo, cumpriu a missão de se colocar em evangélica opção pelos pobres, pelos perseguidos e injustiçados. Abraçamos a recomendação de Jesus “não tenham medo, confiem” e cumprimos a missão de dar voz aos calados pela ditadura militar, colocada a serviço do capital espoliador, das oligarquias rançosas e exploradoras da classe trabalhadora, neste país. Sempre demos graças a Deus pela bem-aventurança da perseguição na construção do Reino, feito de justiça, amor, liberdade, verdade e paz.<sup>167</sup>

O ano de 1976 não chega com novidades em relação à censura para o semanário da Arquidiocese. Graças à mediação de D. Paulo Evaristo Arns, e a permanência do boletim CIEC, *O São Paulo* resiste por mais de uma década nessa situação. Como pode ser conferido nos anexos, o referido ano fôra um dos piores para o jornal, os espaços em branco eram tantos que chegavam a tomar toda a página. “Houve momentos em que eram tantas as matérias censuradas integralmente e/ou liberadas com corte, que o Boletim CIEC, por falta de espaço, passou a publicar apenas os títulos, ou, quando muito, um breve resumo do argumento tratado.”<sup>168</sup> Por muito tempo essa situação permanece, especificamente até o início da década de 1980.

Na véspera do encontro [do Papa João Paulo II com os operários de São Paulo no dia 03/07/1980], estando na Cúria para entregar as cópias do discurso que faria em saudação ao papa e receber as últimas instruções de D. Paulo, fui aconselhado a dormir no prédio da Cúria, o que recusei porque tenho família. Foi quando me

---

<sup>167</sup> Dom Angélico Sândalo Bernandino – Bispo emérito de Blumenau – SC. Entrevistado em 13/07/2010.

<sup>168</sup> PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à imprensa no Brasil 1968-1978*. Op. Cit. p. 168.

informaram do seqüestro do Dr. Dalmo de Abreu Dallari, do seu esfaqueamento e sua internação hospitalar. Dalmo era o presidente da CJP e deveria fazer uma das leituras durante a missa no Campo de Marte. Minha vida estava sob risco. Preferi enfrentar tal risco a dormir fora da minha casa. Felizmente, um capelão da Aeronáutica estava com D. Paulo e com o carro oficial me conduziu à minha residência. Mas ficou uma advertência: o General, comandante do II Exército, me negara credencial para adentrar o gramado do Morumbi, sob a alegação que se tratava de um “comunista contumaz”. Assim, eu teria que enfrentar a segurança com a credencial do cardeal. Foi o que aconteceu na hora em que me apresentei para a minha tarefa. Fui barrado e tive que enfrentar o coronel dizendo que ali era espaço organizado pela igreja de São Paulo para um encontro como papa e que, portanto, a autoridade maior não era o general e sim o cardeal.<sup>169</sup>

A situação entre o pastor da Igreja paulistana e os militares chega ao seu ápice, em especial no ano de 1982, que começa para o Cardeal Arns de forma crítica. O chefe de gabinete do Ministério do Exército, general Luís Coelho Neto, estava irritado com o pronunciamento feito pelo cardeal na igreja da consolação no dia 1º de janeiro. D. Paulo criticara a fabricação de material bélico no país e a exportação de armas. “As palavras do arcebispo foram consideradas por Coelho Neto como atitude de um ‘mau brasileiro’. Como de costume, o cardeal não deu importância e continuou o seu trabalho.”<sup>170</sup> Em agosto do mesmo ano houve uma espécie de “cartada final” da parte dos opositores do Cardeal Arns. Um golpe feroz que atingiria a alma de Dom Paulo, pois envolveria a falsificação de algo que, para o cardeal, era inatingível: o semanário *O São Paulo*. Este,

---

<sup>169</sup> Waldemar Rossi foi sindicalista no período da ditadura. Hoje, é o Coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

<sup>170</sup> SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns – Um homem amado e perseguido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 306.

numa edição falsificada, circulou em bancas de jornal, paróquias e espaços públicos. A imitação era perfeita. Graficamente o jornal era bem parecido com o original. O que chamava a atenção era o título do exemplar falso: “MEA CULPA”, seguido de uma foto do arcebispo de São Paulo. Em letras garrafais o título referia-se a uma reavaliação que o cardeal teria feito sobre sua atuação à frente da Arquidiocese.

O cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns em visita à redação deste semanário fez entrega de uma mensagem que representa um verdadeiro grito de alerta ao povo brasileiro. Acompanhado de D. Angélico Sândalo Bernardino e Pe. Ismael Matignago, respectivamente diretor e redator chefe de *O São Paulo*, o cardeal Arns reuniu representantes do Conselho Editorial, da Redação e alguns colaboradores para apresentar novas diretrizes de atuação para a Arquidiocese de São Paulo.

‘Minha mensagem representa um Mea Culpa por tudo aquilo que vem acontecendo de errado na Igreja do nosso tempo’ – disse emocionado o Cardeal Arns. ‘Não poderia continuar interpretando as palavras do Papa, a orientação tão nítida que João Paulo II tem oferecido para os mais diversos problemas – e para o próprio problema da Igreja – de acordo com visões anormais, parciais, individuais, próprias de estranhas teologias que pretendem acobertar desde a desobediência silenciosa até a discordância explícita. Sinto que uma parcela da Igreja procura fazer-se passar pelo todo e cada dia avança mais na contestação à própria essência do catolicismo. O Marxismo é um sistema idéias que, por abarcar toda uma concepção da vida e do mundo, mereceu da Igreja a condenação como filosofia. [...] Precisamos fixar normas para uma atualizada pastoral de conjunto na Arquidiocese, expurgando da Igreja as mesquinhas

dos homens que a conduzem, para elevarmos nela a grandeza infinita do Cristo que a estabeleceu. A Arquidiocese de São Paulo não pode mais escolher para assessorá-la entidades integradas e orientadas por notórios marxistas e estruturalistas que surgiram num contexto de interpretação histórica sob o prisma da luta de classes – teses como a da religião como ‘ópio do povo’ e da ‘socialização da propriedade’, refletindo o espírito da ‘Teologia da Libertação’, que não é mais do que uma refração do marxismo sobre os chamados teólogos progressistas. [...] Há momentos em que um balanço de nossa vida deve ser feito. Não apenas estou em falta com os meus, com Cristo de quem me afastei, como estou em falta comigo mesmo. [...] O Divino Espírito Santo iluminou-me para fazer meu exame de consciência. Que cada um faça o seu.’<sup>171</sup>

De fato, o referido artigo, muito bem escrito, não deixara dúvidas quanto à sua veracidade. Não podemos ser inocentes e acreditar que foi algum militar a assessorar a confecção do artigo. Acredito que nem o comandante mais bem formado em escola católica, muito menos o mais piedoso dos soldados, teriam condições de formular um discurso em nome de um cardeal como D. Paulo; principalmente a cerca de referências teológico-pastorais (como plano de pastoral, referências ao Papa João Paulo II e sua doutrina e à CNBB). De fato não podemos ser inocentes a esse ponto. Indo além na leitura do informativo falso, verifica-se, também, que as matérias todas eram forjadas. Tudo para que a população chegasse à conclusão de que boa parte da Igreja Católica em São Paulo era de fato subversiva, pois seu bispo assumia publicamente sua culpa e contribuição para que tal fato acontecesse.

---

<sup>171</sup> Cf. Anexos p.234. O São Paulo falsificado. *Encontro com o pastor*. Capa.

O jornal foi distribuído, num domingo, dia 22 de agosto, em várias paróquias de São Paulo, principalmente nas regiões episcopais – Santo Amaro, Santana, São Miguel e Sé. Indignado, o cardeal reuniu o Conselho Editorial do semanário e produziu uma nota, publicada na edição seguinte.<sup>172</sup>

É claro que, uma vez caluniado, D. Paulo Evaristo Arns não se calaria. “Mesmo no fundo de um poço, penso o que eu quero”<sup>173</sup>. Ele, conhecedor de tal crime, reuniu o Conselho Editorial do semanário e produziu uma nota, publicada na edição seguinte. D. Paulo fez um apelo para que a declaração fosse lida em todas as missas. Dessa forma, o grande público ficou conhecedor da farsa. Ao mesmo tempo, procurou se interar de como era possível, a partir de medidas jurídicas, esclarecer este crime<sup>174</sup>. *O São Paulo* e o Cardeal Arns receberam inúmeras manifestações de apoio vindas de todo país. Durante mais de dois meses o periódico publicou cartas e telegramas de solidariedade.

Narrar a história da Arquidiocese de São Paulo é falar de antes e depois de D. Paulo Evaristo Arns. Ele, como um bom pastor, procurou a ovelha dispersa, reconduziu a desgarrada, enfaixou a quebrada, fortaleceu a doente e vigorou a ovelha gorda e forte<sup>175</sup>. Não temeu os dias maus e infelizes, quando a malícia dos perversos o tentou derrubar. Não temeu os que depositam suas forças na riqueza e na abundância de seus

---

<sup>172</sup> SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns – Um homem amado e perseguido*. Op. Cit. p.307

<sup>173</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *A violência em nossos dias*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983. p.31.

<sup>174</sup> Com base no artigo 5º do Código Penal, que dispõe sobre crime de falsificação, a Fundação Metropolitana Paulista, sob a responsabilidade do advogado José Carlos Dias, deu queixa à polícia. O crime foi forjado em Minas Gerais. Os delegados do DOPs Silvio Pereira Machado e Clyade Gaya da Costa foram para a capital mineira. O jornalista Ricardo Kotscho foi como representante da Comissão Justiça e Paz. O serviço fora encomendado por um homem que levou chapas de fotolito e papel para impressão. No decorrer do processo, o proprietário do jornal de Minas, Afonso de Araújo Paulino, foi acusado de ter sido mandante da farsa. SYDOW, Evanize ; FERRI, Marilda. Ib.

<sup>175</sup> Cf. Ez 34, 12.16.

bens<sup>176</sup>. Confiou no seu Deus e lutou por justiça. Não empunhou armas, no entanto, suas palavras eram punhais afiados<sup>177</sup>.

Em 1989, a Arquidiocese de São Paulo, por decisão do Papa João Paulo II, teve seu território reduzido com a criação das novas dioceses: Osasco, Campo Limpo, São Miguel Paulista e Santo Amaro. Especula-se que essa redução tenha a ver com as afinidades que D. Paulo tinha com a Teologia da Libertação, em oposição a certo conservadorismo do Papa.

Em 1992, Dom Paulo criou o Vicariato Episcopal da Comunicação, com a finalidade de fazer a Igreja presente em todos os meios de comunicação. “Dom Paulo criou o vicariato da comunicação, pensando no jornal e na rádio Nove de Julho.”<sup>178</sup> Em 1994 criou o Conselho Arquidiocesano de Leigos.

Vinte e oito anos à frente da segunda maior comunidade católica do mundo, a Arquidiocese de São Paulo, com cerca de 7,8 milhões de fiéis, perdendo apenas para a Cidade do México, dom Paulo Evaristo Arns foi uma das mais expressivas lideranças religiosas do Brasil. Em 1996, após completar 75 anos, apresentou renúncia ao Papa, em função das normas eclesiásticas, renúncia esta que foi aceita. A partir de então, tornou-se arcebispo emérito de São Paulo. “Olhar o jornal *O São Paulo* dos tempos de dom Paulo é recordar o pastor zeloso que peitou a ditadura para arrancar das mãos delas os torturados, é recordar o cardeal teimoso na esperança.”<sup>179</sup>

---

<sup>176</sup> Cf. SI 49, 6ss.

<sup>177</sup> Cf. SI 71.

<sup>178</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, é Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

<sup>179</sup> Ibidem.

Com o fim do AI-5, em 1978, a ditadura começou a ser desmantelada. No entanto, os meios de comunicação continuaram a sofrer vários tipos de pressão; a censura fora apenas abrandada.

Em plena época da propalada ‘abertura política’, por exemplo, em julho de 1983 o Dentel – órgão do Ministério das Comunicações responsável pela fiscalização das emissoras de rádio e televisão – lacrou os transmissores da rádio Bandeirantes de São Paulo por não ter obedecido a um recado telefônico, solicitando que a greve dos petroleiros paulistas não fosse divulgada.<sup>180</sup>

Num artigo publicado no Observatório da Imprensa, Victor Gentilli explica o fim da censura aos principais veículos brasileiros. Entre 1975 e 1978 jornais que eram submetidos a ela foram sendo liberados um a um:

Os primeiros foram os jornalões: *O Estado de S. Paulo* viu-se sem censura no dia da comemoração do seu centenário, em 1975. Depois, *Veja*. O fim da censura em *Veja* implicou uma negociação que resultou na saída de Mino Carta da revista. O *Pasquim*, quanto atingiu sua edição de número 300, viu-se sem censura. A edição foi apreendida e Millôr Fernandes, que o dirigia, afastou-se da publicação por discordar de seus companheiros sobre os novos rumos do jornal. O semanário alternativo *Opinião* deixou de circular, em 1977, por não suportar mais submeter-se à censura. A última edição, impressa de forma desobediente, foi feita escondida dos censores. Policiais tiveram que recolher a edição na gráfica e nas bancas. O final da censura implicou apenas no fim dos censores em

---

<sup>180</sup> MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada – A história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 124.

*Movimento e O São Paulo* – este último, jornal da cúria metropolitana de São Paulo, bravamente dirigida por Dom Paulo Evaristo Arns.<sup>181</sup>

É curioso notar que o último jornal a se ver livre da censura foi justamente o jornal *O São Paulo*. Um jornal de dez páginas, cuja impressão era ainda por máquina de linotipo, calandra, rotativa, impressão não de qualidade como se vê. Com recursos escassos. Com tiragem de doze mil exemplares no máximo. No entanto ele incomodava muito a chamada Comunidade de Informação, tipo SNI e outras entidades governamentais que vigiavam tudo.<sup>182</sup>

Com a Constituição de 1988 o brasileiro pôde assistir não só ao fim da prática da censura policial como também à extinção do antigo Serviço de Censura da Polícia Federal.

---

<sup>181</sup> Disponível em: [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br). Edição 282 de 22/6/2004. Data de acesso: 25/03/2010.

<sup>182</sup> Frei Ismael Matignago é Franciscano da Imaculada Conceição. Entrevistado em 23/07/2010.

## CAPÍTULO III

### A HISTÓRIA CONTINUA: A MISSÃO EVANGÉLICA E OS DESAFIOS DO JORNAL *O SÃO PAULO* HOJE

O ser destinado a pensar, a buscar a verdade e a comungar nos ideais mais elevados da humanidade, não deveria jamais ser vítima de um terrorismo intelectual ou de uma violência que o diminuísse diante de si mesmo e dos outros homens.<sup>183</sup>

Como pôde ser comprovado até aqui, a história do jornal *O São Paulo* foi constituída de muita luta. Tal fato dá um grande respaldo ao informativo da Arquidiocese de São Paulo. Mas, o passado estrutura o presente, e prepara para o que há de vir. No caso do jornal *O São Paulo*, o que o passado nos ensina? Como está o jornal hoje? A partir de uma análise do presente, veremos que apesar de a ditadura militar ter sido uma página terrível na história do Brasil, para o semanário da Igreja local de São Paulo, a pior censura ocorre nos dias atuais. Que censura é esta, visto que vivemos numa democracia? E quais as soluções para esta constatação? É o que veremos a seguir.

#### 3.1 – Uma radiografia do jornal *O São Paulo*

Ao longo de sua história, o semanário da Arquidiocese de São Paulo, como qualquer informativo, vem exercendo uma função eficiente na sociedade e passou por várias modificações desde sua criação. Ao observar de perto algumas delas, podemos

---

<sup>183</sup> ARNS, Paulo Evaristo. *A violência em nossos dias*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1983. p.31.

perceber que elas acompanharam os acontecimentos da sociedade, nos permitindo com isso, fazer um raio-x do jornal hoje e verificar como anda o seu desempenho.

Assim era a estrutura do jornal *O São Paulo* no início da década de 1960 (sete anos após sua criação):

- 1) Possuía 16 páginas, no entanto, seu formato era menor: 38 cm x 30 cm.
- 2) Não existiam ainda os temidos editoriais, responsáveis, se não diretamente, com certeza indiretamente, pela censura prévia ao informativo.
- 3) As matérias eram sempre ligadas a Roma, sede da Igreja Católica, e ao seu chefe, o Papa. Quando não, eram sobre a Igreja local ou a Doutrina Social da Igreja. Abaixo, segue uma pequena amostra de como se esquematizava o jornal neste período (01/01/1960).

<i>PÁGINAS</i>	<i>SEÇÃO</i>	<i>CONTEÚDO</i>
<b>Capa do Informativo</b>	Discursos de S. S o Papa.	Espaço dedicado à palavra do Papa: pronunciamentos, encíclicas, orientações pastorais, etc.
<b>Página 2</b>	DIÁRIO DE ROMA	Um apanhado das principais notícias sobre o Estado do Vaticano. E algumas continuações da capa do jornal.
<b>Página 3</b>	NOTÍCIAS INTERNACIONAIS	Trazia as principais notícias que foram destaque no mundo.
<b>Página 4</b>	FORMAÇÃO LITÚRGICA e ROTEIROS HOMILÉTICOS	Assuntos como Congressos Eucarísticos. A formação de acordo com o tempo litúrgico e subsídios para homilia.

<b>Página 5</b>	ARTIGO ASSINADO DO MONS. LAFAYETTE e NOTÍCIAS	Geralmente notícias assinadas por padres e monsenhores, brasileiros e de outras nacionalidades.
<b>Página 6</b>	COMENTÁRIOS: LIVROS E AUTORES CATÓLICOS e DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA	Comentários sobre um tema específico ou obra escrita, geralmente ligados à comunicação. Por exemplo, na edição n.210, de 07/02/1960: <i>“Limitações no exercício da liberdade de imprensa”</i> .
<b>Página 7</b>	ESPAÇO PARA CLASSIFICADOS e PROMOÇÃO VOCACIONAL	Esta página trazia todas as informações vocacionais na Arquidiocese e no mundo. O seminário possuía espaço no jornal.
<b>Página 8</b>	CHANCELARIA DA ARQUIDIOCESE (Nesta época o espaço se chamava <i>“Efemérides Eclesiásticas”</i> )	
<b>Página 9</b>	ARTIGOS ASSINADOS	
<b>Página 10</b>	NOTÍCIAS	
<b>Página 11</b>	VIDA PAROQUIAL	Notícias da Igreja local e do Brasil
<b>Página 12</b>	O MUNDO	Notícias rápidas sobre a Igreja espalhada no mundo.
<b>Página 12</b>	NOTÍCIAS	Notícias locais.

<b>Página 13</b>	NOTÍCIAS	Na sua maioria, comentários sobre notícias importantes saídas em outros informativos
<b>Página 14</b>	ARTIGO ASSINADO	Assinando por Monsenhores
<b>Página 15</b>	CINEMA	Orientação moral dos espetáculos e crítica de filmes.
<b>Página 16</b>	NOTÍCIAS LOCAIS	Com fotos do acontecimento.

Especificamente em 1961, o jornal ganha novo formato. Deixa de ser em tamanho *tablóide* e passa ao formato que conhecemos atualmente como *standard*<sup>184</sup>. Diminuem também seu número de páginas, passando para oito apenas.

A primeira grande mudança gráfica em *O São Paulo* chega em 20 de outubro de 1962. Letras impactantes marcam os títulos da capa, substituindo as formas cursivas anteriores (inclusive no título do informativo). Tal mudança trouxe ao jornal uma forma agressiva de anunciar suas manchetes, como um forte grito de apelo. Nesta edição, por exemplo, traz um alerta contra a prisão de padres e a violação dos direitos humanos (anexo p.190); além de uma chamada de matéria sobre “*Sexo, Igreja e os militares*”; os grandes tabus da época. Todos os textos e títulos de capa a partir daquela edição viriam acompanhados de fotos tão impactantes quanto às fontes usadas.

Essa edição também evidencia uma mudança significativa na apresentação das matérias. Até aquela data o carro chefe do informativo eram as declarações do cardeal, dos bispos do Brasil, do Papa e a formação litúrgica, principalmente após o Concílio,

<sup>184</sup> Para jornais, há três tamanhos fundamentais de páginas: *Standard* – página inteira, com mancha gráfica variando em torno de 120 por 70 paicas (ou aproximadamente 50 cm x 30 cm) e bordas de dois a três centímetros. *Tablóide* – metade do tamanho do *standard*; muito utilizado por jornais populares, com profusão de recursos gráficos, pouco texto e muitas fotos. *Microjornal* – metade do tamanho do *tablóide*.

agora, ao que tudo indica, a denúncia passava a ser o foco. As matérias sociais, que em geral vinham no final do informativo, agora também ocupavam local de destaque. Notícias internacionais passam a figurar com mais ênfase nas páginas do informativo. Por falar em páginas, a partir dessa data, elas passaram de 8 para 12.

A equipe do jornal também muda: D. João Lafayette F. Álvares sai da direção, Maria Lúcia Sampaio Pinto da secretaria e Moacyr de Paula Assis deixa a gerência. Apenas D. Paulo Evaristo Arns permanece no cargo de diretor. Agora, a chefia da redação passa a Waldemar A. F. Ramos, e administrando o informativo os senhores Francisco Dias e Carlos Cosso. Apenas a posição do jornal, que continuava a de não ser conivente com os acontecimentos nefastos da época.

Ao final da década de 1960 e início da de 1970, a intervenção dos censores federais e a própria perseguição militar a D. Paulo Evaristo começam a se refletir no jornal. No entanto, é a partir de 1973 que conseguimos entender melhor a atmosfera do regime, uma vez que o jornal passaria a manifestar de forma clara e explícita o reflexo da censura. Nos anexos presentes nesta dissertação estão reproduzidas algumas das páginas censuradas no referido ano. “Qualquer reivindicação era considerada insubordinação grave e, portanto, precisava ser reprimida com violência pelo próprio regime.”<sup>185</sup> Apesar das intervenções ainda não serem claras, os anúncios enormes que diziam “Divulgue o jornal *O São Paulo*” ou “Você já renovou sua assinatura para 1973?”, bem como os anúncios da rádio Nove de Julho, eram, na verdade, espaço de artigos ou de parte deles que foram censurados. Ao final das celebrações litúrgicas daquele ano, incentiva-se a comunidade a ler o informativo e explica-se o acontecido

---

<sup>185</sup> SOUZA, Ney. *Catolicismo em São Paulo*. Op. Cit. p. 528.

em suas páginas. Tratava-se de uma forma de resistência e de unidade do clero. Abaixo segue a apresentação do jornal neste período.

<i>PÁGINAS</i>	<i>SEÇÃO</i>	<i>CONTEÚDO</i>
<b>Capa do Informativo</b>	Seu nome ainda vinha de forma impactante no cabeçalho do jornal.	Na capa do informativo constavam chamadas e resumos das principais matérias e artigos (quando estas não vinham escritas na íntegra, na capa).
<b>Página 2</b>	REVISTA DE 7 DIAS	Um apanhado das principais notícias sobre a cidade, o Brasil, o exterior, a educação e o esporte. Sempre com textos curtos.
	ARTIGO ASSINADO	Dr. Dalmo Belfort de Mattos, responsável por abordar assuntos relacionados à política nacional e internacional.
<b>Página 3</b>	PALAVRA DO PAPA	Espaço reservado para noticiar as atividades do pontífice e as suas relações com os bispos do Brasil.
	EDITORIAL	O parecer do informativo sobre determinados assuntos. Geralmente dois ou três artigos, muitos até polêmicos.
<b>Página 4</b>	ROTEIRO	Página dedicada a orientação e dicas sobre os seguintes assuntos: livros, cinema, rádio, televisão, ciência e teatro. Sempre com artigos assinados. Ali também constava a orientação moral dos espetáculos.
	ACONTECIMENTOS NAS PARÓQUIAS	Espécie de agenda do que

		acontecia de mais importantes nas paróquias: Encontros regionais de lideranças, Adorações, Cursos, Festas de padroeiros, etc.
<b>Página 5</b>	ARTIGO DO CARDEAL	As palavras do bispo no jornal.
	ROTEIRO LITÚRGICO	Sempre de acordo com o Tempo.
	ARTIGOS ASSINADOS	Matérias, notícias da Igreja no Brasil e no mundo.
<b>Página 6</b>	O SÃO PAULO RURAL (Notícias do campo)	Uma espécie de noticiário dentro de <i>O São Paulo</i> com um editor próprio: P. S. Da Rocha Pombo.
	NOTÍCIAS E ARTIGOS	
<b>Página 7</b>	ESPAÇO PARA O ECUMENISMO	Tanto um como outro sempre tiveram espaço no jornal.
	CHANCELARIA	
<b>Página 8</b>	NOTÍCIAS DA IGREJA E DO MUNDO	Espaço reservado para o encerramento do jornal, trazendo notícias e/ou uma propaganda familiar, vocacional, institucional por parte da Igreja.

Como já visto anteriormente, o final de década de 1970, em especial os anos entre 1976 e 1978, foram de muita luta para o semanário da Arquidiocese. Páginas e mais páginas eram censuradas (inclusive dentro de uma mesma edição), mas dessa vez não havia mais a preocupação de cobrir os espaços vazios com anúncios ou

publicidades, poesias ou charges. Os textos eram publicados mutiladas ou seus espaços ficavam em branco mesmo (ver anexo p.201).

Uma forma de denúncia clara e objetiva do que estaria acontecendo na redação do jornal: “*O São Paulo* se colocou a serviço do Reino de Deus, defendendo pobres e trabalhadores, sendo tido, por muitos, como subversivo, comunista, devendo, pois, ser vigiado, censurado”<sup>186</sup>. Logo, sofria as conseqüências de sua escolha.

<i>PÁGINAS</i>	<i>SEÇÃO</i>	<i>CONTEÚDO</i>
<b>Capa do Informativo</b>	Seu nome ainda vinha de forma impactante no cabeçalho do jornal.	Permanece o jogo de imagens e textos fortes.
<b>Página 2</b>	CARTA DOS LEITORES	Esta seção do jornal constituiu por muitos anos uma “Tribuna Livre” onde, ao mesmo tempo em que se dá a palavra ao leitor, se constata que o jornal possuía um retorno com apoio.
<b>Página 3</b>	EDITORIAIS	
<b>Página 4, 5 e 6</b>	ATUALIDADE BRASILEIRA	Orientações ao leitor.
<b>Página 7</b>	ENCONTRO COM O PASTOR	As palavras do Cardeal de São Paulo ou de um dos bispos regionais.
<b>Página 8</b>	AGENDA	Informações gerais de acontecimentos regionais na Arquidiocese.

<sup>186</sup> Dom Angélico Sândalo Bernardino – Bispo Emérito de Blumenau – SC. Entrevistado em 13/07/2010.

<b>Página 9</b>	NOTÍCIAS INTERNACIONAIS	Artigos e trabalhos especiais sobre as linhas de pastoral no mundo.
<b>Página 10</b>	REPORTAGENS E ENTREVISTAS	Página reservada às grandes reportagens do jornal e as entrevistas.

No início da década de 1980, o jornal *O São Paulo* passa por mais uma reestruturação de sua equipe. Com o diretor do jornal Angélico Sândalo Bernardino e editor-chefe Ismael Martignago, o semanário continuaria a resistir em sua missão de ser voz dos sem voz. Para tanto, foi necessário que passasse a ser constituído também de um Conselho Editorial: Paulo Evaristo, Cardeal Arns; Gilberto Gorgulho; Julio Munaro; Mario Spallicci; Almiro Andrade e Silva; Plínio de Arruda Sampaio; Hélio Bicudo; Beni dos Santos; Comissão Justiça e Paz; Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e dos Marginalizados; Centro Arquidiocesano Santo Dias da Silva dos Direitos Humanos; CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil); JOC (Juventude Operária Católica); Secretariado da Justiça e Não-Violência; Secretariado de Pastoral e Pastoral da Juventude. O Jornal podia contar, ainda, com a boa colaboração de nomes como o de Fernando Altemeyer, Laís Oreb e Lúcia Maria Dias.

Nas reuniões de pauta vinha gente de todo canto, pedindo espaço que o jornal não tinha capacidade de abrir, pela sua exigüidade, pela falta de recursos, pela falta de apoio de elementos importantes da própria Arquidiocese que não queriam comprometer-se. Havia no jornal a coluna do Centro de Defesa de Direitos

Humanos ‘Santo Dias’, da ‘Comissão Justiça e Paz’, da Pastoral Operária e de outras entidades. Tudo isso caía em cima da responsabilidade do Redator.<sup>187</sup>

Apesar de mais discreto, o nome do jornal ainda vinha destacado, e a técnica de trabalhar com textos e imagens fortes ainda permanecia, sendo uma característica marcante no *layout* deste período. Na década de 1980, com o enfraquecimento iminente do regime militar e, posteriormente, seu término, não se verifica no jornal espaços em branco e os anúncios que estamparam suas páginas durante toda a década anterior.

Nessa época o jornal acompanha a vida do país e tudo que afetasse, principalmente, a vida do pobre e do trabalhador comum era noticiado. Como exemplo, destaca-se aleatoriamente, no ano de 1981, um artigo cujo título era “*Creches usadas para eleições*”. Estas são as palavras diretas que trazia o artigo:

O prefeito, que está em campanha para governador do Estado, está utilizando as creches como forma de propagandar a sua candidatura. Mas o povo não é palhaço, como disseram as 500 mães do movimento de luta por creches de São Paulo, que estiveram na manhã de quarta-feira no Ibirapuera, reivindicando as 830 creches prometidas por ele no começo do seu mandato. ‘Se o prefeito tem memória curta nós não temos’, disseram algumas mães que prometeram voltar no próximo dia 22.<sup>188</sup>

No mesmo período temos matérias que trazem um retrato da migração no país<sup>189</sup> e a comemoração dos 50 anos de ordenação sacerdotal de D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife. Essa segunda, uma entrevista feita pela repórter Divane Carvalho,

<sup>187</sup> Frei Ismael Martignago é Franciscano da Imaculada Conceição. Entrevistado em 23/07/2010.

<sup>188</sup> O São Paulo – 17 a 23/07/1981 – n°. 1321 – Capa.

<sup>189</sup> Idem – 31/07 a 06/08/1981 – n°. 1323 – p. 05.

de Recife, ao Arcebispo após ter ficado proibido de aparecer na mídia impressa por 10 anos. O título era “*O Espírito Santo sopra na nossa Igreja*”. Entre tantas palavras ditas pelo arcebispo, destacar-se-ão algumas em especial, por conta de sua direta relação com o período de “abertura” do esquema ditatorial de segurança nacional, o qual permanecera por mais de 20 anos no país, e pela profecia em relação à situação da Igreja no Brasil:

Hoje nós sabemos que não se trata de levar uma ajuda aos pobres. Hoje há tanta injustiça, tanta gente oprimida. A Igreja está mais alerta que no passado, e sente que não pode ficar apoiando uma desordem estratificada.”; “Não que deixemos de zelar pela Segurança Nacional, não. Mas considerá-la valor supremo, valor dos valores é uma idolatria. E um perigo, porque, em nome disso, da sua defesa, se cometem os maiores abusos.

Sobre as viagens internacionais que fez e que serviram de alerta para a situação de regime ditatorial em que se encontrava o Brasil ele comenta:

Eu combato as injustiças e faço isso nos países que eu visito. Não teria moral se não denunciasses as injustiças praticadas no meu país.”; “Eu respeito as Forças Armadas. Não perdi as três condecorações que recebi porque sou grande oficial do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Tive e tenho amigos nas Forças Armadas. São guardiães, são homens que não precisam de qualificativos. Há de haver pessoas que estão desejando, dentro das Forças Armadas, uma redefinição da Lei de Segurança Nacional. Que se cuide da segurança nacional sem pisar a pessoa humana, sem pisar os grupos naturais, sem os quais, é impossível qualquer abertura.

Sobre as perseguições que sofreu e as calúnias a respeito de sua pessoa, D. Hélder afirma que elas se deram por conta de suas viagens ao exterior, mas que naquele período ele já não era tão visado:

A situação mudou. Os mais visados talvez sejam o Cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, esse grande Cardeal, e D. Pedro Casaldáliga, que é realmente um homem de Deus, profundamente padre e poeta, um grande poeta.” “Mesmo aposentado, se Deus me der energia, vou continuar trabalhando por um mundo mais justo, mais humano. Não estou preocupado, porque tento cumprir o meu dever, e graças a Deus, Ele não me exige sucesso, e sim dedicação e trabalho. Gosto muito do símbolo da vela: ela se queima, se queima e o pavio, já sem cera ainda tenta ficar aceso e depois cai. Enquanto eu tiver forças, vou trabalhar.<sup>190</sup>

Ao ler essas palavras, não há como negar o quanto elas possuem um comprometimento pastoral; como tocam profundamente a alma daqueles a quem direta ou indiretamente são dirigidas. Por isso, que, em meados da década de 1980, quando chega aos seus 30 anos de existência, pode-se afirmar que o jornal *O São Paulo* adquire uma maturidade tamanha que lhe imputa responsabilidade, compromisso com leitor, abrangência e alcance grandiosos, logo uma fácil aceitação. Ele era reconhecidamente um instrumento de luta na Arquidiocese e onde a Igreja registrava a sua história.

Um bom exemplo disso ocorreu com o processo de término do regime militar. Sob a sombra desse regime desde 1964, a última eleição direta para presidente fora em 1960. A ditadura já estava com os dias contados. Inflação alta, dívida externa

---

<sup>190</sup> Todos os fragmentos lidos fazem parte de entrevista contida no jornal *O São Paulo* nº 1325 de 14 a 20/08/1981. p. 10.

exorbitante e desemprego expunham a crise do sistema. Os militares, ainda no poder, pregavam uma transição democrática lenta, ao passo que perdiam o apoio da sociedade, que, insatisfeita, queria o fim do regime o mais rápido possível. Em 1984, haveria eleição para a presidência, mas seria realizada de modo indireto, através do Colégio Eleitoral. Para que tal eleição transcorresse pelo voto popular, ou seja, de forma direta, era necessária a aprovação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB – Mato Grosso). Foram realizadas várias manifestações públicas, mas dois comícios marcaram a campanha, dias antes de ser votada a emenda Dante de Oliveira (ela recebera este nome em homenagem ao seu autor). Um no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, e outro em São Paulo, no dia 16 de abril,. Aos gritos de “Diretas Já!” mais de um milhão de pessoas lotou a praça da Sé, na capital paulista. Não seria estranho ver D. Paulo ao lado do povo nesse dia de glória, no entanto, mesmo convidado, ele não se fez presente:

Este é o estilo dele. Agita, defende, negocia, avança, mas não aparece para colher os frutos. Assim é com os bispos sérios da Igreja Católica. Ao cumprirem sua missão recolhem-se, como o próprio dom Paulo, que, hoje, aos 89 anos, não dá entrevistas e recebe muito pouca gente em seu retiro.<sup>191</sup>

Para que a emenda fosse aprovada, eram necessários dois terços dos votos. A expectativa era grande. Foram 298 votos a favor e 65 contra. Por 22 votos, a proposta de Dante de Oliveira não conseguiu ser aprovada.

---

<sup>191</sup> CARVALHO, Ricardo. *O Cardeal e o repórter: histórias que fazem história*. São Paulo: Global, 2006. p. 133.

O movimento de “*Diretas Já*”<sup>192</sup> – movimento de maior participação popular da história do Brasil – conclamava a população a lutar por eleições diretas para presidente. O sonho teria acabado? Claro que não. De fato, ainda que por uma eleição indireta, o Brasil iria começar um processo de transformação de sua história, que permaneceria até hoje. Em meio a grandes discursos, muito se falou sobre as mudanças constitucionais. Mas foi a partir das páginas de todos os grandes jornais do país, e, também, pelas páginas do jornal *O São Paulo*, que estas palavras foram registradas e hoje fazem parte da história de nossa nação. Essas mudanças, porém, só viriam a acontecer posteriormente à eleição indireta de Tancredo Neves (primeiro presidente civil após o fim do regime militar) à presidência da República, em 15 de janeiro de 1985.

Novo presidente é um civil: Depois de 20 anos de regime militar, Tancredo Neves foi eleito, por 480 votos contra 180 dados ao candidato pedessista Paulo Maluf, no Colégio Eleitoral, o novo presidente da República. O que isso representa para a sociedade brasileira em meio à pior crise já vivenciada em toda a sua história? Apenas o começo de um novo tempo que, segundo as promessas do novo presidente, não terá eleições indiretas e contará com reformas sócio-políticas e econômicas ‘corajosas’.<sup>193</sup>

Assim como o Brasil inteiro, o jornal acompanhou o desenrolar da história, analisando fatos e chegando a conclusões.

Constituição no Brasil só existe formalmente: o jurista Dalmo Dallari fala sobre a importância da convocação de uma

---

<sup>192</sup> Este movimento teve início em 1983, no governo de João Batista Figueiredo, e propunha eleições diretas para o cargo de presidente da República. A campanha ganhou o apoio dos partidos PMDB e PDS e, em pouco tempo, a simpatia da população, que foi às ruas para pedir a volta das eleições diretas.

<sup>193</sup> *O São Paulo*. 18 a 24/01/1985 – n.º. 1500 – Capa.

Assembléia Nacional Constituinte e lembra que, desde 1964, o governo brasileiro aplica a Constituição quando lhe convém. Segundo Dallari, não existem impedimentos técnicos ou jurídicos para a imediata convocação da Constituinte e considera a alegação ‘desculpa de mau pagador’.<sup>194</sup>

As polêmicas em torno da Reforma Constituinte surgiram da experiência vivida pelos trabalhadores, principalmente no período ditatorial. Logo, o novo presidente tinha uma tarefa árdua pela frente: recomeçar o Brasil. A Reforma Constituinte era iminente e suscitava opiniões diversas, expressas no semanário da Arquidiocese:

A Constituição proposta por Tancredo Neves não interessa aos trabalhadores. Essa é a opinião de Paulo Azevedo, 40 anos, presidente cassado do Sindicato dos Metroviários de São Paulo e dirigente da regional paulista da Central Única dos Trabalhadores, que considera a convocação da Assembléia Nacional Constituinte ‘uma das mais importantes bandeiras na atual conjuntura, ao lado das eleições diretas’. [...] “O que queremos”, prossegue, “são amplas liberdades democráticas que garantam os debates a nível nacional, com a participação de todos os segmentos da sociedade, abordando os problemas que afetam o Brasil.” [...] “MOVIMENTO FORTALECIDO: O economista e deputado federal Eduardo Matarazzo Suplicy, do partido dos trabalhadores ressalta que a constituição hoje vigente ‘é fruto de 20 anos de vários Atos Institucionais promulgados pela força de um regime autoritário’ e também aponta a necessidade de uma reformulação partidária e

---

<sup>194</sup> *O São Paulo* – 11 a 17/01/1985 – n.º. 1499 p. 10.

eleitoral, afim de que a nova Constituição seja elaborada de maneira mais democrática possível.<sup>195</sup>

E as opiniões surgiam, também, dentro da própria Igreja. Bispos, padres e membros de pastorais sociais opinavam dando aceno a uma direção mais humana em meio às discussões jurídicas.

Bispo diz que o povo deve ser fonte do poder Constituinte: Para Dom Cândido Padim, Bispo de Baurú, a maior esperança que se apresenta para o Brasil, após o mês de março, está na preparação da Assembléia Nacional Constituinte. ‘Minha maior esperança reside na possibilidade de o próprio povo ser de modo concreto a fonte do poder constituinte’.<sup>196</sup>

E ainda: “Bispos vão examinar a forma de participação das comunidades no processo Constituinte.”<sup>197</sup> Toda essa discussão só fora interrompida quando o sonho por um país mais democrático foi ameaçado pela saúde debilitada do novo presidente. Tancredo Neves adoecera às vésperas de tomar posse e marcar a história do país:

Bispos em Assembléia rezam por Tancredo: Embora atarefados com o excessivo volume dos trabalhos da Assembléia, nossos bispos não deixaram de se reunir a todo o povo brasileiro que vê com perplexidade o presidente eleito Tancredo Neves, há mais de um mês consumindo-se primeiramente no Hospital de Base em Brasília e agora no Instituto do Coração em São Paulo. Uma delegação formada por D. Paulo Evaristo Arns, D. Avelar Brandão Vilela e D. Benedito

---

<sup>195</sup> *O São Paulo* – 11 a 17/01/1985 – nº. 1499 – p. 10.

<sup>196</sup> *O São Paulo* – 18 a 24/01/1985 – nº 1500 – Capa.

<sup>197</sup> *Idem* – 05 a 11/04/1985 – nº 1551– p. 05.

Ulhoa compareceu no dia 10, ao Instituto do Coração, levando a solidariedade de todo o episcopado à família do presidente.<sup>198</sup>

E, após a morte do presidente, quando o país chorava e não vislumbrava perspectivas positivas em sua história, o nosso semanário arquidiocesano fazia o seu papel e noticia: “*Tancredo e o Brasil: consumou-se o martírio*”. Assim fora intitulado o editorial de D. Paulo Evaristo na capa do informativo daquele ano. A seguir, alguns trechos do conteúdo:

Meus amigos, Católicos, Cristãos, Homens que buscam a Deus e que seguem a consciência na procura da verdade e do bem.

A nação brasileira, pelo impacto do martírio e da glorificação de um de seus maiores homens, o presidente Tancredo Neves, sente-se perplexa senão paralisada e busca compreender o sentido mais profundo do desígnio de Deus, que é Pai. [...] O presidente Tancredo Neves encarna, nesta hora de suprema angústia e ao mesmo tempo de esperança renascente, todos os grandes valores da Nação brasileira. [...] No altar de Deus e no coração da pátria, que hoje se identificam, depositamos todos os passos, gestos, sacrifícios, e vitórias do presidente, como sendo nossas e de todo futuro de nossa história. [...] Que a lágrima regue o solo árido de certas partes de nossa terra e de nossos corações e purifique as nossas retinas, para vermos com clareza por onde caminhar para distinguirmos em cada rosto o nosso irmão.

O sangue do mártir será a semente da liberdade, da concórdia, mas sobretudo da coragem para uma República nova, em que a bênção

---

<sup>198</sup> *O São Paulo* – 19 a 25/04/1985 – nº. 1513 – Capa.

de Deus faz brotar e proteger a semente e, ao depois, a árvore frondosa da autêntica liberdade e da justiça social.<sup>199</sup>

Até o final do período histórico que analisamos não se verificaram mudanças gráficas bruscas no informativo da Arquidiocese. Ele chega ao final de 1985 com uma tiragem de 10.000 exemplares, chegando a ser lido em cidades distantes. O principal objetivo do jornal *O São Paulo* sempre foi deixar claro para a sociedade a opinião da Igreja Católica frente aos acontecimentos da sociedade.

Os profissionais de comunicação exigem opinião da Igreja sobre a conjuntura social e eclesial. Os grandes meios de comunicação querem repercutir na Igreja fatos e matérias. A Igreja é notícia no Brasil pelo seu compromisso com o povo e pela sua opção pelos excluídos.<sup>200</sup>

Ao longo de seus quase 55 anos de existência o jornal *O São Paulo* sempre primou pela notícia clara e não tendenciosa, capaz de informar e formar a consciência de seus leitores. Por isso ele sofrera com a censura durante o regime militar. Por ser um bem social para o povo, não se vendeu a interesses políticos, econômicos ou ideologias. Logo, é fácil entender a razão de ser referência para outros informativos quando o assunto era “a voz da Igreja”. O semanário da Arquidiocese de São Paulo nunca deixou de lado o seu comprometimento social e sua responsabilidade de bem formar os agentes pastorais da referida Igreja local através de artigos de formação catequética. No fundo, ele obedeceu àquilo que é próprio da Igreja quando o assunto é comunicação:

- 1) Rever as formas e posturas de comunicação: democratizar a comunicação;

---

<sup>199</sup> *O São Paulo* – 26/04 a 02/05/1985 – nº. 1514 – Capa.

<sup>200</sup> BELTRAMI, Mons. Arnaldo. *Como falar com os meios de comunicação da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 53.

- 2) Promover o diálogo com o mundo e a cultura (sendo Igreja nos novos areópagos: universidade, hospitais, centros comunitários, etc.);
- 3) Cuidar da imagem pública da Igreja, evangelizando na cidade;
- 4) Inculturar a Palavra de Deus (construindo justiça e paz);
- 5) Formar opinião pública, construindo, com isso, o Reino de Deus.<sup>201</sup>

Ao final do ano de 1985, quando já não sofria mais com a censura institucionalizada, assim se apresentava o jornal *O São Paulo*:

<b>PÁGINAS</b>	<b>SEÇÃO</b>	<b>CONTEÚDO</b>
<b>Capa do Informativo</b>	Sem grande alteração. Ainda mantinha as letras em grafia forte no seu nome.	Chamada da matéria especial do jornal com uma imagem grande cobrindo quase toda a página.
<b>Página 2</b>	CARTA DOS LEITORES COMUNICADOS	Onde o leitor se expressava. Essa seção também trazia comunicados e notícias pastorais.
<b>Página 3</b>	EDITORIAIS	Entre eles: Encontro com o Pastor e Palavra do Papa.
<b>Página 4</b>	REGIÕES e CHANCELARIA	As regiões se viam no jornal. Na época: Lapa, Santo. Amaro, Belém, Sé, Itapeirica, São Miguel Santana. Pequenas notícias e muita informação.
<b>Página 5</b>	PASTORAIS	Página dedicada aos operários, à juventude, ao Ecumenismo, à Saúde, etc.
<b>Página 6</b>	GERAL	Informações sobre

<sup>201</sup> Conclusão chegada após leitura do Doc. 59 da CNBB. *Igreja e comunicação rumo ao novo milênio*. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 29.

		acontecimentos na Arquidiocese.
<b>Página 7</b>	NACIONAL	O Brasil presente no jornal.
<b>Página 8</b>	INTERNACIONAL	Notícias da Igreja na América Latina e no mundo.
<b>Página 9</b>	LOCAL	As notícias da Igreja no Brasil: assembleias, romarias, notas, etc.
<b>Página 10</b>	GERAL	Encerrando o jornal, matérias especiais

Ao final de 1985, a equipe de Redação permanece a mesma do início dos anos 1980, no entanto, passa a contar com a ajuda de mais um integrante: o jovem padre Antônio Aparecido Pereira. Sua relação com o informativo da Arquidiocese é marcada por muitas “coincidências”. Recém chegado da Itália, onde fora fazer Comunicação Social a pedido do próprio Cardeal D. Paulo, fez seu trabalho de conclusão de curso com base na ditadura militar e suas conseqüências para a Igreja no Brasil, principalmente ao jornal *O São Paulo* da Arquidiocese.

Motivou-me a resistência do jornal à censura. Impressionou-me demais descobrir que os artigos que incomodavam os censores da ditadura militar e eram vetados no jornal eram mimeografados e entregues às paróquias. No corpo do jornal, espaços em branco com a frase ‘leia e divulgue *O São Paulo*’, indicavam a ação dos censores. Mas os leitores das comunidades da periferia recebiam todos os artigos censurados. Além disso, me encantou demais a

figura de dom Paulo Evaristo, que nos tempos da censura participava da reunião de pauta do jornal.<sup>202</sup>

Em maio deste mesmo ano Pe. Cido sai da equipe de Redação do jornal e passa a ser Redator-Chefe do informativo. A partir de então sua relação com o jornal *O São Paulo* passaria de profissional a uma relação de afeto, pois sua vida estaria intimamente ligada ao semanário da Arquidiocese.

A primeira edição do jornal, 54 anos atrás, traz a lista dos meninos que naquele ano, 1956, entravam no seminário. Entre aqueles nomes estava o meu. Entrei para o seminário. Quinze anos depois, me ordenei padre e dez anos depois fui estudar jornalismo em Roma. Tema de minha tese de diploma: A Igreja e a censura política à imprensa, com particular acento no jornal *O São Paulo*. Voltei de Roma, iniciei meu trabalho no jornal, e há dez anos sou seu diretor responsável, com alegria, orgulho e um sentimento bom de estar cumprindo aquilo que a Igreja esperava de mim quando me mandou estudar jornalismo.<sup>203</sup>

Assim ficara composta a equipe nesse período: Diretor Responsável: Angélico Sândalo Bernanrdino; Editor: Ismael Martignago; Redator-Chefe: Antônio Aparecido Pereira; Equipe de Redação: Gilberto Nascimento, Jô Azevedo, Maria José Sarno; Diagramador: Nelson Alvino; Administração: José Lui.

Atualmente, Cônego Antônio Aparecido é diretor e editor do jornal *O São Paulo*. Ele tem a difícil missão de dar continuidade a essa história, composta de luta por

---

<sup>202</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

<sup>203</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

direitos humanos, compromisso social e evangelização na cidade de São Paulo. E onde se lê “difícil missão”, a idéia é essa mesmo. A seguir, começaremos a ver que, apesar de ter resistido ao período da ditadura militar, o semanário da Arquidiocese enfrenta um de seus maiores desafios hoje: permanecer firme em seus propósitos e idéias, mas acompanhando o tempo atual e suas necessidades.

### **3.2 – O jornal *O São Paulo*, hoje, seria censurado?**

A resposta a esta pergunta não é objetiva. E existe um motivo. Analisemos: se levarmos em conta que atualmente vivemos em uma democracia, que o mundo não é mais tolerante a golpes militares (ou qualquer despotismo), e que existe o que chamamos de liberdade de imprensa, com certeza a resposta é ‘não’, o jornal *O São Paulo* não sofreria com a censura, pois esta jamais voltaria. No entanto, se ainda assim, quisermos levantar a hipótese de censura em nosso país, e, mais uma vez, a Igreja tivesse que se posicionar contra o regime, com certeza a resposta é ‘sim’, o jornal seria censurado, pois, é próprio de sua missão ser a voz da Igreja na sociedade e estar ao lado dos injustiçados e menos favorecidos. “O nosso jornal, digo com todo orgulho, é feito com profissionalismo e com amor pela Igreja. Ele passou por diversos projetos gráficos, mas sempre foi, é e vai continuar sendo um instrumento a serviço da comunhão e da participação da Igreja em São Paulo.”<sup>204</sup>

Porém, em pleno século XXI, em meio às novas tecnologias, livre de qualquer censura prévia, ousou afirmar que o jornal *O São Paulo* da Arquidiocese paulistana sofre a pior censura de sua história, a qual vem do interior da própria instituição, daqueles que

---

<sup>204</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

são a razão de existência do jornal arquidiocesano: o povo de Deus e o clero. Não chega a ser algo comparado ao período da ditadura militar, em que se sofriam retaliações visíveis, mas, o desinteresse e as opiniões negativas ao jornal são tão duros quanto ver suas páginas em branco. Não é possível traduzir em números específicos, mas, analisando o jornal hoje, a partir de suas poucas assinaturas mensais e baixa tiragem, a conclusão a que pode se chegar é que o jornal *O São Paulo* não encanta mais: “É triste ver o desinteresse dos padres. Há comunidades que não assinam sequer um jornal para saber notícias da Igreja. Mas o semanário continua firme na sua missão. Ele tem um grupo fiel de leitores que o aguardam com ansiedade e o lêem com atenção. O jornal *O São Paulo* é muito mais respeitado fora da Arquidiocese do que dentro dela. É um grande jornal no conteúdo e pequeno na tiragem.”<sup>205</sup>

Uma vez detectado o problema, duas perguntas surgem como objeto de pesquisa nesse momento: Por que esse fenômeno acontece? Como podemos reverter esse quadro?

Para responder a esses dois questionamentos é preciso olhar para o jornal *O São Paulo* hoje. Estruturalmente ele preenche todos os pré-requisitos de um jornal moderno e atual: possui formato adequado (*standard*), layout atrativo, tem profissionais formados que editam suas matérias, tem autonomia em seus textos e atende ao apelo da CNBB de “manter e melhorar os meios impressos existentes nas paróquias e dioceses, dando-lhes um caráter profissional.”<sup>206</sup> Enfim, desde que começou sua história, em relação ao seu formato e apresentação, o jornal *O São Paulo* vem cumprindo bem seu papel. Mas, e a eficácia?

---

<sup>205</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

<sup>206</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e comunicação rumo ao novo milênio*. Documentos da CNBB n.59. São Paulo: Paulus, 1997.

Para dar início ao nosso estudo, vejamos como se divide o jornal atualmente. Para tanto, utilizaremos como referência a edição de número 2815 de 07 a 13 de setembro de 2010.

<i>PÁGINAS</i>	<i>SEÇÃO</i>	<i>CONTEÚDO</i>
<b>Capa do Informativo</b>		Hoje é toda colorida, traz as chamadas das principais matérias da edição e fotos.
<b>Página 2</b>	FÉ E VIDA	Artigos assinados: nomes como Côn. Antônio Aparecido Pereira, Fr. Patrício Sciadini.OCD e Pe. Zezinho ilustram esta página.
<b>Página 3</b>	FÉ E VIDA	Artigos assinados. Destaque para esta página: “Encontro com o Pastor” com a palavra de D. Odilo Pedro Scherer, a “Palavra do Papa”, e o Editorial. Temos também Ana Flora Anderson e Fr. Gilberto Gorgulho.
<b>Página 4</b>	IGREJA EM AÇÃO	Notícias e artigos de pastorais de São Paulo e do Brasil
<b>Página 5</b>	IGREJA EM AÇÃO	Continuação da página anterior. Enfoque especial para notícias curtas no topo da página no espaço: LOCAL/GERAL.
<b>Página 6</b>	ARQUIDIOCESE	Informações sobre acontecimentos Regionais na Arquidiocese.
<b>Página 7</b>	ARQUIDIOCESE	Informações sobre acontecimentos Regionais na Arquidiocese.
<b>Página 8</b>	GERAL	Matérias especiais ocupam estas páginas. Neste período eleitoral,

		os candidatos à Presidente da República, e ao governo do estado, apresentam suas propostas.
<b>Página B1</b>	Início do caderno especial (todo em cores)  GERAL	Nesta edição, uma seqüência de matérias especiais onde cada bispo regional fala sobre um tema no jornal: vocação, pastoral social, etc.
<b>Página B2</b>	GERAL	Encerrando o jornal, matérias especiais sobre Igreja.
<b>Página B3</b>	NOTÍCIAS	Notícias da Igreja em São Paulo e do seu Cardeal
<b>Página B4</b>	NOTÍCIAS	Notícias da Igreja em São Paulo: nesta Edição, Congresso de Leigos

Atualmente o jornal *O São Paulo* possui 12 páginas divididas em dois cadernos. O segundo caderno, colorido, faz parte do novo *layout* que o jornal apresentou durante as comemorações do centenário da Arquidiocese, quando o mesmo chegava ao seu quinquagésimo segundo aniversário, no ano de 2008.

Mas, apesar da eficácia no *layout*, em números, o informativo da Arquidiocese de São Paulo não tem a mesma expressão do passado.

Das 308 paróquias da Arquidiocese, 182 assinam *O São Paulo*, sendo a média de exemplares por paróquia não mais que 50<sup>207</sup>. Vejamos o quadro abaixo:

REIGÃO EPISCOPAL	PARÓQUIAS ASSINANTES	NÃO ASSINANTES
BELÉM	41	23
BRASILÂNDIA	19	16
IPIRANGA	24	10
LAPA	16	18
SANTANA	33	28
SÉ	49	31

“Outras são assinaturas individuais de leitores de São Paulo, Grande São Paulo, outros Estados e também Alemanha, Japão e Itália.” Apesar do número de assinantes superar o de não assinantes, essa tabela é preocupante, visto que o número de habitantes que a Arquidiocese de São Paulo atende é de cerca de 5.277.241, com densidade demográfica de oito mil e trezentos habitantes por quilômetro quadrado<sup>208</sup>. E, se o número de paróquias já é pequeno para atender a toda essa população, o de sacerdotes, que passa dos 1.120, idem. Logo, possuir uma tiragem de 3.330 exemplares, uma vez que na década de 1960, em especial no auge da ditadura, esses exemplares passaram dos 10.000 em toda a Arquidiocese, pode ser considerado tímido para o jornal.

O jornal *O São Paulo* é um veículo de comunicação importante na estrutura da Arquidiocese, apesar do seu alcance não ser o ideal. Eu

<sup>207</sup> Dados numéricos fornecidos por Maria das Graças de Oliveira da Silva, conhecida na redação como “Cássia”, que há 16 anos administra o jornal *O São Paulo*. Entrevista realizada em 10/08/2010.

<sup>208</sup> Fonte: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *10º Plano de Pastoral 2009-2012 – Discípulos e Missionários na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.

diria que o jornal, de um modo geral, procura apresentar um jornalismo bastante profissional – dentro de suas limitações – e, em minha opinião, é, ainda, o veículo diocesano que melhor preenche os requisitos do dito jornalismo formal (pelo menos no Brasil).<sup>209</sup>

De fato, as palavras do secretário executivo do Vicariato das Comunicações (VICOM), dão o sentido do jornal hoje na Arquidiocese. Todos sabem que ele tem um valor muito importante, não somente por sua história e pelos nomes que por ele passaram, mas porque é próprio dos meios de comunicação da Igreja cuidar da imagem pública da mesma, uma vez que a sua aceitação por parte da população vai depender, e muito, de como ela se apresenta e da credibilidade que alcança junto a este mesmo público. Logo, poderia se afirmar categoricamente que, mediante o próprio desejo da Igreja local de se comunicar e se expor, este semanário permanecerá por muito tempo entre nós. Mas ainda não respondemos às outras duas perguntas iniciais deste capítulo. Analisaremos a seguir.

### **3.2.1 – Pouco interesse, baixa tiragem e muitas críticas**

Para entender como o jornal *O São Paulo* chega a seus 56 anos de criação com uma popularidade tão baixa, mesmo após uma história de resistência e luta por direitos humanos, é preciso entender a dinâmica da linguagem e da comunicação.

“A linguagem é tudo aquilo que permite a comunicação entre os homens. [...] Ao usá-la, o indivíduo busca a integração com os semelhantes e exercita, então, sua

---

<sup>209</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

cidadania.”<sup>210</sup> Para melhor entender a relação entre linguagem e comunicação é necessário analisar o ciclo de comunicação. Este é constituído pelo ato de informar algo e/ou ação feita pelo comunicador direcionada a um receptor. Para efetivar esse ciclo é necessário um canal de transmissão. Daí chamarmos meios comunicacionais o ato de tornar compreensível a mensagem por conta do “meio” que lhe é utilizado.<sup>211</sup> Após esta transmissão, existe a decodificação da mensagem e, por último, a reação do receptor. É importante entender que a omissão, rejeição ou até mesmo a indiferença por parte do receptor é uma reação à informação transmitida.

A partir da análise apontada, pode-se ver que uma das vertentes da comunicação é que ela faz parte do tecido social e é desenvolvida para ele. Logo, é necessário que esteja encarnado na realidade das pessoas criando uma identificação, causando, inclusive uma reflexão.

O jornal *O São Paulo*, ao longo do tempo, perdeu uma de suas duas maiores características, a qual, aliás, fez com que ele fosse perseguido no período da ditadura: o espírito de denúncia. Junto com o anúncio, a denúncia era carro chefe no informativo semanal. Não somente agentes de pastorais ou católicos “praticantes” tinham um compromisso com o semanário da Arquidiocese de São Paulo, mas, por conter assuntos de interesse de toda a população, era comum que professores, sociólogos e formadores de opinião em geral quisessem ter acesso ao informativo, gerando com isso um interesse maior.

Logo, chega-se a conclusão de que a comunicação é relacional. Essa relação da comunicação com a massa é denominada de trocas intersubjetivas. Isso significa que as

---

<sup>210</sup> VALENTE, André. *A linguagem nossa de cada dia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

<sup>211</sup> LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Tradução: Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005. p. 8-9.

peças participam da construção da realidade, ou seja, os indivíduos são atores do espaço público. Em referência à América Latina (em especial ao Brasil), cuja origem é marcada por exploração, morte e desigualdades, faz-se necessário que os meios de comunicação salientem a necessidade de superação do indivíduo que se encontra em situação marginal. “A promoção popular, entendida como ‘superação da marginalidade’, deverá extrair suas características e funções principais do fenômeno que pretende eliminar.”<sup>212</sup> Os meios de comunicação, ao mesmo tempo em que informam e conscientizam, também recebem da sociedade opiniões, avaliações e até mesmo indiferença diante das mensagens enviadas. Isso quer dizer que é mister em um jornal católico a ferramenta da denúncia, da análise social, pois, ao mesmo tempo em que informa, presta um serviço social ao garantir a oportunidade de cumprir a meta de promoção da vida! Não de maneira a fazer caritativa (vazia de envolvimento), ou de auto-realização dos que estão à margem, mas garantindo que o princípio de subsidiariedade seja exercido.

A Igreja preza muito o fator subsidiariedade. Ela não tem como missão apresentar um modelo de sociedade civil nos seus três aspectos de economia, política e social-cultural. Ela entra neste campo quando a caridade o exige. Por dever de caridade. Se o governo não faz, ela o fará subsidiariamente. Se a autoridade pública não defende os direitos fundamentais da pessoa humana ou até comete violação grave contra eles, ela deverá sair a campo, destemidamente, assumindo todas as conseqüências.<sup>213</sup>

---

<sup>212</sup> CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS SECRETARIADOS CATÓLICOS LATINO-AMERICANOS DE MEIO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CODECO). *Igreja e meios de comunicação social na América Latina*. Congresso Latino-Americano dos Secretariados Nacionais de Opinião Pública, realizado em Santa Inês, Lima (Peru) em 1966. Petrópolis: Vozes, 1969. p. 35.

<sup>213</sup> Fr. Ismael Martignago é Franciscano da Imaculada Conceição. Entrevistado em 23/07/2010.

Seja para lutar por direitos próprios (uma vez reconhecedora de uma falácia a seu respeito), seja para lutar pelo direito de irmãos e irmãs menos favorecidos, “os meios de comunicação influenciam decisivamente a vida da cidade.”<sup>214</sup>

Faz-se necessário, então, uma análise da situação do jornal *O São Paulo* hoje. É claro que não se quer voltar ao passado, não é este o objetivo do trabalho, até porque:

Comparações entre a atuação do semanário durante o período da ditadura militar e nos dias atuais não são recomendáveis. Nenhuma comparação o é. O período da ditadura trazia necessidades específicas e desafios bastante específicos. Mesmo antes, e logo depois da ditadura, o jornal viveu momentos diferentes e, em todos estes momentos, procurou traduzir em suas páginas as necessidades e anseios de uma Igreja que está num chão (São Paulo) e, por isso mesmo, também está suscetível aos acontecimentos do seu tempo e mudanças de época.<sup>215</sup>

Por isso mesmo insiste-se em resgatar a idéia de denúncia. Pois, não é comparação, é constatação. Se há algo que um jornal não pode perder é sua “marca registrada”. Ela é tão importante quanto o aspecto formativo que dele provém. Os tempos são outros, mas a pobreza ainda continua aí.

Na vivência cotidiana da cidade deve-se notar a presença de cristãos [...] Vivemos uma sociedade profundamente desigual, onde luxo e miséria, ostentação e carência convivem lado a lado; em nossa

---

<sup>214</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – Manual. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2010. p. 68.

<sup>215</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

cidade é possível encontrar a última palavra em tecnologia de ponta, e o total abandono de quem nada tem.<sup>216</sup>

Já passamos dos cinco milhões de habitantes na cidade de São Paulo. O êxodo para a capital em busca de um futuro melhor só tem aumentado. A pobreza tem gerado a violência e a falta de justiça não promove a paz. No entanto, não se vê matérias especiais neste sentido no jornal da Arquidiocese. O jornal *O São Paulo* tem um carisma próprio que se formou ao longo de seus anos de existência. É preciso atualizá-lo e torná-lo próprio do seu tempo.

O problema é como investir em algo que, a princípio, não encontra identificação com a comunidade. O que tem acontecido é que as paróquias têm preferido criar os seus próprios informativos, para obter o resultado esperado de formar e informar seus paroquianos. Pode-se entender, então, mais um dos motivos da baixa tiragem do jornal.

*O São Paulo*, em princípio, existe para evangelizar, e certos artigos o fazem. Em sua maior parte, porém, pode ser tido como medíocre jornal de sacristia. Não enfoca os grandes problemas da metrópole, nacionais e internacionais à luz do Evangelho, da Doutrina Social da Igreja. Não marca presença evangélica, profética, na defesa dos pobres. Noticia acontecimentos da vida interna da Igreja sem oferecer perspectivas evangelizadoras nesta nova época em que estamos imersos. É, no mínimo, desinteressante. Difícil encontrar um exemplar de nosso jornal nas paróquias da Arquidiocese. Está ausente! Sua tiragem, ao que me informaram, de menos de quatro mil (4.000) exemplares evi-

---

<sup>216</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – Manual. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2010. p. 65.

dencia o desinteresse por sua leitura e falta de eficiente trabalho por sua renovação e divulgação. Digo isto com dor no coração.<sup>217</sup>

O custo da aquisição do jornal para algumas paróquias modestas da Arquidiocese é caro e pesa no orçamento. Um padre que deseja vincular o jornal à sua comunidade precisaria dispor de uma verba extra para fazê-lo; claro, parte-se da idéia que o sacerdote não irá cobrar de seus paroquianos o custo do informativo, afinal de contas, quanto mais pessoas tiverem o jornal melhor. Se esse padre tem sua paróquia na zona leste de São Paulo e seu dízimo não passa dos R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês – pois a participação na sua comunidade gira em média entre 900 a 1000 pessoas por final de semana, e o custo de vida deles é baixo –, sendo o valor unitário do jornal R\$ 1,50 (hum real e cinquenta centavos), para atender a todos os seus paroquianos, esse padre deverá desembolsar R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por mês. Com certeza, tal quantia geraria um rombo no orçamento paroquial do sacerdote. Isso tende a gerar um desinteresse junto ao clero de São Paulo, que opta por outras prioridades em suas comunidades. Há os que apóiam o jornal, mas não assinam, pois não tem condição. Os que têm condição, quando apóiam, não assinam, pois não se identificam com o jornal. E há aqueles que não apóiam e não gostam do jornal, pois ele trata muito da vida interna da Igreja e pouco do povo de Deus.

Os padres, de um modo geral, não se apaixonaram pelo projeto do jornal. De um lado, e muitas vezes, porque eles não querem nem conhecer as propostas do semanário. De outro, também, porque o jornal, muitas vezes, não consegue colocar todas as realidades da

---

<sup>217</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau, SC. Entrevistado em 13/07/2010.

Arquidiocese em suas páginas. As pessoas não se enxergam no jornal e, por isso, não se interessam por ele.<sup>218</sup>

O fato é que, com a baixa tiragem, não há anunciantes, logo, o jornal não se sustenta. Mais para frente tratar-se-á dos investimentos no Vicariato das Comunicações (VICOM) para que este execute com mais eficácia o seu trabalho.

De fato, é necessário observar que o jornal *O São Paulo* sempre se preocupou em ser um colaborador na catequese e da vida da Igreja de São Paulo. Colunas como “*A Palavra do Pastor*” (hoje “*Encontro com o Pastor*”), a “*Palavra do Papa*”, os artigos assinados com temas litúrgicos ou de alguma pastoral e os temas morais sempre fizeram parte de suas páginas. Mas, é preciso, a partir de alguns exemplos, tentar entender o desencantamento com o jornal da Arquidiocese.

Como primeiro exemplo pode-se questionar o fato do jornal não possuir mais o espaço “*Cartas do Leitor*”, que durante tanto tempo figurou em suas páginas:

O formato atual do jornal mostra que ele é espelho da caminhada pastoral de hoje. Não teria sentido imaginar o jornal como é hoje nos tempos da ditadura. Lá ele era uma forma de resistência ao arbítrio. Aqui ele pode se dedicar mais explicitamente à evangelização porque o Brasil reencontrou a normalidade democrática. Além disso, multiplicaram-se as tribunas onde o povo pode se manifestar.<sup>219</sup>

Não se pode esquecer que o ato de comunicar parte do corpo do ser humano, ou seja, o ato é também biológico. Assim, endente-se que a comunicação entre os seres

---

<sup>218</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

<sup>219</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

vivos não é somente importante, e sim, uma necessidade. Logo, traria grande aceitação ao informativo por parte do público a quem ele se destina se houvesse um lugar em que ele pudesse se expressar. Atualmente no jornal *O São Paulo*, o único espaço do leitor é a coluna “*Pergunte ao padre*”, do Cônego Antônio Aparecido Pereira. Fica aqui também a observação de que a comunicação tem a função de inserir e integrar o indivíduo ao tecido social.

Outro exemplo é o espaço destinado às Regiões Episcopais, que, no atual *layout*, é bem maior que no passado (duas páginas inteiras), no entanto, não é tão eficaz quanto deveria ser, pois, não favorece a abrangência de matérias. Cada Região envia uma matéria, ou tem a cobertura feita e a matéria escrita. Com isso, uma paróquia, ou movimento que tenha seu evento em destaque naquela região (de preferência se o bispo estiver presente) é privilegiado. Seria útil se as matérias viessem em forma de “*drops*”. Curtas, rápidas, mas informando sobre mais acontecimentos em todas as Regiões.

Para tanto, deveria haver uma articulação maior entre a Pastoral da Comunicação (PASCOM) da Região Episcopal com o jornal *O São Paulo*; o que, na verdade, não acontece, e não por culpa do informativo. Algumas Regiões Episcopais na Arquidiocese de São Paulo nem possuem núcleo de PASCOM, o que dificulta, e muito, a cobertura das matérias por parte da equipe, que é pequena. Aliás, este é outro problema sério de estrutura do jornal hoje. Apenas sete pessoas formam a equipe do informativo da Arquidiocese de São Paulo. Os colaboradores são muitos, no entanto, apenas sete pessoas têm a responsabilidade de cobrir todo o território da Arquidiocese de São Paulo. Essa equipe tem vencido barreiras e mantido o jornal circulando. Outro problema grave é o da distribuição das assinaturas, questão essa reconhecida pelo próprio diretor executivo do VICOM:

A administração tem se esforçado para conciliar uma entrega eficaz com baixo preço de assinatura. Infelizmente, não tem conseguido. O resultado é que o jornal chega às mãos do assinante com uma semana de atraso. Eu aprendi na faculdade que jornal velho serve apenas para embrulhar banana.<sup>220</sup>

Ao longo de sua história *O São Paulo* sempre lutou para permanecer de portas abertas. Lutou para não ser silenciado. E que ironia do destino: em pleno período pós-moderno, com liberdade para se expressar sem ser perseguido e difamado, ele corre o risco de ser “silenciado”. Se continuar no ritmo atual, acabará por ser entregue a alguma congregação religiosa ou movimento voltado à comunicação, ou simplesmente fechado.

### **3.2.2 – Atualizar para melhor informar**

De fato, é preciso muita coragem para assumir a missão de levar informação ao povo. É necessário reconhecer que nunca se irá agradar a todo mundo por todo tempo.

Os tempos são outros, as necessidades são outras. O mundo mudou, o Brasil se democratizou, a imprensa conquistou liberdades de atuação. Mesmo a Igreja passou por importantes transformações. Bento XVI não é João Paulo II. Especialmente aqui na América Latina, com esta impostação missionária do Documento de Aparecida. Então, o enfoque do jornal é outro. Sua abordagem é também, necessariamente, mais missionária, mais voltada para as questões da Igreja.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

<sup>221</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

Se existe uma verdade incontestável é que o jornal *O São Paulo* sempre acompanhou o pensamento da Igreja de seu tempo. O que se percebe hoje ao ler o informativo da Arquidiocese de São Paulo é que ele tem a preocupação de escrever para sua própria Igreja. Os eventos pastorais que acontecem em âmbito geral têm um destaque maior no informativo: congressos de leigos, visitas pastorais feitas pelo Cardeal Arcebispo a paróquias que celebram seus padroeiros, missão de férias dos seminaristas da Arquidiocese, encontro de coroinhas na catedral de São Paulo, etc. Todas essas notícias foram manchetes no jornal. De fato, alguém de fora da Igreja paulistana não deve ser censurado por não se interessar em ler todas essas notícias em nível local. “Ainda hoje, muitos na Igreja, mais se ocupam com torres em templos do que com torres de rádio e TV e novos meios de comunicação. Temos evoluído ainda que timidamente.”<sup>222</sup>

Seria esse o pensamento da Igreja de hoje, e que está por detrás do novo modo de escrever do jornal *O São Paulo*. A preocupação de revelar o aspecto missionário de sua Igreja dentro das paróquias e regiões episcopais.

A CNBB engatinha. [...] Precisamos evoluir na rede programática, pois, em volume enorme, transmitimos simplesmente celebrações dos templos para a TV, não criando juízo crítico à luz do Evangelho, sobre os acontecimentos..<sup>223</sup>

É importante ressaltar as centenas de leigos, cristãos, que prestam serviço em terras distantes, em regiões quase esquecidas da cidade de São Paulo e que não são contemplados nas suas páginas. Que existem religiosos e religiosas mui empenhados em implantar o Reino de Deus, e que não mais se expressam no informativo da arquidiocese através de seu trabalho pastoral. As lutas sociais que representantes da

---

<sup>222</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau, SC. Entrevistado em 13/07/2010.

<sup>223</sup> Idem.

Igreja Católica enfrentam nos bairros que moram: o direito à vida, o direito à educação, à saneamento básico, segurança, não aparecem e são, também, missões nesta igreja local. Toda essa gente também é Igreja e merecem ser contemplados com matérias especiais, artigos ou alguma nota sequer. Não basta constatar que o setor de comunicação da arquidiocese é fraco, que o Vicariato da Comunicação não está articulando suas mídias (Jornal, Rádio e Internet). Cobrar resultados é importante, no entanto, investir em equipamento, pessoal, em infra-estrutura, é tão importante quanto.

De um modo geral, os meios impressos estão passando por uma crise existencial. Grandes jornais estão precisando rever qual deve ser o seu papel na transmissão da informação (uma vez que, em termos de agilidade, a internet desempenha melhor este papel).

Investir. Essa é a palavra chave para quem deseja comunicar com eficácia no mundo de hoje. Em 1992, D. Paulo Evaristo Arns criou o Vicariato da Comunicação na Arquidiocese de São Paulo. De fato, naquele período, foi um avanço.

Não era questão de criar nova ‘pastoral específica’, muito menos de mudar o nome do conhecido Serviço de Comunicação para o desconhecido Vicariato da Comunicação. O problema era criar a novidade de uma região episcopal ambiental para comunicação, à semelhança das seis regiões episcopais territoriais em atuação na cidade.<sup>224</sup>

Hoje o VICOM tem a responsabilidade de evangelizar na cidade, ser Igreja nos areópagos da grande metrópole que é São Paulo, testemunhar Jesus Cristo, optar pelos pobres, inculturar a Palavra de Deus, atuar nas diversas culturas, educar para a

---

<sup>224</sup> BELTRAMI, Mons. Arnaldo. *Como falar com os Meios de Comunicação da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1996. p.15.

comunicação, democratizar a comunicação, construir justiça e paz, promover a relação solidária, servir à vida e à esperança, formar opinião pública, construir o Reino de Deus, combinar comunidade e massa e realizar o objetivo da Igreja.<sup>225</sup> Para tanto, é necessário perceber que as novas tecnologias de comunicação exigem que a Arquidiocese invista em seu pessoal, para que estes possam acompanhar as mudanças de seu tempo.

Tudo indica que estamos fazendo comunicação escrita num mundo que valoriza a imagem televisiva. Constatase que no mundo da informática, as pessoas estão migrando da imprensa escrita para os monitores dos computadores. Além disso, as pessoas priorizam outras necessidades da vida deixando a informação e a formação de lado. Observe-se também que os fiéis católicos têm por hábito não apoiar seus meios de comunicação.<sup>226</sup>

De fato, o mundo mudou. Há 50 anos a preocupação da Igreja era a manutenção da Instituição. O número dos que se diziam “católicos praticantes” diminuía. A modernidade e o avanço da ciência traziam consigo a secularização e isso preocupava o alto clero. Era necessária uma abertura, um diálogo com o novo homem. Daí o Concílio Vaticano II (1962-1965). Atualmente, essas continuam sendo as preocupações da Igreja, e de fato, nunca como hoje foi necessário dialogar com outras denominações religiosas. Então, pode-se afirmar que o secularismo que assustou na modernidade dá lugar a um pluralismo pós-moderno. Onde todos acreditam em tudo e tentam, a partir de “experiências” buscar se relacionar com o transcendente, com uma força superior ou, seja lá o nome que se atribua a Deus hoje

---

<sup>225</sup> Ibidem, p.55.

<sup>226</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

Se antes a falta de fé era uma preocupação, precisando ser provada e comprovada, atualmente a fé não precisa ser comprovada: Ela precisa ser entendida: “O desafio para as Igrejas cristãs nesta situação não é gastar energia tentando tornar plausíveis e aceitáveis os milagres e as dimensões religiosas da fé. Essas são exatamente as coisas que tornam a fé atraente para muitas pessoas.”<sup>227</sup> O jornal da Arquidiocese de São Paulo deve repensar sua proposta editorial. Pois, assim como não é o mesmo e ao longo dos anos acompanhou as idéias da Igreja em cada tempo, hoje é necessário observar que a Instituição mudou, porém, o público em geral, alvo da ação do informativo também. Nesta atual situação social não é mais permitido fazer jornalismo institucional. A Igreja não pode mais escrever para ela mesma, e se o pensamento dos atuais editores e diretores do informativo não é este, é necessário que isso seja expresso em algumas páginas do jornal, porque o que temos atualmente é uma comunicação interna. Não se quer destruir a imagem do jornal *O São Paulo*, muito menos desvalorizar nomes tão importantes como a do Cônego Antônio Aparecido Pereira, de Ana Flora Anderson, Frei Gilberto Gorgulho, dentre outros. Pelo contrário, por ter nomes tão brilhantes em suas páginas, e agora tendo conhecimento de uma história tão significativa, é que se apela para a importância de o jornal ter um alcance maior, um público mais fiel e o apoio de toda a Igreja de São Paulo.

### 3.2.3 – Detectadas as falhas: apresentação das soluções

Até agora se verificou que a falha maior do jornal *O São Paulo* é que suas matérias reproduzem a vida pastoral da Arquidiocese de São Paulo. Logo, almejar que ele tenha um alcance além fronteiras da Arquidiocese é pretensioso demais. Outra constatação a que se chegou é que nem em seu território o semanário vem alcançando

---

<sup>227</sup> JAKOBSEN, Rolv Nótvik. *O impacto dos meios de comunicação na formação religiosa de meninos e meninas*. In Revista Concilium, n.297, setembro. São Paulo:Vozes, set. 2002.

seus objetivos. Sem adesão da grande maioria do clero, ele acaba por não chegar às mãos do povo de Deus. Temos também o atraso na entrega dos exemplares dos assinantes e o custo para se obter a assinatura mensal do jornal (que é o mínimo que o jornal pode cobrar para se manter ainda ativo).

A partir de agora é necessário olhar para frente. O que será apresentado são algumas propostas que podem, se aceitas e bem aplicadas, auxiliar na amenização e quem sabe solucionar os problemas elencados.

O Décimo Plano de Pastoral da Arquidiocese afirma:

O plano traz a preocupação da ‘conversão pastoral’, pedido em Aparecida e, hoje, tão necessária para sermos uma Igreja verdadeiramente discípula e missionária de Jesus Cristo na cidade grande. Cada comunidade, grupo e pastoral deveria se perguntar: o que isso significa e que tipo de mudanças precisam acontecer, para realizarmos essa conversão pastoral.<sup>228</sup>

Esta conversão pastoral a que se refere o Décimo Plano de Pastoral é um retorno à pessoa de Jesus de Nazaré. A mentalidade individualista alastra-se também no campo religioso, logo, aumenta o número dos que se recusam a aderir à Igreja e às práticas exteriores de religiosidade, mas que depositam sua fé em pedras, runas e outras crendices. Portanto, a qualidade da presença da Igreja junto ao povo deve ser repensada<sup>229</sup>. Este é um apelo forte para que, muito mais do que programas e estratégias de ação, cada um de nós possa, através do testemunho, fazer com que o Cristo se revele e que, neste encontro, cada vez mais pessoas se voltem a Ele. Parte-se, portanto, do

---

<sup>228</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *10º Plano de Pastoral – Discípulos-Missionários na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2009. Apresentação.

<sup>229</sup> Cf. Id. *1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – Manual*. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2010.

encantamento. No entanto, para que isso aconteça é preciso, como o próprio plano diz, investir nos sujeitos eclesiais.

Partindo do desejo do próprio plano de pastoral da Arquidiocese e do Documento de Aparecida<sup>230</sup>, que fomentam a participação dos agentes de pastoral, de que haja uma construção do Reino de Deus com base na justiça, novamente retomo o tema do investimento. É impensável para uma Arquidiocese como a de São Paulo não preparar um plano estratégico para seus veículos comunicacionais. Normalmente, o nicho da comunicação é sempre o último a ser pensado quando o assunto é investimento (tanto financeiro como de recursos humanos). Têm-se os melhores advogados, arquitetos, professores, mas comunicólogos são muito poucos (aliás, atualmente, apenas dois: Pe. Antônio Aparecido Pereira e Elvira Freitas). Não é possível pensar mais em comunicação na Arquidiocese de São Paulo de forma amadora, utilizando-se de poucos profissionais, ou de pessoas que entendem “um pouco” do assunto. O mercado é competitivo e ele está engolindo o nosso jornal. “*O São Paulo, Rádio 9 de julho* clamam por ampla reforma, envolvendo os Bispos, presbíteros, diáconos permanentes e sobretudo Leigos e Leigas, profissionais nos MCS que sejam católicos praticantes e lúcidos”.<sup>231</sup>

Abaixo elencar-se-á de forma mais clara sugestões para que se possa profissionalizar o jornal *O São Paulo*:

- a) **Articular melhor as mídias comunicacionais da Arquidiocese de São Paulo.** Atualmente a Arquidiocese de São Paulo possui três mídias comunicacionais – o jornal *O São Paulo*, a rádio Nove de Julho e a página na internet. Pelo menos duas delas estão ligadas fisicamente, o jornal e a internet,

---

<sup>230</sup> Cf. CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007. n.º. 226a. p. 107.

<sup>231</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau – SC. Entrevistado em 13/07/2010.

enquanto que o estúdio da rádio está a quilômetros de distância dos dois primeiros. Urge, o quanto antes, unir as três mídias em um único prédio para que a comunicação entre as três aconteça, para que haja aquilo que nós chamamos de articulação comunicacional. Onde a informação possa chegar de forma rápida para todos e o coordenador do VICOM esteja ligado a todas.

- b) **Investir na contratação de profissionais especializados.** Como já dito, não se pode esperar que uma Arquidiocese como a de São Paulo, uma grande metrópole que abarca todas as nações, encare o trabalho na área de comunicação de forma amadora. É necessário investir na contratação de profissionais capazes de fazer com que o investimento gere retorno para o núcleo de comunicação. Em alguns casos é necessário um investimento pesado. Mas, com profissionais capacitados, o retorno torna-se imediato. Atualmente a equipe é formada por sete valentes membros que trabalham para que o jornal ainda esteja circulando. No entanto, poderia se pensar que existe uma gama de jovens, iniciantes na carreira de jornalismo, muitos até freqüentadores de paróquias da Arquidiocese, que teriam a oportunidade única do primeiro emprego na redação do jornal *O São Paulo*. É do conhecimento de todos a dificuldade do primeiro emprego na juventude. Investir no estagiário, além de abrir frente de trabalho para o jornal, é também um gesto de solidariedade para com jovens que desejam ingressar no mercado de trabalho.
- c) **Investir na formação dos profissionais já contratados.** Através de cursos promovidos pelo VICOM é possível dar mais profissionalismo aos membros do jornal, da rádio e da internet. A reciclagem do conhecimento dá mais segurança e estimula o funcionário ao crescimento profissional. Na nova

mentalidade pós-moderna o atual se torna ultrapassado na mesma velocidade em que chegou ao mercado. Por isso é sempre bom estar em contato com profissionais do ramo da comunicação, pois eles sempre podem trazer novas contribuições e novidades do mercado.

- d) **Investir urgentemente na criação de núcleo de Pastoral da Comunicação em todas as Regiões Episcopais da Arquidiocese:** é impensável querer que sete pessoas de uma equipe de jornal abarquem todas as notícias das seis regiões episcopais da Arquidiocese. O que é possível, e correto, é que parta dos bispos regionais a estruturação da PASCUM em suas regiões. Em cada região é possível encontrar leigos engajados no trabalho pastoral da comunicação. A comprovação disto tivemos na “*peregrinação dos comunicadores à Catedral da Sé*”, ocorrida em 2009, em vista do Ano Santo Paulino. Todas as Regiões Episcopais foram representadas por seus núcleos comunicacionais. Onde estão eles hoje? É necessário resgatá-los e fazê-los trabalhar concatenados com os membros da equipe do jornal *O São Paulo*. Desta forma, abrindo espaço para todos, o jornal alcançará a meta de ser um atrativo nas paróquias (pelo menos para o núcleo de PASCUM).
- e) **Investir em trabalho de marketing profissional:** todo produto possui um composto mercadológico, que é, sem meias palavras, um sistema diversificado e complexo, envolvendo processos e operações, organizado com a finalidade de otimizar a performance mercadológica deste mesmo produto<sup>232</sup>. Traduzindo em uma única palavra, trata-se do que conhecemos como marketing. O marketing é o processo pelo qual o produto se mantém no mercado. Ele é composto de quatro elementos básicos: Produto – Preço

---

<sup>232</sup> Sobre o assunto ler a obra: SERVIÇO À PASTORAL DA COMUNICAÇÃO – SEPAC. *Publicidade: a criatividade na teoria e na prática (laboratório)*. São Paulo: Paulinas, 2003. 80p.

– Ponto de Venda e Promoção. Estes quatro “P’s”, como são conhecidos no mercado publicitário, são responsáveis de sustentar a vida útil de um produto. No caso do jornal *O São Paulo* não houve uma meticulosa formulação estratégica, levando-se em conta pontos fortes, fracos e os fatores de risco do produto.

Sempre mandamos mala direta para clientes potenciais, mas o retorno é baixo, temos também a radio Nove de Julho, onde temos um boletim que fala das matérias que saem na edição e convida os leitores a assinar. Pedimos a colaboração dos padres para divulgar nas missas. Mas, na minha opinião, isto é muito pouco, gostaria de ter um departamento de marketing, para pensar ações publicitária para os meios.<sup>233</sup>

Além disso, grandes empresas não costumam anunciar em jornais confessionais. E, o mais grave: a tiragem pequena do jornal não atrai anunciantes. Há algumas idéias que pretendemos colocar em prática para crescer a publicidade. Uma deles é pulverizar a publicidade com profissionais liberais e outros oferecendo seus serviços em pequenos espaços em cada edição.<sup>234</sup>

Não se pode esperar que um mesmo funcionário abarque todas as responsabilidades de administrar, divulgar, vender e entregar o produto. Mais uma vez vale a pena lembrar que estamos num mercado competitivo. Não se espera timidez no momento de se firmar no mercado. Existem publicações de todos os tipos, de gosto variado, vence aquele que apresentar uma vantagem: nós apresentamos a própria

---

<sup>233</sup> Maria das Graças de Oliveira e Silva. Administradora há 16 anos no jornal *O São Paulo* e responsável pela divulgação do informativo. Entrevistada em 10/08/2010.

<sup>234</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira, Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010

mensagem de Jesus Cristo, um nome que há anos tem espaço e força no mercado E, claro, com o aumento nas vendas associada a uma reavaliação no preço do jornal, valeria a pena investir em espaços publicitários no informativo da Arquidiocese.

Faz-se necessário, o quanto antes, quebrar paradigmas e investir em comunicação de maneira eficaz e objetiva, pois “para a Igreja, a participação nas atividades dos meios de massa, inclusive na publicidade, é hoje um elemento necessário na estratégia da Pastoral de Conjunto.”<sup>235</sup>

Tudo isto é possível, com a condição de que, como Igreja, nos convertamos promovendo pastoral na mundo digital, abraçando todos os Meios de Comunicação Social, colocando-os a serviço da evangelização. Conversão, investimento em pessoas capacitadas; modificando estruturas administrativas, financeiras. Longo caminho nos resta a percorrer, desde a internet às pequenas publicações paroquiais; na ampla organização do Vicariato das Comunicações Sociais, Pastoral das Comunicações, congregando, insisto, de modo especial, leigos e leigas já inseridos nos diversos MCS.<sup>236</sup>

É claro que, diferentemente do marketing global, a Igreja se insere na dinâmica de mercado com responsabilidade moral e ética. Essa é que é a grande questão. Não se pode encarar, também, o jornal *O São Paulo* somente como um produto a ser vendido a qualquer custo. Se assim o fizermos, estamos nos igualando ao mundo perverso e capitalista que não contempla a pessoa humana, mas a explora. A publicidade é um meio de se expandir algo, e no caso específico que se estuda, essa dinâmica é interessante no auxilia do papel evangelizador do informativo da Arquidiocese de São

---

<sup>235</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. Ética da publicidade. São Paulo: Paulinas, 1997. p.13.

<sup>236</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau – SC. Entrevistado em 13/07/2010.

Paulo. É possível se inserir no mercado de comunicação mostrando responsabilidade, compromisso social e fidelidade aos princípios evangélicos: Fé, Esperança e Caridade. “Exprime-se deste modo o sentido mais profundo da liberdade humana: Ela consiste numa autêntica resposta moral, esclarecida em Jesus Cristo, que a chama a formar a consciência, fazendo-a objeto de contínua conversão à verdade e ao bem.”<sup>237</sup>

### 3.3 – A Comunicação profética da Igreja na imprensa

“Jesus é a Palavra de Deus que se fez carne e veio morar no meio de nós (Jo 1,14) Supremo comunicador do Pai, optou por um processo inculturado e dialógico de comunicação, que se apresenta como um modelo básico para os projetos de comunicação de sua Igreja.”<sup>238</sup> Logo, anunciar o Reino tornou-se vital na missão dos seguidores de Jesus. Desde suas origens a Igreja é chamada a fazer comunicação. A Boa Nova do Evangelho deveria chegar ao alcance do maior número de fiéis possível: “Recebereis uma força, do Espírito Santo que descerá sobre vós, e serei minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e a Samaria, até os confins da terra”.<sup>239</sup> Jesus não impôs limites à sua mensagem de salvação (que constava de adesão e conversão por parte daqueles que a aceitavam: “Deus não faz acepção de pessoas, mas que, em qualquer nação, quem o teme e pratica a justiça, lhe é agradável.”<sup>240</sup>

Partindo deste princípio, podemos concluir que a Igreja não tem apenas uma mensagem a comunicar. Ela é a própria mensagem. É uma imagem pública que fala por si mesma há dois mil anos e que tende a ocupar um espaço muito maior no terceiro milênio.

<sup>237</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. Op. Cit. p.25.

<sup>238</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio (Doc. da CNBB n.59). São Paulo: Paulinas, 1997.

<sup>239</sup> At 1,8

<sup>240</sup> At 10, 34.

A principal meta, então, é fazer ecoar neste mundo tecnológico, pluralizado e individualizado a imagem da Igreja, que é a imagem de Cristo que viveu o drama engendrado por sua figura mítica: encarnação, morte e ressurreição.

Encarnação: Deus identificou-se com um homem para que os homens possam levar a vida do filho do Pai, essa vida de que Jesus deu o exemplo. Morte: Ele viveu até o fim a contradição humana, o problema do mal. Ressurreição: Seu fracasso aparente revela, na verdade, que a vida e o amor são mais fortes do que a morte e que todo fracasso, todo sofrimento podem e devem adquirir sentido e engendrar a vida.<sup>241</sup>

O Cristo fez a experiência de relação! Viveu os dramas sociais do povo de seu tempo, e sofreu as injustiças sociais também. Logo, Inculturada, “*aggiornada*”, contextualizada com as nacionalidades diversas onde opera o discurso religioso no mundo inteiro, a Igreja do terceiro milênio prega que a Teologia não é o estudo de Deus, mas o estudo das relações do homem com Deus. “É reflexão crítica da Fé iluminada pela Palavra de Deus e pelo Magistério da Igreja, buscando perceber como Deus atua na história. Nessa reflexão o ponto de partida é a própria Fé em Jesus Cristo, que revela o plano de Deus. Fé que não é conceito, é prática, vivência, experiência histórica, opção de vida.”<sup>242</sup> Este, portanto, torna-se o maior desafio da Igreja neste tempo: fazer-se ouvir. Pregar o Evangelho da Salvação para todos os homens. Para tanto, essa “senhora” com seus mais de 2000 anos deve levar a termo seu profetismo, consumindo-se no empenho de fazer com que cada vez mais pessoas voltem a se encantar com os ensinamentos e a pessoa de Jesus e, a partir deste encontro, virem a segui-lo – como

---

<sup>241</sup> DABEZIES, André. *Jesus Cristo na Literatura*. In: BRUNEL, Pierre (org.). Dicionário de mitos literários. 2 ed. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Ed. da UNB, 1998.

<sup>242</sup> CAMPOS, Pedro Celso. *Elementos de Persuasão no Discurso Religioso – A Comunicação por Meio do Mito*. Tese de Mestrado. Unesp/Bauru

bem nos testemunha as histórias narradas nos Evangelhos. E a forma mais eficaz hoje de se executar tal tarefa é utilizar os meios de comunicação e a imprensa: “O primeiro Areópago do tempo moderno é o mundo da comunicação, que está unificando a humanidade e transformando-a.”<sup>243</sup>

Nunca como hoje as grandes capitais estão tão cheias, e cada vez mais as pessoas se sentem sozinhas. Principalmente na cidade de São Paulo, onde aglomeram-se diversas etnias, crenças, pensamentos políticos e religiosos:

São Paulo é espaço de liberdade e de oportunidades, mesmo com seus desafios. Nela, podemos conhecer mais pessoas, interagir e conviver melhor, estabelecer vínculos de fraternidade e de solidariedade. As sombras que muitas vezes nos assustam, a violência, a pobreza, o individualismo, a exclusão social, também nos impulsionam a buscar e a contemplar a presença do Deus da vida na cidade. Para testemunhar essa presença e transformar o dia-a-dia, precisamos enfrentar as provocações do mundo urbano, do mercado, da tecnologia e da ciência, quando negam os verdadeiros valores humanos e evangélicos. [...] Para fortalecer os caminhos da evangelização e responder com a Palavra de Deus aos seus apelos, é necessário tocar na cidade de São Paulo, compreender o quanto possível sua vida e os contrastes presentes no seu cotidiano, a dinâmica dos nervos urbanos, sua realidade plural e em constante mudança, a diversidade das vozes que nela ecoam, dialogam e interagem. Na cidade, luzes e sombras se misturam no universo da mídia, nas estratégias e códigos da linguagem local, no comércio, no trânsito, nas organizações de representação popular, nas empresas

---

<sup>243</sup> JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*. São Paulo: Paulinas, 2003. p.285.

nacionais e internacionais, nos interesses políticos, na segurança pública, nas religiões, na cultura popular, na diversidade cultural, nos territórios em que “tribos” urbanas se confrontam e se ajustam, no mundo do trabalho, da moradia, da saúde e da educação.<sup>244</sup>

Com base nesta constatação pode-se afirmar que a pluralidade na religiosidade se tornou muito grande, e cada vez mais pessoas têm buscado obter respostas concretas para as principais perguntas do ser humano nas mais diversas denominações religiosas e práticas espiritualistas. “Na sociedade urbana, idéias pragmáticas e apelos consumistas e competitivos envolvem o indivíduo com um todo. O comportamento religioso passa, também, a manifestar necessidades de satisfação práticas, utilitaristas e intimistas.”<sup>245</sup> A mensagem que Igreja traz não é mais uma em meio às demais. Somos uma Igreja Cristológica e Pneumatológica. Agimos sob o Testemunho de Jesus e sob a ação do Espírito Santo. Logo, “evangelizar constitui, de fato, a graça e a vocação própria da Igreja, a sua mais profunda identidade.”<sup>246</sup>

A pós-modernidade exige que a Igreja atualize, então, a sua forma de evangelizar. Principalmente quando se refere aos meios de comunicação e à imprensa. Somente a partir de uma mudança de consciência poderá se alcançar o objetivo de evangelizar profeticamente na imprensa sem medo de ser perseguido, difamado ou questionado. É um desafio muito grande. Como analisado desde o início, tendo como pano de fundo a ditadura militar, a Igreja enfrentou diversas barreiras e conseguiu transpor todas. O que não se pode perder é o espírito profético, próprio daquele que,

---

<sup>244</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *10º Plano de Pastoral*. Op. Cit. p.21; 33-34.

<sup>245</sup> CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Projeto de Ação Missionária Permanente - PAMP - Regional Sul 1. n° 38. p.20.

<sup>246</sup> PAULO VI. *Evangelii Nuntiandi: sobre a evangelização no mundo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 11. n°. 14.

não se importando o medo, aceita o desafio de ser o canal do dom da Graça de Deus:  
com preparação, empenho e fidelidade à mensagem revelada.

## CONCLUSÃO

Dentro da dinâmica da pós-modernidade, a Igreja é chamada a ser luz em meio a trevas, e não apenas mais uma luz em meio a tantas outras. A presente dissertação quis resgatar a importância do jornal da Arquidiocese de São Paulo como meio de realizar essa ação evangelizadora na grande metrópole. Ao longo de toda sua história, *O São Paulo* não teve outra função que não fosse mostrar que, à luz da Palavra de Deus, do testemunho de Jesus Cristo morto e ressuscitado, através da ação de cada cristão leigo, de cada religioso comprometido com a construção do Reino de Deus, é possível transformar a sociedade. Por conta disso, pudemos perceber que o jornal esteve por muito tempo em evidência, e acabou sendo perseguido, censurado e seus editores difamados. Motivo de grande orgulho, pois, a exemplo da dinâmica de ação do próprio Jesus, é mais fácil convencer primeiramente pelo testemunho do que pelo discurso, “pois, se alguns não obedecem à Palavra, vêm a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento.”<sup>247</sup>

Porém, foi triste constatar que o mesmo jornal que há anos fora censurado a exemplo de grandes jornais metropolitanos, hoje, não lembra em nada seu passado de glória. E, como visto, não em relação tanto a seu conteúdo, mas, e principalmente, em relação à sua aceitação na Arquidiocese. Ele sofre atualmente com a pior das censuras a que um informativo pode passar. Ele não é aceito dentro da própria instituição de que faz parte. Na dinâmica de mercado, todo produto tem um ápice, é o que os *marketeiros* chamam de estar na “crista da onda”. No entanto, todo produto tende a cair, pois seu uso passa a ser descartável pelo cliente, principalmente se é lançado outro produto similar pela concorrência. Na dinâmica da oferta e da procura sobrevive

---

<sup>247</sup> 1Pd 3,1.

quem oferece a melhor vantagem. É claro que o semanário da Arquidiocese de São Paulo não deve entrar nessa dinâmica mercadológica, isso seria até anti-evangélico. Mas, era necessário ter trabalhado a manutenção do informativo, sua atualização, sem perder seu carisma de anúncio e denúncia. O que não aconteceu. Passados mais de 50 anos, o jornal não encanta mais. Aliás, a desarticulação do núcleo de comunicação da Arquidiocese contribuiu muito para isso. Praticamente o jornal contempla somente as realidades pastorais da Arquidiocese. É extremamente importante levar ao conhecimento do grande público como é a dinâmica vida da Igreja de São Paulo. No entanto, o sujeito eclesial mudou, não é mais o mesmo de 50 anos atrás. Outros são seus anseios, seus desejos, suas frustrações. É necessário falar para este público tão diversificado, pluralista e mistificado. É possível adentrar na dinâmica da comunicação nos dias de hoje, sem se enquadrar neste sistema dominante e opressor. A Igreja Católica Apostólica Romana deve se inserir nas novas mídias de comunicação (sem necessariamente ser dominada por elas). Porém, é sabido também o quanto a mentalidade do uso dos meios de comunicação é rejeitada por boa parte dos que constituem o corpo místico de Cristo. Diante destes questionamentos encontra-se o jornal da Arquidiocese de São Paulo aguardando o seu destino. O informativo da Arquidiocese de São Paulo não pode estar fadado a terminar. Muito menos ser entregue nas mãos de alguma congregação religiosa ou movimento católico. A verdade é que, quando o assunto é o jornal *O São Paulo*, a rádio Nove de Julho ou o site da Arquidiocese, sempre haverá opiniões diversas e muitas críticas.

Quero resgatar, na conclusão desta dissertação, o espírito de unidade que deve ter a instituição. Nascida na diversidade, se aproveitando dos diversos carismas de seus membros, devemos lembrar que apoiando ou não (seja lá por qual motivo), é mister neste tempo, unir forças para resgatar a aceitação por parte do clero da

Arquidiocese ao *O São Paulo*. Já é tão difícil evangelizar para uma sociedade imediatista, individualista, pouco interessada no que a Igreja tem a oferecer. Se dermos às costas ao informativo, tendemos a piorar ainda mais nossa situação. Há muitas críticas em relação ao jornal *O São Paulo*, mas quem está disposto a ajudar? A divisão não é saída pra a crise em que se encontra a Igreja em relação à sua doutrina, à sua aceitação na sociedade. Por causa das divisões de mentalidade temos empobrecido em relação à evangelização. Os ricos recursos ministeriais do corpo de Cristo estão dispersos. Um só homem não reúne em si mesmo todos os dons e ministérios, no entanto, podemos e devemos aplicar esses ensinamentos dentro da sociedade para que suscite mais colaboradores: e isso só é possível dentro da dinâmica da comunicação. Estamos desarticulados. Não funcionamos como um corpo. A diversidade da Igreja está na sua gênese, no entanto, tão somente em unidade é que poderemos cumprir com nossa missão integral no mundo.

É dever dos pastores incentivar o uso correto dos meios de comunicação para que melhor se viva o Apostolado no mundo pós-moderno. Para tanto, é preciso, primeiramente, que estes mesmos pastores saibam relacionar-se com os meios de comunicação sem medo e preconceitos. O fato é que a grande maioria do clero é inimiga das mídias atuais de comunicação, principalmente da internet. *Twitter, blog, fotoblog, orkut, facebook, MSN*, são fantasmas que assustam de bispos até alguns seminaristas. De fato, podem ser armadilhas se mal utilizados, mas na dinâmica da vida, o que não é? A juventude, principalmente, não se vê mais lendo livros impressos. Estes se apresentam na internet e vão direto para seus “*Palmtops*”. As reuniões são confirmadas pelo site de relacionamento *Orkut*, e divulgadas por ele também. Fotos são compartilhadas na mesma velocidade em que são captadas pelas máquinas digitais e/ou nos celulares, e jogadas na rede para visualização do mundo. É

preciso saber ler os fatos e poder fazer juízos de valores conscientes. A comunicação é inimiga de quem não sabe utilizá-la. Medo de falar em público, desconforto ao microfone, desconhecimento de hardware, não podem mais fazer parte da vida de homens e mulheres que se dispõem ao anúncio do Evangelho em pleno século XXI.

Todos os filhos da Igreja colaborem com o espírito verdadeiramente comunitário na utilização dos meios de comunicação social para o apostolado. Façam-no sem demora e com maior empenho, pois se trata de uma tarefa urgente, na qual devem se antecipar às iniciativas contrárias, especialmente nas regiões em que o progresso religioso e a moral mais exigem.<sup>248</sup>

Faz-se urgente dentro das casas de formação e nos ambientes acadêmicos a formação dos candidatos ao sacerdócio e à vida consagrada para que saibam utilizar-se adequadamente, dentro da moral cristã, dos meios de comunicação existentes em seu tempo. Se não se puder nas casas, é necessário promover a participação em cursos, seminários, laboratórios práticos, para dar condições aos mesmos de ler nas entrelinhas as mensagens subliminares que existem nos meios impressos, televisivos e na rede. “Encaminhando os levitas a uma avaliação mais adequada dos meios de comunicação social e a utilização pastoral dos mesmos.”<sup>249</sup> Comunicação é relação. Uma boa formação no início da caminhada vocacional do jovem, prepara-os para que possam uma vez sacerdotes e/ou religiosos estar intimamente ligados com as novas mídias, tendo condições de utilizá-las adequadamente em seu ministério. A solução está nas bases!

---

<sup>248</sup> PAULO VI. *Inter Mirifica*. Decreto do Concílio Vaticano II sobre os meios de comunicação social. São Paulo: Paulinas, 2002.p.15.

<sup>249</sup> O SÃO PAULO. *Diretrizes da Igreja para a formação do futuro clero referente aos meios de comunicação social*. n.467 – 10/01/1965, p.05. Documento promulgado pela S. Congregação dos Seminários e das universidades e dos Meios de Comunicação Social. O documento é uma prévia do decreto *Inter Mirifica*, que no período, ainda não tinha chegado ao Brasil.

Investir na formação é uma atitude em longo prazo, é preciso pensar no agora e lançar o olhar mais objetivamente para a cidade em que moramos. E, dentro da dinâmica de proposta de anúncio da Palavra de Salvação, faz-se necessário investir na proliferação da Pastoral da Comunicação na Igreja particular de São Paulo.

Vejo a Pastoral da Comunicação com muita esperança. Cresce a consciência de que a Igreja deve comunicar-se e deve comunicar. Ela deve apresentar-se ao mundo, falar de si, mostrar seu rosto, sua riqueza espiritual. E deve comunicar o Evangelho ao mundo. É sua missão. Ela possui seus próprios meios de comunicação: O jornal *O São Paulo*, a rádio Nove de Julho, o site e o folheto litúrgico Povo de Deus em São Paulo. Precisa articular esses quatro meios. Precisa também fazer uso das novas mídias que criam comunidades sociais.<sup>250</sup>

Em âmbito comunitário (paroquial) é a partir da PASCOM que a Igreja poderá se fazer presente na cidade. É uma pastoral que tem por meta fazer com que dialoguem fé e cultura (conhecendo, estudando, e esclarecendo os diversos documentos oficiais da Igreja); que cria um clima de sinergia entre diferentes iniciativas no campo da comunicação, de modo que possam convergir para um mesmo objetivo; estimula o espírito de colaboração entre as pastorais, movimentos e ministérios e serviços; que pensa na formação dos comunicadores; promove acesso a publicações católicas e formativas. Um dos objetivos principais do Plano de Pastoral da Arquidiocese é a mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade para assumir a cultura midiática.<sup>251</sup> Se por um lado devemos investir na formação em âmbito interno, é preciso abrir-se para a participação do leigo no apostolado da comunicação, dando

---

<sup>250</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assuntos de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

<sup>251</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *10º Plano de Pastoral*. Op. Cit. p.65-66.

oportunidades, abrindo espaços: “os leigos que participam do uso desses meios procurem dar testemunho de Cristo, em primeiro lugar, exercendo suas funções com competência e ardor apostólico, mas também ajudando diretamente na ação pastoral da Igreja, do ponto de vista de suas capacidades técnicas, econômicas, culturais e artísticas.”<sup>252</sup> E neste aspecto é preciso dar vez às PASCOM’s diocesanas.

O que foi dito em nível local vale para o Vicariato da Comunicação. Como órgão diocesano, ele deve promover a criação de Pastorais de Comunicação em toda a Igreja local, bem como zelar para que as mesmas sejam mantidas. Importa, para isso, ter uma equipe diocesana de comunicação que esteja em sintonia com a coordenação pastoral, a fim de desenvolver o processo de planejamento de forma participativa e integrada. No entanto, a experiência prova que este organismo está falho, pois, como fora dito anteriormente, a cultura dos padres é a de não investir, ou investir “quando der” na criação de uma pastoral de comunicação na sua paróquia. Em contrapartida, as que possuem não encontram apoio nas Regiões Episcopais, pois, em São Paulo, por exemplo, não existe um núcleo de PASCOM em nenhuma das seis regiões episcopais que formam a Arquidiocese. Sem elas, como o Vicariato da Comunicação poderá exercer sua função?

Eu tenho boas expectativas em relação à comunicação na Arquidiocese. As perspectivas de atuação são muito promissoras. Além da reformulação do Vicariato – que está permitindo uma renovação no Setor de Comunicação –, nós temos uma direção nova na rádio Nove de Julho, o jornal *O São Paulo* está com projeto de mudanças, o site está sendo redesenhado numa plataforma mais moderna e será atualizado pelo menos três vezes por dia. Enfim, são

---

<sup>252</sup> PAULO VI. Inter Mirifica. *Decreto do Concílio Vaticano II sobre os meios de comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 2002. p.15.

muitas novidades que prometem fazer do futuro um futuro bom. Também temos o Documento de Aparecida e agora o Congresso de Leigos. Eu vejo tudo isso junto como um verdadeiro Kairós. E eu não perderei as oportunidades de modernizar nossa comunicação.<sup>253</sup>

O jornal *O São Paulo*, por conta da significativa história que traçou, merece um futuro promissor e uma continuidade à altura de seu passado. É hora de unir forças, de agir enquanto corpo e tomarmos uma atitude para que a responsabilidade de anunciar o Cristo a essa imensa Arquidiocese a partir dos meios de comunicação não caia nos braços de um pequeno grupo de pessoas.

A amada Arquidiocese de São Paulo tem enormes potencialidades. Precisa converter-se para ampla, moderna, eficiente comunicação. Precisa investir em estruturas e pessoas. Reunir executivamente presbíteros, diáconos, Leigas(os), Religiosas(os) que estão nos MCS para elaboração de um Plano de Ação nos MCS. De maneira especial, OSP e rádio 9 de julho clamam por ampla reforma.<sup>254</sup>

Para que haja uma realização de todos esses planos, é necessária uma vivência de espiritualidade que atinge o ser humano por inteiro, em todo o seu ser, e faz dele ao mesmo tempo contemplativo e missionário, exigência de quem evangeliza hoje no campo da comunicação. De fato, para uma missão eficaz, seja na formação do futuro clero, na ajuda do trabalho dos leigos, na criação da Pascom diocesana e na missão do Vicom, é preciso estar com Jesus na Jerusalém onde tudo acontece, no dia-a-dia, no “areópago” e também em “Emaús”, onde o Cristo se revelou no partir o pão! Dessa forma, Eucaristia e Palavra se tornam a fonte para que o projeto do Reino aconteça a partir do seguimento de

---

<sup>253</sup> Rafael Alberto Alves dos Santos, Secretário Executivo do Vicariato das Comunicações. Entrevistado em 20/08/2010.

<sup>254</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau, SC. Entrevistado em 13/07/2010.

Jesus, Caminho, Verdade e Vida, numa comunicação profética e comprometida com uma sociedade humana, cristã e solidária.

A Arquidiocese precisa ainda ser presença pastoral no mundo das comunicações. Para isto existe o Vicariato da Comunicação. Como Vigário Episcopal para a Pastoral da Comunicação, espero ajudar a Igreja em São Paulo a comunicar-se sempre melhor ad intra (Bispos, padres e fiéis) e ad extra, proclamando a boa nova de salvação à cidade.<sup>255</sup>

Tudo isto é possível com a condição de que, como Igreja, nos convertamos promovendo pastoral no mundo digital, abraçando todos os outros MCS colocando-os a serviço da evangelização. Conversão, com a graça de Deus, investindo em pessoas capacitadas, criando condições financeiras e estruturais para eficaz presença evangelizadora nos e através dos MCS hoje e no futuro. Isto tudo é possível, através de decisão firme e abrangente . Que o patrono da Arquidiocese, o comunicador Apóstolo Paulo nos incentive e a todos ajude.<sup>256</sup>

---

<sup>255</sup> Cônego Antônio Aparecido Pereira é Vigário para assunto de Comunicação Social da Arquidiocese de São Paulo – Entrevistado em 24/08/2010.

<sup>256</sup> D. Angélico Sândalo Bernardino. Bispo emérito de Blumenau – SC. Entrevistado em 13/07/2010.

## **ANEXOS**

# EVOLUÇÃO DO JORNAL O SÃO PAULO EM SUAS CAPAS

Publicado desde 1890  
"DIÁRIO DE NOTÍCIAS E OPINIÃO"  
R. Marquês de São Carlos, 11 - J. Paulistana

# O SÃO PAULO

• Uma vez por dia em São Paulo  
compreender e sentir a realidade  
fazendo parte do mundo das opiniões  
colocando ao dia de cada um o que  
há de melhor.

Diário Oficial do Arcebispo de São Paulo  
Cidade de São Paulo, Rua do Ouvidor, 17 - Tel. 23.000 - Preço 22.000  
Ano 76 - Número 1517 - 1960 - Maio 15 - 1960 - Preço 22.000

## Concílio Ecumênico em 1961?

CONCÍLIO ECUMÊNICO EM 1961? — INICIA-SE A SEGUNDA FASE DOS TRABALHOS

Os trabalhos do Concílio Ecumênico em 1961, que se iniciam em 1961, serão realizados em duas fases. A primeira fase, que se realizou em 1960, teve como objetivo principal a preparação dos documentos que serão discutidos e aprovados pelo Concílio. A segunda fase, que se iniciará em 1961, terá como objetivo principal a discussão e a aprovação dos documentos.

Os trabalhos do Concílio Ecumênico em 1961, que se iniciam em 1961, serão realizados em duas fases. A primeira fase, que se realizou em 1960, teve como objetivo principal a preparação dos documentos que serão discutidos e aprovados pelo Concílio. A segunda fase, que se iniciará em 1961, terá como objetivo principal a discussão e a aprovação dos documentos.

Os trabalhos do Concílio Ecumênico em 1961, que se iniciam em 1961, serão realizados em duas fases. A primeira fase, que se realizou em 1960, teve como objetivo principal a preparação dos documentos que serão discutidos e aprovados pelo Concílio. A segunda fase, que se iniciará em 1961, terá como objetivo principal a discussão e a aprovação dos documentos.

4 FASE PREPARATÓRIA DO CONCÍLIO ECUMÊNICO — O Concílio Ecumênico em 1961, que se iniciará em 1961, será realizado em duas fases. A primeira fase, que se realizou em 1960, teve como objetivo principal a preparação dos documentos que serão discutidos e aprovados pelo Concílio. A segunda fase, que se iniciará em 1961, terá como objetivo principal a discussão e a aprovação dos documentos.

## Outra espécie de calamidade

Uma espécie de calamidade que se está a manifestar em São Paulo é a falta de água potável. A situação é crítica, e as autoridades locais estão tomando medidas para resolver o problema.

Uma espécie de calamidade que se está a manifestar em São Paulo é a falta de água potável. A situação é crítica, e as autoridades locais estão tomando medidas para resolver o problema.

Uma espécie de calamidade que se está a manifestar em São Paulo é a falta de água potável. A situação é crítica, e as autoridades locais estão tomando medidas para resolver o problema.

## Colaboração entre a Igreja e o Estado

A colaboração entre a Igreja e o Estado é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Ambas as instituições devem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da população.

A colaboração entre a Igreja e o Estado é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Ambas as instituições devem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da população.

A colaboração entre a Igreja e o Estado é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Ambas as instituições devem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da população.

Colaboração entre a Igreja e o Estado é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Ambas as instituições devem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da população.

Colaboração entre a Igreja e o Estado é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Ambas as instituições devem trabalhar em conjunto para promover o bem-estar da população.

"O MÉDICO ACONSELHA"

"NOTÍCIAS DO VATICANO"

Cooperar com a Imprensa Diocesana é dever dos católicos. Ajude-nos a manter e propagar "O SÃO PAULO"

Capa do Jornal O São Paulo – 1960

# Promulgada a Nova Carta Magna do Brasil

## S. Paulo recepcionou a Imagem Milagrosa de N. S. Aparecida: Começa o seu Jubileu



S. Paulo, 28 de janeiro de 1967 — N.º 371 — 485 120

### Mensagem Papal para o Congresso Católico Brasileiro de Medicina



### CONGRESSO CATOLICO BRASILEIRO

Na solenidade de encerramento do Congresso de Medicina realizado em S. Paulo, o Cardeal Dom Agnelo Rossi fez a mensagem enviada pelo Secretário de Estado, em nome do Papa Paulo VI, aos participantes do importante certame.

### O Presidente da República recebe com júbilo a Carta promulgada

Em 1967, o Brasil vive um momento histórico. O povo brasileiro, através de seu representante eleito, o Presidente da República, aprovou a nova Constituição da República. Este ato representa a expressão da vontade popular e a afirmação da soberania nacional. O Presidente da República recebeu com júbilo a nova Carta Magna, promulgada em 24 de janeiro de 1967.



Novo estuário de águas salgadas e Estado do Rio com perspectivas de aproveitamento turístico. Na foto, o melhor lote de paratourismo lançado pela Terra dos Apis



### Mensagem do Santo Padre no dia 25

Mensagem do Santo Padre no dia 25 de janeiro de 1967. O Santo Padre expressa sua alegria e gratidão pelo povo brasileiro que, através de seu representante eleito, aprovou a nova Constituição da República. Ele encoraja o povo brasileiro a continuar trabalhando para o bem da pátria e da humanidade.

### REATIVA-SE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A campanha da fraternidade, promovida pelo Conselho Nacional de Fraternidade, reativa-se neste ano. O objetivo é promover a união e a solidariedade entre os brasileiros, visando ao bem comum e ao desenvolvimento do país.

### TITULO IV DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 160 — A família é o núcleo básico da sociedade. É formada pelo casamento ou pela união estável, havendo, em ambos os casos, igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges. O casamento celebrado antes da promulgação da Constituição é válido e produz todos os efeitos legais, ressalvada a possibilidade de anulação por vício de vontade. O casamento celebrado após a promulgação da Constituição produz todos os efeitos legais, ressalvada a possibilidade de anulação por vício de vontade. O casamento celebrado após a promulgação da Constituição produz todos os efeitos legais, ressalvada a possibilidade de anulação por vício de vontade.

### RHEUMOL

São dores lombares, reumatismo, neurálgia

— uso RHEUMOL —

na criança

RHEUMOL

### ARTE SUL

VITRAIS E MOSAICOS

HEILMAIR & CIA. LTDA.

HIPNOSE  
E  
MATERIALIZAÇÃO  
Página 3

# O SÃO PAULO

FUNDAÇÃO METROPOLITANA PAULISTA SEMANARIO ANO XIII S. PAULO 25 DE DEZEMBRO DE 1968 N.º 671 - Nº 6,25

## PRISÃO DE PADRES: EXPULSÃO VIOLA "DIREITOS DO HOMEM"

Página 2



SANTOS  
O  
COLOSSO

NOVIDADES  
DA  
EUROPA



O COUPÉ HALEPATI GHIBLI, E O FABRILLO MOTOLO QUE ESTAMOS APRESENTANDO NESTE NÚMERO, E OS LECTORES SABEM QUE OS DESENHOS DAS CARROCARIAS DOS AUTOMOVEIS ITALIANOS SÃO AS MAIS LINDAS QUE SE SE CRIAM NA INDUSTRIA AUTOMOBILISTICA. O DESENHO É DE GHIA - Página 8

Página 4

O  
SÃO PAULO  
DA  
PREMIOS

Página 5

SEXO, IGREJA E MILITARES



DOMINGO CIRCULAREMOS EM SANTOS

# O SÃO PAULO

SEMANÁRIO — Análise Anual Cr\$ 50,00

São Paulo, 1.ª e 7.ª de dezembro de 1973 — N.º 929

Numero Anual Cr\$ 0,80 — Ano XVII

## SILENCIO DA RADIO NOVE DE JULHO CLAMOR POPULAR

1973. O silêncio radiofônico de São Paulo, em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, foi interrompido por uma transmissão de rádio de São Paulo em homenagem ao aniversário de fundação da cidade, em 1973.

1973. O silêncio radiofônico de São Paulo, em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, foi interrompido por uma transmissão de rádio de São Paulo em homenagem ao aniversário de fundação da cidade, em 1973.

1973. O silêncio radiofônico de São Paulo, em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, foi interrompido por uma transmissão de rádio de São Paulo em homenagem ao aniversário de fundação da cidade, em 1973.

1973. O silêncio radiofônico de São Paulo, em comemoração ao aniversário de fundação da cidade, foi interrompido por uma transmissão de rádio de São Paulo em homenagem ao aniversário de fundação da cidade, em 1973.

## Dia Mundial do Imigrante

São Paulo terá grande homenagem em 20 de julho, nacionalizando o aniversário de 20 de julho, o Dia Mundial do Imigrante. O Conselho Dom Paulo Evaristo Arns preside a grande celebração. Escrita por José de Castro, publicada na página de São Paulo, 1.ª e 7.ª de dezembro de 1973.



## Deputado paulista contra "Gigantesca máquina de propaganda anti-natalista"



## A luta pela Universidade

Enquanto para muitos estão chegando as férias de fim de ano, para milhares de jovens de ambos os sexos, é o tempo quente dos Exames Vestibulares, necessários para a de acesso às Universidades. Somente a USP, PUC, a MAC de nossa Capital, receberam mais de 50 mil candidatos aos seus diversos cursos superiores. Com essas e outras instituições universitárias São Paulo é não apenas a Capital do Trabalho mas, também, a Metrópole da Cultura. Certo é que na foto ao lado, a maioria dos jovens vai descontrair diretamente nos grandes locais da decisiva maioria para a Universidade.

Intervindo à frente do governo São Paulo, o deputado paulista contra a "gigantesca máquina de propaganda anti-natalista".

### Jubileu Sacerdotal

... e Vitorino Cerri, do Arcebispo de São Paulo, em 1973, o aniversário de 50 anos de sua ordenação sacerdotal. O texto continua com detalhes sobre o jubileu e a participação de outros sacerdotes.

## Experiências pastorais Encontro ecumênico ao serviço da pastoral

Pe. A. C. Carmelito

TEM ABRAÇO DO SAO PAULO...  
FEBREIRO DE 1973...  
O encontro ecumênico ao serviço da pastoral...  
O encontro ecumênico ao serviço da pastoral...  
O encontro ecumênico ao serviço da pastoral...

### A nova geração Vossos filhos e filhas profetizarão!

Pe. Zezinho SCI

Não se preocupe, que todos participaram de uma das...  
A nova geração...  
A nova geração...  
A nova geração...

### Papa abençoa Igreja de Deus em São Paulo

No dia 7 de julho pp. via Rádio...  
Papa abençoa Igreja de Deus em São Paulo...  
Papa abençoa Igreja de Deus em São Paulo...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

**MOMENTOS (COMO DE)**  
AMBOR FELICIANO...  
MOMENTOS (COMO DE)...  
MOMENTOS (COMO DE)...

**ESPERANÇA DE SAHIB**  
CULHANA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...  
ESPERANÇA DE SAHIB...

**DO FÁBRIOLA**  
Espetáculo de Fabríola...  
DO FÁBRIOLA...  
DO FÁBRIOLA...

Em 1973, excepcionalmente, o jornal altera seu formato para tablóide.

DIREITOS HUMANOS ENTRE AS PRIORIDADES DO EPISCOPADO

PROBLEMA BASCO NA ESPANHA É TEMA DE ANÁLISE

Uma análise do conflito basco e peninsular, a situação do movimento basco, os direitos humanos especialmente dos bascos e espanhóis...

Uma análise do conflito basco e peninsular, a situação do movimento basco, os direitos humanos especialmente dos bascos e espanhóis...

Uma análise do conflito basco e peninsular, a situação do movimento basco, os direitos humanos especialmente dos bascos e espanhóis...

ABERTURA DE SUEZ SO É INADEQUADA ÀS POTÊNCIAS

A abertura do Canal de Suez, após de vinte anos, é considerada inadequada às potências...

PAULO VI DENUNCIA DESVIOS DA COMUNICAÇÃO

Paulo VI denuncia desvios da comunicação, afirmando que a comunicação deve ser um instrumento de paz...

JUSTIÇA E PAZ TEM RESPOSTA DO PROCURADOR

A resposta do procurador à questão de justiça e paz, afirmando que a justiça é a base da paz...

A NOVA DIMENSÃO DAS IGREJAS ORIENTAIS

A nova dimensão das igrejas orientais, afirmando que as igrejas orientais estão vivendo um momento de renovação...



Este é o Palácio do Colégio, remanescente histórico de São Paulo, cuja presença é um símbolo da história e da civilização desta cidade...

FEIRA DE ARTESANATO NO IBIRAPUERA

A Feira de Artesanato no Ibirapuera, apresentando produtos artesanais de diversas regiões do Brasil...



Os jovens artistas na sua obra e largo ambiente do Ibirapuera.

PAULO VI RESSALTA A FIDELIDADE MISSIONÁRIA

Paulo VI ressalta a fidelidade missionária, afirmando que a missão é um chamado à fidelidade e ao serviço...

# O SÃO PAULO

São Paulo, 8 e 14 de janeiro de 1977  
SEMANARIO - Assinatura Cr\$ 150,00

Ano XX

N.º 1087  
Número avulso Cr\$ 2,50

## CNBB AFIRMA: NÃO CONFUNDIMOS A PAZ VERDADEIRA COM O SILÊNCIO IMPOSTO PELO MEDO



"O Dia da Paz, que em todo o mundo se celebrará a 1.º de janeiro, seria uma celebração vã, se ela não se exprimisse através de uma decisão sincera por promover a paz. A paz não acontece como um fenómeno natural, como a chuva ou a primavera. Ela se conquista por um esforço pacífico e permanente de todos, que, para ser coroado de êxito, tem condições e exigências precisas.

A primeira é a certeza de que a paz é possível. É esta a grande certeza reconfortante que o Santo Padre procura transmitir em sua mensagem a todo o mundo. Nossa Pátria tem condições privilegiadas para confirmar esta certeza e para desmentar ao mundo que é possível atender pacificamente às exigências de um desenvolvimento pleno e integral. O Brasil, com efeito, resolveu na paz problemas que ainda hoje dilaceram outras nações, e superou inúmeras crises que emagreceram outros países. Nosso povo tem inúmeras reservas pacíficas de paciência e de esperança, embora essas reservas não sejam inesgotáveis.

A segunda condição exige de nós uma conversão interior, um desarmamento do espírito, que nos leve a estender a mão a todos os nossos irmãos, de coração aberto. Contrariamente ao que pensaram os antigos, em outras circunstâncias, hoje a paz não se constrói preparando a guerra. A paz se constrói tornando a guerra inviável, e a guerra se despoja interiormente de nossos ódios, de nossos rancores, de nossos preconceitos e prevenções. Temos certeza de que a paz é um anelo profundamente arraigado no coração de todos. Não temos dúvida de que, na construção da paz, as intenções são sempre maiores do que as realizações, e isto é para todos nós um motivo de esperança. Mas cremos que também temos o direito de pedir que acreditem nas nossas intenções e que se exclua definitivamente a tenaz e absurda prevenção de taxar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos.

É esta a herança e imperiosa condição de paz, que, como nos inculca o Papa, é não só possível mas obrigatória. A paz não é apenas uma possibilidade, mas um dever, do qual temos de nos despenhar não somente com palavras, mas com obras. É com obras que procuramos demonstrar a sinceridade de nosso esforço. E a paz que buscamos em toda nossa atividade pastoral. Quando nos empenhamos na promoção dos humildes, neste vasto Brasil missionário, quando nos solidarizamos com todos os marginalizados pela expansão das fronteiras internas, mesmo quando, no cumprimento de nossa missão profética, denunciarmos os abusos do poder, é a paz que cordalmente procuramos. Porque não pode haver paz sem justiça, e não pode haver justiça sem a segurança do direito que garante a todos as possibilidades reais de colaborar na realização do bem comum, aceitando os sacrifícios indispensáveis equitativamente suportados e participação com equidade nos frutos do trabalho comum. Toda força exercida fora deste direito é violência, e a paz não se constrói com a violência, que gera o ódio e as discórdias entre os irmãos. Não confundimos a paz verdadeira com o silêncio imposto pelo medo das represálias arbitrárias. Não desejamos uma paz de cemitérios, mas uma paz que defenda a vida, em todos os seus aspectos físicos e morais. E esta a paz que desejamos e em cuja construção nos comprometemos a colaborar. Queremos a paz que se constrói na alegria, no amor, na confiança e na participação de todos. Queremos uma paz que nos leve a uma união íntima e profunda entre os irmãos, na contínua construção de uma Igreja mais santa e despojada, porque unida pelos vínculos de uma verdadeira caridade, nascida, realmente, no coração de Deus.

Illuminados pela fé, nós cremos que não foi em vão que um Deus se fez homem e apareceu entre nós como uma criança, para nos despojar de toda impiedade e preparar a nossa reconciliação com Deus e com os homens. Junto ao presépio do Senhor, ao qual acorreram a magia dos reis e a humildade dos pastores, fazemos votos que Ele nos faça ouvir de novo a voz dos anjos, anunciando que a glória de Deus no céu se realiza com a paz na terra entre os homens que Ele tanto ama.

## UM PEREGRINO A NOSSA PORTA

É Paulo VI anunciando a paz em sua mensagem de ano novo. A paz não é um sonho, não é uma utopia nem é uma ilusão, diz ele. Veja na página 6

## QUEM OS EXPULSOU ?

É o que pergunta a prelazia do Acre - Purús em nota oficial. O texto da nota, na íntegra, na página 4

## QUEM É O HOMEM DA RUA ?

Um estudo da OAF mostra que há 5 milhões de pessoas marginalizadas em São Paulo. - (Veja última página).

## Ajudar é limitada a conforto espiritual

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

## Como aprendem a lidar com os preconceitos

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

## Unicef condena mortes

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

## Leia também

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".

...do doente. E não se trata de um ato de caridade, mas de um ato de justiça. Como se diz na Bíblia: "A justiça não se deixa enganar pelo amor".



Unicef alerta: com investimentos é possível diminuir o assombroso número de mortes de crianças

## Movimento popular adere ao Curso de Verão



Com a presença de 700 representantes dos movimentos populares de todo o País, está sendo realizado na FUC o 8º Curso de Verão. O evento é promovido pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep). Num grande mutirão, os participantes se envolvem em oficinas (foto), cursos, assistem palestras e debatem "a cidade, um desafio para os Igrejas e movimentos populares". Um dos destaques apresentados foi o trabalho desenvolvido pelo padre João Batista Libanio na Arquidiocese de Belo Horizonte, intitulado "Construir a Esperança".

## Adiada estreia da Rede Vida

Foi adiado, provavelmente para abril, o início das transmissões da Rede Vida de Televisão, chamada de primeira "televisão católica" do país. Na última assembleia do Inbrac, dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, defendeu uma programação aberta.

## Agoniza o sistema de saúde

A saúde vai mal. A solução encontrada pelo prefeito Maluf, de terceirizar os serviços do sistema de saúde pública, impondo uma cooperativa a ser criada pelos médicos, é comentada pelo coordenador nacional da Pastoral da Saúde, padre Leo Pexini.

## Uma vida para os excluídos



Em clima de festa, as Missionárias de Jesus Crucificado realizam em Campinas o 12º capítulo da congregação, uma das poucas nascidas no Brasil. No dia 20 comemoraram em missa (foto) os 50 anos de vida religiosa da irmã Jersey de Camargo Marques, de 72 anos que trabalha com os excluídos.

# O SÃO PAULO



Semanário da Arquidiocese de São Paulo

Ano 51 • nº 2630 • 23 de janeiro de 2007

www.arquidiocesedesapaulo.org.br R\$ 1,50

## 'Cidade de todos' faz 453 anos

Missa na catedral marca aniversário, que terá também inauguração da nova praça da Sé como presente ao paulistano

A praça da Sé, cartão-postal da capital, será entregue à população totalmente reformada, na quinta-feira, dia 25, quando a cidade completará 453 anos de vida. A inauguração, presidida de missa na catedral, celebrada pelo administrador apostólico da Arquidiocese, dom Manuel Parrado Carral, é parte de um pacote que a prefeitura entrega como presente de aniversário para a população e que inclui duas Áreas – Assistência Médica, 300 unidades, uma escola municipal de ensino fundamental, 21 CEUS, 70 novas escolas, reformas em outras 470 e casas populares.

Página 7

SP 453 ANOS!  
Dom Pedro Luiz fala no "espaço do pastor"

Página 2



Vista aerea do centro da cidade de São Paulo, tendo em primeiro plano a Catedral da Sé, cujas obras de reformas em sua praça, serão entregues à população no dia 25

### O SÃO PAULO

O São Paulo conquista Prêmio Vladimir Herzog



Há dez anos o Papa peregrina pela paz



Capa do jornal, edição de 21 a 27 de outubro de 1988

### O SÃO PAULO completa 51 anos

Fundado em 1956 pelo primeiro cardeal de São Paulo, dom Carlos Carmelo Vescovi, o Meta O SÃO PAULO nasceu "sob as auspícios do apóstolo dos gentios" para refletir a carismática pastoral da Igreja paulistana, que tem sua história confundida com a metrópole. Ao completar 51 anos, o jornal acompanha os desafios contemporâneos que a Igreja tem que enfrentar.

Página 7



### Igreja reza com vítimas do metrô

Dom Pedro Luiz Strengier, bispo no Bósnia, conduziu momento de oração junto a familiares das vítimas da tragédia nas obras da linha 8 do metrô, em Pinheiros, na quinta-feira, dia 17. (Eduo)

Página 5

### Dom Odilo Scherer visita a Amazônia

A Amazônia, que será tema de Campanha de Fretada de 2007, recebeu a visita do secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, que traçou um diagnóstico da situação ambiental e dos povos do interior. Da passagem pela

Diocese de São Gabriel da Cachoeira, o bispo falou com exclusividade a O SÃO PAULO sobre a experiência missionária.

visão da Missão Salesiana de Maturica, que deverá ganhar força com a CE.

Página 12



Dom José Song Sai Wan, bispo da Diocese de São Gabriel da Cachoeira (AM), com crianças da missão Yanomami de Maturica

### Capital do Estado atrai turistas religiosos

O centro velho da cidade de São Paulo é um manancial inagotável de opções para quem quer conhecer o lado da arte sacra e a história de antigas vilas do Piratininga. Templos famosos estão no roteiro dos guias turísticos e não podem deixar de serem visitados. A Catedral da Sé, cartão postal de São Paulo, é o ponto de partida dos visitantes.

Página 8

### 20º Curso de Verão se encerra na PUC, dia 20

Página 12



Patroni em análise no Convento de São Francisco de Assis, no então, com referência a vida do santo

### Abbé Pierre morre na França aos 94 anos

Abbé Pierre, fundador da comunidade Emmaus e uma das mais emblemáticas figuras de luta contra a pobreza, morreu ontem, dia 22, aos 94 anos de idade no hospital de Val-de-

Grace, em Paris, França. Durante a 2ª Guerra Mundial, atuou na Resistência - período em que ajudou muitas pessoas a fugir para a Suíça. Em novembro de 1949, fundou o Movimento de Emmaus, uma comunidade que se consagra à construção de casas provisórias para sem teto, financiada pela venda de objetos de recuperação.

O Movimento de Emmaus possui 84 comunidades com cerca de quatro mil pessoas, em trinta países dos cinco continentes. No Brasil se faz presente em seis estados.



# O SÃO PAULO



Revista de Notícias do Estado de São Paulo

4100 510 • Nº 2810 • 1 a 3 de agosto de 2010

www.osaopaulo.org.br R\$ 1,00



Curso de 40 pontos de atualização de São Paulo em andamento há mais de 10 anos no Seminário Teológico e Pastoral

## TRUSTEUS CONTROVERSA

### Uma pérola de vocacionados

“Quando se trata de vocacionados, não se trata de vocacionados, mas de vocacionados. Assim, quando se trata de vocacionados, não se trata de vocacionados, mas de vocacionados.”

Página 11

## Dom Edmar Otonari reflete sobre pastoral a qualidocessant

Dom Edmar Otonari reflete sobre a qualidocessant da pastoral em um artigo publicado no jornal O São Paulo.

Página 7

## ENTREVISTA

### Luliga, uma fé que impulsiona a fé

“Luliga, uma fé que impulsiona a fé. Ela é a fé que nos dá a coragem de enfrentar os desafios da vida.”

Página 12



Dom Edmar Otonari reflete sobre a qualidocessant da pastoral

# Leigo é foco de encontro do clero

## Em Itaiti, sacerdotes fazem aprofundamento teológico e pastoral com destaque para sua relação com leigos

“O leigo é o protagonista da Igreja. Ele é quem vive a fé no cotidiano e quem transmite a mensagem do Evangelho para o mundo.”

Dom Odilo, bispo de Itaiti, enfatiza a importância do leigo na vida da Igreja.

Dom Odilo também falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

Dom Odilo destacou a importância da relação entre o clero e os leigos.

Dom Odilo falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

Dom Odilo destacou a importância da relação entre o clero e os leigos.



Reunião de trabalho do Conselho de Pastoral da Arquidiocese de São Paulo

## Relatório denuncia casos de tortura

O relatório denuncia casos de tortura em São Paulo, destacando a importância da luta pela justiça social.

O relatório também menciona a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

O relatório destacou a importância da relação entre o clero e os leigos.

O relatório falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

O relatório destacou a importância da relação entre o clero e os leigos.

O relatório falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

## Dom Odilo recorda gesto do cardeal Motta em MG

Dom Odilo recorda o gesto do cardeal Motta em Minas Gerais, destacando a importância da fé e da esperança.

Dom Odilo também falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.

Dom Odilo destacou a importância da relação entre o clero e os leigos.

Dom Odilo falou sobre a importância da formação teológica e pastoral para os sacerdotes.



Dom Odilo recorda o gesto do cardeal Motta em Minas Gerais



Dom Odilo recorda o gesto do cardeal Motta em Minas Gerais

Pastoral Operária comemora 40 anos

Pastoral da Criança realiza formação

Comunidade paróquia celebra 20 anos do ICA

## Igreja de São Paulo celebra 100 anos de existência

A Igreja de São Paulo celebra 100 anos de existência, marcando um momento histórico para a comunidade.

## SOS HAITI

DOAÇÕES EM MONEDA, CASHES, ALIMENTOS PARA O HAITI. Contato: (11) 3061-1111



## Encontro das CEBs para o dia 15 de agosto

O encontro das CEBs será realizado no dia 15 de agosto, com o tema 'A Igreja e o mundo'.

## Brasil pede repetição experimento da Fiepsem SP

O Brasil pede a repetição do experimento da Fiepsem SP, destacando a importância da pesquisa científica.



Brasil pede repetição experimento da Fiepsem SP

# AS PÁGINAS CENSURADAS DO JORNAL O SÃO PAULO

**O SÃO PAULO**

São Paulo, de 26 de Novembro a 2 de Dezembro de 1977  
Número avulso Cr\$ 3,00  
SEMANARIO — Assinatura Cr\$ 200,00  
ANO XXI N.º 1.13

## DOCUMENTO

Mensagem nº 500  
Mandado de Segurança nº 20.146  
Impetrante(s): Fundação Metropolitana Paulista e outro.  
PR — 7.110/77.

**LIBERADO**

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal:

A fim de instruir o julgamento do Mandado de Segurança acima referido, tenho a honra de enviar a Vossa Excelência as anexas informações prestadas pelo Ministério da Justiça.

Brasília, 21 de novembro de 1977.

*Ernesto Geisel*

A Sua Excelência o Senhor  
Ministro CARLOS THOMPSON FLORES  
Digníssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal  
Brasília — DF.

O sr. presidente da República, general Ernesto Geisel respondeu ao ministro Carlos Thompson Flores, presidente do Supremo Tribunal Federal ao pedido de informações sobre o Mandado de Segurança n.º 20.146 impetrado pela Fundação Metropolitana Paulista e pelo senador André Franco Montoro contra a censura ao jornal "O São Paulo".

Nas páginas 6 e 7 a íntegra da mensagem do general Ernesto Geisel. "O SÃO PAULO" hoje está mais rico: duas páginas a mais, um esforço que nos impomos para cumprir o dever de respeito à opinião de todos e ao direito de todos à informação.

### Dia do Migrante: lembra seu herói



Os migrantes, seus números, sua origem, suas doenças, suas mazelas, seu sofrimento, seus doloridos caminhos estão neste número de OSP. Tudo isso porque no dia 27 primeiro domingo do Advento, é o dia do Migrante. No Brasil a data tem sido festejada de forma mais ou menos folclórica (exibição de trajes e danças típicas, festas, etc.). Mas acontece que nem todas as coletividades estrangeiras podem se dar ao luxo de ficar festejando a data. Para grande número dos migrantes a passagem da data nada significa se não forem incluídos, na data das comemorações, estudo, debate e reflexão sobre os problemas sociais que afetam os migrantes. A migração acontece por muitos motivos: Alguns, saem de suas terras por motivos

### Loteamentos

### São Rafael não se acovarda.

### Vai voltar na Imobiliária Robru

... não foram regularizados em razão dos entraves burocráticos na Prefeitura. Na ocasião ficaram sendo que os globos 1 e 2 estão recebendo s... para serem doados a p...

Publicação com cópia do Mandado de Segurança impetrado à Fundação

Metropolitana Paulista – O São Paulo: 26/11 a 02/12/1977. N.º. 1133.

# Geração nova os nossos filhos...

**Primeiro**

PRIMEIRO DE NOVO FÓRUM...  
 O primeiro fórum de discussão sobre o tema "Geração Nova" aconteceu em São Paulo, no dia 14 de maio, na sede do Conselho Nacional de Educação. O encontro contou com a presença de representantes de várias instituições educacionais e do governo federal. O objetivo principal era discutir as novas tendências da educação brasileira e as necessidades da sociedade para a formação de profissionais qualificados. O fórum foi aberto pelo ministro da Educação, Paulo de Azevedo, que destacou a importância de se manterem atualizados os currículos e os métodos de ensino para acompanhar as mudanças sociais e tecnológicas. Durante o evento, foram apresentadas diversas propostas e sugestões para o aprimoramento do ensino fundamental e médio. O fórum terminou com um almoço e a assinatura de um documento que estabelece diretrizes para o trabalho conjunto das instituições participantes.

**Relatório das atividades pastorais em 1973**

Relatório das atividades pastorais em 1973, elaborado pela Comissão de Pastoral da Região Episcopal Leste I, sob a liderança do Rev. Dom João de Deus, Bispo de São Paulo. O relatório apresenta um panorama geral das atividades desenvolvidas nas diversas paróquias e setores da região durante o ano. Destaca-se o crescimento das atividades de evangelização, especialmente através de grupos de jovens, catequese e grupos de oração. Também são mencionadas as iniciativas de promoção social, como a criação de grupos de trabalho comunitário e a realização de eventos culturais e esportivos. O relatório também aborda os desafios enfrentados pelo clero e pelos leigos, bem como as perspectivas para o futuro. O documento é considerado uma importante ferramenta para a avaliação e o planejamento das atividades pastorais para o próximo ano.

**Região Episcopal Leste I**

Região Episcopal Leste I  
**Relatório das atividades pastorais em 1973**

Este relatório detalha as atividades realizadas nas paróquias da Região Episcopal Leste I durante o ano de 1973. O documento é dividido em seções que abordam diferentes aspectos da vida paroquial, incluindo a liturgia, a catequese, a pastoral da família, a pastoral da juventude e a pastoral social. Cada seção contém informações sobre os eventos realizados, os recursos utilizados e os resultados alcançados. O relatório também inclui um capítulo sobre a formação do clero e dos leigos, destacando a importância da educação contínua para a vida pastoral. O documento é assinado pelo Bispo de São Paulo e pelos membros da Comissão de Pastoral da Região Episcopal Leste I.

## Uma visita familiar

## Tronco de adaptação

Uma visita familiar...  
 O tronco de adaptação...  
 O tronco de adaptação é um instrumento utilizado para avaliar o nível de desenvolvimento das crianças em diferentes áreas, como linguagem, habilidades motoras e sociais. Ele é composto por uma série de tarefas e atividades que são realizadas em um ambiente familiar e controlado. O objetivo principal é identificar as dificuldades das crianças e fornecer orientações e suporte adequados para ajudá-las a superar essas dificuldades. O tronco de adaptação é considerado uma ferramenta valiosa para os profissionais da saúde e da educação, pois permite uma avaliação abrangente e personalizada de cada criança. Além disso, ele também pode ser utilizado como uma ferramenta de acompanhamento para avaliar o progresso das crianças ao longo do tempo.

## Região Episcopal Leste I

## Relatório das atividades pastorais em 1973

**Região Episcopal Leste I**  
**Relatório das atividades pastorais em 1973**

Este relatório apresenta um resumo das atividades pastorais realizadas na Região Episcopal Leste I durante o ano de 1973. O documento é dividido em seções que abordam diferentes aspectos da vida paroquial, incluindo a liturgia, a catequese, a pastoral da família, a pastoral da juventude e a pastoral social. Cada seção contém informações sobre os eventos realizados, os recursos utilizados e os resultados alcançados. O relatório também inclui um capítulo sobre a formação do clero e dos leigos, destacando a importância da educação contínua para a vida pastoral. O documento é assinado pelo Bispo de São Paulo e pelos membros da Comissão de Pastoral da Região Episcopal Leste I.

## Região Episcopal Norte

## Pastoral da Juventude

**Região Episcopal Norte**  
**Pastoral da Juventude**

Este relatório apresenta um resumo das atividades da Pastoral da Juventude realizadas na Região Episcopal Norte durante o ano de 1973. O documento é dividido em seções que abordam diferentes aspectos da vida dos jovens, incluindo a liturgia, a catequese, a formação e a promoção social. Cada seção contém informações sobre os eventos realizados, os recursos utilizados e os resultados alcançados. O relatório também inclui um capítulo sobre a formação dos jovens, destacando a importância da educação e da participação ativa na vida da Igreja. O documento é assinado pelo Bispo de São Paulo e pelos membros da Comissão de Pastoral da Região Episcopal Norte.

**Marmoraria DUARTE**  
 Mármores e Granitos Naturais de Todos Co. Tipos Para Todo o Brasil.  
 Telefones: 21.432 e 21.216  
 RUA GILCERIO, 215

**JÁ RENOVOU SUAS ASSINATURAS PARA 1973?**

O SÃO PAULO Cr\$ 40,00  
 L'OSSERVATORE ROMANO AEREA Cr\$ 80,00  
 BOLETIM INFORMATIVO DO CIEC Cr\$ 120,00

Para qualquer das três assinaturas Rua Wenceslau Braz, 78 - 1º andar São Paulo - Centro

**Faculdade de Filosofia Ciências e Letras**

INSCRIÇÕES ABERTAS VESTIBULAR

AV. NAZARETH 993 Fones: 273-4120 e 63-1699

- LÍNGUA
- HISTÓRIA
- FILOSOFIA
- PEDAGOGIA
- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

**JÁ RENOVOU SUAS ASSINATURAS PARA 1973?**

O SÃO PAULO Cr\$ 40,00  
 L'OSSERVATORE ROMANO AEREA Cr\$ 80,00  
 BOLETIM INFORMATIVO DO CIEC Cr\$ 120,00

Para qualquer das três assinaturas Rua Wenceslau Braz, 78 - 1º andar São Paulo - Centro

**CONSTRUIR COMUNICANDO**

SE V. QUIER ATUALIZAR-SE, CONHECER MELHOR O EVANGELHO, VIVE-LO INTENSAMENTE E TRANSMITÍ-LO SINTONIZE A

**RÁDIO NOVE DE JULHO**

SÃO PAULO — 540 KHz  
 SEMPRE AOS DOMINGOS DAS 17 AS 17.30 HORAS

**Faculdade de Filosofia Ciências e Letras**

INSCRIÇÕES ABERTAS VESTIBULAR

AV. NAZARETH 993 Fones: 273-4120 e 63-1699

- LÍNGUA
- HISTÓRIA
- FILOSOFIA
- PEDAGOGIA
- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Após liberação com corte, as matérias do jornal diminuíam. Para ocupar o seu espaço eram colocados anúncios: "Já renovou suas assinaturas para 1973?"

# ou paga a prestação"

REGINA HELENA

"FALHEI DE NOVU A PRESTACAO DA CASA... MA, PELA MINHA CONDIÇÃO... PAGANDO OU NAO, A GENTE SEMPRE ATRASS... TRES MESES JA PAGUEI, QUER QUE COMPROVE... OLERA OS RECIDOS: CEM CONTOS POR MES... E AGORA ENDA ME FAZEM PAGAR NOVE COM NOVE FORA, JETROS, INVIDENDO... MAIS CORRIDA, TALA E INIGREDEM... SE EU PAGO OS NOVE QUE ENDA ESTAO DEVENDO, VOU ACABAR DEVENDO OITENTA E CIN..."

Esta é uma fala do personagem "Xulé", na peça "Gota D'Água", de Paulo Pontes e Chico Buarque de Holanda, que o Teatro Aquarius está apresentando em São Paulo, depois de ter ficado muitos meses em cartaz no Rio de Janeiro.

E, depois, ele continua:

"A gente vive nessa divisão

Se subtrai, se multiplica, soma,

no fim, ou come, ou paga a prestação."

"Gota D'Água" é a tragédia de "Medeia", que um grego famoso — Eurípides — imortalizou no teatro há muitos e muitos séculos. E que Paulo Pontes e Chico Buarque de Holanda transportaram para um conjunto habitacional carioca. O pano de fundo para um caso de triângulo amoroso — a paixão de Medeia por Jasão, que acaba arranjando uma esposa mais nova e rica — é o problema habitacional: o problema dos que não conseguem pagar até o fim as prestações da casa.

"Joana" (a Medeia carioca) vive com Jasão, um compositor popular. Ela é muito mais novo do que ele. Um dia, Jasão resolve se casar — de papel passado — com a filha do rico dono do conjunto habitacional onde todos moram. A fúria de Joana se dirige a todos: a Jasão, que abandonou a ela e as duas crianças, ao futuro sogro de Jasão (Creente), à futura mulher de Jasão (Alma). Paralelamente ao drama passionai, o drama social: os moradores do conjunto habitacional não conseguem pagar as prestações dos apartamentos que compraram, porque o sistema BNH compreende jogos e correção monetária.

E, então, está certa a frase de "Xulé":

"... no fim, ou come, ou paga a prestação".

Isso é verdade? Acontece com muita frequência? De quem é a culpa? O Sistema de Financiamento do BNH é falho? É errado? É injusto?

## O PROBLEMA É AMPLO

Para o jornalista Décio Pedrosa, que escreve sobre Economia, "o problema não é do sistema de financiamento do BNH. O problema está ligado ao fato de não haver uma distribuição justa da renda. Uma crítica direta ao sistema do BNH é estranha. Não há razões para que o BNH seja uma instituição de benevolência. Não pode ser, e não deve ser. A crítica teria que abranger um aspecto mais amplo: renda, inflação, custo de vida, salários que não acompanham a inflação".

## RENDA BAIXA

Nos Cadernos do CEAS — Centro de Estudos de Ação Social — publicado em Salvador, Bahia, há um artigo (n.º 43, página 44), "A Política Habitacional Posta em Questão" no qual se vê que o jornalista Décio Pedrosa não é uma voz isolada. O problema é, mesmo, muito mais amplo.

Vejam o pronunciamento de Maurício Schulman, presidente do BNH, no Senado Federal, em

sua posição criar condições para que as famílias de menor renda possam adquirir a sua casa, mas não tem condições e nunca prestou o serviço de construção em si, de uma casa, viesse a resolver o problema financeiro de uma família pobre".

E mais adiante, no mesmo artigo, lê-se o seguinte:

"A pergunta que nunca foi feita em profundidade é sobre a renda do trabalhador brasileiro, que sofreu uma queda acentuada nos últimos anos. Como resolver o problema da habitação se, com a renda que tem, não pode resolver uma série de outros problemas mais importantes? Se há carência de condições no que se refere às condições habitacionais — e isso é um fato — existem deficiências bem maiores (ou semelhantes) em outros setores, também sem resposta há muito tempo".

## ONDE AS ALTERNATIVAS?

"Passados mais de dez anos de sua criação, o BNH vem, pelas palavras do seu presidente, diante do debate com os parlamentares, reconhecer o pequeno poder aquisitivo do trabalhador brasileiro sem, entretanto, apresentar qualquer alternativa. "Sabem os senhores muito bem que a metade da população brasileira tem salário inferior a dois salários mínimos, que não tem condições de comprometer, permanentemente uma parcela grande desse salário nas prestações habitacionais, porque existem outras imposições de sua vida: alimentação, saúde, transporte e roupas; e, assim, sobra pouco para a habitação".

E os Cadernos do CEAS concluem:

"Uma espécie de "mea culpa" tardio que em nada responde à questão da carência habitacional das camadas de baixa renda".

## EM QUE FICAMOS?

Ficamos que estamos todos de acordo: um jornalista que entendeu bem do assunto acha que a

casa. E os autores de "Gota D'Água" estão certos quando falam na boca de um personagem a frase: "... No fim, ou come, ou paga a prestação".

A realidade é mesmo esta: ou come, ou paga a casa. E se todo mundo sabe disso, se o próprio diretor do BNH reconhece isso, quem está certo somos nós, os que perguntamos: E como fica, então, a carência de habitação de quem tem renda baixa?

Não fica.

Resta denunciar o que acontece. E o teatro está fazendo isso.

## TEATRO PRESTANDO SERVIÇO

Sem querer dar lições de teatro a ninguém, é bom que os leitores não afetos à história do teatro saibam que surgiram em determinados momentos da história universal, autores teatrais que achavam que o teatro deveria estar a serviço do povo, denunciando problemas sociais.

Bertold Brecht foi um deles. Brecht passou a discutir temas nas suas peças. Deixou algumas coisas geniais, mas também alguns textos tão discursivos que parecem mais um manual do que uma peça de teatro. De toda a forma, marcou uma posição muito importante dentro do teatro. E fez escola.

Os brasileiros não fugiram à influência de Brecht. Mas com o talento e a honeste que lhes são peculiares, foram adaptando as teorias de Brecht ao gosto caboclo. "Gota D'Água" é uma lição de como o teatro de Brecht (teatro denunciando problemas sociais, prestando serviço), de como o teatro grego (com sua estrutura dramática bem caracterizada), de como a velha e boa revista brasileira (com a mística entrando depois das "falsas", na hora certa) puderam ser usadas, com outras influências culturais diversas, na composição de um texto que se constituiu em uma das melhores coisas que o teatro brasileiro produziu, até hoje.

No espetáculo, há apenas que

o que aconteceu durante os dias em que os participantes estiveram reunidos para pensar em educação.

Reunido representantes de 14 países e de vários Estados brasileiros, encerrou-se domingo último o XIV Congresso Nacional e o X Congresso Internacional das Escolas de Pais.

Cerca de 1.600 participantes, tais líderes da Escola de Pais, especialistas em educação, sacerdotes, médicos, psicólogos, simpaticistas, entre os dia 12 de junho refletiram a respeito da Educação de Filhos.

Aberto solenemente pelo governador do Estado, Paulo Egydio Martins no Palácio dos Bandeirantes, o Congresso teve como tema geral: Educar para o Futuro.

Falando na noite de abertura, tanto o governador quanto D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo, pediram aos congressistas que pensassem naqueles que mais necessitam e sofrem em nossa sociedade.

Com conferências pela manhã e cursos à tarde, orientados por comunicações, painéis e círculos, foram desenvolvidos assuntos de grande atualidade, uma linguagem clara e adequada ao auditório que compensava a grande heterogeneidade dos participantes. Realmente eram pessoas ávidas de indicações, de pistas que se abrissem a caminhos do futuro no qual viverão seus filhos e educandos.

A experiência de Escolas de Pais ou congêneres de outros países foram relatadas nas comunicações. Assim o fizeram en-

tre outros: Portugal, Irã, Inglaterra, Bélgica, Finlândia, Espanha, Senegal e República dos Camarões.

Pronunciando a qualidade que teriam os dias do Congresso, a primeira conferência foi pronunciada pelo sr. Paul Eugene Charbonneau que, após perguntar: "Em que mundo viverá o seu filho?", disse que, entre outras características, este mundo será certamente mais duro que o nosso, mas também seguramente mais solidário. Nota o dever é, assim, armar o jovem para viver no seu tempo, isto é, capacitá-lo a ser um homem novo, com projetos continuamente novos.

O vice-presidente da Federação Internacional das Escolas de Pais, dr. Otto Klineberg, abordando o problema das diferenças individuais e culturais e sua relação com uma possível universalidade humana, enfatizou ao final que precisamos buscar as semelhanças existentes entre os seres humanos e não, o contrário. Com relação às mudanças sociais que ocorrem atualmente em velocidade quase inimaginável, nossa atitude de defesa deve ser: "Aprendermos a aprender". A ação da Escola de Pais argentina com famílias operárias foi um dos componentes do Curso da professora dra. Hilda Moreno que afirmou: "quando nos relacionamos com grupos culturais diferentes do nosso, precisamos despojar-nos de preconceitos".

As sínteses conclusivas estiveram a cargo dos Pes. Antônio Aquino Edênio Valle que assim definiram o Congresso: Foi um ganho, um balanço, um questionamento e provocou uma atitude nova nos participantes. Ficando, o Dr. Eugênio apresentou um decálogo que chamou, não recomendações do Congresso, mas antes um programa de vida:

1. Preparar criaturas e não seguidores.

# O nascimento

RUY CESAR DO ESPINHO

Como no mundo inteiro O país geme entre dores e crises O drama da Holanda, com a morte de tantos O clamor da África do Sul De um extremo no Chile a outro na Rússia, os mesmos gritos

## LEIA E DIVULGUE O SAO PAULO

São os sintomas de um mundo em gestação Como um novo e imenso parto Preparar-se o advento de um novo Homem Sim, em todos os conflitos há uma constante: Busca de justiça para os oprimidos Para as minorias raciais Para os camponeses e operários marginalizados do desenvolvimento Sentense ouvir uma nova face Face ferida nos combates Mas acolhera Universal Integradora Vamos chegando ao tempo em que não há mais lugar para os mortos Os indefinidos

Os acomodados As "malorias silenciosas" Será um tempo de solidariedade Ou isolamento definitivo e mortal As dores do grande parto de cada um Homem São visíveis e palpáveis Muitos têm olhos e não querem ver Ouvidos e não querem crer As crises dos países São as crises pessoais À guerra corresponde a tensão de cada um Os cientistas descobriram que as doenças contemporâneas São fruto do desamor Da solidão Da melancolia A cura do corpo e da alma Do Homem todo E de todos os homens Virá certamente no final das coisas Como imensa árvore livre que produzirá do a semente Assim a humanidade val recompensa Do egoísmo e do individualismo Para dar lugar à comunidade dos Os sintomas ai estão: Desde os gestos proféticos de Jesus Até suas menores reprovações os autênticos grupos no mundo

Para fazer ou renovar sua assinatura de O SAO PAULO preencha o cupom ao lado e envie acompanhado de cheque visado ou vale postal a favor do Jornal O SAO PAULO (Av. Higienópolis, 890, CEP 01238, Capital, SP), no valor de Cr\$ 200,00 (assinatura anual) ou Cr\$ 100,00

ASSINE O SAO PAULO Nome: End.: Cidade:



# O SÃO PAULO

Número avulso Cr\$ 3,00  
São Paulo, 10 a 17 de Junho de 1977

SEMANARIO — Assinatura Cr\$ 200,00  
Ano XXI N.º 1.109

## A NOITE DO COMPROMISSO

... Teatro da Universidade Católica e uma sala de teatro, o vilão de uma peça como se fosse um crítico literário. São Paulo e de São Paulo, mesmo assim, com o mesmo, quando a vida...

Muitos anos de luta da sociedade em grupo de pessoas, nomeada, talvez, chamada a atenção da classe e muitos outros para lembrar que estes três são: "FALA CARDEAL, OS JOVENS QUEREM OCEANO", "EU PRECISO QUE SEJA EDITOR", "E...".

... Protetor dos estudantes, advogado dos oprimidos, assessor dos diretores de lei e detestado intrinsecamente da ditadura militar, não por desonestidade, mas por...

Foi lançada uma campanha de desobediência, campanha esta que O São Paulo queria fortemente apoiar, assim como sempre, e sabe, porém com cautela e respeito a classe operária...

**Violência cresce duas vezes nesta noite: págs. 2 e 5**



D. Paulo: O começo da "noite do compromisso"

### Casa do Artesão Migrante, um trabalho para ser conhecido

PÁGINA 5

### O retrato (triste) do "bóia-fria"

Esta palavra você já ouviu várias vezes: "bóia-fria". O que é? De onde veio esse nome? Como surgiu, no trabalho campestre, essa expressão? Tudo isso você fica sabendo na página 10. Onde fazemos um retrato (muito triste) do trabalhador que recebe esse nome.

### Dois milhões de católicos na clandestinidade na China Popular

A Igreja católica sobrevive na adversidade enfrentando todos os riscos cumprindo o seu destino histórico e divino. O Arcebispo de Tsiup, dom Estanislau faz uma série de revelações a respeito da luta da Igreja na China Nacionalista. E um vigário-geral de Pequim, cujo nome não foi revelado informou ao repórter do "Le Monde" que só em Pequim há seis mil católicos, vinte sacerdotes, 20 seminaristas e trinta religiosos. As missas e os outros atos religiosos são celebrados em lugares clandestinos e a atividade do sacerdócio "legal" é mantida em sigilo.

As estatísticas disponíveis informaram que antes de 1949, quando os comunistas assumi-

### Eleições no DCE da USP ajudam a entender onde está a maioria

Quase 15.000 universitários da USP decidiram, pelo voto, a linha a ser seguida no próximo mandato de um ano, do DCE-Livre Alexandre Vanuchki Leme. Apresentamos a seguir, uma análise do que significou a vitória stária, "Refazendo" dentro da vida universitária. Eleito com 50 por cento dos votos, a chapinha vitoriosa derrotou a linha mais radical do movimento estudantil, contra algumas previsões em contrário, demonstrando que a maioria não se manifesta através de sua presença em assembleias ou acontecimentos. Ao da formar o quadro completo da situação estudiantil, esta análise pretende oferecer abun-

Atenção, a plateia aguarda entusiasmada a cada frase, a cada nome que era pronunciado como sendo o conteúdo de uma mensagem. E logo novas leituras de mensagens foi a vez de um jornalista, Ewálio Dantas, falar:

Protestando também a existência de um tipo de cultura popular, realizado na FUC, cada intelectual começou a falar em "comunidade de destino" em o passo para afirmar que "hoje, talvez, possamos ser amigos. Como agora um grupo bem mais numeroso. Sim, talvez uma assinatura mais expressiva dos que decidiram assumir a sua quota de responsabilidade na frente da defesa dos Direitos Humanos".

Na opinião dele, o público compreendeu para um grande encontro. Um encontro que não deve mais cessar e que deverá ser cada vez maior porque nunca este povo dormiu e precisa lutar de um encontro nacional de onde se possa afirmar que não há o que esquecer. E como poderemos obter a participação de todos os brasileiros num projeto nacional. Um projeto que tenha justiça e que se desenvolva por métodos justos. Um projeto nacional de respeito aos Direitos Humanos".

Dom Paulo, finalmente! Nossa preceção não desta humilde audiência evangélica.

Mais de que entusiasmo, o público estava emocionado. Não conseguiu falar quando se anunciou o nome próprio homenageado. Era uma situação perfeita, silenciosa perfeita que se manifestou em aplausos ao reconhecer o rádio Henry Sobel na presença que depositou dois centavos óculos em Dom Evaristo.

É esta situação atípica transformada em uma aula e poderia ser de milhares de pessoas lendo em cores dos três artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, acompanhados de textos bíblicos.

E antes que a plateia pudesse ouvir as palavras de Dom Paulo Evaristo, apresentando o último orador, o advogado e membro da Comissão de Justiça e Paz, José Carlos Elias, que falou na condição de convidado especial:

— Há um consenso universal, em Direitos Humanos, a única esperança de gênero humano. A única que existe a soberania do gênero humano.

Leia e divulgue o "O SÃO PAULO"

Após citar a posição oficial da Igreja frente aos Direitos Humanos destacando o direito à vida, ao respeito, à distribuição da renda e aos direitos políticos e culturais, e de afirmar que a Nação Brasileira, mas não o Estado, assume presente na Voz, José Carlos Dias, finalizou:

Para D. Evaristo, não era ele o intermediário da comunicação pelo "que foi esta noite, do sangue e do suor, foi aquilo que sofreu, aquilo que sofreram. Esta é a noite da esperança. Noite de compromisso.



# Participação na Sociedade Civil e na Comunidade Eclesial

AMAURY — BISPO AUXILIAR

Vaticano II refere-se ao problema da participação da Igreja na sociedade...

A participação no plano civil estende-se como já vimos, aos planos da "processo político, social, cultural e econômico".

Na linha e de forma ainda mais... participação de todos na comunidade eclesial, é um direito...

O acolhido, o leitorado, os ministérios da Eucaristia, da Palavra, da Caridade, da Animação das Assembleias...

Sorocaba, 14 de maio de 1977.

## Leia e divulgue O SÃO PAULO

### americanos denunciam direitos humanos

As assinaturas de norte-americanos denunciaram com isso, e lembraram ao Departamento de Estado...

Nessa carta, os norte-americanos dizem que os salários dos trabalhadores estão congelados desde 1972...

PIO XII... S: 1.ª e 2.ª GRAUS... 223 — Telefones: 0800-080000 — S. PAULO

Destacando outros aspectos não menos graves sobre a situação dos direitos humanos na Bolívia, o documento também fala sobre a situação dos direitos humanos na Bolívia...

### Eleições na Universidade

Atualmente as notícias referentes às movimentações estudantis têm ganhado as páginas dos jornais...

riado a diretoria de DCE. Esperava-se, pelo tom da campanha eleitoral, que o páreo fosse duro.

Dois fatos ocorridos recentemente mostram este estado de confusão, ao mesmo tempo que deixam vislumbrar um pouco melhor a realidade da publicação do último número do jornal "Avespa"...

Essas eleições deixaram algumas impressões marcantes: a primeira é que não é apenas uma "minoraria" que se preocupa com os problemas que os atinge como universitários e como cidadãos.

Desde a eleição da primeira diretoria do DCE-Livre da USP, ocorrida no ano passado (veja "O São Paulo" n.º 6/76), houve momentos de ascensão e refluxo no processo de consolidação desta entidade estudantil.

Este oportunismo ficou evidente por exemplo, no episódio do jornal "Avespa". Este jornal, reconhecido pelo DCE, mas não pertencente a ele começou a circular neste ano...

Indice PAGINAS A Solta do Compromisso

Muitos tem sido os divergentes entre os alunos, mas não recusando as manifestações mágicas.

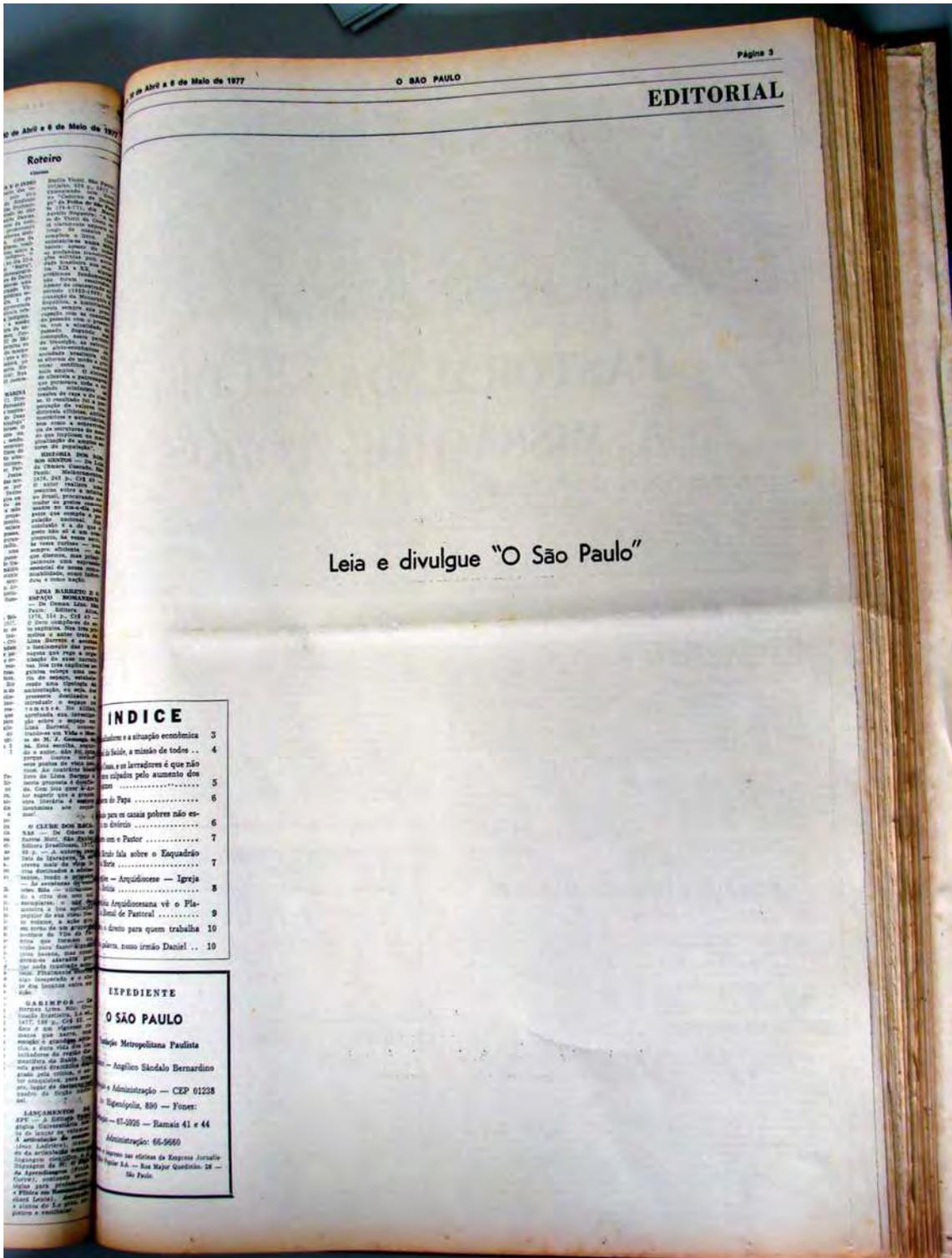
Editorial censurado no jornal O São Paulo: edição de 10 a 17/06/1977. N° 1109.





Leia e divulgue "O São Paulo"

**Pior fase de censura ao jornal O São Paulo – 30/04 a 06/05/1977 N° 1103...**



EDITORIAL

Roteiro
O que se espera
do governo
do Brasil
em 1977...

Leia e divulgue "O São Paulo"

INDICE

Indice table listing various articles and their page numbers, including 'A situação econômica', 'A situação política', etc.

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE
O SÃO PAULO
Editorial: Metropolitan Paulista
Assessor: Apolônio Saldado Bernardino
Administradora: Administração - CEP 01238
Endereço: Higienópolis, 890 - Fones:
Telefones: 81-2925 - Ramais 41 e 44
Administradora: 66-9560
Assessor: Apolônio Saldado Bernardino
Administradora: Administração - CEP 01238
Endereço: Higienópolis, 890 - Fones:
Telefones: 81-2925 - Ramais 41 e 44
Administradora: 66-9560

...Página inteira do jornal O São Paulo censurada.

# ORIGINAIS DE ARTIGOS CENSURADOS DO O SÃO PAULO

"O SÃO PAULO"

Sr. Valdeci

1072

CRUZEIRO DO SUL

MATÉRIA	REP.	DATA	LAUDA
---------	------	------	-------

CORPO	CICEROS	RETRANCA SP-370
CARATER	ENTRELINHA	

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17

**VETADO**

Panorama Internacional. → SP370 (corpo 24 grifo)  
URUGUAI; DESPÓTICO MAS ESCLARECIDO. → SP-365 (corpo 14 grifo)  
Paulo Tortello → SP365  
↓  
corpo 10

365  
1072

CORPO 8	CICEROS 14	RETRANCA SP-360
CARATER mequilo	ENTRELINHA Suicero	URUGUAI: DESPÓTICO MAS ESCLARECIDO.

Se fosse válido, para avaliar a conjuntura política **V** cultural de um país, o simples cotejo entre nações por critérios cronológicos - como esse tão comum em nossos dias, que consegue identificar países "em atraso" e países "avançados" -, poderíamos dizer que o Uruguai progrediu. O universo cultural de seus atuais governantes já atinge, atualmente, a Europa do Século XVIII, na qual imperava, por exemplo, o despotismo esclarecido dos Luíses de França. É o que se pode inferir, sem grandes malabarismos, das declarações prestadas pelo septuagenário Aparício/ Mendez, seu atual Presidente da República, em sua própria opinião "um homem realista". Para ele, se dependesse do povo uruguaio, seu governo não existiria. **A**s palavras são dele mesmo, pronunciadas logo após sua nomeação: "Se dependesse do voto, eu jamais seria Presidente do Uruguai". Isto, contudo, não parece ser para ele um óbice digno de ser levado em conta. Tanto assim que as perspectivas traçadas pelo novo regime para o povo uruguaio não são restritas tão somente aos cinco anos de mandato do atual Presidente. **E**m 1981 haverá "eleições diretas", sim, mas com um candidato único, aprovado pelos militares. A maré estando mansa, em 1986 os uruguaio terão o privilégio de poder fazer escolha entre dois candidatos, ao invés de apenas um. Mas a farsa obscurantista não termina nisto. Inserido o Uruguai na tenebrosa era dos Atos Institucionais, o novo regime, ainda sob Alberto Demicheli, cancelou as eleições marcadas para novembro deste ano (AI-1), / criou um "Conselho Supremo da Nação" para fazer as vezes do Poder Legislativo /

CORPO 8	CICEROS 14
CARATER <i>negrito</i>	ENTRELINHA <i>Ciceros</i>

RETRANCA SP-360

1 (AI-2), já sob Aparicio Méndez transformou o Poder Judiciário em Ministério da  
2 Justiça, vinculando-o assim diretamente ao Executivo (AI-3), e suspendeu por 15  
3 anos os direitos políticos de todos os uruguaios que se candidataram às eleições  
4 gerais de 1966 e 1971, eleitos ou não, e de todas as pessoas processadas por de-  
5 litos políticos ou contra a administração pública, mesmo que não condenadas /  
6 (AI-4). Com a devassa, a massa de uruguais proscritos da participação na condu-  
7 dos destinos políticos de seu próprio país sobe a dezenas de milhares. Isto de  
8 maneira direta. Uma dura experiência já nos ensinou, a nós brasileiros, que as  
9 coisas não correm exatamente como parece a canção: ao vivo, diria Belchior, é  
10 muito pior. O despotismo uruguaio - que, demonstra-o a fala presidencial, tem o  
11 "mérito" de saber-se avesso à alma de seu povo - simplesmente aniquilou qualquer  
12 vestígio de vida política no país. É, pelo menos, convenhamos, coerente: como,  
13 de outra forma, poderia pretender manter-se no poder um governo que não encontra  
14 um mínimo de respaldo nas bases populares de seu próprio povo? Aqui se compreen-  
15 de o sentido da inauguração da era das cassações no Uruguai, via AI-4. Que água-  
16 dará aos uruguaios a previsível edição de um novo AI, desta vez de número 5, que  
17 entre nós conforma uma sigla de tão triste memória (se é correto assim referir /  
18 de alguma coisa que ainda existe)? Impossível predizer. Ou, por outra, perfeita-  
19 mente prognosticável. A própria terminologia adotada pelo regime do governo uru-  
20 guaio - que agora não mais disfarça, como quando sob Bordaberry -, fornece curio-

VETADO

CRUZEIRO DO SUL

MATÉRIA	REP.	DATA	LAUDA final
---------	------	------	----------------

CORPO 8	CICEROS 14	RETRANCA SR-360
CARATER recente	ENTRELINHA 2 uceros	

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18

confirmar-se uma hipótese como esta, o mínimo a se deduzir é que a tão falada política de "exportação de revoluções" não é mais privilégio, em nossos dias, do regime de governo adotado na ilha de Fidel Castro.

VETADO

Corpo 8 medida 7 SP 385

106.9

1072

O ESTADO DE S. PAULO

No primeiro claro da codificação, indique corpo e coluna; no segundo, a fonte. Grifo só nas fontes 10 e 12; negrito só nas fontes 11 e 13. Grifo ou negrito, marque Q depois do número da fonte.

CÓDIGO	PÁG	RETR. DE REDAÇÃO	RETR. DE LIBERAÇÃO	EDITORIA	REDATOR	LAUDA
200      φ 200      φ						

1      Sr. Fala-se tanto no Brasil potencia emergente, exalta-se o êxito  
2      econômico etc e, no entanto, a situação de <sup>trabalhador</sup> ~~trabalho~~ permanece a mesma.  
3      Os salários tornam-se cada vez menores, diante de um custo de vida  
4      que só não aumenta nas estatísticas oficiais. Como foi dito na reper-  
5      tagem publicada por vocês, no último número, Maria Salário-Mínimo é  
6      quem sabe onde fica o último furo de cinco. Mas o que eu ~~me~~ queria  
7      mesmo considerar é o seguinte: se todo esse êxito econômico que pro-  
8      palam é verdadeiro, por que a situação de trabalhador brasileiro é  
9      tão ruim? Não será que existe alguma coisa errada nesse desenvolvi-  
10     mento? Luis Abreu.

VETADO

11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18



Vetado para o nº 1073 de 25/09 a 01/10/1976.

Falta de liberdade de expressão e de Associação

14/5/77

A Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB- divulgou mensagem assinada por sete bispos da França que condena a "doutrina de segurança nacional, na qual se inspiram os governos de vários países e que faz do Estado a regra suprema e único juiz de seu interesse". O documento, ao se referir à situação de vários países da América Latina, diz: "As liberdades de expressão e de associação estão reduzidas ou suprimidas. Os líderes de organizações políticas e sindicais são ameaçados, presos ou definitivamente eliminados. A tortura é praticada sistematicamente. Os "suspeitos" são detidos e "desaparecem". Não se pode mais ignorar que o número de vítimas é considerável". "Se tal acontece com numerosos cristãos e também com padres e bispos é porque, no clima de medo que se instalou em certos países, eles tomaram decididamente o partido do Evangelho. Sofrendo o próprio sofrimento dos povos, participam da luta em favor do respeito aos direitos ~~XXXXX~~ fundamentais de todo homem", ressalta a men-

**VETADO**

# O SAO PAULO

Redator			Data		
Título	Col. -	Corpo -	Medida	RETRANCA	Laudas
Texto	Col. -	Corpo -			5

Escreva de margem a margem com a máquina regulada no espaço dois

TITULO		PAGINA
--------	--	--------

01 sagem. Quanto ao fato de que bispos são acusados de subversivos e de esta-  
 02 rem ligados ao comunismo intenacional, o documento informa que a Comissão  
 03 Representativa dos Bispos do Brasil responde, denunciando que estas acusa-  
 04 ções surgem quando bispos pobres e leigos tomam a defesa dos pobres,  
 05 dos humildes, dos presos e das vítimas de tortura". Assinaram o documento  
 06 entre outros, o cardela prásidente da Pax Christi, o bispo presidente da  
 07 Comissão Episcopal ~~XXXXXX~~ França-América Latina, o bispo presidente da  
 08 Comissão para Unidade dos Cristãos e o bispo prásidente de Justiça e Paz  
 09 (ESP 29-3-77)

**VETADO**

**Retirado do Estado de São Paulo de 29/03/1977 e vetado para a publicação no jornal O São Paulo. Edição nº. 1105 em 14/05/1977.**



## COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO

**V E T A D O**

COMUNICADO À IMPRENSA

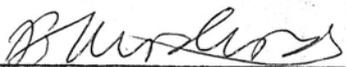
A COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO tomou conhecimento da grave situação dos presos políticos da Ilha de Itamaracá em Pernambuco, sabendo que as afrontas à dignidade humana atingiram tal ponto que alguns presos decidiram iniciar uma greve de fome, preferindo morrer a continuar suportando uma situação que já perdura há vários anos e que, praticamente, vem destruindo sua personalidade.

A circunstância de se tratar de pessoas que tiveram sua culpa reconhecida por um tribunal não justifica a desumanidade, pois a própria Constituição, coerente com normas da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proíbe o castigo cruel e, além disso, exige o respeito à lei. E as leis brasileiras impedem que o preso sofra violência física e tortura moral, não permitindo que os encarregados de um presídio aumentem a pena do sentenciado descarregando sobre ele seus instintos agressivos.

É oportuno, ainda, salientar, que existem no Brasil vários presídios onde só se acham presos políticos, havendo outros com dependências especiais para tais presos, verificando-se, portanto, o reconhecimento oficial da categoria de preso político. E segundo preceitos do Direito Internacional esses presos devem merecer tratamento especial, em seu benefício, não em seu prejuízo.

Por todos esses motivos, A COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO, associando-se aos esforços da Comissão Justiça e Paz Nacional e da Comissão Justiça e Paz de Pernambuco, faz uma exortação pública a favor dos presos de Itamaracá e de todos os demais presos políticos, esperando que eles possam cumprir suas penas em condições compatíveis com a dignidade humana.

Pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo

  
\_\_\_\_\_  
THEREZINHA BRANDÃO MACHADO

São Paulo, 23 de novembro de 1977

# O SÃO PAULO

Redator

Data

Titulo	Col. -	Corpo -	Medida	RETRANCA	Laudas
Texto	Col. -	Corpo -			

Escreva de margem a margem com a máquina regulada no espaço dois

TITULO	PAGINA
--------	--------

01  
02  
03  
04  
05  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
20  
21  
22  
23  
24  
25

VETADO PELA CENSURA PARA O NÚMERO DE 27 de maio a 3 de junho de 1977

~~CENSURA: TESTEMUNHA DA INSEGURANÇA INTERNA~~ *QUE É DIVULGADO SÃO*

**VETADO**  
Nova Iguaçu (CIC) - No Dia dos Meios de Comunicação Social, Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, fez uma análise do problema da censura no Brasil. Para ele, a censura é um direito/dever difícil de se praticar. Falando da censura na área do Estado, o Bispo supôs "que uma censura razoável deveria seguir certas normas preestabelecidas, delimitar bem o campo de sua interferencia, ser aplicada com objetividade a todos os meios de comunicação social sem qualquer discriminação, fugir a toda arbitrariedade, durar apenas o necessário para defender valores de interesse comunitário, não de grupos nem de castas". Concluiu dizendo que "todos os sistemas ditatoriais estabelecem a censura. A censura torna-se desta maneira, como sucedea inclusive na Igreja, o testemunho claro da in-

*segurança interna"*

Vetado para o número 1107 de 28/05 a 03/06 de 1977.

Arquidiocese de São Paulo  
REGIÃO DE SANTO AMARO  
Rua Verbo Divino, 993  
04719 - São Paulo - SP

CÓPIA DE CARTA DE APOIO ENVIADA À C.N.B.B.

São Paulo, 13 de Novembro de 1977

RECEBIDO  
A.  
C.T.R. SUL 1 - C.N.B.B.  
Av. Higienópolis, 901  
São Paulo

Os agentes de pastoral, leigos, religiosas e sacerdotes da Região de Santo Amaro da Arquidiocese de São Paulo, reunidos em assembléia sob a presidência do Bispo Dom Mauro Morelli, para refletir sobre as prioridades - Direitos Humanos e Marginalizados e Periferia - uniram as suas vozes a dos Bispos do Regional Sul 1 da CNBB, na firme condenação da censura que fere os direitos de Livre expressão reconhecidos pela constituição, e os direitos da Igreja de anunciar o Evangelho e sua mensagem de Libertação, através da cassação da rádio 9 de julho e a censura prévia imposta ao jornal "O SÃO PAULO".

Há anos constatamos as maiores arbitrariedades cometidas pela censura contra a Igreja de São Paulo, arbitrariedades que culminaram com o corte imposto ao relatório da Assembléia Arquidiocesana nas conclusões relativas à Pastoral do Mundo do Trabalho.

Sufocar a voz do povo é violação dos Direitos Humanos, Sufocar a voz da Igreja é fazer violência à Palavra de Deus que não pode ser acorrentada (II Timóteo 2,9).

a) Pe. Fernando José Pontcôdo  
Vigário Episcopal

**Censurado para a edição nº. 1132 de 12 a 18/11/1977**

# O SÃO PAULO

Redator

Data / /

Titulo	Col.-	Corpo-	Medida	RETRANCA	Laudas
Texto	Col.-	Corpo-			2

Escreva de margem a margem com a máquina regulada no espaço dois

61 / /

01

PAGINA

TITULO

LIBERADO

01 As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pe-  
02 quenos que são a maioria do povo. Só os grandes e poderosos é que têm di-  
03 reito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vi-  
04 vendo e servindo aos poderosos. No momento em que ele se recusa a servir  
05 ou começar a ser uma pedra no sapato do grande, ele deve desaparecer, sua  
06 terra deve ser invadida, sua choupana desapropriada e destruída.

07 O plano de Deus é diferente. Ele mandou seu Filho Jesus para ser a es-  
08 perança e a defesa do fraco, do marginalizado, do oprimido. Por isso Jesus  
09 repreendeu os discípulos porque foram grosseiros com as crianças, deu va-  
10 lor ao gesto humilde da prostituta, salvou de apedrejamento a mulher que  
11 traiu o marido, assentou-se à mesa com pessoas de má fama, como os publica-  
12 nos, e até escolheu Mateus, um deles, para ser Apóstolo. Com perdão e miseri-  
13 córdia, deixou as noventa e nove já salvas, saindo em busca da ovelha per-  
14 dida.

15 A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não pode excluir ninguém  
16 e deve oferecer a todos, grandes e pequenos, os meios de salvação que rece-  
17 beu de Cristo. Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimi-  
18 dos. Não pode ser indiferente à exploração do

19 Cristo foi o grande defensor dos direitos humanos. Ele nos ensina que  
20 somos todos filhos amados do mesmo Pai do Céu, portanto irmãos, com o dever  
21 e o direito de partilhar os bens criados.

22  
23  
24

Original sem data de publicação.

O SÃO PAULO

ABR/78  
Cultura Pop. Bras.

ASSUNTO	REPORTER	FOTÓGRAFO	DATA	LAUDA N.º
	JClaudio			
RETRANCA	CORPO	MEDIDA		
	LIBERADO	C/ CORTE		

1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890 1234567890  
1 2 3 4 5 6

01 MARCUS PEREIRA A- "eu registro e divulgo a Cultura Popular Brasileira. 01  
02 Não tenho meios, não está em minhas mãos salvar esse povo que morre de 02  
03 fome pelo Brasil inteiro. Dentro de minhas possibilidades, tento salvar 03  
04 valorizar pelo menos a cultura do povo. Melhorar as condições do povo, 04  
05 como diz o Hermilb Borba Filhã, compete ao Governo. 05  
06 Meu campo de atuação é valorizar a cultura do povo, ~~mas~~ pois a 06  
07 cultura é o que dá personalidade, dá um desenho espiritual do povo. Um 07  
08 cultura autêntica dá um melhor auto-conceito de cada um e da sociedade 08  
09 como um todo. Esta cultura está muito ameaçada- basta ver a dissemina- 09  
10 ção de cultura estrangeira em todos os níveis. Estão querendo transfor- 10  
11 mar a música e a dança em rock, a comida em hamburguer, a roupa em jean, 11  
12 A literatura só dá coisas como "Hotel" e "Aeroporto", no cinema e 12  
13 na TV, a violência. 13  
14 Isso tudo tem consequências a curto, médio e longo prazos. A 14  
15 juventude consome muito mais músicas estrangeiras, quando é universal- 15  
16 mente reconhecido que a nossa música é uma das melhores do mundo. Assim 16  
17 temos um enfraquecimento de nosso povo, ele perde espinha dorsal. Um 17  
18 povo sem espinha é presa fácil da dominação. 18

Marcus Pereira, pelo repórter JClaudio - Abril de 1978.

Corpo 10 negro / medida 9) SP 540

1  
1073

LIBERADO  
19  
C/ CORTE

OSP 551 X  
D. Cândido Pálin

AS AMBIGUIDADES DO CRISTIANISMO TRADICIONALISTA

Uma época de transição, tal como vivemos na sociedade e na Igreja hoje, tornam-se mais visíveis as ambiguidades e os contrastes que estavam escondidos antes. ~~Nos~~ Nos tempos em que a acomodação predominante se contentava com um cristianismo "cinzento", no qual todos se batizavam porque pertenciam a famílias de "tradições" cristãs mas sem convicções, pouco se exigia para a demonstração da coerência da sua fé. Já hoje, graças a Deus, a renovação que se opera na Igreja exige uma clara definição de posições, não permitindo mais as costumeiras ambiguidades.

A mais grave dessas confusões está na absurda separação entre vida espiritual, considerada unicamente como interior, e compromissos temporais, de ordem profissional, económica ou política. Para esse tipo de cristianismo, a vida religiosa reduz-se a um conforto interior, pessoal e subjetivo, podendo ter apenas algumas exterioridades inocentes, como as cerimônias, as procissões e as produções da arte religiosa. Os interesses profissionais, económicos ou políticos, porém, nada têm a ver com a religião. São um mundo inteiramente à parte, com seus princípios e sua moral independentes da fé religiosa.

De acordo com essa visualização do campo religioso, toda manifestação da Igreja sobre problemas económicos ou políticos, é considerada como indébita "intromissão" que deve ser repelida pelo Estado. E no contexto da A. F. Latina, o chavão já usado e abusado classifica essa ação da Igreja como ~~uma~~ "subversiva".

VETADO

# O SAO PAULO

Redator

Data / /

Título	Col. -	Corpo -	Medida	RETRANCA SP 725 <del>S.O.S.</del>	Laudas
Texto	Col. - 2	Corpo - 10	14		2 x

Escreva de margem a margem com a máquina regulada no espaço dois

TÍTULO	PAGINA
	7

01 gado; os posseiros não mais poderiam plantar nem trabalhar sem ordem do  
02 Juiz; <sup>ou</sup> teriam de pagar 40% do produto que recolhessem, se viessem a plantar.  
03 A intenção do latifundiário é que os posseiros saiam, sem nenhum di-  
04 reito. Após isso, ele queimaria as casas e lavouras, para, sem seguida,  
05 semear capim.

## Igreja solidária

06 O bispo de Diamantino, D. Henrique Froehlich, tem dado todo o seu  
07 apoio aos posseiros de Afonso. Já participou de reuniões com as autoridades,  
08 enviou relatórios, e esteve na região, animando os lavradores. Por  
09 isso, foi chamado de "subversivo" pelo governador do Estado, Garcia Neto,  
10 que em agosto fez duros ataques ao trabalho da Prelazia de Diamantino em  
11 defesa dos posseiros.

12 Devido a essa atitude do Governador, D. Henrique decidiu não parti-  
13 cipar das solenidades do sesquicentenário da Arquidiocese de Cuiabá, dia  
14 19, às quais Garcia Neto estará presente. O bispo de Diamantino disse que,  
15 em sua Prelazia, estará rezando pela Arquidiocese de Cuiabá. Mas não  
16 participará pessoalmente das comemorações, conforme explicou a D. Bonifácio  
17 <sup>(Piccini)</sup> arcebispo-coadjutor de Cuiabá:

18 "Não fica bem, nem seria agradável para o sr. governador Garcia Ne-  
19 to, a presença, a seu lado, de um prelado por ele considerado subversivo.  
20 O sr. governador, sem dúvida, se fará presente aos principais atos, para  
21 prestar as honras de Embaixador ao sr. Núncio Apostólico, D. Carmine Roc-  
22 co, Hóspede Oficial do Governo". Além disso, D. Henrique "não acha coerente  
23 te deixar transparecer uma aparente aliança Igreja/Estado-MT, num momento  
24 como este que vivemos".  
25

Original sem data de publicação.

# de marginalização

## Arquidiocese sofreu invasão na PUC e só noticiou pela metade

"Caso de Polícia: Entraram na PUC sem vestíbular". A manchete domina a última edição do semanário católico O São Paulo e foi feita ao meio-dia da última quinta-feira, quando mais de 50% das notícias referentes à invasão da Universidade já haviam sido veladas pela censura, aguardando-se, ainda, a resposta quanto à possibilidade de publicar o comunicado oficial da Retórica já divulgado por todos os jornais.

A reunião de pauta para a elaboração da última edição de O São Paulo — que começou a circular na sexta-feira — havia sido realizada no dia 22, algumas horas antes da invasão da PUC, e o tema principal se referia aos problemas de saúde no Brasil, com uma reportagem sobre o Bispo de São Miguel Paulista (na periferia de São Paulo).

### DEPOIMENTOS

Já na manhã seguinte, o assunto, PUC havia tomado conta do jornal que começou por solicitar depoimentos a quatro professores da Universidade (Walter Ceneviva, Jorge Lauro Celidônio, José Gregori e Flávio Bierrenbach) e ao professor

Dalmo de Abreu Dallari, presidente da Comissão de Justiça e Paz. Enviadas à censura, as 84 linhas dos depoimentos retornaram com o clássico carimbo "Vetado".

A notícia da visita de D. Paulo Evaristo à PUC, após a invasão, seguida de um comentário ("Não é de hoje que as universidades são apontadas como focos de subversão no país.") também não foi liberada pelos censores, permanecendo na mesa do editor apenas para leitura interna. Nem mesmo os telegramas recebidos pela PUC e o ofício enviado ao Ministro da Educação por professores universitários e outras entidades — publicados por todos os jornais — puderam ser divulgados pelo O São Paulo.

Na tarde de quinta-feira, quando a edição já estava na gráfica para ser impressa, restavam ao jornal 70 linhas de noticiário sobre a PUC, incluindo as declarações de D. Evaristo e os telegramas enviados pela Retórica ao Ministro Mel Braga, ao Governador Paulo Egídio e ao Secretário de Segurança. As 70 linhas foram diagramadas para a primeira página. Na página interna, o noticiário se re-

sumiu ao comunicado oficial da Retórica que, ainda assim, poderia ser retirado da edição, uma vez que a Censura ainda não havia manifestado a sua decisão.

A última edição de O São Paulo foi uma das mais atingidas pela Censura, nos últimos meses. Foram cortados, inclusive, cartas de leitores que manifestavam solidariedade a o cronista Lourenço Diniz (um dos colaboradores do jornal) ou que comentavam a censura do semanário. Foi vetada, ainda, uma circular da Comissão Ecumênica de Serviços (CEBE), vinda de Salvador, que propunha a discussão do documento lançado pelo Movimento Justiça e Libertação.

Com o jornal fechado na tarde de quinta-feira, o editor aguardava, ainda, a resposta da Censura quanto a uma nota de 18 linhas sobre o diálogo entre o Senador Petrônio Portella e o secretário-geral da CNBB, diagramada para a primeira página. Esse é um recurso de rotina utilizado pelo jornal, quando a Censura não se manifesta até quarta-feira, o material é enviado à gráfica, podendo ser retirado da edição de acordo com a decisão dos censores.

### A maioria censurada

"O título é um programa de apostoiado que o novo periódico vem realizar nos arrais da Imprensa paulistana". Com essa frase, o Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta fazia, a 25 de janeiro de 1956, a apresentação do primeiro número do semanário católico O São Paulo que, há sete anos, permanece como um dos aivos constantes da censura.

Mantido pela Fundação Metropolitana Paulista, cujo presidente é o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, O São Paulo vem sendo submetido, desde março último, a uma reformulação que pretende, dentro de seis meses, elevar a sua tiragem de 15 para 50 mil exemplares, ocupando espaços ainda não cobertos pela grande imprensa. Seu ponto de venda são as 361 paróquias da arquidiocese, onde o jornal chega às sextas-feiras, apresentando, repetidamente, em todos os trechos cortados pela censura, seu já tradicional slogan: "leia e divulgue O São Paulo".

No subsolo da Igreja Metropolitana — onde a redação do jornal ocupa apenas duas salas — o editor, Sr. Ewald Dantas Ferreira explica a nova fase do semanário: O São Paulo assumiu, este ano, a dimensão de um projeto, cujo objetivo, mais do que fazer o jornal, é pensar um jornal da comunidade católica que, partindo dessa comunidade, possa atuar no nosso meio.

Mas esse jornal não é fechado aos católicos. D. Paulo Evaristo abre todos seus artigos, dizendo: "Meus amigos católicos, cristãos, homens que buscam a Deus

que seguem a consciência, na procura da verdade e do bem". E esse o público que queremos atingir.

Afastado do jornalismo há dois anos — depois de ter trabalhado em quase todos os grandes jornais, chegando à presidência do Sindicato dos Jornalistas, Ewald foi chamado por D. Paulo Evaristo Arns, a o final de fevereiro deste ano, para reformular O São Paulo, desde seu aspecto gráfico até seu conteúdo editorial.



Sete anos de censura

"A linha editorial do jornal é claramente definida: está em todos os documentos da Igreja. Mas, dentro desses parâmetros, linhas de encontrar uma forma de atuação, pois não podemos concorrer com a grande imprensa. E, numa análise da grande imprensa, podemos perceber que, no processo de distanciamento entre a Nação e o Estado, no Brasil, a grande imprensa estava estruturada

para cobrir o Estado. A imprensa não governista, no Brasil, não cobre o governo. E nós, estamos procurando voltar O São Paulo para a Nação, pois há neste grupo, entidades que pensam neste país e não têm uma cobertura rotineira da imprensa, por sua própria estrutura.

Com mais sete jornalistas, além das colaborações voluntárias, O São Paulo vem desenvolvendo o projeto editorial a cada edição, que começa a ser preparada nas tardes de quinta-feira, quando se realiza a reunião de pauta. De lá participam, também, como assessores, os membros da Comissão Arquidiocesana de Pastoral (Frei Gilberto Gorgulho, Padre Sérgio Coutado, irmã Maria Stella S. Coelho e Cônego Dario Bevilacqua) que estão diretamente ligados a D. Paulo. O Cardeal vive a rotina do jornal através de uma coluna, mantendo a tática de reuniões informais, mas constantes, com a direção para analisar o desempenho do semanário.

Ao iniciar a reformulação do jornal, Ewald já encontrou O São Paulo submetido ao sistema de censura prévia, iniciado no final do ano passado, depois de um período de seis anos de censura direta, feita na gráfica. Atualmente, todo o material é enviado à censura, à medida em que os artigos e reportagens são concluídos, sendo devolvidos com seguintes respostas: "feito, vetado e liberado". O material que a gráfica recebe a sexta-feira é em todo cortado pela censura, localizada a frase que o São Paulo.

# O SÃO PAULO

SEMANARIO — Assinatura Cr\$ 200,00  
N.º 1.125

Número avulso Cr\$ 3,00  
ANO XXI  
São Paulo, de 1 a 7 de Outubro de 1977

## caso de policia:

# ENTRARAM NA PUC SEM VESTIBULAR

No dia 23 de setembro, a opinião pública foi surpreendida pelas manchetes de todos os jornais de São Paulo: "A PUC foi invadida". A notícia ressoou rápido de mundos, um com o outro, e em poucos minutos, as dependências da Pontifícia Universidade Católica para ingressar a reataram a sua vida normal. Os estudantes universitários, em suas casas e em suas famílias, foram chamados a se preparar para o vestibular. Alguns, retirados a milhares de quilômetros, foram conduzidos a São Paulo para ingressar na Universidade. Outros, que já estavam em São Paulo, foram encaminhados para a Universidade Católica. Seis deles são estudantes da Pontifícia Universidade Católica.

As notícias e portas registram a violência provocada pela invasão da sociedade através de entretidos, e telegramas sobre o episódio. O cardeal-visitante do PUC, D. Paulo Evaristo do Carmo, chegou à Universidade no dia 27 e contou o que se passou quando foi visitado por D. Paulo. D. Paulo falou sobre os estudantes e a situação da Universidade e sua autonomia, e sobre as acusações do secretário da Justiça.

### A VISITA DE D. PAULO

Como é que vocês deixaram a policia entrar no vestibular?, perguntou o cardeal-visitante, na visita que fez à Universidade, para reafirmar tensões e impor um clima de ordem.

Na visita, o cardeal recebia cumprimentos e agradecimentos dos estudantes, professores e funcionários. Nas salas dos Diretores Acadêmicos, ouviram-se expressões como "esse cara é

dir as dependências da PUC, "pois o Vice-Reitor estava dentro desta Casa, e havia toda possibilidade de diálogo".

"Além disso, só se entra na Universidade por duas portas: a do vestibular, ou através da Retoria e responsáveis pela Universidade".

### A POPULAÇÃO E AO SECRETARIO

A população de São Paulo e os familiares dos universitários D. Paulo enviou uma mensagem, indicando que os estudantes foram vítimas e não provocadores.

"Esta invasão" — acrescentou — "foi uma afronta à população de São Paulo, que confia seus filhos à Universidade, aos bispos de São Paulo, que fundaram e mantêm esta Universidade, e finalmente, ao Papa que comemora seu 80.º aniversário, porque a Universidade é Pontifícia e está sob sua tutela".

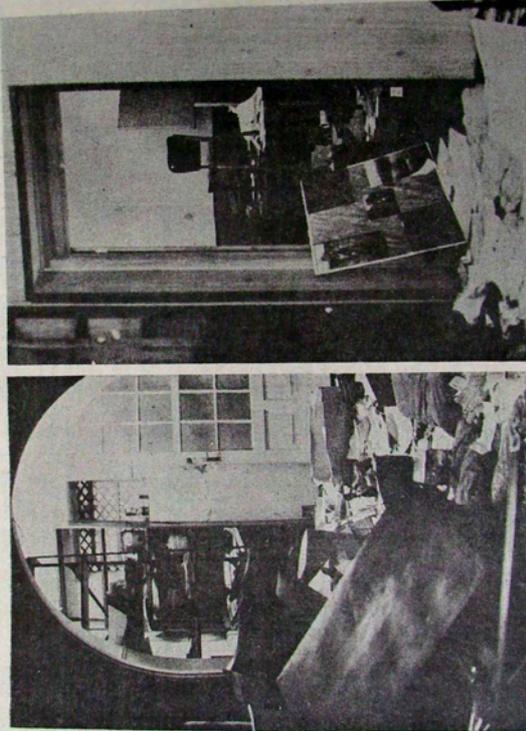
Ao responder sobre sua opinião e respeito às acusações do Secretário de Segurança contra a PUC, D. Paulo comentou que, "se uma alta autoridade lançou uma acusação gravíssima de que aqui seria uma "ponta-de-lança" do Partido Comunista, deveria em primeiro lugar informar-se, e a informação não pode vir da Polícia".

"Classificamos esta acusação de irresponsável diante dos fatos", declarou D. Paulo à imprensa, concluindo:

"A Universidade sempre respeitou as autoridades e também exige respeito. Gostaríamos de dizer aos pais que já de absoluta tranquilidade, e esperamos não ser interrompidos. A juventude é o que temos de mais precioso e queremos dar-lhe o melhor de nós".

D. Paulo falou em nome da Pontifícia Universidade Católica.

A posição da Retoria está na página 4.



possa esclarecer para sempre que a Universidade é um lugar de debates dos grandes problemas do País e da humanidade".

"Este lugar", disse o cardeal, referindo-se à Universidade Católica, "tem que ser preservado, para que o País possa encontrar o equilíbrio entre as correntes da História e as ideologias".

No opinião do cardeal, não era preciso inva-

A uma emissora de televisão, o cardeal afirmou que, de tudo, sobrou esta juventude boa confiante e mais unida na construção de um mundo harmonioso".

A autonomia universitária será defendida pela Retoria, alunos e professores, disse D. Paulo aos repórteres, acrescentando: "que este episódio

Na imagem anterior, artigo do Jornal do Brasil de 08/10/1977 noticiando a censura do

Jornal O São Paulo. Acima, a edição referida no artigo — 01 a 07/10/1977



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 M.J. - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
 SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL EM SÃO PAULO

OF. 5302/76-SIAS/SP

26 de julho de 1976.

SENHOR DECRETOR

A censura prévia, instituída por determinação do Senhor Ministro da Justiça, no semanário "O São Paulo", será realizada a partir desta data, na sede da Superintendência Nacional do D.P.F. em São Paulo, à rua Xavier de Toledo, nº 201, 3º andar.

Assim, V.Sa. deverá providenciar a remessa da matéria relativa a cada edição, inclusive anúncios, fotografias, vinhetas, capa, contra-capas, etc., à sede do D.P.F. até, no máximo, às 17 hs de cada quinta-feira.

Cumpre esclarecer que não será permitida a substituição da matéria vetada, sendo obrigatório o preenchimento de espaços relativos aos vetos que ocorrerem com material normalmente aprovado, e, se não houver, o editor diminuirá o número de páginas da edição.

Após a impressão do semanário, três exemplares deverão ser encaminhados a esta SR/DIT/SP, em horário previamente determinado, para conferência e liberação, se for o caso.

Em caso de dúvida, V.Sa. deverá solicitar esclarecimentos, pessoalmente, a esta Superintendência.

*Beudick...*  
 SUPERINTENDENTE NACIONAL

*Suz*

AC. 111.110  
 SENHOR DECRETOR DALE  
 DD. DEPARTAMENTO DO SEMANÁRIO "O SÃO PAULO"  
 SÃO PAULO - CAPITAL

~~COMUNICAÇÃO PASTORAL  
AO POVO DE DEUS~~

**VETADO**

**Comunicado Pastoral da CNBB esclarecendo os últimos acontecimentos envolvendo a prisão e morte de sacerdotes e religiosos. A seguir, documento na íntegra. RJ, 25/10/1976.**

**VETADO**

~~COMUNICAÇÃO PASTORAL AO POVO DE DEUS~~

I — INTRODUÇÃO

Os Bispos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro de 19 a 25 de outubro de 1976, diante dos acontecimentos recentes que atingiram a Igreja no Brasil, comovendo a tantos no país e no exterior, pensamos em vocês, gente simples, gente religiosa, gente das comunidades de base e dos grupos de reflexão, e lhcis oferecemos esta reflexão pastoral.

Falando após tantas manifestações de Pastores e Igrejas, não queremos fazer um documento de denúncia, ainda que os fatos aqui narrados já sejam, por si mesmos, uma denúncia clara e forte. Nossa intenção é iluminar com a luz da Palavra de Deus os acontecimentos atuais para que os cristãos tomem, diante deles, uma atitude de fé e coragem, uma animação parecida com aquela que dá o Livro do Apocalipse. Ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste.

Para esta comunicação pastoral, pudemos contar com a preciosa e fraterna colaboração de padres, religiosos, religiosas e leigos. Assim, queremos apresentar:

- 1.º *Os Fatos* — Contamos coisas que os jornais já divulgaram e que achamos bom recordar para servir de base à reflexão. Colocamos, também, algumas coisas que não saíram nos jornais, nem no rádio.
- 2.º *O sentido desses fatos* — Aconteceram por acaso ou são frutos produzidos por alguma árvore que devemos procurar conhecer?

3.º *Alguns princípios pastorais e novos apelos de Deus* —

O que a Palavra de Deus nos diz a respeito desses acontecimentos? Se Deus nos fala, não só pela Bíblia e pela sua Igreja, mas também pelos acontecimentos, procuremos descobrir os caminhos do Senhor no meio das coisas contadas e meditadas nestas páginas.

II — OS FATOS

Recentemente ocorreram fatos que, por sua gravidade, abalaram a Igreja e o povo brasileiro. Referimo-nos principalmente ao assassinato dos sacerdotes Pe. Rodolfo Lunkenbein, Pe. João Bosco Penido Burnier e ao seqüestro do bispo Dom Adriano Hipólito, da Diocese de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

— *O Caso de Merure, MT*

A origem deste caso está ligada à demarcação da terra dos índios, feita com autorização da FUNAI.

Dois dias depois de iniciados os trabalhos, no dia 15 de julho deste ano, mais de 60 pessoas entre fazendeiros, posseiros e capangas, foram armados à sede da Missão Salesiana de Merure, MT, procurando pelo Pe. Rodolfo, diretor da Missão, para tomar satisfação.

O Pe. Gonçalves que os atendeu foi por eles maltratado. Pouco depois chegaram Pe. Rodolfo e alguns índios Boróros. Pe. Rodolfo não reagiu às provocações. Tentou convencê-los a recorrer à Justiça. Alguns Boróros logo queriam fazer alguma coisa para impedir o desato ao Pe. Rodolfo.

Laurenço, chefe dos Boróros, levou um tiro pelas costas. Três outros tiros foram dados. O Pe. Rodolfo foi atingido e morreu 10 minutos depois. O tiroteio se generalizou. Outros índios foram chegando para perto. Ficaram feridos cinco deles e alguns dos atacantes. Um deles, Aloísio, caiu morto por um tiro no rosto e facadas. O índio Simão caiu também ferido. Quando sua mãe Tereza tentou socorrê-lo, foi também grave-

mente ferida. Os atacantes fugiram logo após deixando no local o corpo de Aloísio e um de seus carros.

Os feridos foram levados para Barão de Carças. No caminho morreu o índio Simão. O enterro de Simão foi no dia seguinte, e o do Padre Rodolfo dois dias depois. O corpo de Aloísio foi entregue à família pela Polícia.

— *O seqüestro de Dom Adriano Hipólito*

Na quarta-feira, dia 22 de setembro do corrente ano, Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, deixou a Cúria Diocesana acompanhado de seu sobrinho e pela noiva deste, num carro Volkswagen pertencente ao Bispo.

Após percorrerem poucas ruas, foram interceptados por dois carros, dos quais saíram cinco ou seis homens armados de pistolas. De modo brutal obrigaram o bispo e seu sobrinho a sair do carro, enquanto a moça conseguia, no meio da confusão, fugir para sua casa. O bispo foi atirado no banco traseiro do carro dos seqüestradores. Colocaram-lhe um capuz na cabeça e algemas nos pulsos, obrigando-o a se abaixar para não ser visto da rua, enquanto o carro partia em louca disparada. Os raptos cortaram todos os botões da batina do bispo.

Após uns trinta minutos, pararam o carro e tiraram toda a roupa do bispo, deixando-o inteiramente nu. Tentaram enfiar-lhe na boca uma garrafa cheia de cachaça. Tendo o bispo reagido, desistiram da idéia. Ao mesmo tempo, gritavam que eram da "Aliança Anti-Comunista Brasileira", que o bispo era um "comunista traidor" e que "depois chegará a hora do bispo Calheiros"! (Trata-se de Dom Waldyr Calheiros, Bispo de Volta Redonda, RJ).

Depois levaram o bispo para um lugar mais afastado, de onde pôde ouvir os gritos de seu sobrinho. Tendo horrificado o bispo com tinta vermelha, tornaram a colocá-lo no carro. Abandonaram-no amarrado, bem distante de Nova Iguaçu, na calçada de uma rua do bairro de Jacarepaguá.

O bispo, foi encontrado por alguns homens que lhe deram algumas roupas e o levaram à residência mais próxima. Dom Adriano dirigiu-se, então, à Delegacia do Distrito local e dali, após prestar depoimento, foi levado para a Polícia Política. No DOPS recebeu informação de que seu sobrinho tinha sido encontrado e, juntamente com a noiva, estava a caminho para prestar esclarecimentos. Informaram-lhe, ainda, que o seu carro tinha sido explodido em frente da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda no DOPS, Dom Adriano recebeu a visita do Sr. Núncio Apostólico, o representante do Papa, no Brasil, trazendo-lhe sua solidariedade. De início, o Sr. Núncio fora impedido de entrar na sala onde o bispo prestava depoimento.

Até a presente data, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tem conhecimento do resultado do inquérito aberto pelas Autoridades para descobrir os responsáveis pelo seqüestro.

#### — A morte do Padre João Bosco Penido Burnier

O Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, missionário na Prelazia de Diamantino, em Mato Grosso, viajava na companhia do bispo Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix, daquele Estado, no dia 11 de outubro, regressando de uma reunião de padres sobre problemas dos índios.

Passando pelo povoado de Ribeirão Bonito, no município de Barra do Garças, o bispo e o padre se dirigiram à Delegacia local para reclamar contra a injusta prisão e torturas que estavam sofrendo duas mulheres do lugar.

Oito dias antes, fora assassinado o cabo Félix, da Polícia Militar de Mato Grosso, por ocasião da prisão, num clima de brutalidade e violência, dos filhos do Sr. Jovino Barbosa. A morte do cabo trouxe ao povoado de Ribeirão Bonito um grande contingente de policiais de Barra do Garças. A polícia semeou terror na área, prendendo, espancando, torturando.

Dona Margarida Barbosa, irmã do Sr. Jovino, foi presa nos dias 5 e 11 deste mês, e torturada pela polícia, que a

fez se ajoelhar, de braços abertos, em cima de tampas de garrafas. Enfiaram-lhe agulhas debaixo das unhas de suas mãos e nos seios. Espancaram-na. O interrogatório foi feito sob a mira do fuzil e com dois revólveres aos ouvidos. Durante este tempo não recebeu comida nem água. No dia 11, às 17 horas, ouviam-se, da rua, seus gritos: "Não me batam".

Dona Santana, esposa de Paulo, filho do Sr. Jovino, de resguardo de duas semanas, foi presa nas mesmas datas e violentada por vários soldados que também queimaram a roça e a casa do marido, com todo o arroz na tulha.

O sofrimento destas mulheres foi o motivo da ida de Dom Pedro e do Pe. João Bosco à Delegacia de Ribeirão Bonito. Eles tentaram em vão um diálogo sereno com os cabos Juraci e Messias e com dois soldados, intercedendo pelas vítimas. A polícia reagiu com insultos e ameaças, se ousassem denunciar estas arbitrariedades. O Padre recebeu um soco e uma coronhada no rosto e um tiro de bala "dum-dum" na cabeça.

Durante umas três horas de lucidez, Pe. João Bosco recebeu os sacramentos e ofereceu a Deus seus sofrimentos pelo povo e pelos índios. Levado, agonizante, para a cidade de Goiânia, faleceu às 17 horas do dia 12 de outubro.

#### — Outros Fatos

A estes somam-se ainda outros fatos que mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente.

— Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, conhecido no mundo todo, tem sido vítima, de longa data, da censura oficial. A simples menção do nome de Dom Helder através da imprensa, do rádio, da televisão, foi proibida através de instruções escritas do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça. O Semanário "O São Paulo", instrumento de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, está obrigado a dupla censura prévia no Departamento de Censura da Polícia Federal.

— 8 —  
INVESTIGAR

— A ação da violência tem-se manifestado, ainda, contra outras instituições: os recentes atentados terroristas cometidos contra a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, ambas no Rio de Janeiro, a sede da Auditoria Militar, em Porto Alegre, e o Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas (CERAP), em São Paulo.

— Na mesma noite do seqüestro de Dom Adriano Hipólito, além da explosão do carro na frente da sede da CNBB, uma bomba explodiu, também no Rio de Janeiro, na residência do jornalista Roberto Marinho, diretor do jornal "O Globo", ferindo um de seus empregados.

— A esses fatos, de maior repercussão, não podemos deixar de relembrar que, durante os últimos anos, ocorreram prisões políticas arbitrárias que incluíam seqüestros, maus-tratos, torturas, desaparecimentos e mortes, embora desde maio último, ao que se sabe, tais fatos não tenham sido repetidos. O mesmo não se pode dizer, porém, quanto aos crimes que continuam a ser cometidos por elementos de forças policiais contra a população através do nosso imenso Brasil, sendo mais notórios os episódios ocorridos recentemente em Campo Grande, MT, quando oficiais da Polícia Militar seqüestraram e mataram um jovem. Na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e, em São Paulo, SP, outros crimes foram cometidos por elementos da Polícia Militar.

Violência gera violência. A violência instigada contra os presos políticos alastrou-se entre militares e policiais.

Parece evidente a constatação de que, além da deformação de elementos das forças policiais, os mais recentes atentados têm caracterizado a atuação de organizações terroristas no Continente Latino-Americano.

Uma demonstração do terrorismo político-militar, em nível latino-americano, foi a prisão de 17 bispos católicos, acompanhados de cerca de 20 assessores padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado, na cidade de Riobamba, no Equador, levados para a cidade de Quito pelas autoridades militares daquele País. Na ocasião, esses bispos, que incluíam

INVESTIGAR

— 8 —  
brasileiros (Dom Cândido Padin e Dom Antônio Batista Frágoso), norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaiense, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao Papa na qual afirmavam que o objetivo do encontro era exclusivamente de ordem pastoral, para refletir juntos sobre problemas relacionados com a evangelização nas respectivas dioceses, no atual contexto histórico da América Latina.

### III — O SENTIDO DOS FATOS

Diante de todos esses fatos, quem deve ser responsabilizado pela onda de perversidade que vem assumindo proporções alarmantes? O que está por trás de todos os crimes que, em nosso País, alcançaram um grau requintado de crueldade?

A ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que tacham Bispos, Padres e Leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas, contribui para o clima e a prática da violência e das arbitrariedades.

Diante de tantos fatos que revoltam a opinião do País, não se pode responsabilizar somente o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver, a este ou aquele policial ou militar. Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência.

Dentre os principais fatores de violência apontamos os seguintes:

#### — Os Pobres sem Justiça

São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, às delegacias, onde as torturas são frequentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade, ou presos durante o "arrastão" das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem.

Para os poderosos, a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder

— 10 —  
ATA

do dinheiro, pelo prestígio e pela influência na sociedade que acoberta e, portanto, é cúmplice deste tipo de injustiça.

Esse duplo tratamento parece sugerir que, em nossa sociedade, só, ou acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente, é fonte de direito. Na Assembléia da Ordem dos Advogados, reunida nestes dias na Bahia, foi expressa a preocupação dos próprios advogados com esse estado de coisas, ao ser lembrado que: "o direito penal é o direito dos pobres, não por que os tutele e proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e seu rigor".

— *A impunidade de policiais criminosos*

É notória a ação criminosa do famoso "Esquadrão da Morte", cuja presença é constatada em vários Estados da Federação. É sabido que, em vários casos, policiais assassinos foram presos e punidos segundo a lei.

Grave é o caso de policiais que, acusados de crimes de morte, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio, não são levados às barras dos tribunais porque acobertados por poderes mais altos que os protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se à Justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio da igualdade de todos perante a lei, base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada.

— *A má distribuição da terra*

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta ao período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais às grandes empresas agro-pecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do País, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras.

Estes pequenos proprietários, situantes e posseiros, com dificuldade até para obter uma carteira de identidade, não

ATA  
— 11 —

conseguem documentar a posse da terra, ou fazer valer, perante a Justiça, os seus direitos de usucapião.

São, então, expulsos das terras, tângidos para mais longe, até para países vizinhos, ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do País.

Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente nas regiões amazônica e matrossense.

Outros demandam às cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna, que termina por "inchar" as grandes cidades onde têm que se alojar em casebres miseráveis, levando vida desumana, até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas, nas quais se instalaram, passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização. Antes disso, porém, já terão sofrido os males da cidade grande, tais como, o aviltamento dos salários e a péssima qualidade, ou total ausência, dos serviços urbanos.

— *A situação dos Índios*

Os índios, especialmente na Amazônia legal, perdem extensões crescentes de suas terras, para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras de origem por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado com os indígenas do Sul do País.

Neste quadro, o "Estatuto do Índio" torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão-de-obra barata, ou se dirigem para a periferia das cidades ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam suas reservas.

A tutela do Estado, tomando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos de seu crescimento e de seu destino.

É lento o processo para a demarcação das terras dos índios, problema que se acentua dada a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas minerais e das florestas.

**VEETADO**

der e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação, com a lealdade ao Estado, isto é, ao Governo. Colocar o Estado, o Governo, acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo.

Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção e não se justificam, quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo.

A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal, espalha-se pelo Continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a "guerra anti-subversiva" contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade.

O treino para esta "guerra anti-subversiva", na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais.

Essa doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

#### IV — *ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS E NOVOS APELOS DE DEUS*

Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas de suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Santo Espírito para poder perceber, nesses

**VEETADO**

A introdução de um modelo de progresso, apoiado em amplos recursos financeiros, expõe tribos inteiras ao extermínio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio, que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA.

Não é de surpreender, assim, que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder suas origens, proclamando-se holivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

#### — *Segurança Nacional e Segurança Individual*

Já dissemos que o princípio da igualdade de todos perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo, a segurança de cada um e de todos os cidadãos de um País é essencial para a segurança interna de uma Nação.

A Constituição Brasileira, em vigor, afirma que "todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido". A afirmação em contrário, segundo a qual "é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos" aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira a "doutrina da Segurança Nacional", a qual desde 1964 tem inspirado o Governo Brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e, em igual proporção, cada vez contando menos com a participação do povo.

Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação tem que ser reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é, pelo Governo. Ser nacionalista, portanto, não significa sacrificar uma fé, um sentimento, ideais, valores que possam parecer nocivos e até incompatíveis com os interesses e pontos de vista do sistema político vigente.

Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado. Nem é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos, cuja existência é anterior à da própria Nação, cabendo, porém, ao Estado, reconhecer, defen-

RJ, 25/10/1976.

~~—16—~~ **NETA**

Os grandes daquele tempo não toleravam que Cristo os igualasse, diante de Deus, aos pequenos, aos ignorantes da lei e aos pecadores. A estes últimos, Cristo, porém, deu preferência, afirmando: "As meretrizes e os publicanos estão vos precedendo no Reino de Deus" (Mt 21,31).

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome? Por que alguns — até estrangeiros — podem adquirir, por dinheiro, milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando o pedaço de terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos?

Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 30, 50, 100 mil cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário mínimo? Há países em que a diferença entre os salários mínimo e máximo não excede a 12 vezes, enquanto no Brasil passa de 200 vezes. Por que alguns podem ir passear e conhecer o mundo todo, e a maioria não pode tirar uma semana de férias e sair com a família? Lembremos, contudo, que, embora as diferenças econômicas não sejam pecado em si mesmas, é pecado as injustiças que as ti-  
verem provocado.

Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo.

Como reagem eles? Com um exame de consciência? Com a defesa de seus interesses? Assim reagiram os poderosos do tempo de Cristo: "Se o deixarmos assim, todos criarão nele e os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação" (Jo 11,48). Os grandes daquele tempo pensavam em si e não no povo. Hoje é a mesma coisa? Se o Evangelho for seguido, será bom para o povo, mas os grandes terão que perder seus

**NETADO** - ~~X~~

473

privilégios, como Maria Santíssima já havia profetizado: "Derubou do trono os poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias" (Lc 1, 52-53).

Como pastores, sinceramente desejamos que estes não vivem as costas à Palavra do Deus que ouve os clamores do Seu povo.

Aqueles que fazem uso indevido da Palavra de Deus: "Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para eu não ser entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui" (Jo 1,36), respondemos que, não ignorando que a parte mais bela do Reino será vivida na casa do Pai, a Igreja sabe, também, que o Reino de Deus começa aqui. Todos devemos trabalhar para que o povo possa passar "de situações menos humanas, para situações mais humanas".

A Igreja não pode ser um poder como os outros poderes. Ela não deve confiar na força nem tentar usar as mesmas armas dos poderosos. Sua arma é a cruz! Sua força é a graça de Deus. Para construir o reino não deste mundo, mas o de Deus, é preciso crer, orar e sobretudo sofrer e até morrer, porque "sem derramamento de sangue não há redenção" (Hebreus 9,22).

Eis porque ninguém deve admirar-se de que muitos dos que seguem o Evangelho sejam tão criticados e até acusados de comunistas ou subversivos. O Evangelho diz a respeito de Cristo: "Eis que este menino foi colocado... como um sinal de contradição" (Lc 2,34). Ele que "passou a vida fazendo o bem" foi criticado, acusado de tanta coisa, preso, levado aos tribunais e condenado à morte. "O discípulo não é maior do que o Mestre". Ninguém fique triste com essas acusações, nem preocupado em defender-se delas. Como Paulo, pode dizer: "Longe de mim gloriar-me a não ser na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo" (Gál. 6,14).

É isso que os grandes do Mundo dificilmente podem entender: a felicidade da cruz aceita em união com Cristo crucificado. "Bem-aventurados sois quando vos injuriarem e vos

RJ, 25/10/1976.

**VEETADO**

-X-

perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos porque será grande vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas que vieram antes de vós" (Mt 5,11-12). Não devemos lamentar a sorte de Dom Adriano, dos padres Rodolfo e João Bosco, do índio Simão. Seria bom se as Autoridades desobrissem e punissem os responsáveis pelo seqüestro, não para desagravar o bispo, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos.

Seria bom que a Justiça castigasse os assassinos do Pe. João Bosco, não por ele ser de uma família importante, mas para que, nunca mais, elementos da Polícia desrespeitem e torturem ninguém, como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana, e nem continuem espalhando terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e seus companheiros de crime fossem presos e condenados, não para vingar a morte do Pe. Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da Justiça. Todavia, a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das Autoridades, enquanto o sistema sócio-político e econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propícia à violência.

Diante de tudo isso, o que é que Cristo está a exigir de nós? Ele nos faz estes apelos:

"Não temais aqueles que matam o corpo mas não podem matar a alma" (Mt 10,28).

"No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo" (Jo 16,33).

"Se o mundo vos odeia, sabeí que primeiro me odiou a mim" (Jo, 15,18).

"Assume a tua parte de sofrimento como um bom soldado de Cristo Jesus" (2 Tim 2,3).

"Mostra-te fiel até a morte e eu te darei a coroa da vida" (Apoc 2,10).

**VEETADO**

-X-

"Completo na minha carne o que falta à Paixão de Cristo" (Col 1,24).

"Ai de mim se eu não disser a verdade que ouvi. Ai de mim se eu me calar quando Deus me mandar falar" (Liturgia).

É com esse esforço constante de fidelidade que a Igreja, formada de todos nós, poderá ir se purificando e ir caminhando na realidade do Reino de Deus. Somente então será verdade o que São João escreveu no livro do Apocalipse: "Eis a tenda de Deus com os homens. Ele habitará com eles, eles serão o seu povo, e Ele, Deus-com-eles, será o seu Deus. Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram" (Apoc 21,3-4).

Assim, amados irmãos, continuemos a percorrer juntos o Caminho da Esperança.

\* \* \*

Desejosos de que esta Comunicação Pastoral ao Povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações; e movidos, ao mesmo tempo, por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, adiamos sua publicação para depois das eleições de 15 de novembro.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976.

\*

# O SÃO PAULO

Semana de 20 a 26 de agosto de 1982

Número Especial ANO XXVI

## SEMANARIO

Número avulso 50,00  
Número abastado 70,00  
Semestral 2.000,00  
Anual 3.000,00

# « MEA CULPA »

Subversão  
Crescente  
na Igreja  
Página 3

encontro com

o Pastor

## Um exame de consciência

Paulo Evaristo,  
CARDEAL ARNS

Meus Amigos, gostaria que buscamos Deus e que seguamos a consciência na procura do bem. A Igreja Católica no Brasil está vivendo um estranho período. Há dois anos que este país recebeu a visita do Santo Padre, Invictissimo João Paulo II. Em todas as suas viagens, o Santo Padre, Invictissimo João Paulo II, sempre se preocupou com a motivação. Costuma falar claro e apontar com precisão a direção a seguir. A par dos diferentes auditórios que o ouvidor tem a honra de receber, sempre se preocupa em ser observado por bispos, sacerdotes, religiosos e leigos. Vai-se quem doutrinou, fica o que foi ensinado, começa a fidelidade, a fé, que é o "por em prática". Obediência com fidelidade. A pergunta: temos sido fiéis ao Sucessor de Pedro? Responderá a consciência de cada um.

Meus Amigos, que é mais um desafio pessoal do que uma mensagem. Tenho pagado minhas ações, não de acordo com o resultado de anos e anos de equívocos e ilusões. O verdadeiro exame de consciência feito, pela primeira vez, sempre dá resultados de qualquer tipo. O que foi preciso não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo. (Cícero).

Temho pagado minhas ações, não de acordo com o resultado de anos e anos de equívocos e ilusões. O verdadeiro exame de consciência feito, pela primeira vez, sempre dá resultados de qualquer tipo. O que foi preciso não nos dá vergonha pensá-lo, não nos deveria dar vergonha dizê-lo. (Cícero).



Paulo Evaristo, Cardeal Arns entrega sua mensagem a O São Paulo

Os lobos e o rebanho

A própria Religião passa por dois perigos: uma procura alimmentar um sentimentalismo espiritualista, outros, veados em seu interior,

O Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, fez entrega de uma mensagem que apresenta um verdadeiro grito de alerta ao povo brasileiro.

Companhado de D. Angélico Sândalo Bernardino e do Pe. Ismael Martignago, respectivamente Diretor e Redator Chefe de "O São Paulo", o cardeal Arns reuniu representantes do Conselho Editorial, da Redação e alguns colaboradores para apresentar novas diretrizes de atuação para a Arquidiocese de São Paulo.

Minha mensagem representa um mea culpa por tudo aquilo que vem acontecendo de errado na Igreja do nosso tempo. É uma mensagem do Cardeal Arns.

Não poderia continuar, orientando as palavras do Papa, a João Paulo II tem oferecido para os mais diversos problemas — e para o próprio problema da Igreja — de acordo com visões anormais, parciais, individuais, próprias de estranhas teologias que pretendem acobertar desde a desobediência silenciosa até a discordância explícita.

Sinto que uma parcela da Igreja procura fazer-se passar pelo todo e cada dia avança mais na contestação à própria essência do Catolicismo. O marxismo é um sistema de ideias que, por abarcar toda uma realidade, procura fazer-se passar pelo todo e cada dia avança mais na contestação à própria essência do Catolicismo. Seus fundadores não eram marxistas. Mas não existe peranto nada vale a Deus não existe peranto que os meus irmãos de fé, os batizados nas suas igrejinhas suburbanas ou dos templos sumtuosos juntamente com os inimigos da democracia, pois assim agindo, se auto-excomun-

gam, excluem-se deliberadamente do rebanho, levados por nossos erros, misérrimos... embargada, contínuo. D. Paulo: "Precisamos fixar normas para uma atualização pastoral de conjunto na Arquidiocese. Precisamos purgar a Igreja as mesquinhas e elevarmos nela a grandeza infinita do Cristo que a estabeleceu.

A Arquidiocese de São Paulo não pode mais escolher para assessoria entidades integradas e orientadas por notórios marxistas e estruturalistas que surgiram num contexto de interpretação histórica sob o prisma da teoria da "luta de classes". Esses como, a da religião como "opio do povo", e a da "socialização do indivíduo", refletindo o espírito do "Teologia da Libertação" que não é mais do que uma refração do marxismo socialista, chamados teólogos progressistas".

Ao final da reunião, o querido Cardeal Arns, com toda a salvez apesar da emoção, pronunciou estas palavras: — "Há momentos em que um balanço de nossa vida deve ser feito. Não apenas estou em falta com os meus, com Cristo de quem me afastei, como estou em falta comigo mesmo. O processo de recuperação poderá ser longo ou curto, mas tenho certeza completa de que não será pelo caminho que vinha percorrendo que construirei minha vida. O Divino Espírito Santo iluminou-me para fazer meu exame de consciência. Que cada um faça o seu".

A mensagem de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Arns, publicada na Inquérito, na edição de Encontro com o Pastor, para que também ilumine os irmãos em Cristo.

Estamos juntos, Cardeal Arns.









CARTAS - CARTAS -

O PAPEL DE D. ZICO

Leitora assídua de O S. Paulo, gostaria de registrar a minha decepção em relação à atitude de D. Zico, Bispo-Auxiliar de Belém, nos episódios que antecederam o julgamento dos padres franceses Camilo e Gouriou. Apesar de ter se comprometido a apoiar a campanha desenvolvida pelo Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia, em apoio aos dois padres, D. Zico não o fez. Jamais poderíamos supor que o Bispo Auxiliar de Belém agiria em desacordo com a palavra empenhada, tomando uma atitude dúbia em relação aos acontecimentos citados. Gostaríamos que o S. Paulo registrasse o nosso repúdio à sua atitude. - MARIA DE NAZARETH - Belém/PA



D. ZICO TRAIADOR



O Vaticano repreende a CNBB

LENILDO TABOSA PESSOA

"A Santa Sé enviou ao presidente da CNBB, d. Ivo Lorscheiter, duas cartas com a mesma data, nas quais proíbe três missas inventadas e patrocinadas por bispos brasileiros; a Missa dos Quilombos, a Missa da Terra-Sem-Males e a Missa da Esperança. As missivas, assinadas pelo papa João Paulo II, foram enviadas ao Cardeal Divino, d. Giuseppe Casoria, embora redigidas na habitual linguagem diplomática vaticana, são extremamente enérgicas e duras e chamam firmemente à atenção o presidente da CNBB.

E o seguinte o texto integral da primeira carta: "Roma, 2 de março de 1982. A Sua Excelência, o Sr. Presidente da Conferência Episcopal Brasileira, D. Ivo Lorscheiter, Excelência.

Tenho a honra de dar urgente resposta a sua carta de 22 de fevereiro último, agradecendo-lhe vivamente por ter enviado a seguinte declaração: "A CNBB não aprova a divulgação do ensino competente dessa Conferência Episcopal de atender ao que possa ser decidido ou notificado por esta sagrada Congregação e me permito humildemente, com o único objetivo de ajudar a unidade, assumir o que se segue.

Confirmando e repetindo o que foi dito em alusão ao Episcopado Brasileiro, reitero a proibição do ensino do dever pastoral de expressar o que o fascículo do qual se falava, intitulado Missa da Esperança, não é nem se pode dizer conforme, as palavras dispostas no artigo parágrafo 1º da celebração da Eucaristia.

Queira, portanto, dar-me uma correta resposta à presente carta e aceitar os meus mais distintos e respeitosos cumprimentos. Com certeza, me confirmo, estendendo-os a todo o Episcopado Brasileiro, seu devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria - Arcebispo titular de Vescovio, Prefeito.

A segunda missiva está redigida nos seguintes termos:

"Roma, 2 de março de 1982. A Sua Excelência, o Sr. Presidente da Conferência Episcopal Brasileira, D. Ivo Lorscheiter, Excelência.

Chegou a esta Congregação sua prezada carta de 22 de fevereiro último, como esclarecimento e resposta às observações feitas por esta Congregação acerca da documentação relativa a uma especial Missa celebrada na cidade de São Paulo, e as observações tornaram-se necessárias e foram apontadas a Vossa Excelência, com data de 5 de janeiro último, pelas circunstâncias de ambiente e de pessoas que emergiam da apresentada descrição.

Permitimo, Excelência, poder dizer que a carta de 22 de fevereiro, medida, não parece ter notado exatamente o válido significado da alusão feita à chamada Missa da Terra-Sem-Males; nem exprime na realidade a esperada resposta que se desejava (e que se sabe, gradatamente, assegurando que no futuro a celebração da Eucaristia será como sempre, e segundo o que o Senhor nos ensina e prescreve). Não se trata de reinvindicar de qualquer grupo humano ou racial. De resto, se desejava e desejava que ao informar os outros Excelentíssimos Bispos autores, realizadores e interessados na acima mencionada celebração eucarística, fossem claramente apresentadas as superiores intenções transmitidas por respeito e por amor à verdade e justiça em relação a todo o Povo de Deus.

A apreciação que o bispo auxiliar de Roma fez acerca da Missa dos Quilombos, recordada abundantemente por Vossa Excelência embora apreciando o zelo de arrendimento e reparação que quer exprimir não pôde levar esta Congregação a desistirem de levar esta Congregação a desistir de julgar e de não permitir, para

o futuro atos semelhantes à chamada Missa dos Quilombos.

Aproveito a ocasião para apresentar sentidos e devotos cumprimentos, que Vossa Excelência queira entender, em meu nome, também aos irmãos e irmãs que, com o Senhor, me sobre e grande neto, enquanto me confirmo sinceramente e com afeto, devotíssimo no Senhor, Giuseppe Casoria - Arcebispo titular de Vescovio, Prefeito.

Segundo informações de fontes autorizadas, o Sr. Presidente da Conferência Episcopal Brasileira, D. Ivo Lorscheiter, não se deu conta de que, ao fazer tais observações, tornaram-se necessárias e foram apontadas a Vossa Excelência, com data de 5 de janeiro último, pelas circunstâncias de ambiente e de pessoas que emergiam da apresentada descrição.

Com efeito, os textos das duas missivas fazem várias revelações e contêm vários aspectos embarralhados. Em primeiro lugar, revela-se a correspondência entre Roma e a CNBB sobre assuntos de interesse para toda a Igreja brasileira, da qual D. Ivo Lorscheiter não deu conhecimento. O texto de sua primeira carta ao presidente da Congregação alude a observações feitas pela Santa Sé, a 5 de janeiro, sobre a chamada Missa dos Quilombos; a uma carta enviada por Roma a 9 de fevereiro, em que se manifestam em relação às observações anteriores, e, finalmente, a uma carta de D. Ivo, de 22 de fevereiro.

Vários bispos informam que não tiveram conhecimento de nenhum desses textos até o dia 22 de fevereiro, quando, depois das cartas da Congregação, com data de 2 de março.

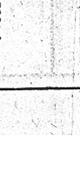
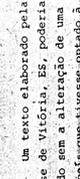
Em segundo lugar, ao vejar a Missa da Esperança, a primeira carta de Roma ressalta que ela "não é nem se pode dizer conforme, as observações que se fizeram acerca do que equivale a uma diplomática mas firme acusação aos bispos responsáveis por seu texto de não conhecerem normas que, por dever de ofício, deviam conhecer."

Em terceiro lugar, a carta termina exigindo uma resposta ou, pelo menos, uma acusação do recebimento (o texto italiano usa a palavra ricambio, que pode significar uma cobrança). A CNBB não divulgou nenhum texto que comprove o atendimento da exigência. Isso significa que D. Ivo continua desafiando a Santa Sé ou que continuam sendo enviados aos bispos portugueses e espanhóis, sem correspondência entre Roma e a CNBB.

Em quarto lugar, a segunda carta acusa explicitamente o presidente da CNBB não só de não entender (ou de não querer entender?) as observações enviadas por Roma, mas também de não querer entender as garantias de que a missa não continuará sendo instrumentalizada e posta a serviço de interesses estranhos. De resto, as cartas são de março e a recente missa comemorativa da CNBB em desagravo pelo conde-nado dos padres franceses, com o altar enfeitado de faixas com dizeres políticos, mostra quanto a cúpula da entidade está disposta a levar a sério a advertência de Roma de que o culto não pode ser instrumento de "reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

Em quinto lugar, D. Ivo é acusado também de não querer entender as razões pelas quais Roma proíbe as missas por eles inventadas e a Congregação extirpe que se põem em esta prática pouco honesta "por respeito e por amor à verdade católica em relação a todo o povo de Deus". Sobram censuras também para o bispo auxiliar de D. Heller, d. Lamartine Soares.

Por fim, d. Giuseppe Casoria pede a D. Ivo que cumpra o que prometeu, além dos cumprimentos do episcopado, o que constitui uma maneira bem típica da linguagem diplomática vaticana de dizer que as duas cartas de março não devem ser consideradas aos bispos, como as anteriores. Não é por acaso que os textos das duas fazem alusão a correspondência anterior, até agora não divulgada.



# SUBVERSÃO NA IGREJA

Nenhuma advertência e repreensão do Papa João Paulo II, inclusive a última, tem sido capaz de desviar parte do clero brasileiro, especialmente a CNBB, da aberta pregação político-ideológica de inspiração e identificação nitidamente comunista, à frente dos padres mentores das comunidades eclesiais de base, das prela-zias; agora, com acinte e ímpeto insuadados, à hora da Missa, nas sacristias e nos confessioná-nios.

O problema vem sendo denunciado apenas por uns poucos jornalistas brasileiros não comprometidos no patriotismo e na militância marxistas, aqueles que são considerados por essa ala "progressista" da Igreja como fascistas e reacionários, através das mais desmoralizadas fontes de espiagem. A situação chegou a tal ponto que um dos mais importantes e tradicionais jornais do País - "O Estado de S. Paulo" - na sua edição de domingo p. passado divulga um editorial em tipo 12 romano, sob o título "Os Ordinários e o Papa"; cuja importância e avaliação não leva a ceder este espaço e assim trans-mitir aos nossos leitores em seus trechos mais significativos. EI-161.

"O dissídio que a hierarquia da Igreja do Brasil abriu na sociedade brasileira não afeta apenas as relações entre a Igreja e o Estado. Instituições encarregadas da organização dos poderes espiritual e temporal. Vai mais longe, porque não impõe aos católicos apenas a punição e escolhe entre suas convicções políticas e a obediência a seu ordinário, mas entre aceitar a Liturgia consagrada pelo Papa, sucessor de Pedro no carisma e na chefia da organização eclesial, e a que os bispos (individualmente ou em conferência) decidem instituir para atender não mais à memória do sacrifício de Cristo, mas a convicções políticas bem nítidas.

Na verdade, a pompa e a circunstância que marcavam a Liturgia da missa, católica nos tempos hoje tachados de "trifunhistas" pelas correntes LIBERTARIAS, sucedeu um momento evolutivo em que simplicidade substituiu o fausto e em que o violão ou outros instrumentos da cultura popular tomaram o lugar do órgão. Era, dizia-se, a identidade, pela música, da Igreja com os pobres...

... A substituição do órgão pelo violão e do coral pelo atabaque, contudo, passou-se rapidamente para a transformação da Liturgia - para confundir a celebração da missa com a pregação

# CRESCENTE

Guevara e seus apóstolos, que são buscados os fundamentos da solidariedade do POVO-DE DEUS.

Hoje, a crise extravasa os limites dos pequenos círculos. Não são mais progressistas e tradicionalistas que se empenham na disputa da melhor interpretação das Sagradas Escrituras... A crise - isto é, a violenta ruptura do equilíbrio - está no seio da Igreja, e entre conferências episcopais e o Papado, entre ordinários - que não aceitam possuir o Papa, sucessor do risâmico de Pedro, poderes de fixar a Liturgia da Missa - e o sumo Pontífice, que quer exercer seus poderes para fazer que "a celebração da Eucaristia (seja) como deve ser, e é, somente memorial da morte e ressurreição de Senhor e não reivindicação de qualquer grupo humano ou racial".

As cartas que dom Giuseppe Casaroli, pro-prefeito da Congregação para o Culto Divino, dirigiu em março a dom Ivo Lorscheiter, em sua qualidade de presidente da CNBB, e que não publica nos sexta-feira última, resumem em poucas linhas essa dicotomia entre o Papa e os bispos brasileiros. Já não se trata - pensam nisso os ordinários da Igreja do Brasil, e meditam os católicos e cristãos - de saber se o Papa quer os padres e bispos fora da política; se os deseja defensores do capitalismo liberal, do corporativismo católico ou fascista, do comunismo soviético ou do eurocomunismo ou do revolução sandinista... O que não se pode conceber é que os bispos pretendam estabelecer de per si a Liturgia, certamente à norma do Papado - em outras palavras, construir pelo caminho da Liturgia uma nova, 1ª e outra Igreja.

A defesa última da Liturgia, dos Dogmas e da Verdade Revelada da qual o Papa é, por legado de Cristo a Pedro e por tradição, o defensor e intérprete, não pode ser entregue aos ordinários. Eles podem, como seres humanos influenciados pela revelação de Jesus, desejar construir suas próprias missas da Esperança, da Terra sem males, dos Quilombos. Não podem e presun-der que essa seja a MISSA CENÓTICA.

Este é o começo do Cisma. Santo

Dom Marcos Barbosa

A Paulo VI se quisera, não precisaria de "demolição" à Igreja. Se a palavra "molodir" já estava mais em moda ele a teria usado. Pois não se referia a bombas lançadas de fora, mas a várias fissuras internas, dessas que caminham à guisa de marfim invisível e sutil, como no caso de Giovanni Guareschi A Nossa Senhora Féia, que o povo assim chama, mas não queria substituir por outra, e que desmora em longa procriação, graças às frinhas feitas na imagem por Dom Camillo...

Muitos, escandalizados com as rugas e manchas da Igreja e querendo substituí-la por outra, insistem em permanecer dentro dela, para melhor obter o seu intento. Foi o que se deu, no plano intermunicipal com Hans Kung, finalmente proibido de ensinar como teólogo católico. Como é o que vem acontecendo entre nós com Frei Leonardo Boff.

Já são conhecidas as opiniões de as críticas do jesuíta Pe. A. Prego a Leonardo Boff, aparecidas na revista Divus Thomas. Hoje temos o alívio de nos referirmos a um artigo de Frei Leonardo Boff, publicado no JORNAL DO BRASIL edição dominical. Dom Frei Boaventura começa por esclarecer, em certos casos, mesmo contra aqueles que a usam), que o nihil obstat da obra de Boff e dado "pelo chefe

# UMA IMPLOÇÃO DA IGREJA

de revisão tipográfica da Editora, pois não obteve o aval de seu Superior nem o imprimatur do respectivo Bispo. É lógico que o Autor, considerando ultrapassadas semelhantes ninharias, não se preocupe com isso. Mas causa espanto ver que tantos Bispos, esquecidos de repente de uma unidade em que se empenham em serores menos importantes, deixem circular livremente em suas dioceses, como guardiães da Fé, uma literatura que seduz facilmente os leitores menos avisados, incapazes de ver até onde levam certas lúbricas de aspecto sedutor.

Não, podemos evidentemente, resumir sequer o estudo de Frei Boaventura Kloppenburg, mas que poderá ser encontrado também no segundo número da revista Comunio. Em todo caso, para que o leitor tenha ao menos uma idéia dos desvios de Leonardo Boff, lembremos, por exemplo, que ele declara não ser bispos quem funcionou a Igreja; pois de um lado não suscitava que o seu povo fosse rejeitado a doutrina e de outro, imaginava para logo o fim do mundo... Tera apenas pregado o Reino de Deus: coisa muito diversa. Os apóstolos é que sentiram a necessidade de uma instituição, cuja hierarquia já aparecia nas cartas de São Paulo, com bispos e diaconos. Essa Igreja-instituição não soube fugir, como as demais instituições, a sede do poder, tornando-se como resume Frei Boaventura, "Oportunista e submetter tudo e todos aos próprios ditames do poder ataracado a comunidade, neuroticamente fechada sobre si mesma como uma grande seita que acolita a sociedade capitalista; já deu tudo o que podia ter de-

Antes de lançar-se a esta impositante tarefa, entretanto, talvez pudesse consultar o meu livro "Uma Nova

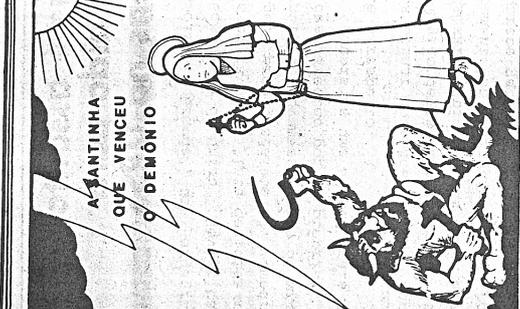
# Uma Nova

Antes de lançar-se a esta impositante tarefa, entretanto, talvez pudesse consultar o meu livro "Uma Nova

Uma Nova

Uma Nova

reunião dos fiéis com o objetivo de separá-los, classificá-los em dois grupos distintos e irreconciliáveis: os pobres, do POVO DE DEUS, e os outros. A liturgia se instrumentalizou não para trazer os infelizes ao redil de Cristo e do Papa (e como os jesuítas foram condenados por isso), mas para levar os fiéis à nova verdade revelada, comunicada não por Jesus e Moisés e confirmada no sacrifício do Calvário, mas transmitida por Lenin aos basbaques e sacramentada por



**A SANTINHA QUE VENCEU O DEMÔNIO**

Narrativa simples, em quadrinhos, sobre o trabalho pastoral desenvolvido pela Irmã Luz Alba, em Caracas, Roraima. As amarguras e denúncias sobre a reunião da CPT em Manaus e as perseguições movidas por falsos representantes de Cristo. O amor e o reconhecimento do povo de Caracas pela sensibilidade e espírito de fé criados demonstrados pela Irmã Luz Alba. Leitura obrigatória para todos aqueles que professam a verdadeira fé.

**EDIÇÕES PAULINAS**  
cada vez mais perto de você



A venda nas livrarias de Edições Paulinas  
RUA ISRAEL MENDES, 110 - JACARAIA - RJ - CEP 20.110-000  
RUA DOMINGOS DE MORAIS, 40

curou impedir que viesse a grande separação da Reforma, não estaria, CON-TRARIUM SENSU, os defensores da Teologia da Libertação e da liturgia reformada, inspirados no materialismo dialético e na pregação da luta de classes, pretendendo apressar o clima entre os que são católicos e os que são Igreja Católica se servem, por mais como pregam grandes transformações acobertadas pelo falso pretexto de transmitir a palavra de Deus...

**As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil estão sendo vítimas de uma verdadeira campanha de politização ideológica"**

**DOM AGNELO ROSSI**

**"SÃO INCONCILIÁVEIS COM O ESTADO LAICAL E, POR ISSO, SÃO PROIBIDAS A TODOS OS MEMBROS DO CLERO AQUELAS ASSOCIAÇÕES QUE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, PROCURAM OBJETIVOS POLÍTICOS, ENBORA SE APRESENTEM SOB A APARÊNCIA EXTERNA DE QUERER FAVORECER IDEIAS HUMANITÁRIOS, A PAZ E O PROGRESSO SOCIAL". (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA O CLERO DO VATICANO).**

de prestar "solidariedade a D. Eugenio Sales na crítica feita pelo Cardeal-Arcbispo do Rio de Janeiro à reletitura dos textos do Papa João Paulo II quando de sua viagem ao Brasil. A Sa- la, diz D. Amelio, já tinha conheci- mento dessa reletitura há algum tempo, e classificou-a de calamitosa.

Nada mais fêz do que verificar a quantas anda a mencionada reletitu- ra: são fatos diários, amplamente di- vulgados, que levam à conclusão de que a Igreja no Brasil atravessa, de fato, um período inquietante.

Veja-se, por exemplo, o que acon- teceu no 19 Encontro Nacional de Li-urgia da CNBB, realizado em Belo Ho- rizonte. Para coordenar um debate so- bre a "Problemática dos Diferentes Ti- pos de Celebrações, no encontro que foi indicado o Padre Maucyr Gibin, que é secretário executivo do Departamen- to de Liturgia do Celam (Conselho E- piscopal Latino-Americano). O cargo e a função que lhe deram patrocínio in- dicar ser o Padre Gibin pessoa de alto conceito no âmbito da CNBB.

Apoiado nesses títulos, Padre Gi- bin expressou-se com extraordinária veia litúrgica. "Já vai muito avança- do no Brasil", com a distinção de u- ma liturgia tranquilizante e alienan- te, e o crescimento da liturgia de um Igreja que quer libertar-se e promo- ver transformações sociais".

O cristão anônimo que não tiver tido oportunidade de acostumar-se à Teologia da Libertação poderia, aqui, manifestar perplexidade, e pedir ex- plicação. "Liturgia tranquilizante e alienante" seria o que se faz na Igre- ja há séculos? - isto é, o próprio Sa- crifício da Missa, que como acaba de explicar à CNBB a Congregação para o Culto Divino, de Roma, "deve ser, e somente, memorial da morte e res- surreição do Senhor, e não reivindica- ção de qualquer grupo humano ou racia- list?".

O Padre Gibin parece ter inter- pretado bastante pessoal quanto ao interesse histórico da vida e do sa- crifício do fundador do cristianismo nos textos litúrgicos, bem como ou- tros textos litúrgicos, devem consti- tuir 50% da celebração litúrgica, re- servando-se a outra metade às men- ções "dentro da realidade do povo".

O mesmo sacerdote mostra-se severo com a classe média: "A classe média

**PIUVA**

tual "os sacerdotes no Rio de Janeiro": "Fique assim bem claro que o ser- viço sacerdotal, se quer permanecer fiel a si mesmo, é um serviço essen- cialmente espiritual. Que isto seja acatado com respeito aos multiformes ten- dências e secularizar o serviço do Padre (...). E na área das almas, das suas relações com Deus e de seu rela- cionamento interior com os seus sem- pantes, que o sacerdote tem uma fun- ção essencial a desempenhar. Certam- ente, sempre que as circunstâncias o exigiam, ele não se eximirá de pres- tar também uma assistência material, mediante as obras de caridade e a de- fesa da justiça. Mas isto é, em defi- nitivo, um serviço secundário, que não deve jamais fazer perder de vis- ta o serviço principal, que é o de a- judar as almas a descobrir o Pai, e abrir-se para ele e a amá-lo sobre to- das as coisas".

Alinda, segundo o Padre Gibin, "a Igreja descobriu uma coisa importan- te: a tarefa de anunciar uma mensa- gem libertadora dos homens". e é ago- ra diferente de "uma Igreja onde, em mesma coisa, em face de qualquer pro- blema pelo qual a comunidade estives- se passando". A "mesma coisa", no ca- so, era a insistência nos textos bí- blicos, no próprio Evangelho. Padre Gibin fica, assim, na obrigação de escrever um outro Evangelho, já que considera monótona e inócua a insis- tência no antigo.

havendo, como se percebe, diver- gências inconciliáveis entre o pensa- mento do Padre Gibin e o pensamento de João Paulo II, seria interessante conhecer a esse respeito a opinião da própria CNBB - que acaba de con- ferir ao Padre Gibin papel tão importan- te no seu 19 Encontro Nacional de Li-urgia, e que não se prive de emitir opinião sobre todos os assuntos can-ônicos da atualidade.

**ASSINE O SÃO PAULO**

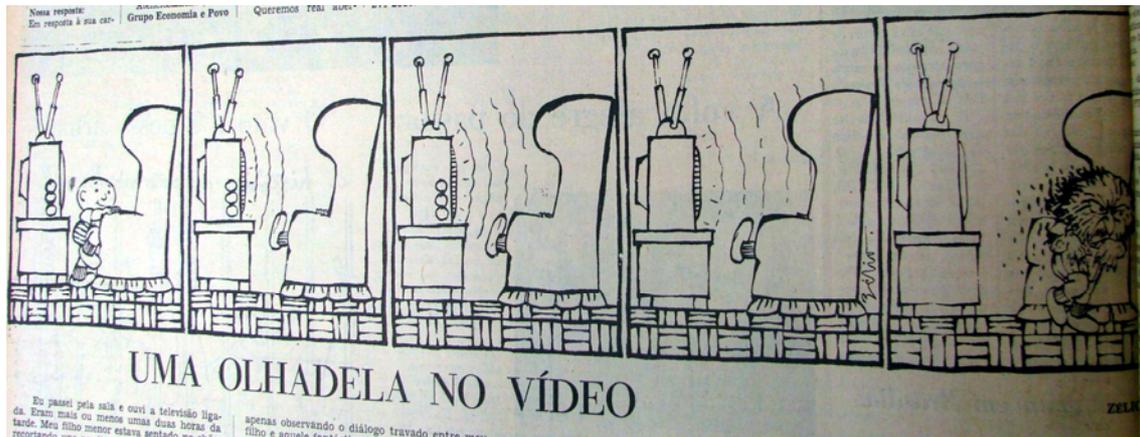
Veja como é simples fazer ou renovar sua assinatura de O SÃO PAULO: preencha o cupom abaixo e envie-o acompanhado de che- que à favor do JORNAL O SÃO PAULO (Av. Higienópolis, 890 - CEP 01238 - Capital - SP), no valor de Cr\$ 3.000,00 (anual) ou Cr\$ 2.000,00 (semestral).

renovação  nova

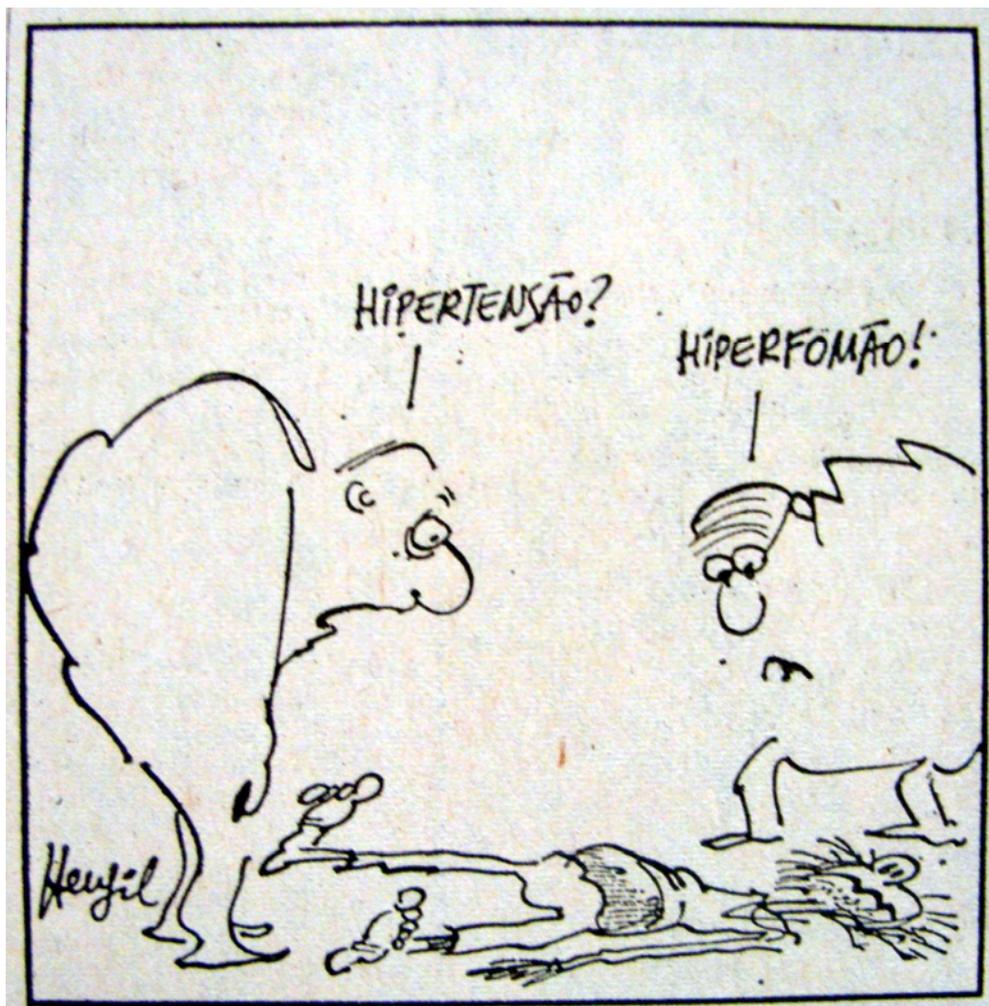
Nome.....Estado.....CEP.....  
Endereço.....  
Cidade.....



# CHARGES AO LONGO DO TEMPO NO JORNAL O SÃO PAULO



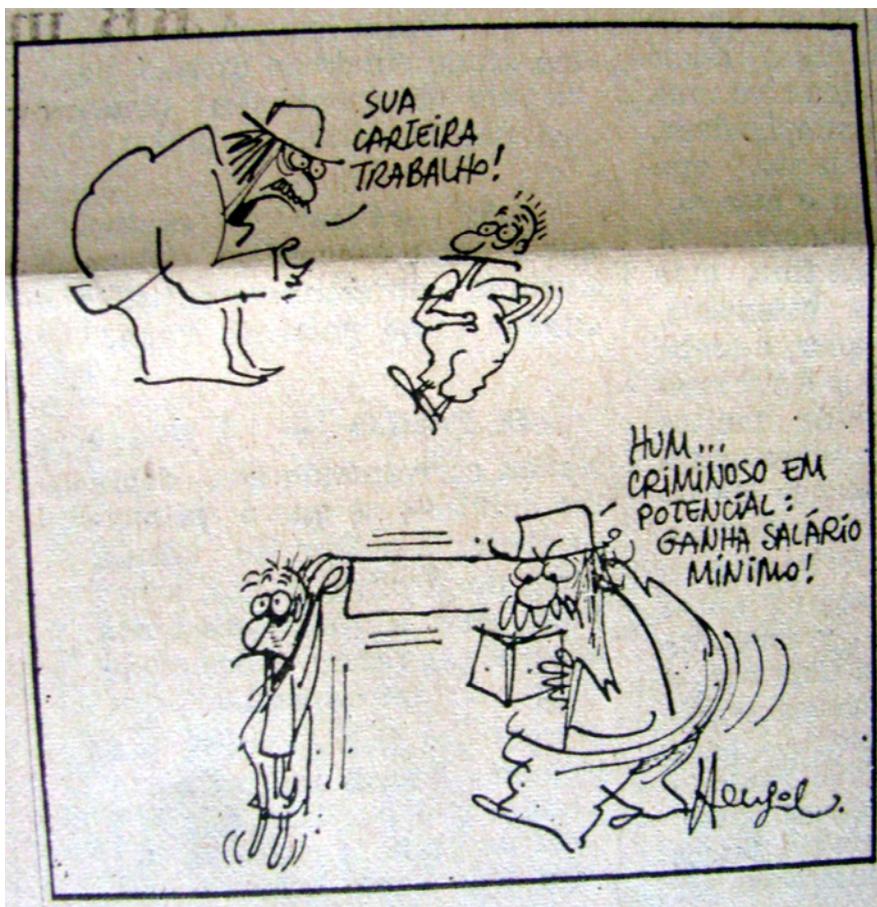
Charge de 1976.



O São Paulo – 09 a 15/09/1978



O São Paulo – 05 a 11/11/1985 e O São Paulo 16 a 22/09/1978.





Jornal O São Paulo – 29/03/1985

**A2** 7a. Edição vespertina de 2008 **Fé e Vida** © SÃO PAULO

---

**O SÃO PAULO**

CONTEÚDO DA QUINZANA DE SÃO PAULO:  
 O tempo não para, mas a história continua a ser escrita. São Paulo vive um momento de transição e de grandes mudanças. O futuro da cidade e do Estado depende das decisões tomadas neste momento crucial. É hora de avaliar o que foi construído e o que ainda precisa ser feito.

**FRASES**

<p>"Quanto tempo vamos levar para desenvolver uma verdadeira economia local e não depender apenas do comércio exterior?"</p> <p><b>FRASES</b></p> <p>"Quanto tempo vamos levar para desenvolver uma verdadeira economia local e não depender apenas do comércio exterior?"</p>	<p>"Foi há dez anos que eu comecei a trabalhar para a cidade. Hoje, sinto que não tenho conseguido fazer nada de bom para ela."</p> <p>"O governo não está fazendo nada para resolver os problemas da cidade?"</p>	<p>"Se apenas alguns poucos empresários e políticos fossem capazes de fazer algo de bom para a cidade, talvez ela não estivesse em tão ruim estado como está hoje."</p> <p>"São Paulo precisa de um plano de desenvolvimento econômico que seja capaz de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da população."</p>
--	--	---

Jornal O São Paulo – 07 a 13/09/2010

## **NOTÍCIAS SOBRE CENSURA E DITADURA NOS DIAS DE HOJE**

Apesar de o mundo repudiar qualquer forma de ditadura, ou de golpe de Estado, ainda encontram-se casos de censura velada em torno do direito de divulgar a notícia, bem como a polêmica sobre a punição dos torturadores no período da ditadura.

### **STF indica que rejeitará ação contra Anistia**

Relator do caso, o ministro Eros Grau votou contra a OAB e foi elogiado por seus colegas; julgamento foi interrompido e deve ser retomado hoje. 29 de abril de 2010.

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA - **O Estado de São Paulo**, p. A11

O Supremo Tribunal Federal (STF) indicou ontem que rejeitará a ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que questiona a concessão de anistia a agentes de Estado envolvidos em crimes como tortura, assassinatos e desaparecimentos durante o regime militar. O relator do caso, ministro Eros Grau, deu um voto contra a OAB.

O voto de Grau foi muito elogiado por seus colegas. Em seguida, o julgamento foi interrompido. Deverá ser retomado hoje. Segundo o ministro, que sofreu perseguição durante o regime militar, a lei concedeu anistia ampla e irrestrita para opositores do regime militar e para os agentes de Estado. Ele disse que a anistia é para ser concedida a pessoas indeterminadas e não a determinadas pessoas.

"Ao STF não incumbe alterar textos normativos concessivos de anistias", afirmou o ministro. "Ao STF não incumbe legislar sobre a matéria."

Grau citou políticos e entidades que apoiaram a Lei de Anistia, entre elas, a própria OAB. "A mim causaria espanto se a brava OAB sob a direção de Raimundo Faoro e de Eduardo Seabra Fagundes, denodadamente empenhada nessa luta, agora a desprezasse. "Nesses autos encontramos a OAB de hoje contra a OAB de ontem", afirmou. Para Grau, reduzir a luta a nada seria "tripudiar os que com coragem trabalharam pela anistia".

O relator observou que há quem critique o fato de ter ocorrido uma transição relativamente tranquil. Ele indagou se o objetivo seria ter ocorrido uma transição feita com sangue ou lágrimas, para responder: "Todos desejavam que fosse sem violência, estávamos fartos de violência."

Passado. O ministro fez referência a outras anistias concedidas no passado. "Há momentos na história em que o caráter de um povo se manifesta com nitidez. Talvez o nosso, cordial, se desnude nas diversas anistias concedidas entre nós", argumentou, para concluir seu voto. "É necessário não esquecermos, para que nunca mais as coisas voltem a ser como foram no passado."

O advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, e o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, defenderam no plenário a tese de que a anistia foi ampla, beneficiando opositores do regime militar e agentes do Estado, mas não significou a negativa dos crimes cometidos na época.

"Reconhecer a constitucionalidade da Lei de Anistia é diferente de compactuar com o cometimento de tais crimes", argumentou Adams.

O advogado-geral da União afirmou que a Lei de Anistia foi importante para assegurar a transição do regime militar para o democrático. Garantiu que o Estado não

está inerte na busca da verdade e na promoção de medidas para compensar as famílias das vítimas do regime militar.

"Por maior que seja a repulsa, que é de todos nós, a acontecimentos degradantes de violência física e moral que marcaram aquele período de nossa história, não é possível sucumbir às próprias pré-compreensões de modo a encobrir o sentido jurídico, político e simbólico da anistia como verificada", disse o procurador-geral da República.

Em defesa da ação da OAB, o advogado Fábio Konder Comparato indagou se foi correto integrantes das Forças Armadas terem abandonado suas tradicionais funções para transformarem-se em "capitães do mato para eliminar adversários do regime e esconder os seus cadáveres". "A anistia estende-se aos crimes de agentes públicos, civis e militares que, pagos com dinheiro do povo, tenham praticado tais crimes?", questionou.

### **Relator é contra rever Lei da Anistia para punir torturadores**

Felipe Seligman / Lucas Ferraz da Sucursal de Brasília - **Folha de São Paulo** – 29/04/2010 – Brasil – Pág. A4.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes e Ellen Gracie votaram na tarde desta quinta feira contra a modificação da Lei da Anistia para punir agentes de Estado que cometeram atos de tortura durante a ditadura militar (1965-1984), acompanhando o voto do relator do caso, Eros Grau.

Em seu voto, Gilmar Mendes defendeu aqueles que lutaram contra ditadura "pela via pacífica". "O Brasil é devedor desses companheiros, não das armas, mas da política. Aqueles que realmente acreditaram na via do diálogo e na política como forma de

construir soluções", afirmou. Já Ellen Gracie argumentou que a anistia contribuiu para estabilidade da democracia que hoje existe no Brasil. Até o momento, quatro ministros votaram pela improcedência do pedido da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). São eles: Eros, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Ellen Gracie. Outros dois, Ricardo Lewandowski e Carlos Ayres Britto, foram favoráveis à rever a lei para possibilitar a punição de torturadores.

O julgamento está praticamente definido, já que o colega Marco Aurélio Mello também deve acompanhar o relator, Eros Grau. Em entrevista recente à Folha, ele afirmou: "Anistia é esquecimento, é virada de página".

### **STJ nega recursos em ações baseadas na extinta Lei de Imprensa**

Processos judiciais começaram quando a lei ainda estava em vigor. A lei foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal em abril passado. Diego Abreu Do G1, em Brasília – 30/04/2009

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1416471-5601,00->

[STJ+NEGA+RECURSOS+EM+ACOES+BASEADAS+NA+EXTINTA+LEI+DE+IMPrensa.html](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1416471-5601,00-STJ+NEGA+RECURSOS+EM+ACOES+BASEADAS+NA+EXTINTA+LEI+DE+IMPrensa.html) – Acessado em 23/07/2010.

A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou nesta terça-feira (15) dois recursos que tramitavam na Justiça baseados na extinta Lei de Imprensa, revogada no dia 30 de abril, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os casos – os dos primeiros desde a revogação, segundo o STJ – envolviam uma emissora de televisão de Mato Grosso e um jornal de Minas Gerais.

O caso da emissora tratava de um recurso contra uma indenização de R\$ 30 mil concedida pela Justiça de primeiro grau a um homem que teve sua imagem vinculada em um programa exibido pela TV. Ele foi apontado indevidamente como uma pessoa procurada pela polícia por três homicídios cometidos em São Paulo.

Antes de recorrer ao STJ, a emissora havia entrado com recurso no Tribunal de Justiça do estado, pedindo a aplicação do artigo 53 da Lei de Imprensa, que ainda estava em vigor. O artigo previa a transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, como forma de reparar dano. Na ocasião, porém, o tribunal negou a aplicação da lei e manteve a indenização.

Inconformada, a emissora recorreu ao STJ. A relatora do processo, Nancy Andrighi, negou o recurso, sob o argumento de que a lei está revogada. Os demais membros da 3ª Turma seguiram o entendimento da relatora. Assim, a indenização de R\$ 30 mil foi mantida.

### **Minas Gerais**

O outro recurso rejeitado se referia a um pedido de reavaliação de uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. A Corte havia concedido indenização de R\$ 20 mil a um ex-diretor da Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, mas negou pedido para que a íntegra da sentença fosse publicada pelo jornal, condenado por ter publicado duas reportagens que teriam atingido a honra do ex-dirigente.

Ele pedia que o STJ aplicasse o artigo 75 da Lei de Imprensa, que estabelecia “a publicação da sentença, transitada em julgado, na íntegra, caso decretada pela autoridade competente, a pedido da parte prejudicada, em jornal”. A 3ª Turma, no entanto, afastou a aplicação da lei também pelo fato de ela ter sido revogada. Os

ministros citaram ainda que nenhuma outra lei prevê o direito de publicação conforme requerido pelo autor da ação.

## **Criada na ditadura, Lei de Imprensa previa prisões e multas para jornalistas**

Juízes terão que se basear na Constituição e nos códigos Civil e Penal. Penas poderiam ser aumentadas se crimes fossem contra autoridades. Do **G1**, em Brasília – 30/04/2009

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1104909-5601,00-CRIADA+NA+DITADURA+LEI+DE+IMPrensa+PREVIA+PRISOES+E+MULTAS+PARA+JORNALISTAS.html> – Acessado em 23/07/2010.

A Lei de Imprensa derrubada nesta quinta-feira(30) pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi editada em 1967, durante o regime militar. Ela previa prisões e multas pesadas contra jornalistas e veículos de comunicação.

Com o fim da lei 5.250/67, julgamentos de ações contra jornalistas passam agora a ser feitos com base na Constituição e nos códigos Civil e Penal, que preveem penas mais brandas para os crimes de injúria, calúnia e difamação, que eram punidos por até três anos de prisão.

Pelo Código Penal, por exemplo, as penas não passam de dois anos. Na antiga lei, se os três crimes fossem cometidos contra o presidente da República ou outras autoridades, as penas ainda eram aumentadas em um terço.

Jornalistas e veículos de comunicação também poderiam ser processados se publicassem algo que ofendesse “a moral pública e os bons costumes.” A pena era de três meses a um ano e a multa poderia ser de até 20 salários mínimos da região onde houve a publicação.

A revogação da lei também altera a indenização prevista para crimes de danos à imagem e à honra. O artigo 51 previa valores entre dois e 20 salários mínimos (R\$ 930 a R\$ 9.300) para a indenização, enquanto o Código Civil e a Constituição Federal não estabelecem limites.

Outra mudança diz respeito ao direito de resposta. A Lei de Imprensa dizia que toda pessoa, órgão ou entidade pública que fosse ofendida em publicação ou a “cujo respeito os meios de informação veicularem fato inverídico ou errôneo” têm direito a resposta ou retificação.

Além disso, o direito de resposta seguia regras: no caso de jornal ou periódico, o direito de resposta deveria ter dimensão igual ao do texto publicado anteriormente e no mínimo 100 linhas. No caso das TVs, o direito de resposta deveria durar um minuto, mesmo que a reportagem que tivesse dado origem ao pedido tivesse menos tempo.

Com a revogação da lei, os juízes terão de julgar caso a caso as ações de direito de resposta, baseados no artigo 5º da Constituição, que assegura “o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.”

## **Brasil tem problemas de liberdade de imprensa**

Análise apresentada pela entidade Repórteres Sem Fronteiras destaca que País sofre com decisões judiciais que limita trabalho da mídia. **Estado de São Paulo** - 04 de maio de 2010 – Nacional – A12

Em um mapa da entidade Repórteres Sem Fronteiras sobre a situação da liberdade de imprensa no mundo em 2010, dividindo 175 países em um espectro de cores que vai do branco (boa) ao preto (muito grave), o Brasil aparece coberto de laranja claro (com problemas sensíveis).

O desenho foi exibido ontem pelo presidente emérito do Grupo RBS, Jayme Sirotsky, no seminário Liberdade de Expressão, e mostra que, se o País não chega ao laranja escuro (difícil) de Venezuela e Equador e está muito distante do preto da Arábia Saudita, está longe da liberdade clara de Canadá, Austrália, Bélgica, países escandinavos e outros.

Entre os motivos, decisões judiciais vetando reportagens - como a que há 277 dias impôs ao Estado censura em relação à Operação Boi Barrica, da Polícia Federal. "Aqui são praticadas algumas formas veladas de censura e outras explícitas, com base em interpretações equivocadas da lei", disse Sirotsky, em sua palestra, intitulada O cerceamento às liberdades de expressão - visão histórica da evolução dos abusos pelo mundo, no evento promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj) e entidades do setor, no Dia da Liberdade de Imprensa.

"São decisões judiciais sob o argumento de que a liberdade de expressão não é um direito absoluto, de proteção da intimidade. O ministro (do Supremo Tribunal Federal) Celso de Mello diz claramente que a nova forma de censura prévia é a tutela antecipada

(contra reportagens) que alguns juízes estão concedendo." Sirotsky destacou a "inexplicável e longa" censura enfrentada pelo Estado, lembrou que a liberdade de imprensa é respaldada em tratados internacionais e na Constituição e classificou a situação brasileira como de "liberdade relativa".

Ele também criticou propostas de "controle social" da mídia, levantadas por representantes de partidos de esquerda e movimentos sociais, denunciando-as como tentativas de controlar a imprensa pelo Estado. "Ora! Controle social da mídia... São 8.621 emissoras de rádio, 497 estações de televisão, 3.079 jornais que circulam e informam no nosso País", disse. "A sociedade tem cada vez mais poder de fiscalizar e de usar as novas tecnologias para exigir qualidade, isenção e para produzir seus conteúdos."

Mesmo no campo da segurança física para jornalistas, a situação do Brasil não é a ideal. Até 2009, frisou Sirotsky, o País era um dos 14 piores locais para a imprensa trabalhar sob esse ponto de vista, de acordo com a organização Comitê para a Proteção de Jornalistas. Em 2010, o Brasil saiu da relação, devido a condenações de criminosos que mataram profissionais da área.

O problema é mais grave em outros países da América Latina. "Honduras chegou a ser considerado o país mais perigoso do continente para jornalistas, com seis profissionais assassinados somente em 2010", declarou Sirotsky.

Denúncias. Representantes de órgãos de comunicação da Venezuela, da Argentina e do Equador denunciaram no seminário iniciativas dos governos de seus países para limitar cada vez mais a autonomia de jornalistas e empresas jornalísticas.

Um dos exemplos foi o do presidente do canal venezuelano Globovisión, Guillermo Zuloaga, preso ao voltar ao país após participar de reunião da Sociedade

Interamericana de Prensa (SIP) em Aruba, no Caribe, acusado de ter "vilipendiado" no encontro o governo do presidente Hugo Chávez.

Embora já libertado, o diretor da TV não pôde participar do evento de ontem, por estar impedido de sair da Venezuela, e foi representado pelo filho, Carlos Zuloaga. Venezuela, Argentina, Bolívia, Honduras e México são citados negativamente no relatório de 2010 da World Association of Newspapers and News Publishers (WAN).

Mediador de um debate que reuniu Zuloaga, Hernán Verdaguer, do grupo argentino Clarín, e Emílio Palacios, do jornal equatoriano El Universo, sobre O cerceamento às liberdades de expressão na América Latina, o diretor de Conteúdo do Grupo Estado, Ricardo Gandour, citou estudo do analista Andrés Cañizalez, que apontou um padrão comum de perseguição a órgãos de comunicação na América Latina. Segundo Cañizalez, esse padrão é formado por quatro fatores: valorização direta da comunicação do Poder Executivo com o povo; fortalecimento dos veículos estatais; formação e sistematização de novos marcos regulatórios para a comunicação; e o discurso agressivo dos governantes em relação à mídia.

"Eu chamaria a atenção para um aspecto adicional: o risco de, num país emergente como o Brasil, passarmos a confundir o conceito de progresso com apenas o progresso econômico", declarou Gandour. "Há o risco de a sociedade brasileira se deixar anestésiar pelo progresso econômico e deixar de zelar por todos os demais valores que devem sustentar a democracia. O convívio com o contraditório, a fluidez de ideias de várias formas, várias origens, têm que ser preservados." Segundo ele, o Brasil vive situação de plena de liberdade de imprensa, embora com problemas sensíveis e ameaças periódicas.

O ministro Carlos Ayres Britto, homenageado por ter relatado no STF a ação que resultou no fim da Lei de Imprensa imposta pela ditadura, atribuiu as decisões de primeira instância vetando reportagens a uma certa "perplexidade" de juízes com mudanças recentes.

"Estamos passando de uma cultura restritiva da liberdade de imprensa para uma cultura de plenitude da liberdade de imprensa. Então há um certo negaceio, uma certa perplexidade. É como está no livro de Milan Kundera, A Insustentável Leveza do Ser. De repente, o que pesa sobre os nossos ombros não são as dificuldades de vida, e sim as facilidades da vida. Estamos hoje em pleno gozo da liberdade de imprensa e paradoxalmente nos sentimos mal", afirmou.

Além da Emerj, promoveram o encontro a Associação Nacional dos Jornais (ANJ), a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER) e o Forum Permanente do Direito à Informação e de Política de Comunicação Social do Poder Judiciário.

## **"Estado" está sob censura há 277 dias**

**Estado de São Paulo** - 04 de maio de 2010 – Nacional A12. Por Wilson Tosta – Rio de Janeiro.

Desde 29 de janeiro, o Estado aguarda definição judicial sobre o processo que o impede de divulgar informações da Operação Boi Barrica, pela qual a Polícia Federal investigou a atuação de Fernando Sarney. A pedido do empresário, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o jornal foi proibido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal em 31 de julho passado de noticiar fatos relativos à operação da PF. Em

18 de dezembro, Fernando entrou com pedido de desistência da ação contra o Estado. Mas o jornal não aceitou o arquivamento. No dia 29 de janeiro, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira apresentou ao TJ-DF manifestação em que sustenta a preferência do jornal pelo prosseguimento da ação, para que o mérito seja julgado.

## **Fórum debate liberdade de imprensa no Brasil**

Publicada em **01/06/2010** – **O Globo on Line** – Por Aduari Antunes Barbosa.

<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2010/06/01/forum-debate-liberdade-de-imprensa-no-brasil-916763276.asp> - Acessado em 04/08/2010.

O Brasil passa por um momento importante da sua consolidação democrática, e essa realidade ficou evidenciada mais uma vez durante o III Fórum Liberdade de Imprensa & Democracia, promovido nesta terça-feira em São Paulo pelo Portal Imprensa. O evento teve a participação de vários especialistas em comunicação no país.

Para o jornalista Fernão Lara Mesquita, conselheiro e acionista do jornal "O Estado de S.Paulo", é preciso ter clara qual a função da comunicação, para que haja a interpretação adequada da máxima de que democracia e liberdade de imprensa caminham juntas. No seu entender, esse objetivo está relacionado ao próprio significado da democracia.

- A principal função da imprensa é contar para os representados o que os seus representantes estão fazendo - resumiu Fernão Lara Mesquita. O Estado de São Paulo está sob censura, proibido judicialmente de publicar matérias sobre uma operação da Polícia Federal envolvendo o filho do presidente do Senado, José Sarney.

Mesquita disse que o modelo de imprensa no Brasil é o mesmo dos Estados Unidos, de onde foi copiado. A diferença, garantiu, é que os Estados Unidos já nasceram democráticos, enquanto o Brasil ainda consolida a sua democracia.

## **Alencar se diz preocupado com decisão que impõe censura à imprensa**

Cirilo Junior da **Folha Online**, em Brasília. **Folha de São Paulo** – Acessado em 11/12/2009.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u665170.shtml>.

O vice-presidente José Alencar se disse preocupado com a censura à imprensa. Sem comentar a censura imposta ao jornal "O Estado de S. Paulo", Alencar defendeu a liberdade de expressão.

"Não vou comentar o caso em si. Agora eu tenho preocupação quando há uma decisão que cerceia a liberdade de imprensa. Tem uma frase antiga que diz que o preço da liberdade é a eterna vigilância. E um dos instrumentos mais importantes para a liberdade é a liberdade de imprensa. Isso fortalece a própria democracia", afirmou ele.

Por 6 votos a 3, o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou nesta quinta-feira o recurso apresentado pelo jornal "O Estado de S. Paulo" para tentar suspender a censura imposta ao jornal por decisão do TJ-DF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios). Com a decisão, está mantida a censura ao jornal.

### **O caso**

Desde 31 de julho deste ano o jornal "O Estado de S. Paulo" está sob censura -- está impedido de publicar informações sobre Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A censura ao jornal --que já dura 133-- foi determinada pelo desembargador Dácio Vieira, do TJ-DF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios).

Com essa medida, Fernando Sarney conseguiu impedir que o jornal publique notícias que vinculem seu nome à Operação Boi Barrica (rebatizada de Faktor), da Polícia Federal. A operação investiga suspeitas de ilegalidades em movimentações financeiras feitas por empresas da família Sarney na campanha eleitoral de 2006 no Maranhão.

Fernando Sarney foi indiciado no dia 15 de julho deste ano por formação de quadrilha, gestão de instituição financeira irregular, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. O empresário nega as acusações.

### **Marinho pede e juiz censura jornal no ABC paulista**

**Agência Estado** – Acessado em 14/05/2010 – [www.estadao.com.br/agenciaestado](http://www.estadao.com.br/agenciaestado).

O jornal Diário do Grande ABC está proibido de publicar reportagens que relacionem o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT), ao suposto descarte de carteiras escolares em bom estado de conservação. O jornal já recorreu da decisão, tomada pelo juiz Jairo Oliveira Junior, da 1ª Vara Cível de Santo André. Em nota, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) criticou a iniciativa do prefeito e o despacho do juiz.

"A ANJ considera medidas judiciais dessa natureza como o estabelecimento de censura prévia que viola frontalmente o espírito e a letra da liberdade de expressão assegurada pela Constituição Federal", afirmou a entidade. "A ANJ apoia a decisão do jornal de recorrer da proibição, para que o mesmo Poder Judiciário que decidiu pela censura prévia restabeleça o primado constitucional. O direito à informação, mais do que dos meios de comunicação, é de toda sociedade."

Marinho, autor do recurso à Justiça, afirmou em nota que não houve "qualquer pedido de censura", e sim "uma determinação judicial" que pune o jornal com multa diária de R\$ 500 caso sejam publicadas reportagens que o envolvam com o caso. A prefeitura nega que as carteiras e cadeiras descartadas estivessem em bom estado de conservação, ao contrário do que afirma o jornal, e considera a reportagem "inverídica e ofensiva, caracterizadora de injúria, calúnia e difamação".

Segundo Sérgio Vieira, chefe de reportagem do Diário do Grande ABC, a versão da prefeitura sobre o caso foi contemplada no próprio texto que a acusou de jogar fora o material. "Das 117 linhas da reportagem, 33 foram dadas para que a prefeitura se manifestasse." As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

**Quadro do 'CQC' é proibido por juíza de ir ao ar e Marcelo Tas protesta contra censura prévia**

**Jornal O Globo on Line** – Por Ricardo Calazans. Acessado em 16/03/2010.

<http://oglobo.globo.com/cultura/revistadatv/mat/2010/03/16/quadro-do-cqc-proibido-por-juiza-de-ir-ao-ar-marcelo-tas-protesta-contr-censura-previa-916075050.asp>

O "CQC" iniciou sua terceira temporada na TV Bandeirantes já em meio a uma polêmica: o quadro "Proteste já" foi proibido de ir ao ar na segunda-feira por conta de uma liminar obtida pela prefeitura de Barueri, investigada pela reportagem de Danilo Gentili. A razão da ação judicial foi uma TV, doada pelo programa a uma escola do município paulista em 2009 com um aparelho de GPS instalado dentro dela. Rastreado o aparelho, a reportagem do "CQC" descobriu que o televisor havia ido parar na residência da diretora da escola. Com 25 minutos de duração, a reportagem de Gentili estava pronta para ser veiculada, quando a juíza Nilza Bueno da Silva concedeu a liminar proibindo sua exibição. "O CQC está sob censura prévia", disse o apresentador Marcelo Tas, durante o programa que foi ao ar na noite de segunda-feira.

Na tarde desta terça-feira, a assessoria de imprensa da TV Bandeirantes informou que irá recorrer para derrubar o veto ao quadro. Ao acolher a ação da prefeitura, a juíza alegou que o programa não lhe concedeu direito de resposta. Durante o programa, Marcelo Tas só pôde informar que se tratava de uma denúncia de mau uso de recursos na secretaria de educação. "O direito de resposta foi assegurado e está na matéria", garantiu ele. Tas lembrou o significado da sigla "CQC" para mandar um recado à prefeitura de Barueri: "Nós vamos mostrar essa matéria aqui 'custe o que custar'", disse.

A censura prévia despertou reações indignadas na internet, com mensagens de apoio dos internautas ao programa. Até mesmo Boninho, diretor do "BBB 10", da concorrente Rede Globo, solidarizou-se. "Vergonha Dra. Nilza Bueno que impediu a

exibição do quadro no CQC, censura não, isso já passou! @marcelotas quero ver essa matéria no ar", escreveu em seu Twitter.

## **ONU pede que Venezuela suspenda prisão de presidente da Globovisión**

Andrea Murta / de Washington - Folha de São Paulo - 17/06/2010 – Mundo – A13

O relator da ONU sobre liberdade de imprensa, expressão e opinião, Frank La Rue, pediu nesta quinta-feira às autoridades venezuelanas que levantem a ordem de detenção contra o presidente de Globovisión, Guillermo Zuloaga, e seu filho, de mesmo nome.

A acusação formal que se faz tem a ver com um suposto caso de "açambarcamento" de autos usados e "usura" em sua venda, em relação a outro negócio que possuem e que foi aberto pela Promotoria há vários meses.

"Nenhum governo no mundo tem o direito de silenciar as críticas ou a voz dos opositores através de procedimentos penais", assinalou La Rue através de uma declaração pública emitida em Genebra.

Sustentou que "este último ato de assédio contra Zuloaga é sintomático do contínuo deterioração da liberdade de imprensa no país".

O analista independente, quem vigia a promoção e proteção das liberdades de expressão e opinião por mandato do Conselho de Direitos Humanos da ONU, expressou igualmente suas dúvidas sobre as "motivações políticas" da ordem de detenção contra Zuloaga e seu filho.

O relator da ONU indicou que desde 2001, funcionários da rede de televisão foram vítimas de atos de assédio e intimidação, que já em 2008 deram lugar a uma medida cautelar em seu favor por parte da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

### **Piorando**

A já grave situação da liberdade de imprensa na Venezuela deverá piorar ainda mais com a proximidade das eleições legislativas de setembro próximo, segundo testemunhas presentes em audiência na quarta-feira (16) sobre o tema na Câmara dos Representantes (deputados) dos EUA.

Catalina Botero, relatora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que fez uma apresentação aos deputados americanos, afirmou que há três preocupações fortes em relação ao país: "Há problemas sérios de independência judiciária na Venezuela; há um marco jurídico inadequado; e há uma enorme intolerância à crítica."

A CIDH é parte da Organização dos Estados Americanos (OEA). Indagada pelo republicano Connie Mack (Flórida) sobre se ataques à imprensa vão piorar até setembro, Botero disse que, como "temos visto um aumento da perseguição, talvez sim".

Já Marcel Granier, diretor da venezuelana RCTV e que testemunhou na audiência, não tem dúvidas de que a situação vai se agravar. Segundo ele, o governo está dando "avisos" a jornalistas, empresas de comunicação e até políticos para que não o desafiem antes das eleições.

Um exemplo seria a ordem da Justiça venezuelana para prisão do dono da rede de TV Globovision, ferrenha opositora ao presidente Hugo Chávez. "O objetivo é fazer com que as empresas controlem seus jornalistas. É algo que intimida muito os outros meios."

Consultado pela Folha após a audiência, Michael Shifter, presidente do think tank Diálogo Interamericano, também disse que o governo deverá apertar o cerco contra a mídia antes das eleições. "O governo está preocupado com a votação em setembro, na qual a oposição vai ganhar alguma representação", afirmou. "Há um processo de radicalização em curso."

### **Intervenção é símbolo de avanço sobre dois setores**

Por Roberto Lameirinhas – Jornalista de **O Estado de São Paulo**. 16/06/2010 – Internacional – Pág. A12.

A intervenção do regime de Hugo Chávez no Banco Federal converte-se em símbolo da ação chavista sobre os dois setores cruciais da sociedade venezuelana: o financeiro e o das comunicações. O proprietário do banco, Nelson Mezerhane, é também acionista da única emissora de TV do país que não cedeu às ações intimidatórias do governo Chávez. Em consequência do assédio fiscal, da distribuição seletiva da publicidade oficial e da ameaça explícita à integridade física de seus diretores, outros canais de TV que mantinham linha crítica à Chávez – como a Venevisión, do multimilionário Gustavo Cisneros – atenuaram seu noticiário político. Quem resistiu às ameaças chavistas, acabou fora do ar, como a RCTV, cuja concessão não foi renovada em 2007. Se as ações contra as emissoras têm como objetivo controlar as informações, o avanço sobre o setor financeiro visa a evitar uma aparentemente

inevitável dispara de inflação. A estimativa é a de que a alta de preços ultrapassará aos 85% em 2010. O país passa ainda por uma grave crise energética e episódios esporádicos de desabastecimento.

## ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

### ENTREVISTA – D. ANGÉLCO SÂNDALO BERNARDINO

**Por Luiz Claudio de Almeida Braga**

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

1) *O senhor foi ordenado sacerdote no ano de 1959, três anos antes do Concílio Vaticano II. Logo, pôde viver duas épocas da Igreja no Brasil. Como o senhor acolheu as novidades trazidas pelo Concílio? Como era a eclesiologia neste período?*

Em geral,tínhamos eclesiologia muito fechada,voltada exclusivamente sobre a própria Igreja, pouco dialogante com o mundo, Igrejas cristãs e não cristãos. O Concílio Vaticano II, sobretudo na *Lúmen Gentium, Gaudium et Spes, Unitatis redintegratio, Ad gentes*, nos oferece uma eclesiologia aberta, comprometida com as alegrias e tristezas, esperanças e angústias dos homens de nosso tempo e em franco diálogo ecumênico, inter-religioso.

Pessoalmente, tive a graça de fazer os estudos teológicos no aberto seminário de Viamão, RS, e de pertencer à Arquidiocese de Ribeirão Preto com o bispo Dom Luis do Amaral Mousinho à frente. Este arcebispo era entusiasta na vivência da Ação Católica, Movimento Bíblico, renovação litúrgica, Movimento por um Mundo Melhor que antecederam e prepararam o Vaticano II.

2) *O senhor é um bispo que apóia a comunicação na Igreja. Como se deu este seu contato? Desde o início de seu ministério o senhor sempre teve essa preocupação de que a Igreja se utilizasse dos meios de comunicação para evangelizar?*

Ao término de meus estudos de filosofia, fiz pausa de meditação vocacional. Passei a residir em pensão de estudantes universitários em Ribeirão Preto. Fiz jornalismo. Fui redator e, posteriormente, diretor de jornal diário daquela Arquidiocese, jornal intitulado DIÁRIO DE NOTÍCIAS, de grande tiragem em toda Região e colocado decididamente a serviço dos pobres, da promoção da justiça social. Na época me sindicalizei ( Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo), participando também de muitos programas de rádio. No Seminário de Viamão, me envolvi com a área de comunicações. Padre, em Ribeirão Preto, voltei a ser diretor de “ Diário de Notícias”, marcando presença em vários programas de rádio. Cresce em mim, a convicção de que, decididamente, a Igreja precisa marcar presença nos Meios de Comunicação Social para evangelizar. Aliás, o papa Bento XVI na mensagem para o 44º Dia Mundial das Comunicações, 16.05.2010, diz palavra firme sobre o “Padre e a pastoral no mundo digital – Novos meios de comunicação a serviço da Palavra”. Nomeado Bispo Auxiliar de São Paulo, por Paulo VI e, depois de 25 anos, Bispo Diocesano de Blumenau, com valorosas equipes, fundei jornais (*Grita Povo, Voz da Esperança, Jornal da Diocese*), fui diretor de *O São Paulo*, do folheto litúrgico *Povo de Deus em São Paulo*, participando de programas de rádio e TV.

3) *Na década de 60, o Brasil vivia uma de suas mais tristes páginas, a Ditadura militar, que por 20 anos dominou o país, inclusive com torturas e violências. Como o senhor avalia este período da história do país?*

Foi um tempo e chumbo, de obscurantismo, de golpe e ditadura militar. Com a deslavada desculpa de defender o País do perigo comunista, as forças retrógradas da direita, com apoio dos Estados Unidos, deram golpe militar: marcado por incompetência, corrupções, arbítrios, perseguições, torturas e mortes.

*4) O senhor foi o diretor (editor) do jornal O São Paulo, em especial, no período da ditadura, sendo companheiro de D. Paulo Evaristo nesta missão de dar “voz aos sem voz”. Como foi atuar no jornal neste período?*

Sem dúvida alguma, foi um tempo árduo, marcado por incompreensões, perseguições dentro e fora da Igreja. Chegaram até a publicar edição falsificada de nosso jornal *O São Paulo*, distribuindo-o pela cidade, deixando-o em templos. Matérias foram censuradas. *O São Paulo* com a orientação firme, profética, do ilustre pastor Dom Paulo Evaristo Arns, nosso amado Cardeal Arcebispo, cumpriu a missão de se colocar em evangélica opção pelos pobres, pelos perseguidos e injustiçados. Abraçamos a recomendação de Jesus “não tenham medo, confiem” e cumprimos a missão de dar voz aos calados pela ditadura militar, colocada a serviço do capital espoliador, das oligarquias rançosas e exploradoras da classe trabalhadora, neste País. Sempre demos graças a Deus pela bem-aventurança da perseguição na construção do Reino, feito de justiça, amor, liberdade, verdade e paz.

*5) Como o senhor avalia a participação da Igreja de São Paulo no período do regime militar? (principalmente a atuação dos bispos) Medellín contribuiu para este posicionamento?*

Foi um tempo de intensa vida, participação. Dom Paulo Evaristo Arns foi o coordenador inteligente, sábio, da equipe coesa dos Bispos Auxiliares. Formamos um

grupo de irmãos, entregues com entusiasmo à evangelização, irmanados aos presbíteros, seminaristas, religiosas (os), leigas e leigos. Uma beleza! Tenho consciência de que, com o auxílio de Deus, cumprimos nossa missão. Éramos Bispos distribuídos pelas Regiões Episcopais, verdadeiramente, descentralizadas, responsáveis por áreas ambientais em toda Arquidiocese, animando Equipes, Pastorais integradas por Leigas (as), Presbíteros, Religiosos (as), ardorosos discípulos missionários de Jesus. Comissão Justiça e Paz, Pastorais Sociais, com destaque às Pastorais Operária, dos Direitos Humanos, Moradia, Moradores de Rua, Saúde exemplificam a operosa participação de toda a Igreja na ação evangelizadora, levada avante em Assembléias de Pastoral em todos os níveis, por Conselhos de Pastoral. Jesus Cristo, salvador e libertador, repleto do Espírito Santo, o enviado do Pai, para a libertação dos pobres, presos, oprimidos, sempre foi nossa Luz, Caminho, Verdade e Vida.

*6) Quais razões (ou que objetivos) levaram os militares a censurarem o jornal O São Paulo?*

A ditadura militar se implantou no Brasil com a bandeira de salvar o País do perigo comunista. O mundo estava dividido entre “comunistas” e “livres” capitaneados pelos EUA. Combater o comunismo era questão de segurança nacional. Estavam em jogo interesses econômicos; a burguesia via perigo comunista como ameaça aos seus privilégios. Muita gente na Igreja, inclusive Bispos, temiam o perigo comunista. Não poucos nos acusaram de comunistas ou simpatizantes do comunismo do qual sempre guardamos distância e ao qual combatemos. Ao lado disto, grande ignorância a respeito do marxismo, da Doutrina Social da Igreja, do Evangelho. Declarar-se a favor dos direitos humanos, dos pobres, dos trabalhadores, das reformas de base, era confundido com comunismo. Ora, *O São Paulo* se colocou a serviço do Reino de Deus, defendendo

pobres e trabalhadores, sendo tido, por muitos, como subversivo, comunista, devendo, pois, ser vigiado, censurado.

*7) Gostaria de pedir que o senhor pudesse partilhar alguns casos vividos por ti neste período que exprimissem bem o clima que vivia a Igreja desta época.*

Entre tantos, cito os seguintes fatos:

- Culto inter-religioso na Catedral da Sé pelo assassinato na prisão do jornalista Wladimir Herzog

- Missa na Catedral pela morte de Santo Dias, líder da Pastoral Operária. Com Dom Paulo Evaristo, estive no IML rezando ao lado de seu cadáver. D. Paulo rezou o Pai Nosso, enquanto eu contemplava no corpo do operário varado pela bala da repressão, o peito de Jesus cortado pela lança do soldado. O traslado do corpo de Santo Dias da Consolação para a Catedral foi emocionante.

- Manifestações populares vigiadas pela polícia armada até os dentes, reivindicando moradia, saúde, creches, escolas. Milhares de pessoas gritando pelas ruas e praças: “O Povo unido jamais será vencido”.

- As manifestações pró Diretas já.

*8) Em sua opinião, hoje, o jornal O São Paulo cumpre com sua missão de evangelizar?*

*O São Paulo* em princípio, existe para evangelizar e certos artigos o fazem. Em sua maior parte, porém, pode ser tido como medíocre jornal de sacristia. Não enfoca os grandes problemas da metrópole, nacionais e internacionais à luz do Evangelho, da

Doutrina Social da Igreja. Não marca presença evangélica, profética, na defesa dos pobres. Noticia acontecimentos da vida interna da Igreja sem oferecer perspectivas evangelizadoras nesta nova época em que estamos imersos. É, no mínimo, desinteressante. Difícil de encontrar um exemplar de nosso jornal nas paróquias da Arquidiocese. Está ausente! Sua tiragem, ao que me informaram de menos de quatro (4) mil exemplares, evidencia o desinteresse por sua leitura e falta de eficiente trabalho por sua renovação e divulgação. Digo isto, com dor no coração.

*9) Em uma recente entrevista à revista Mundo e Missão, o senhor narra a fala de um bispo amigo seu há tempos atrás que dizia: “É tempo de investir não em torres de igreja, mas em torres de rádio e televisão.” Como o senhor vê a relação Igreja e meios de comunicação hoje?*

É isto mesmo! Ainda hoje, muitos na Igreja, mais se ocupam com torres em templos do que com torres de rádio e TV e novos meios de comunicação. Temos evoluído ainda que timidamente. A CNBB engatinha ! Marcamos significativa presença em rádio; estamos crescendo em TVs e editoras. Congregações Religiosas estão presentes. Leigos, leigas, presbíteros marcam presença em muitos e bons programas de rádio e TVs. Precisamos evoluir na rede programática, pois, em volume enorme, transmitimos simplesmente celebrações dos templos para a TV, não criando juízo crítico à luz do Evangelho, sobre os acontecimentos. *O São Paulo, Rádio 9 de julho* clamam por ampla reforma, envolvendo os Bispos, presbíteros, diáconos permanentes e sobretudo Leigos e Leigas profissionais nos MCS que são católicos praticantes e lúcidos. Tudo isto é possível, com a condição de que, como Igreja, nos convertamos promovendo pastoral na mundo digital, abraçando todos os Meios de Comunicação Social, colocando-os a serviço da evangelização. Conversão, investimento em pessoas

capacitadas; modificando estruturas administrativas, financeiras. Longo caminho nos resta a percorrer, desde a internet às pequenas publicações paroquiais; na ampla organização do Vicariato das Comunicações Sociais, Pastoral das Comunicações, congregando, insisto, de modo especial, leigos e leigas já inseridos nos diversos MCS.

*10) Como o senhor vê o futuro da comunicação na arquidiocese de São Paulo?*

A amada Arquidiocese de São Paulo tem enormes potencialidades. Precisa converter-se para ampla, moderna, eficiente comunicação. Precisa investir em estruturas e pessoas. Reunir executivamente presbíteros, diáconos, Leigas(os), Religiosas(os) que estão nos MCS para elaboração de um Plano de Ação nos MCS. De maneira especial, OSP e rádio 9 de julho clamam por ampla reforma. Tudo isto é possível com a condição de que, como Igreja, nos convertamos promovendo pastoral no mundo digital, abraçando todos os outros MCS colocando-os a serviço da evangelização. Conversão, com a graça de Deus, investindo em pessoas capacitadas, criando condições financeiras e estruturais para eficaz presença evangelizadora nos e através dos MCS hoje e no futuro. Isto tudo é possível, através de decisão firme e abrangente. Que o patrono da Arquidiocese, o comunicador Apóstolo Paulo nos incentive e a todos ajude.

São Paulo, 13 de julho de 2010.

**Dom Angélico Sândalo Bernardino**

Que permite a publicação destas respostas parcial ou integralmente.

## **ENTREVISTA – CÔNEGO ANTÔNIO APARECIDO PERERIA**

**Por Luiz Claudio de Almeida Braga**

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

*1) Cônego Aparecido, o que significa para o senhor estar à frente do Jornal O SÃO PAULO hoje?*

Estar à frente do valente semanário arquidiocesana, com mais de cinquenta anos de existência, que vem sendo ao longo do tempo o espelho da preocupação pastoral da Igreja em São Paulo é, para mim, motivo de alegria, de orgulho, de realização pessoal.

A primeira edição do jornal, 54 anos atrás, traz a lista dos meninos que naquele ano, 1956, entravam no seminário. Entre aqueles nomes estava o meu. Entrei para o seminário. Quinze anos depois, me ordenei padre e dez anos depois fui estudar jornalismo em Roma. Tema de minha tese de diploma: A Igreja e a censura política à imprensa, com particular acento no jornal *O SÃO PAULO*. Voltei de Roma, iniciei meu trabalho no jornal, e há dez anos sou seu diretor responsável, com alegria, orgulho e um sentimento bom de estar cumprindo aquilo que a Igreja esperava de mim quando me mandou estudar jornalismo.

*2) Boa parte da história de O SÃO PAULO está registrada, graças a esta sua tese de conclusão de curso, escrita em Roma. O que o motivou escrever sobre o semanário da arquidiocese?*

Motivou-me a resistência do jornal à censura. Impressionou-me demais descobrir que os artigos que incomodavam os censores da ditadura militar e eram

vetados no jornal, eram mimeografados e entregues às paróquias. No corpo do jornal, espaços em branco com a frase “leia e divulgue *O SÃO PAULO*, indicavam a ação dos censores. Mas os leitores das comunidades da periferia recebiam todos os artigos censurados. Além disso, me encantou demais a figura de dom Paulo Evaristo que nos tempos da censura participava da reunião de pauta do jornal.

### *3) O que significou dom Paulo Evaristo Arns na história deste semanário?*

Dom Paulo Evaristo para mim é um homem de Deus atento com os problemas humanos. Que pastor maravilhoso foi ele. Nos seus tempos de bispo auxiliar do cardeal Agnello Rossi, ele foi vigário das comunicações. No jornal estão registrados seus artigos cheios de unção e sabedoria. Depois dom Paulo criou o vicariato da comunicação, pensando no jornal, na rádio 9 de Julho. Olhar o jornal *O São Paulo* dos tempos de dom Paulo é recordar o pastor zeloso que peitou a ditadura para arrancar das mãos delas os torturados, é recordar o cardeal teimoso na esperança. As mais belas páginas da história da Igreja de São Paulo e do próprio jornal *O SÃO PAULO* foram escritas por dom Paulo Evaristo.

### *4) O que levou os militares a censurarem o jornal O SÃO PAULO?*

Toda ditadura, de direita ou de esquerda, não importa, precisa do consenso da população para se manter. Para conseguir este consenso ela toma conta dos meios de comunicação, tornando-os “estatais” ou censurando os que não concordam com ela.

Quando a Igreja, que inicialmente apoiou o golpe militar, mas pouco a pouco foi percebendo as arbitrariedades dos autores do golpe, reagiu, não sendo mais uma voz de consenso, mas de dissenso, o regime se voltou contra ela. Torturou, matou padres, freiras e leigos, cassou concessões e lacrou transmissores de rádio, censurou jornais.

Entre esses jornais, o jornal **O SÃO PAULO** foi o que sofreu mais dura censura que continuou mesmo quando a censura da imprensa laica já tinha terminado. Os militares sabiam da capilaridade do jornal que atingia a cidade inteira, do centro às periferias mais distantes.

*5) Como o senhor avalia o jornal O SÃO PAULO atualmente?*

O nosso jornal, digo com todo orgulho, é feito com profissionalismo e com amor pela Igreja. Ele passou por diversos projetos gráficos mas sempre foi, é e vai continuar sendo um instrumento a serviço da comunhão e da participação da Igreja em São Paulo. É triste ver o desinteresse dos padres. Há comunidades que não assinam sequer um jornal para saber notícias da Igreja. Mas o semanário continua firme na sua missão. Ele tem um grupo fiel de leitores que o aguardam com ansiedade e o lêem com atenção. O jornal **O SÃO PAULO** é muito mais respeitado fora da Arquidiocese do que dentro dela. É um grande jornal no conteúdo e pequeno na tiragem.

*6) A seu ver, o jornal hoje sofreria com a censura, caso esta voltasse?*

O formato atual do jornal mostra que ele é espelho da caminhada pastoral de hoje. Não teria sentido imaginar o jornal como é hoje nos tempos da ditadura. Lá ele era uma forma de resistência ao arbítrio. Aqui ele pode se dedicar mais explicitamente à evangelização porque o Brasil reencontrou a normalidade democrática. Além disso, multiplicaram-se as tribunas onde o povo pode se manifestar. Eu espero de coração que jamais tenhamos de passar por tempos tão obscuros como foram os da ditadura militar. É preciso lembrar aqueles tempos para que eles não se repitam.

7) *Percebe-se que o jornal da Arquidiocese de São Paulo tem pouca abrangência. São poucos os assinantes e poucas as paróquias que o divulgam. Por que isso acontece?*

A tiragem é bem pequena sim e há algumas razões para isso. Tudo indica que estamos fazendo comunicação escrita num mundo que valoriza a imagem televisiva. Constatamos que no mundo da informática, as pessoas estão migrando da imprensa escrita para os monitores dos computadores. Além disso, as pessoas priorizam outras necessidades da vida deixando a informação e a formação de lado. Observe-se também que os fiéis católicos têm por hábito não apoiar seus meios de comunicação. Enfim, para mim a pior razão: os padres como formadores de opinião não lêem nem incentivam os fiéis a lerem o jornal. Há padres que não assinam nem um jornal para ao menos se informarem sobre a caminhada pastoral da Arquidiocese.

8) *No passado o jornal possuía anunciantes. Não valeria a pena voltar a abrir espaço para que empresas pudessem anunciar no **O SÃO PAULO**?*

Todo jornal confessional tem uma limitação natural quanto à veiculação de mensagens publicitárias. Além disso, grandes empresas não costumam anunciar em jornais confessionais. E, o mais grave: A tiragem pequena do jornal não atrai anunciantes. Há algumas idéias que pretendemos colocar em prática para crescer a publicidade. Uma delas é pulverizar a publicidade com profissionais liberais e outros oferecendo seus serviços em pequenos espaços em cada edição.

9) *Como o senhor vê o futuro da Pastoral da Comunicação na Arquidiocese de São Paulo?*

Vejo a Pastoral da Comunicação com muita esperança. Cresce a consciência de que a Igreja deve comunicar-se e deve comunicar. Ela deve apresentar-se ao mundo, falar de si, mostrar seu rosto, sua riqueza espiritual. E deve comunicar o Evangelho ao mundo. É sua missão. Ela possui seus próprios meios de comunicação: O jornal *O SÃO PAULO*, a rádio *9 de Julho*, o seu Site e o folheto litúrgico *Povo de Deus em São Paulo*. Precisa articular esses quatro meios. Precisa também fazer uso das novas mídias que criam comunidades sociais. E precisa, enfim, fazer acontecer a Pastoral da Comunicação nas comunidades e paróquias. A Arquidiocese precisa ainda ser presença pastoral no mundo das comunicações. Para isto existe o Vicariato da Comunicação. Como Vigário Episcopal para a Pastoral da Comunicação, espero ajudar a Igreja em São Paulo a comunicar-se sempre melhor ad intra (Bispos, padres e fiéis) e ad extra, proclamando a boa nova de salvação à cidade.

#### **AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo o seminarista Luiz Cláudio Braga a publicar na íntegra ou partes desta entrevista.

São Paulo, 24 de agosto de 2010.

**Cônº Antonio Aparecido Pereira**

## **ENTREVISTA – FREI ISMAEL MARTIGNAGO**

**Por Luiz Claudio de Almeida Braga**

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

*1) O Senhor foi ordenado sacerdote na era do Concílio Vaticano II. Logo, pode viver duas épocas da Igreja no Brasil. Como acolheu as novidades trazidas pelo Concílio? Como era a Eclesiologia neste período?*

Quando fui ordenado presbítero, em suas linhas gerais, a eclesiologia era tridentina. O Concílio de Trento iniciado a 13 de dezembro de 1545 e terminado a 12 de dezembro de 1563, embora tivesse sido aceito com reservas fora da área dos povos latinos, na Itália foi aos poucos plenamente aplicado, em outros países latinos, como Portugal, Espanha e França, sua aplicação teve dificuldades no que se refere ao aspecto disciplinar, porque vivia-se em época de Igreja unida ao Estado, daí as interferências dos reis. A alma da aplicação do Concílio de Trento na Itália, foi São Carlos Borromeu (1538-1584). Contudo, ele foi tão forte que deu uma identidade à Igreja e seguiu sua unidade até os inícios do Concílio Vaticano II, anunciado por João XXIII. No meu modo de entender, o Concílio Vaticano I, inconcluso até o início do Vaticano II, não trouxera grandes modificações na Igreja com relação ao mundo de então. Sua tendência fora fechá-la ainda mais no espírito do *Syllabus*, de franca condenação ao modernismo, ao iluminismo, ao Estado laico, ao mundo profano, liberto da visão sacral vinda do regime de Cristandade. No fundo, a grande ruptura da Igreja com o mundo acontecido desde o Concílio de Trento, continuava em linhas gerais. A Igreja se definia como uma sociedade perfeita e como tal ela agia dentro do mundo. Contudo a Igreja no Brasil, que desde a colonização até a proclamação da República, viveu debaixo do Padroado.

Houve depois a separação do Estado e, com isso, sofrido modificações. Nos setenta anos que se seguiram teve de formatar sua nova identidade. Nos últimos anos do Império ela começara em alguns polos uma renovação, com Dom Silvério Pimenta, em Mariana, com Dom Antônio Joaquim de Melo, em São Paulo, com Dom Macedo Costa, no Pará e com Dom Vital Maria de Oliveira em Olinda e Recife e isto se fez principalmente com a reforma da disciplina do clero, a começar da formação dentro dos seminários. Quando a República foi proclamada, a nova Constituição do País declarou a separação entre a Igreja e o Estado. Depois de séculos, foi este um duro golpe, no primeiro momento, para a Igreja. Mas ela se refez e os bispos sentiram, aos poucos, o benefício desta separação que desvencilhava a Igreja para a liberdade de abrir seminários, acolher missionários estrangeiros, abrir noviciados, enfim a Igreja estava livre do “placet” imperial. Começa então um processo de romanização da Igreja no Brasil, sobretudo com a fundação do Colégio Pio Latino-Americano em Roma, justamente para formar as cabeças na luta contra o modernismo – os recém ordenados deveriam fazer o juramento anti-modernístico para exercerem as ordens sacras. Na análise que faço, isso foi também benéfico para a Igreja no Brasil. É aí que ela começa a criar seus contornos próprios e criar sua identidade. Houve bispos de grande visão e os núncios apostólicos que souberam escolhê-los para aquele momento histórico. Quase uma década antes do Concílio Vaticano II, a Igreja no Brasil, pelo idealismo de Hélder Câmara, ainda padre e com o apoio do Cardeal Montini, pró-Secretário do Estado de Pio XII e do Cardeal Dom Jaime Câmara, tomou uma atitude de vanguarda no mundo, fundando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a 14 de outubro de 1952 e logo depois, também o Continente Latino Americano, na Iª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada entre julho e agosto de 1955, no Rio de Janeiro, por vontade dos bispos participantes, foi fundado também o Conselho

Episcopal Latino-Americano (CELAM). Esses fatos relevantes que depois do Concílio foram repetidos pelos episcopados de outros países e continentes, veio tirar as dioceses e os episcopados nacionais, do isolacionismo eclesial, propiciando uma visão de conjunto da pastoral e da evangelização, com o conhecimento mais concreto da realidade de cada país e de todo o Continente da América Latina. Uma série de ações dos bispos, como por exemplo, a formulação do Plano de Emergência, solicitado por João XXIII, no início do seu pontificado e que ficou pronto em 1962, e que acredito, foi uma semente para as Diretrizes Pastorais da CNBB de hoje, e outras ações decorrentes, foram despertando a Igreja para suas responsabilidades sociais, dando a consciência de que se a ortodoxia na formulação da doutrina era essencial para a fé, também a práxis desta fé, tem incidências na transformação econômica e social do povo e a Evangelização deve levar em conta tudo isso. A clareza de que a fé deve ser demonstrada também no interesse da política do bem comum, tornou-se mais cristalina. Na Conferência Geral de Medellín, em que os bispos latino-americanos tentaram traduzir o Concílio Vaticano II, em suas grandes linhas, para a realidade da América Latina, houve a percepção de que o Concílio, embora trouxesse a grande renovação da Igreja em seu bojo, fora gestado por teólogos europeus, na tentativa de reconciliação com o mundo da ciência e na tentativa de um diálogo com os homens ilustrados do primeiro mundo. A Igreja que foi definida no Concílio Vaticano II, não mais como Sociedade Perfeita, mas como Povo de Deus, aqui na América Latina se apresentava não como uma sociedade laica avançada, mas como um povo, na sua maioria esmagadora, crente em Deus, oprimido e explorado, com sede de libertação. Portanto, ainda nos meus estudos teológicos, embora houvesse aquela formulação de Igreja tridentina, as rupturas que iam se pronunciando para com uma Igreja extremamente

clerical, estavam abrindo as portas para a valorização dos leigos e para a visão de uma Igreja da colegialidade dos bispos.

*2) Na década de 60, o Brasil vivia uma de suas mais tristes páginas, Ditadura Militar, que por 20 anos dominou o país, inclusive com torturas e violências. Como o Senhor avalia este período da história do país?*

A Igreja no início, com raras exceções, apoiou o levante militar. Isto aconteceu, ou por falta de uma apreciação correta da realidade ou porque de fato algo não ia bem no governo legitimamente constituído. Havia bispos de primeira linha e nada ingênuos, que apoiaram o golpe, no primeiro momento. Mas ninguém pensava que se tratava de uma ditadura e que os destinos da nação iriam ser entregues nas mãos dos militares. Todos pensavam que passadas as circunstâncias que motivara tal fato, uma democracia mais limpa iria nascer, e que o poder seria entregue novamente nas mãos dos civis e, afastados certos entulhos, o povo teria possibilidade de escolher, com mais consciência, seus dirigentes. O que não aconteceu. Os bispos num breve espaço de tempo perceberam o engano. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o avanço do comunismo em todo Leste Europeu, provocando no mundo uma cisão descrita por Churchill, como um mundo separado por uma cortina de ferro, os Estados Unidos que foram o fiel da balança na vitória dos aliados contra o Eixo, trataram de criar uma ideologia na qual eles representariam todos os valores da democracia, da liberdade, da cultura ocidental e do cristianismo. Do Leste vinham as forças do mal, forças demoníacas. Com isso criaram a ideologia da Segurança Nacional. Esta configurada em lei, antes da Segunda Guerra, a 30 de março de 1935, por Getúlio Vargas, já era revestida de roupagem autoritária. Nos moldes da ditadura militar, já incorporando a ideologia militarista norte-americana, foi novamente publicada pelo decreto 314, a 15

de março de 1967. As patentes de nosso exército que interagiram no movimento de 64, na sua maioria tinham passado por academias dos EUA e tinham bebido toda esta ideologia que também inspirava nossa Escola Superior de Guerra. Aí entrou uma questão de semântica, eivada de preconceitos da parte dos militares e de todas as grandes forças da burguesia nacional. Expressões como comunidade de base, socialização, reforma agrária, partilha, participação, eram reveladoras de filocomunismo. Daí veio a caça às bruxas. Bispos, padres, participantes da Juventude Operária Católica (JOC), da Juventude Universitária (JUC), passaram por duras perseguições. Cardeais e bispos foram acusados de fazer o jogo comunista ou de serem, pelo menos, inocentes úteis à revolução comunista. A avaliação que eu faço é de que os militares desejaram incutir nos brasileiros a ideologia de país grande, com obras faraônicas, com slogans como, “ninguém segura este país”, “pra frente Brasil”, “Brasil: ame-o ou deixe-o”, coisas de ideologias totalitárias. É claro que também houve reações contrárias, como tentativas de guerrilhas e de terrorismo e seqüestros, o que era explicável numa juventude que vira cortada todas as suas esperanças de um país livre de tanta dependência externa, de um país dono de seu destino. Algumas realizações dos militares no setor energético, nas comunicações, são louváveis e mostraram-se duradouras, mas com um preço muito alto, no aniquilamento de toda uma geração de jovens que perderam o incentivo pela política, com cabeças invejáveis de nossa comunidade científica exiladas, ou excluídas da construção de um verdadeiro avanço qualitativo na vida do povo brasileiro.

*3) O senhor esteve à frente do jornal “O São Paulo”, da Arquidiocese de São Paulo, em especial, no período pós-censura militar, com a missão de continuar na*

*missão de dar “voz aos sem voz”. Como foi para o senhor estar à frente do jornal neste período?*

Não foi uma coisa fácil. Por incrível que pareça, editar um jornal com matérias já censuradas, tira a responsabilidade do redator ou do editor, pois já passara pelo crivo do censor oficial. Ser censurado é uma coisa terrível, mas desde que o texto está censurado e liberado, a publicação não passa de um serviço burocrático. Quando assumi a responsabilidade pelo jornal, a censura tinha sido retirada. É curioso notar que o último jornal a se ver livre da censura, foi justamente o Jornal “*O São Paulo*”. Um jornal de dez páginas, cuja impressão era ainda por máquina de linotipo, calandra, rotativa, impressão não de qualidade como se vê. Com recursos escassos. Com tiragem de doze mil exemplares no máximo. No entanto ele incomodava muito a chamada Comunidade de Informação, tipo SNI e outras entidades governamentais que vigiavam tudo. Não havia censura, mas havia os atos institucionais, especialmente o malfadado AI 5, a Lei de Segurança Nacional e outros instrumentos de intimidação. Aí entrou a autocensurara como uma espada de Dâmocles. Os “crimes” de opinião ou de atentado à Segurança Nacional, pelo fato de alguém ter pensamento diferente e desejar a democracia, o voto livre, a liberdade sindical, não eram bem tipificados e a qualquer hora podia-se ser chamado a prestar esclarecimentos. Telefonemas anônimos. Ameaças de todo tipo. Foi nessa época que assassinaram o líder Santo Dias e aconteceu o vergonhoso atentado do Rio Centro, que até hoje não foi apurado, que se não fosse a inabilidade dos próprios criminosos, formados por um grupo de militares contrários à abertura, teria acontecido uma tragédia dantesca. Havia estouro de bancas de jornais e outros atentados, como que para dar sinal de que a reação contra a abertura democrática, estava muito viva. O Dóí-Codi ainda não tinha sido desativado, todos temiam o DOPS, embora o delegado Fleury já tivesse sido afastado. Havia o sistema bi-partidário, completamente formal,

institucionalizado e havia poucos espaços para que a discordância pudesse manifestar-se. Um dos espaços era o Jornal “O São Paulo”. Nas reuniões de pauta vinha gente de todo canto, pedindo espaço que o jornal não tinha capacidade de abrir, pela sua exigüidade, pela falta de recursos, pela falta de apoio de elementos importantes da própria Arquidiocese que não queriam comprometer-se. Havia no Jornal a coluna do Centro de Defesa de Direitos Humanos “Santo Dias”, da “Comissão Justiça e Paz”, da Pastoral Operária e de outras entidades. Tudo isso caía em cima da responsabilidade do Redator. Críticas de bispos bem próximos, de que o jornal era muito amargo. Que não anunciava esperança. De que o profetismo não é só denúncia, mas também anúncio. Exigências incontáveis e muito acima da capacidade do pessoal responsável pelo periódico, juntamente com a falta de recursos, de mobilidade, com jornalistas gastando do próprio bolso para poderem deslocar-se em favor do próprio Jornal. Mas pode-se dizer que foi um espaço corajoso que deu voz para aqueles que realmente não tinham voz. Esses doze mil exemplares eram multiplicados pelo Brasil, com comunidades fazendo recortes das matérias mais interessantes, dos editoriais, fazendo fotocópias, usando mimeógrafos. Eram centenas de comunidades que assim faziam, publicando matérias do jornal em seus pequenos boletins, editados de forma pobre e primitiva, mas eficientes e eficazes. Aí se demonstrou que a repressão à liberdade de opinião é um gesto idiota, porque o povo sabe inventar maneiras de driblar o sufoco.

*4) Como o senhor avalia a participação da Igreja de São Paulo, no período do regime militar? (principalmente a atuação dos bispos) Medellín contribuiu para este posicionamento?*

Foi um período muito fecundo para a Igreja de São Paulo. A alma de tudo isso foi o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo seu modo participativo de estruturar a Arquidiocese. Deu uma grande autonomia aos bispos regionais. Mensalmente reunia os bispos para uma verdadeira tentativa de ação colegiada. Nessas reuniões os organismos pastorais eram chamados. As Assembléias Diocesanas tiveram um grande papel e começavam por um longo caminho, primeiro com as contribuições dos setores, depois das regiões, culminando com a Assembléia Geral, onde os delegados, que incluíam clero, religiosos e na sua maioria, povo, escolhiam por votação livre, as prioridades pastorais. O documento de Medellín, que pelo meu modo de pensar, foi o pai dos documentos subsequentes do CELAM, influenciou muito na colegialidade, na valorização dos leigos, na multiplicação das comunidades eclesiais de base e na opção preferencial pelos pobres e no deslocamento dos cuidados mais urgentes da Igreja, para a periferia. Hoje estas coisas estão incorporadas na rotina de muitas dioceses, mas no tempo eram ações de vanguarda.

*5) Na sua opinião, quais as razões (ou objetivos) levaram os militares a censurarem o Jornal “O São Paulo”?*

A irritação dos militares não se demonstrou somente contra o Jornal, mas muito mais contra a Rádio Nove de Julho que tiraram do ar. A Rádio tinha maior alcance que o Jornal. No fundo o que desejavam era o cerceamento da voz do Cardeal Dom Paulo Evaristo que se opôs de modo firme e absoluto contra a tortura, condenando vigorosamente o desaparecimento de presos políticos, que já se sabia, estavam mortos e a nefanda negação às famílias do direito de sepultar dignamente seus mortos, aniquilados em completa ilegalidade. O combate do Cardeal à violência, tanto militar como policial. A luta pelos direitos fundamentais da pessoa humana, direitos que eram

sacrificados às razões de um Estado discricionário, sempre mais tendente ao absolutismo. O Cardeal foi um paladino de todas estas lutas e calar, cercear esta voz, era de grande interesse para o governo.

*6) Gostaria de pedir que o senhor pudesse partilhar alguns casos vividos pelo senhor neste período que exprimissem bem o clima que vivia a Igreja desta época?*

Sem dúvida era um clima de esperança para as comunidades mais pobres da Arquidiocese, apesar das agruras. Nos fins de semana sempre trabalhei em alguma paróquia desprovida de pároco ou vigário paroquial. O aumento das vocações estavam dando bons sinais de crescimento, mas ainda não havia dado frutos. Havia muita carência de sacerdotes nas periferias. Mas aí se notava muita esperança e muita participação dos leigos. Pessoas muito simples, mas com grande potencial de liderança e com real compreensão do momento histórico que se estava vivendo no país e na Igreja. Experimentava-se mesmo o que significa a irrupção dos pobres na política. Agora, é necessário reconhecer que parte do clero mais antigo não aceitava a linha que Dom Paulo Evaristo queria imprimir na Arquidiocese. Havia padres que apoiavam até mesmo a ditadura, e que na sua consciência tinham convicção de que os militares estavam lutando contra o comunismo ateu, que estaria até ameaçando entrar nos seminários. Havia muita contestação. Não acredito na má consciência dessa parte do clero. Era uma questão de formação. Havia também muita oposição à linha pastoral da Arquidiocese entre os católicos dos centros mais ricos, vamos dizer, da burguesia católica. Isto se demonstrou bem claramente por ocasião da falsificação grosseira do Jornal, que apresentava uma confissão de erro da parte do Cardeal, de Dom Angélico, como diretor responsável e de minha parte, como redator do Jornal. Muitos padres

escreveram para a redação pensando que se tratava mesmo de uma correção de rota e apoiando o conteúdo do jornal falsificado.

*7) Em sua opinião, hoje, o Jornal “O São Paulo”, cumpre sua missão de evangelizar?*

Desde 1987 estou afastado do Jornal e nunca mais participei de sua redação. Devido a cargos que exerci em minha Ordem, também estive afastado da Arquidiocese de São Paulo. Mas ainda leio o Jornal. Depois do exercício de funções dentro da minha Ordem religiosa, retirei-me para o interior do Estado. Não tenho como fazer uma avaliação da realidade da Arquidiocese. Creio que o Jornal faz uma boa ligação entre as Regiões e entre seus organismos pastorais. Parafraseando Jacques Maritain, em seu livro “Humanismo Integral”, vivemos agora “debaixo de outros céus”, estamos em plena democracia, pelo menos em seu aspecto formal. Não há necessidade neste momento daquela militância dos tempos da ditadura. Existem partidos políticos para todos os gostos neste nosso Brasil. Há liberdade de opinião, de consciência, há o estado de direito. Então a Igreja pode se recolher para cuidar mais de sua missão que lhe é própria. A missão da Igreja é evangelizar. A Igreja preza muito o fator subsidiariedade. Ela não tem como missão apresentar um modelo de sociedade civil nos seus três aspectos de economia, política e social-cultural. Ela entra neste campo quando a caridade o exige. Por dever de caridade. Se o governo não faz, ela o fará subsidiariamente. Se a autoridade pública não defende os direitos fundamentais da pessoa humana ou até comete violação grave contra eles, ela deverá sair a campo, destemidamente, assumindo todas as conseqüências. Pois como diz o Apóstolo Paulo, “Deus não nos deu um espírito de medo” e como disse Paulo VI em “Octogésima

Adveniens”: “a Igreja é perita em humanidade”. E na sua experiência histórica, a Igreja saberá a hora certa de sair.

*8) Como um especialista em Teologia Pastoral, como o senhor vê o futuro da comunicação na arquidiocese de São Paulo?*

Há muitos anos estou ausente da Arquidiocese, não tenho condições de opinar, pois desconheço quais são os projetos existentes na Arquidiocese para este setor.

Está autorizado a usar para seu trabalho esta entrevista

Cândido Mota, 23 de julho de 2010.

**Ass. Frei Ismael Martignago**

## **ENTREVISTA – MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA DA SILVA**

**Por Luiz Claudio de Almeida Braga**

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

*1) Que cargo ocupa dentro da equipe do O São Paulo?*

Administradora há 16 anos

*2) Qual tiragem do jornal O São Paulo hoje? 3.300 semanal*

*4) Quanto custa ter este jornal em minhas mãos? R\$ 1,50 preço de capa.*

*5) O jornal possui assinantes? Sim*

*6) Quantos? Temos duas modalidades de assinantes assim distribuídas:*

Região Belém – 41 assina e 23 não assinam

Região Brasilândia – 19 assina e 16 não assinam

Região Ipiranga – 24 assina e 10 não assinam

Região Lapa – 16 assina e 18 não assinam

Região Santana – 33 assina e 28 não assinam

Região Sé – 49 assina e 31 não assinam

As assinaturas das paróquias são variadas de 1 a 50 jornais. Outras são assinaturas individuais que vão para leitores de São Paulo, Grande São Paulo, outros Estados e também vai para a Alemanha, Japão e Itália.

7) *Qual o valor da assinatura? 40,00 semestral e 70,00 anual*

8) *Você saberia informar o público que hoje assina o jornal pela faixa de idade?*

Nosso público leitor é formado por católicos praticantes que desejam ficar informados sobre a opinião da igreja em assuntos diversos. Sua faixa etária, de acordo com uma pesquisa realizada há algum tempo, são de meia idade a idosos.

9) *Existe um plano de divulgação do jornal na Arquidiocese?*

Sempre mandamos mala direta para clientes em potencial, mas o retorno é baixo. Temos a radio *9 de julho*, onde através de boletins diários, fala-se das matérias que saem na edição, convidando os leitores para assinarem. Sempre pedimos a colaboração dos padres para divulgar nas missas. Mas na minha opinião isto é muito pouco, gostaria de ter um departamento de marketing, para pensar ações publicitárias para os meios.

10) *Como é o trabalho de publicidade do jornal?*

Por ter uma tiragem muito baixa, se torna difícil captar publicidade. Mas sempre estou contatando aqueles clientes que tem seus produtos voltados para nosso público, fazendo convite para publicarem anúncios.

11) *O que a Fundação Metropolitana Paulista tem a ver com o jornal O São Paulo?*

A Fundação Metropolitana Paulista é a entidade jurídica do jornal e da radio *9 de julho*.

12) *Em sua opinião o que falta para que o informativo da arquidiocese tenha uma adesão plena das paróquias? Mais incentivo dos bispos e padres.*

*13) Em sua opinião, hoje, o jornal O São Paulo cumpre com sua missão de evangelizar?*

Sim, mas em pouca escala, pois chega a poucos. Com o público que frequenta as paróquias e comunidades todos os finais de semana, era pra chegar a um número muito maior de pessoas e assim evangelizar mais.

*14) Como é encarado pela administração do informativo a questão dos anunciantes no jornal O São Paulo? Acham válido?!*

Positivo, pois quem nos procura já tem um publico alvo direcionado para apresentar seus produtos. Acham válido sim.

**AUTORIZAÇÃO:**

Uma vez feita esta entrevista, autorizo a publicação das respostas da mesma por inteiro, ou em partes, a Luiz Claudio de Almeida Braga.

São Paulo, 10 de agosto de 2010.

**Maria das Graças de Oliveira Silva**

## **ENTREVISTA – RAFAEL ALBERTO ALVES DOS SANTOS**

### **SECRETÁRIO EXECUTIVO DO VICOM**

Por Luiz Claudio de Almeida Braga

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

*1) Você já trabalhou há um tempo no jornal O São Paulo. Conhece, com certeza, as histórias que passou o semanário, principalmente no período da ditadura. Como você avalia o jornal O São Paulo atualmente?*

O Jornal *O SÃO PAULO* é um veículo de comunicação importante na estrutura da Arquidiocese, apesar do seu alcance não ser o ideal. Eu diria que o jornal, de um modo geral, procura apresentar um jornalismo bastante profissional – dentro de suas limitações – e, em minha opinião, é, ainda, o veículo diocesano que melhor preenche os requisitos do dito jornalismo formal (pelo menos no Brasil)

Já comparações entre a atuação do semanário durante o período da ditadura militar e os dias atuais não são recomendáveis. Nenhuma comparação o é. O período da ditadura trazia necessidades específicas e desafios bastante específicos. Mesmo antes, e logo depois da ditadura, o jornal viveu momentos diferentes e, em todos estes momentos, procurou traduzir em suas páginas as necessidades e anseios de uma Igreja que está num chão (São Paulo) e, por isso mesmo, também está suscetível aos acontecimentos do seu tempo e mudanças de época.

*2) Em sua opinião, ele, no formato que se encontra hoje, sofreria com a censura, caso esta voltasse?*

Eu penso que esta é uma avaliação difícil. Os tempos são outros, as necessidades são outras. O mundo mudou, o Brasil se democratizou, a imprensa conquistou liberdades de atuação. Mesmo a Igreja passou por importantes transformações. Bento XVI não é João Paulo II. Especialmente aqui na América Latina, com esta impostação missionária do Documento de Aparecida. Então, o enfoque do jornal é outro. Sua abordagem é também, necessariamente, mais missionária, mais voltada para as questões da Igreja.

Porém, qual seria a reação da Igreja diante de uma nova ditadura? E diante de novas censuras? Difícil dizer. Certamente, o jornal acompanharia - como sempre fez - a postura da Igreja de São Paulo e seria reflexo de sua ação.

*3) Infelizmente, analisando os números, chegamos a conclusão que o semanário da Arquidiocese de São Paulo tem uma abrangência curta, com poucos assinantes e poucas paróquias que o divulgam. Ao que podemos atribuir esta triste estatística?*

A um monte de fatores – internos e externos. De um modo geral, os meios impressos estão passando por uma crise existencial. Grandes jornais estão precisando rever qual deve ser o seu papel na transmissão da informação (uma vez que, em termos de agilidade, a internet desempenha melhor este papel).

Outro fator é um pouco o termômetro da vida da Arquidiocese. Os padres, de um modo geral, não se apaixonaram pelo projeto do jornal. De um lado, e muitas vezes, porque eles não querem nem conhecer as propostas do semanário. De outro, também porque o jornal, muitas vezes, não consegue colocar todas as realidades da Arquidiocese em suas páginas. As pessoas não se enxergam no jornal e, por isso, não se interessam por ele.

Tem outro elemento aqui que é o da entrega. A administração tem e esforçado para conciliar uma entrega eficaz com baixo preço de assinatura. Infelizmente, não tem conseguido. O resultado é que o jornal chega às mãos do assinante com uma semana de atraso. Eu aprendi na faculdade que jornal velho serve apenas para embrulhar banana.

*4) No passado o jornal possuía anunciantes. Não valeria a pena voltar a abrir espaço para que empresas pudessem anunciar no O São Paulo?*

O espaço nunca foi fechado. Acontece que com a tiragem atual do jornal nenhuma empresa se interessa em anunciar nele.

*5) Há algum projeto, da parte do Vicariato das Comunicações, voltado diretamente para o jornal da arquidiocese?*

O Vicariato Episcopal para a Pastoral da Comunicação, recém reformulado pelo cardeal, deve servir mais como articulador e incentivador dos veículos. Mas eu pessoalmente tenho motivado para que o jornal, por exemplo, esteja integralmente na internet – com acesso limitado para assinantes e possibilidade de assinatura online. A chefia de redação de *O SÃO PAULO* também quer rever o formato do jornal e sua linha editorial e gráfica. O VICOM tem apoiado essas mudanças.

*6) Como você vê o futuro do nicho de Comunicação na Arquidiocese de São Paulo?*

Eu tenho boas expectativas em relação à comunicação na Arquidiocese. As perspectivas de atuação são muito promissoras. Além da reformulação do Vicariato – que está permitindo uma renovação no Setor de Comunicação -, nós temos uma direção nova na rádio *9 de Julho*, o jornal *O SÃO PAULO* está com projeto de mudanças, o site está sendo redesenhado numa plataforma mais moderna e será atualizado pelo menos

três vezes por dia. Enfim, são muitas novidades que prometem fazer do futuro um futuro bom. Também temos o Documento de Aparecida e agora o Congresso de Leigos. Eu vejo tudo isso junto como um verdadeiro *Kairós*. E eu não perderei as oportunidades de modernizar nossa comunicação.

### **AUTORIZAÇÃO:**

Uma vez feita esta entrevista, autorizo a publicação das respostas da mesma por inteiro, ou em partes, a Luiz Claudio de Almeida Braga.

**Rafael Alberto Alves dos Santos**

## **ENTREVISTA – WALDEMAR ROSSI**

Por Luiz Claudio de Almeida Braga

Seminarista da Arquidiocese de São Paulo e aluno de Pós-graduação (Mestrado) da Pontifícia Universidade Na. Senhora da Assunção.

*1) Na década de 60, o Brasil vivia uma de suas mais tristes páginas, a Ditadura militar, que por 20 anos dominou o país, inclusive com torturas e violências. Onde você estava? O que fazia? Como você avalia este período da história do país?*

Quando foi desfechado o Golpe Militar (em março de 64), com meus quase 29 anos de idade, trabalhava na Sofunge (empresa de fundição, nas proximidades da Lapa). Era ainda meu primeiro ano como metalúrgico em São Paulo. Como sindicalista atuante nas fábricas e nos encontros sindicais, percebi que o golpe atingiu, de cara, o movimento sindical, porque os principais sindicatos do país foram os primeiros a sofrer intervenção, tendo seus dirigentes casados e, para seus lugares, nomeados interventores que se puseram a serviço da ditadura. Minha atuação militante, originária da JOC – Juventude Operária Católica – começava a ganhar espaços entre os companheiros sindicalistas da época. Mas era apenas meu começo nessa área.

Entendi, logo de início, que o golpe viera para impedir que as Reformas de Base propostas pelo Jango fossem à frente e, mais que isso, para neutralizar o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro independente, com tecnologia e capital próprios. Visava, assim, promover a entrada das multinacionais, colocando o Brasil sob a dependência do capital industrial internacional. Para tanto era preciso depor o Jango e impedir, de imediato, a reação do movimento sindical mais combativo, aliado ao capital nacional, em oposição ao “imperialismo norte-americano” – jogo da “guerra fria”. Posteriormente vieram as cassações de políticos de oposição ao golpe e o

professorado mais esclarecido. Portanto, a ditadura veio, com o apoio do governo dos EUA, e das forças de intervenção daquele país para impor uma nova etapa no desenvolvimento industrial do país. A intervenção no movimento sindical tinha ainda outros objetivos: transforma-lo em um sindicalismo assistencialista e despolitizado, assim como iniciar um amplo processo de rebaixamento do ensino brasileiro, colocando-o a serviço dos interesses da nova produção industrial.

*2) Você está à frente da coordenação da pastoral operária da Arquidiocese de São Paulo há algum tempo, inclusive, no período da ditadura militar, com a missão de, junto com D. Paulo, construir cidadania e garantir os direitos dos trabalhadores na arquidiocese. Como foi para a você vivenciar este período do regime militar junto aos operários?*

De fato, a Pastoral Operária nasceu dos trabalhos que alguns de nós desenvolvíamos tanto nas fábricas, quanto na vida sindical e, simultaneamente, nas Comunidades da diocese. Essas experiências ganharam força durante os primeiros anos do militarismo e, daí, nasceu a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e de Osasco, no enfrentamento com os interventores. Os trabalhos pastorais ganharam força nas Comunidades, o que levou o então cardeal D. Agnello Rossi a propor a formação de uma Pastoral Operária que envolvesse todos os setores do mundo do trabalho, grupos de trabalhadores (JOC, ACO, UNICOR, Círculos Operários, agrupamentos das comunidades) e empresários cristãos. Da primeira reunião restaram os grupos das comunidades e a UNICOR. Em outubro de 1970, atendendo a um pedido desses agrupamentos, o cardeal aceitou celebrar a “Missa pelo Salário Justo” o que ocorreu no dia 18 de outubro. Constitui-se, então a Pastoral Operária na arquidiocese.

Com D. Paulo assumindo, em seguida, a diocese, a PO ganhou mais espaço, apoio e, mais que isto, incentivo. Devido à importância do movimento operário para o Brasil, D. Paulo nos prestigiou convidando-me para participar da Comissão de Justiça e Paz, visando denunciar os crimes da ditadura e fornecer amparo às famílias dos presos políticos. Creio que nos enriquecemos mutuamente, assim como houve enriquecimento de todos os componentes da CJP. Foi um aprendizado muito rico e frutuoso, uma convivência muito fraterna entre cristãos de origens tão diferentes. O resultado disso tudo foi o crescimento da ação pastoral na cidade de S. Paulo, sua caminhada para as periferias, o crescimento da consciência social e política dos cristãos e sua ação firme na vida da nação. O movimento operário de base recebeu fortes influências dessa ação pastoral. Mais importante, na vida da Igreja, foi a contribuição da Pastoral Operária de S. Paulo para o surgimento de outros grupos de PO em inúmeras dioceses, seu convite para compor o Setor Social da CNBB, assim como sua contribuição para o surgimento de vários grupos de Oposição Sindical pelo país afora.

*3) Como você avalia a participação da Igreja de São Paulo no período do regime militar? (principalmente a atuação de D. Paulo)*

D. Paulo foi um verdadeiro baluarte das mensagens evangélicas, não apenas em S. Paulo. Foi toda a Igreja do Brasil e da América Latina quem se beneficiou com sua atuação lúcida, corajosa e, realmente voltada, em primeiro lugar, para os empobrecidos, mas também para os perseguidos por causa da justiça, independentemente de suas crenças. Ao lado de muitos bispos, também corajosos, esclarecidos e impregnados de verdadeiro amor ao próximo, levou a Igreja do Brasil a ser referência para o mundo inteiro.

4) *Na sua opinião, quais razões (ou que objetivos) levaram os militares a censurarem o jornal O São Paulo no período da ditadura?*

Obviamente, se censuravam jornais como o Estadão (de direita), a Folha de São Paulo e outros, iriam censurar o *São Paulo* (assim com a rádio *9 de Julho*) porque era um instrumento de denúncias dos crimes praticados pelos militares e seus capachos e que chegava às periferias e mesmo para outros países. Era preciso silenciar a Igreja de São Paulo. Censuraram seu jornal, mas não censuraram nossas consciências nem conseguiram fechar nossas bocas (as pedras falaram).

5) *O jornal O São Paulo seria hoje censurado?*

Por que *O São Paulo* de hoje haveria de ser censurado? Infelizmente “nosso” jornal já não se presta mais a formar consciências críticas. É mais um instrumento informativo de atividades eclesiais, quase sempre desencarnadas da vida cotidiana das lutas populares que buscam a justiça reclamada por Jesus Cristo. Os interesses do capital, salvo raros artigos, não são molestados.

6) *Gostaria de pedir que você pudesse partilhar alguma história vivida por ti (ou por algum conhecido) neste período que exprimissem bem o clima que vivia a Igreja desta época. Como foi ser perseguido, difamado e ter os seus direitos negados durante o regime militar?*

Embora não seja o mais didático falar das próprias experiências, são, de fato, por elas, que se pode ser objetivo. Assim, lembro que, com tantos outros e outras companheiros e companheiras de lutas, fui preso e submetido à torturas, ficando preso por mais de quatro meses, no ano de 1974. Nesse tempo pude viver experiências riquíssimas, através dos contatos com tantos outros que passaram pela mesma cela do

DOPS, no tempo do famigerado delegado Sérgio Paranhos Fleury - criador dos esquadrões da morte que proliferam por nosso imenso Brasil. Foi doloroso, mas rico conviver com tantos outros, com crenças diferentes da nossa, mas que partilhavam dos mesmos ideais e que tinham muito a nos ensinar, gente que foi fiel aos seus companheiros e que não tiveram medo da morte sob tortura.

Merece destaque também, os momentos difíceis do encontro do papa João Paulo II com os operários de São Paulo, no dia 03 de julho de 1980. Na véspera do encontro, dia 2 de julho, estando na Cúria para entregar as cópias do discurso que faria em saudação ao papa e receber as últimas instruções de D. Paulo, fui aconselhado a dormir no prédio da Cúria, o que recusei porque tenho família. Foi quando me informaram do seqüestro do Dr. Dalmo de Abreu Dallari, do seu esfaqueamento e sua internação hospitalar. Dalmo era o presidente da CJP e deveria fazer uma das leituras durante a missa no Campo de Marte. Minha vida estava sob risco. Preferi enfrentar tal risco a dormir fora da minha casa. Felizmente, um capelão da Aeronáutica estava com D. Paulo e com o carro oficial me conduziu à minha residência. Mas ficou uma advertência: o General, comandante do II Exército, me negara credencial para adentrar o gramado do Morumbi, sob a alegação de se tratava de um “comunista contumaz”! Assim, eu teria que enfrentar a segurança com a credencial do cardeal. Foi o que aconteceu na hora em que me apresentei para a minha tarefa. Fui barrado e tive que enfrentar o coronel dizendo que ali era espaço organizado pela igreja de S. Paulo para um encontro como papa e que, portanto, a autoridade maior não era o general e sim o cardeal. Foi na marra. A tensão era forte por demais.

**AUTORIZAÇÃO:**

Uma vez feita esta entrevista, autorizo a publicação das respostas da mesma por inteiro, ou em partes, a Luiz Claudio de Almeida Braga.

Waldemar Rossi

---

Entrevistado

## FONTES E BIBLIOGRAFIAS:

### FONTES:

#### 1) Primárias:

- **Exemplares antigos e atuais do Jornal *O São Paulo*** – Consultados no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e na redação do Jornal O São Paulo.
- **Boletim do Centro Informação Ecclesia** – Biblioteca Dom José Gaspar da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Campus Ipiranga.

#### 2) Entrevistas:

- **Angélico Sândalo Bernardino:** Bispo emérito de Blumenau – SC. Foi editor e diretor de redação do Jornal O São Paulo durante a ditadura militar. Entrevistado em 13/07/2010.
- **Antônio Aparecido Pereira:** Membro do cabido da Arquidiocese de São Paulo, Vigário para assuntos de Comunicação Social e Editor e Diretor de redação do Jornal O São Paulo. Entrevistado em 24/08/2010.
- **Ismael Martignago:** Frade Franciscano da Imaculada Conceição. Foi o primeiro a assumir a redação do Jornal O São Paulo no fim da ditadura. Entrevistado em 23/07/2010.
- **Maria das Graças de Oliveira Silva:** Há 16 anos administra o Jornal o São Paulo. Cuida das assinaturas e da divulgação do jornal. Entrevistada em 10/08/2010.
- **Rafael Alberto Alves:** Secretário Executivo do Vicariato da Comunicação. É relações públicas da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 20/08/2010.

- **Waldemar Rossi:** Foi sindicalista no período da ditadura. Atualmente, é o coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo. Entrevistado em 15/07/2010.

### 3) Secundárias:

ARNS, Card. Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. São Paulo: Vozes, 1995.

\_\_\_\_. *A violência em nossos dias*. São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982.

\_\_\_\_. *Da Esperança à Utopia – Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura Envergonha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_. *A ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_. *A ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Edgar da Silva. *Censurado: o Jornal O São Paulo e a ditadura militar 1964-1985*. In: *Revista de Cultura Teológica*. Ano XIII, nº 50, Jan/Mar, São Paulo: Paulinas, 2005.

LANZA, Fábio. *Igreja Católica e Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil: A Memória dos Bispos Paulistanos sobre o Golpe Militar*. Texto apresentado no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura. UFGD: de Dourados – MS: abril, 2006 e no VII SEPECH – Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – UEL, Londrina PR: setembro, 2008.

SERBIN, Kenneth P., *Diálogos na Sombra – Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SOUZA, Ney de (Org.) *Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo. 1554-2004*. Paulinas: São Paulo, 2004.

SYDOW, Evanize ; FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns – Um homem amado e perseguido*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

#### DOCUMENTOS DA IGREJA:

PAULO VI. *Inter-Mirífica*. Decreto, 1966. Sobre os meios de Comunicação social. São Paulo: Paulinas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Evangelii Nuntiandi*. Exortação apostólica, 1975. Sobre a Evangelização no mundo contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 1984.

JOÃO PAULO II. *Redemptoris Missio*. Carta Encíclica, 1990. São Paulo: Paulinas, 1990.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio*. (Documentos da CNBB n. 59). São Paulo: Paulus, 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Projeto de Ação Missionária Permanente - PAMP - Regional Sul 1*. n. 38.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Constituições – Decretos – Declarações – Documentos e Discursos Pontifícios*. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 1967.

CONSELHO DE COOPERAÇÃO DOS SECRETARIADOS CATÓLICOS LATINO-AMERICANOS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (CODECO). *Igreja e os Meios de Comunicação Social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1969.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO. *Para uma teologia da comunicação na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Documento de Aparecida*. São Paulo: Paulus, 2007.

PONTIFÍCIO CONSELHO DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS. *Ética da Publicidade*. (Coleção a voz do Papa – 1997). São Paulo: Paulinas, 1997.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *10º Plano de Pastoral – Discípulos-Missionários na cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2009.

\_\_\_\_\_. *1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – Manual*. São Paulo: Secretariado de Pastoral, 2010.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BANDEIRA, Moniz. *O governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Rui. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Editora Papagaio, 2004.

BELTRAMI, Monsenhor Arnaldo. *Como falar com os meios de Comunicação da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Volume I. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1965.

CARVALHO, Ricardo. *O Cardeal e o repórter: histórias que fazem História*. São Paulo: Global, 2006.

FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira (período republicano)*. 3ªEd. São Paulo: DIFEL, 1986.

GENDRIN, Bernard. *Igreja e Sociedade*. São Paulo: Edições Paulinas, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ªEd. Rio de Janeiro. Ed. José Olympio, 1971.

JAKOBSEN, Rolv Nótvik. *O impacto dos meios de comunicação na formação religiosa de meninos e meninas*. In Revista Concilium, n.297, setembro. São Paulo:Vozes, set. 2002

LANZA, Fábio. *Igreja Católica e Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil: A Memória*

*dos Bispos Paulistanos sobre o Golpe Militar*. Texto apresentado no *II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura*. UFGD: de Dourados – MS: abril, 2006 e no *VII SEPECH – Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas* – UEL, Londrina PR: setembro, 2008.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Tradução: Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Pulus, 2005.

MATTOS, Sérgio. *Mídia Controlada: A história da censura no Brasil e no mundo*. São Paulo: Paulus, 2005.

MOREL, Edmar - *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: Contrastos da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PALEARI, G. *Visão do mundo e evangelização*, São Paulo: Ave Maria, 1994.

PARKER, Phyllis. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, Antônio Aparecido. *A Igreja e a censura política à Imprensa no Brasil 1968-1978*. p. 162. Tese de diploma de jornalismo, Centro Internazionale per gli Studi Sull'Opinione Pubblica. Roma, 1982 – 250p.

PUNTEL, Joana T. ; CORAZZA. *Pastoral da Comunicação: diálogo entre fé e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2007.

SEPAC, Serviço à Pastoral da Comunicação. *Publicidade: a criatividade na teoria e na prática*. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, José Barroso da. *A Igreja Católica no período da ditadura militar*. Tese (Pós-graduação em Formação Teológica). Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. São Paulo, 2008.

SOUZA, Mauro Wilton de. *Novas Linguagens*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Salesiana, 2003.

**SITES:**

[www.arquidiocesedesãopaulo.org.br](http://www.arquidiocesedesãopaulo.org.br). Acessado em 23/03/2009 – 15h17min.

[www.alertatotal.net/2007/04/grande-motim-vista.html](http://www.alertatotal.net/2007/04/grande-motim-vista.html). Artigo “O grande Motim à vista” de Oliveira S. Ferreira. Acessado em 15/07/2009 – 09h05min.

[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_historia/htm/anos30-37/ev\\_radpol\\_anl.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_anl.htm). Acessado em 03/08/2010 – 09h35min.

[www.emilianojose.com.br/marighela/marighela\\_jc.htm](http://www.emilianojose.com.br/marighela/marighela_jc.htm). Acessado em 28/10/2009 – 09h05min.

[www.algossobre.com.br/biografias/golbery-do-couto-e-silva.html](http://www.algossobre.com.br/biografias/golbery-do-couto-e-silva.html). Acessado em 05/05/2010 – 09h45min.

[www.pastoraldacrianca.com.br/index](http://www.pastoraldacrianca.com.br/index). Acessado em 20/07/2009 – 10h16min.

[www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php](http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php). Acessado em 07/09/2009 – 11h20min.